

# O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

---

VOLUME 119.º



COIMBRA

1957

# INSTITUTO DE COIMBRA

## DIRECÇÃO

|                                     |                                     |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| DIOGO PACHECO DE AMORIM . . . .     | <i>Presidente</i>                   |
| JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS . . . .  | <i>Vice-Presidente</i>              |
| FRANCISCO TEIXEIRA DE QUEIRÓS . . . | <i>Secretário</i>                   |
| JOAQUIM DE CARVALHO . . . . .       | »                                   |
| ARISTIDES DE AMORIM GIRÃO . . . . . | »                                   |
| ALBERTO MOREIRA DA ROCHA BRITO . .  | »                                   |
| TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES   | »                                   |
| LUÍS REIS SANTOS . . . . .          | »                                   |
| FRANCISCO DE SOUSA NAZARÉ . . . . . | »                                   |
| JOSÉ CAMPOS DE FIGUEIREDO . . . . . | <i>Tesoureiro</i>                   |
| CORONEL BELISÁRIO PIMENTA . . . . . | <i>Director da Biblio-<br/>teca</i> |

**O INSTITUTO**

---

VOLUME 119.º

REVISTA DE

# O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME 119.º



COIMBRA  
1957

COMISSÃO DE REDACÇÃO

DIOGO PACHECO DE AMORIM  
TORQUATO BROCHADO DE SOUSA SOARES  
JOÃO PEREIRA DA SILVA DIAS

---

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua da Ilha n.º 1

COIMBRA

## CRÓNICA DO REAL MOSTEIRO DE SANTA CRUZ

(Continuado do vol. 118.º)

### COLLEGIO DE SANTO AGOSTINHO DA CIDADE DE COIMBRA: CHAMADO = SAPIENCIA : SUA FUNDAÇÃO, É PROGRESSO.

Quando comessou a refformação do real mosteiro de Santa Crus da Cidade de Coimbra, teve logo nelle principio Collegio, com seus mestres, pera os religiosos Conegos aprenderem, ê se fazerem letrados, ê pregadores, cujo Reytor era o Padre Prior geral.

Pello discurso do tempo tratandosse nos capitulos geraes de o fundarem apartado do dito real mosteiro de santa Crus, hora neste sítio, hora nestoutro, o vieraõ a pôr no mosteiro de Saõ jorge de sobre o Mondego pelos Annos de 1578 = em que sahio por Prior geral o Padre Dom Lourenço Leite a 3ª ves = sendo ahi Prior, Dom Nicolao de saõ Miguel = ê dos Collegiaes era vicereytor, Dom Acurcio de Santo Agostinho, subordinado ao Padre Prior geral como Reytor que era do Collegio. Naõ perseverou o Collegio no mosteiro de saõ jorge mais que aquelle triennio, porque no capitulo geral seguinte, o tornaraõ a traser pera o de Santa Crus.

¶ No capitulo geral que se celebrou no Anno de, 1590 = ordenaraõ os Padres nelle congregados, ê mandaraõ pozitivamente, ê com preceito, se fundasse com effeito novo Collegio separado do real mosteiro de Santa Crus, no melhor, ê mais acomodado sitio que se achasse. O Padre Dom Acurcio de Santo Agostinho, que então sahio eleito Prior geral, querendo satisfazer ao preceito, gastou todo o triennio na escolha, ê compra do sitio, ê em outras preparaçoens muito necessarias. Finalmente tratou de lhe lansar

a primeira pedra fundamental antes que acabasse o seu triennio, como de feito fes com grande solemnidade, é aparato no lugar aonde oje o vemos = Assistiraõ o Corregedor, juis de fora, é os vreadores desta cidade em corpo de Camara: fes o officio da bençaõ da pedra o illustrissimo senhor Bispo Conde Dom Affonso de Castello branco revestido em Pontifical com seus ministros; foy isto em huma terça feira 30, de Março do Anno de, 1593 é foy dedicado este novo Collegio chamado, Sapiencia, ao grande Patriarca Santo Agostinho nosso Padre, é foraõ logo correndo as obras —

¶ No Capitulo geral que se celebrou no Anno de, 1602 = uniraõ as rendas de dous mosteiros, Folques, é Paderne, pera este novo Collegio pera o que se ordenou no mesmo Capitulo, que estes dous mosteiros naõ fossem mais Priorados, pera o que se pedio suplemento a sua santidade.

¶ No principio do mes de Junho do Anno de, 1604 = os collegiaes que estudavaõ, é eraõ moradores no real mosteiro de Santa Crus foraõ mandados com seus mestres, pera este seu novo Collegio, como ficou ordenado no diffinitorio proxime passado: é no mesmo collegio assistindo o Padre Prior geral com seus collegas, em, 15, de Julho do mesmo Anno, por votos de escrutínio dos mesmos padres mestres, é collegiaes, se fes eleição canonica de primeiro Reytor, como abaixo se declara, é he o que se segue —

#### ¶ REITORES DO COLLEGIO ¶

¶ .1. O Padre Dom Acurcio de Santo Agostinho, que = tinha já sido duas vezes Prior geral da Congregaçaõ, foy eleito com todos os votos nemine discrepante em primeiro Reytor do — novo Collegio, Sapiencia, em 15, de Julho do Anno de, 1604. é foy confirmado no mesmo dia pello Padre Prior geral Dom Lourenço do Espirito Santo Soares; é seus Collegas, D. Clemente da Assumpçaõ, é D. Joaõ das Neves.



O Padre Reytor foy eleito geral, Anno, 1605 = donde procederaõ as inquietaçoes da ordem.

¶ Dom Miguel dos Anjos, Saá: natural da villa de Santiago de Cacem, Conego professo do mosteiro de saõ vicente eximinador das tres ordens militares. foy eleito Reytor deste Collegio no, 2º, capitulo geral do Anno de, 1605 = é foy confirmado pello Padre Dom Bernardo da Piedade asserto geral = é seus chamados collegas, que tudo foy nullo.

¶ No Anno, de 1607 = em, 26, de Março, sendo Prior geral apostolico o Padre Mestre Dom Antonio das chagas: foy o Padre Dom Miguel dos Anjos reprovado, é excluido de Reytor por votos secretos dos mestres, é collegiaes, moradores é vogaes do nosso Collegio.

¶ — 2 — Dom Miguel dos Anjos Saá, foy outra ves eleito Reitor no mesmo dia, é Anno por votos dos mesmos mestres, é collegiaes que o tinhaõ reprovado. Levou todos os votos nemine discrepante, é foy logo confirmado pello Padre Prior geral apostolico Dom Antonio das Chagas; é seus collegas, D. Gaspar dos Reys, é D. Nicolao dos Santos =

Ao Padre Reitor dõ Miguel de Saá, mandou prender o Padre Prior geral apostolico, é formandolhe culpas lhe desprio o habito, é o desterrou pera fora do Reyno no Anno de, 1608 — é la faleceo — na sua terra =

¶ 3 Dom Gaspar dos Reys, que era atualmente collega, foy eleito Vicereitor deste Collegio no diffinitorio do meio do triennio, no Anno de, 1608 = é confirmado pelo Padre Prior geral apostolico Dom Antonio das Chagas, é seu collega secretario D. Nicolao dos Santos. consta dos autos do capitulo geral do Anno de, 1609 —

¶ 4. Dom Nicolao dos Santos, natural de Verride, Conego do Mosteiro de Santa Crus, acabou o seu collegado, é foy eleito vicereitor deste collegio no capitulo geral do Anno de, 1609 = é confirmado em, 14, de Mayo pello Padre Prior geral Dom Miguel Passanha — e seus Collegas, D. Constantino dos Anjos, é D. Jeronimo da Crus.

¶ 5. O Mestre Dom Antonio das Chagas, Conego professo do Mosteiro de saõ Vicente, natural da villa de Atouguia que já tinha sido Geral apostolico, foy eleito vicereitor deste Collegio no capitulo geral do Anno de, 1612, é confirmado em, 18, de Mayo, pello Padre Prior geral Dom Dionyzio da Mizericordia; é seus collegas D. Gaspar dos Reys, é D. Antonio da Crus.

¶ 6. Dom Antonio da Crus, natural da villa de Abrantes, Conego do Mosteiro de Saõ Vicente: acabou o seu Collegado, e foy eleito Vice reitor deste Collegio no Capitulo geral que se celebrou no Anno de 1615 = é foy confirmado em, 13, de Mayo pello Padre Prior geral Dom jeronimo da Crus = é seus collegas, D. Manoel de Christo Serra é D. Sebastiaõ da Graça

¶ .7. O Mestre Dom Andre de Saõ Joaõ, lente iubilado natural da Cidade de Coimbra, Conego professo do Mosteiro do Salvador da serra de villa nova do Porto, foy eleito Reitor deste Collegio no Capitulo geral do Anno de 1618 e confirmado em, 14, de Mayo, pello Padre Prior geral Dom Miguel Passanha, e seus collegas, D. Andre da Conceiçaõ e D. Luis da Silveira —

¶ 8. Dom Dionyzio da Mizericordia, natural da cidade de Lisboa, filho de Miguel Rodrigues de Andrade e de sua mulher Caterina de Novaes, Conego do Mosteiro de Santa Crus. foy eleito Reitor deste Collegio no Capitulo geral do Anno de, 1621 — e confirmado em os, 8, de Mayo pello Padre Prior geral Dom Antonio da Crus: e seus collegas, D. Christovaõ de Saõ Joaõ, é D. Bertolomeu da Vizitaçaõ.

O Padre Reytor, renunciou no Anno de 1621

¶ 9. O Mestre Doutor Dom Gaspar de Saõ joaõ, natural da Cidade de Leiria, conego professo do mosteiro de

Santa Crus, foy eleito Reytor deste Collegio em Diffinitorio, e confirmado em 7, de Maio, digo, em 22, de Outubro do Anno de, 1621 — pello mesmo Padre Prior geral Dom Antonio da Crus; e seus collegas, D. Christovaõ, é D. Bertolomeu —

¶ 10. Dom Constantino dos Anjos: natural da Cidade de Braga, Conego professo do mosteiro de Santa Crus. foy eleito Reitor deste Collegio no Capitulo geral do Anno de, 1624 = e confirmado em os, 7, de Mayo pello Padre Prior geral Dom Sebastiaõ da Graça e seus Collegas, D. Marcos da Crus, é D. Diogo da Piedade Aranha.

¶ 11. O Mestre Doutor Dom Jorge da Annunciaçãõ Lente iubilado, calificador do Santo officio: natural de Meijaõ frio bispado do Porto, Conego professo do real mosteiro de Santa Crus foy eleito Reytor deste Collegio de Santo Agostinho, Sapiencia, no capitulo geral do Anno de, 1627 — e foy confirmado em — 10 — de Mayo, pello Padre Prior geral Dom Miguel Passanha: e seus collegas, D. Francisco das Neves, é D. Simaõ das Chagas —

¶ .12. O Mestre Doutor Dom Paulo da Piedade, Lente jubilado, Conego professo do mosteiro de Grijo; foy eleito Reytor do Collegio no capitulo geral do Anno de, 1630 = e confirmado em os 2, de Mayo pello Padre Prior geral Dom Jeronimo da Crus: e seus collegas, D. jozeph de Christo, e D. Gabriel da Ressurreiçãõ.

¶ .13. Dom Diogo da Piedade Aranha = Conego do Mostr.º de Santa Crus = filho de Diogo Aranha Chaves cidadão de Coímbra, e de sua mulher, Izabel da Costa = foy eleito Reytor no Capitulo geral do Anno de, 1633 = e confirmado em, 24, de Abril, pello Padre Prior geral D. Luis da Silveira: e seus collegas, D. Miguel da Esperança e D. Luis da Paixaõ.

¶ .14. O Doutor Dom Lionardo de Santo Agostinho Viegas Conego do real mosteiro de Santa Crus = calificador do Santo officio = acabava de ser vigairo de Santa Crus = foy eleito Reytor no Capitulo geral do Anno de, 1636 = e confirmado em, 23, de Abril pello -Padre Prior geral Dom Paulo de santo Agostinho Barreto e seus Collegas, D. Damiaõ da Crus e D. Christovaõ da Crus.

¶ No Anno de, 1637 = em os — 5 — de Mayo, dia da Conversaõ do Patriarca Santo Agostinho, Orago deste Collegio Sapiencia, com muito fogo â noute, Muzica, Missa Cantada de canto de orgaõ, e sermaõ, se fes a mudança da Igreja velha pera a Nova deste mesmo collegio, aonde assistio o Padre Prior geral, e colegas.

¶ O Mestre Doutor Dom joaõ das Chagas, lente jubilado, natural da vila de Viana, Conego do Mosteiro de Grijo = eleito Reytor no Capitulo geral nullo, do Anno de, 1639 = e confirmado pello Padre Dom Antonio da Cruz asserto geral = e seus chamados collegas, D. Antonio dos Anjos, e D. Lourenço dos Martyres = governou o Collegio hum anno = e no seguinte, 1640 = em, 18, de Mayo foy desposto do cargo com o geral, e collegas que o confirmaraõ, por Breve do Papa Urbano 8º = tinha sido confirmado em, 17, de, Mayo, de 1639 =

¶ .14. O Doutor Dom Lionardo Viegas = foy repostado no Reytorado em, 20, de Mayo do Anno de, 1640 = pello Padre Vizitador jnformador apostolico por virtude do sobre-dito Breve do Papa Urbano 8º. Governou o Collegio outros, 3 annos = 2, mezes = é .18. dias = até os, 8, de Agosto do Anno de, 1643 = em o qual dia se tornou a introduzir o Doutor Dom joaõ das chagas, como diremos.

¶ O Mestre Doutor Dom joaõ das chagas, se tornou a introduzir no Reytorado em, 8, de Agosto, Anno, 1643

= por ordem do Padre Dom Antonio da Crus, que tambem se introduzio no generalado e o reteve cerca de, 9, mezes, até que 2.<sup>a</sup>, vez foy desposto pello Colleitor apostolico em virtude do, 2.<sup>o</sup>, Breve do Papa Urbano, 8.<sup>o</sup> =

¶ .14. O Doutor Dom Lionardo Viegas, depois de expulso, 2.<sup>a</sup>, ves, o Colleitor Apostolico, por virtude do, 2.<sup>o</sup>, Breve, o tornou a repor no Reytorado, governou ainda passante de hum mes, porque se segio logo Capitulo geral no Mosteiro de saõ vicente, em 20, de junho, Anno, 1644 = no qual assistio como Reytor, e nelle foy eleito geral —

¶ .15. O Mestre Doutor Dom Antonio das Chagas, lente jubilado, natural da villa de Atouguia, comarca de Leiria, Conego do mosteiro de Santa Crus = foy eleito Reytor no Capitulo geral do mosteiro de Saõ vicente, Anno, 1644 = e foy confirmado em, 7, de Julho, pello Padre Prior geral Doutor Dom Lionardo Viegas: e seus collegas D. Innocencio das chagas, e D. Nicolao de santa Maria.

¶ .16. Dom Miguel dos Anjos Perestrello = Conego do Mosteiro de Grijo, Filho de Francisco Perestrello = Cidadão de Coimbra, e de sua mulher, Maria de Aguiar. foy eleito Reytor deste Colegio — no capitulo geral do Anno, 1647 = e cõfirmado em, 13, de Mayo, pello Padre Prior geral Dom Luis da Silveira = e seus collegas, D. Luis da Ressurreiçaõ e D. Agostinho do Rozario.

¶ .17. Dom Luis da Paixaõ Pacheco = Conego do Mosteiro de Santa Crus = foy eleito Reytor no Capitulo geral do Anno, 1650 = e confirmado em, 11, de Mayo, pello Padre Prior geral Dom jeronimo de Noronha = e Collegas, D. Simaõ da Paixaõ, e D. jozeph da Annunciaçaõ.

O Padre Reytor faleceo no Anno, de 1651 =

¶ 18. Dom joaõ da Crus Toscano = natural da villa da Barca filho de Antonio Toscano, e de sua mulher Izabel

da Costa = Conego do Mosteiro de santa crus = foy eleito Reitor do Collegio em diffinitorio, Anno, 1651 = Confirmado em — 11 — de Dezembro pelo mesmo Padre Prior geral Dom jeronimo da Ressurreiçaõ: e seus mesmos collegas, D. Símaõ da Paixaõ: e D. jozeph da Annunciaçaõ —

¶ 19. Dom Miguel dos Anjos Perestrello = foy, 2.<sup>a</sup>, ves eleito Reitor do Collegio no Capitulo geral do Anno, 1653 = Confirmado — em os, 6, de Mayo, pello Padre Prior geral Doutor Dom Lionardo: e seus Collegas = Doutor D. Antonio dos Sãtos = é D. Mattheos da Crus —

¶ 20. O Mestre Doutor Dom Duarte de Santo Agostinho do Rego = Lente jubilado, Calificador do Santo officio = natural da Cidade de Braga = filho de Gaspar do Rego de Lemos = e de sua mulher, Maria Ferreira Campello = conego do Mosteiro de Santa Crus = foy eleito Reitor do Collegio no Capitulo geral do Anno de, 1656 = Confirmado em — 9 — de Mayo, pello Padre Prior geral Dom Luis da Silveira = e seus collegas D. Agostinho da Encarnaçaõ, é D. Andre da Conceiçaõ.

¶ 21. O Mestre Doutor Dom Antonio das Chagas: foy 2.<sup>a</sup> vez eleito Reitor do Collegio no Capitulo geral do Anno — 1659 — confirmado em — 10 — de Mayo, pello Padre Prior geral Dom Miguel Perestrello = e Collegas, D. Sebastiaõ do Rozairo = D. Manoel da Ascençaõ =  
O Padre Reitor renunciou, Anno, 1661 —

¶ 22. Dom Bento de Christo, Pereira = natural da villa de Barcellos, Filho de Domingos Ferreira, e de sua mulher Margarida de Carvalho = Conego professo do real mosteiro de Santa Crus = foy eleito Reitor do Collegio no Diffinitorio do Anno de, 1661 — e confirmado em os, 3, de Fevereiro, pello Doutor Dom jorge de Santo Agostinho, vigairo do real mosteiro de Santa Crus, por comissaõ do Padre Prior Vigairo geral Dom jozeph de christo Pereira

de Britiandos, e dos seus collegas = D. Sebastião do Roza-  
rio Rocha é D. Mattheos da Crus Moraes —

O Padre Reytor faleceo no Anno — 1662.

¶ O Mestre Doutor Dom Gabriel de Santo Agostinho natural da villa da Barca, Conego do mosteiro de Santa Crus, Regente do Collegio: nelle prezidio, 4, mezes, é alguns dias, ate o capitulo geral do Anno de 1663 — no qual assistio como Regente —

¶ 23. — O Doutor Dom Garcia dos Anjos, Tavora: Conego do mosteiro de santa Crus = filho de Frey Luis Alvares de Tavora, Cavaleiro do habito de Saõ Joaõ de Malta, Baulio de Leça eleito Reitor do Collegio no capitulo geral do Anno de, 1663 = Confirmado em, 26, de Abril pello Padre Dom Luis da Silveira Prior geral apostolico; e seus Collegas, D. Paulo de saõ Domingos, é D. Fulgencio dos Martyres —

¶ 24. Dom Andre das Neves, Conego do Mosteiro, de santa Crus, foy eleito Reitor do Collegio, no capitulo geral do Anno de 1666 — Confirmado em, 19, de Mayo, pello Padre Prior geral Dom Lionardo da Purificaçaõ: e seus collegas, D. Clemente do Paraizo = é D. Antonio da Ascençaõ.

¶ 25. O Mestre Doutor Dom Gabriel de Santo Agostinho, Lente iubilado, de Regente do Collegio foy eleito Reitor no Capitulo geral do Anno de, 1669 = Confirmado em, 16, de Mayo pello Padre Prior geral Dom joaõ dos Anjos = é seus collegas D. Rodrigo de Christo, e D. Placido da Conceiçaõ.

¶ 26. O Doutor Dom Antonio dos Santos = Foy eleito Reytor deste Collegio no Capitulo geral do Anno de, 1672 = é confirmado em, 15 de Mayo, pello Padre Prior geral Dom Henrique do Desterro, é seus collegas, D. joaõ do Paraizo, é D. jeronímo da Conceiçaõ.

¶ 27. Dom Símaõ de S<sup>to</sup> Agostinho que foy vogal no Capitulo geral, é nelle eleito Reytor do nosso Collegio em os, 4, de Mayo do Anno, de 1675 = e foy confirmado em, 12, do sobredito mes pello Padre Prior geral o Doutor Dom joaõ da Assumpsaõ, é collegas Doutor Dom Luis da Ascensaõ, é D. jeronimo de saõ jozeph.

¶ 28. Dom Lionardo da Purificaçam, que ia foy Geral = é neste capitulo Secretario e Diffinidor primeiro: é nelle foy eleito Reytor do Collegio, em os — 15 — de junho, do Anno de — 1678 — é foy confirmado no mesmo Collegio pello Padre Prior geral Dom jeronímo da conceiçam, e seus colegas, D. Pedro do Espirito santo, é D. Bazilio Silua. O Padre Reytor renunciou no Diffinitorio, An. 1680 —

¶ 29. Dom Clemente do Paraizo, conego de Santa Crus, foy eleito Reitor no mesmo diffinitorio em — 28 — de Feuereiro. Anno de — 1680. Tinha iá sido Colega; estaua no mosteiro de saõ Símam, veyo chamado foy confirmado no Collegio, pello mesmo Padre Geral, é seus collegas em — 12 — de Março do mesmo Anno — 1680 — Foy eleito vizitador — I<sup>o</sup> — no capitulo geral do Anno de — 1681 —

¶ .30. Dom Alvaro da Ascençam Pacheco. Conego do real mosteiro de Santa Crus, foy eleito Reytor no Capitul. Ger. em — 28 — de Abril, estaua morador no mosteiro de Sam Iorge veyo chamado, é foy confirmado em — 15 — de Mayo, pello Padre Prior geral, mestre Doutor Dom Gabriel de Santo Agostinho, é seus Collegas, D. Acurcio da Esperança, é D. Virissimo de S<sup>to</sup> Ant<sup>o</sup>

O Padre Reytor foy eleito vizitador I.<sup>o</sup> no capitulo geral. Anno = 1684

¶ — 31 — O Mestre Doutor Dom Pedro da Gloria, Lente iubilado, conego do real mosteiro de s<sup>ta</sup> Crus. Pessoa do capitulo geral. foy eleito Reytor no capitulo geral,



em os — 23 — de Abril deste Anno em Domingo á tarde, é foy confirmado no mesmo Collegio em os 30 — de Abril, pello Padre Prior geral Dom Manoel de saõ Lionardo, é os collegas D. Jozeph de S<sup>to</sup> Antonio, é D. Raymundo de S<sup>ta</sup> Maria —.

32 O M.<sup>o</sup> D. Antonio dos Martires Lente Jubillado, Conego Profeço do Most.<sup>ro</sup> de Refoyos foi eleito — Reitor do Coll.<sup>o</sup> aos 20 de Abril do anno de 1687, e foi confirmado pelo P.<sup>o</sup> Geral D. Jnnocencio da Resurreiçaõ e seus collegas D. Antonio do Desterro e D. Constantino de S. Bernardo.

33 = D. Antonio de S. Jozeph Conego Profeço do Most.<sup>ro</sup> de Refoyos vindo Procurador a Capp.<sup>o</sup> do Mosteiro de Moreira foi eleito Reitor do Collegio a 15 de Abril do Anno de 1690, e comffirmado p<sup>lo</sup> R.<sup>mo</sup> P.<sup>o</sup> G.<sup>al</sup> o D.<sup>or</sup> D. Pedro da Gloria e seus collegas D. Silvestre dos Anjos, e D. P.<sup>am</sup> da Natividade.

34 = Dom Clemente do Sp.<sup>to</sup> s.<sup>to</sup> Conigo Professo do most.<sup>ro</sup> de Grijo, e morador neste Real most.<sup>ro</sup> de S<sup>ta</sup> Crus foi eleito em Reitor do Collegio a 10 de Abril de 693, e confirmado pello Rm.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Geral Dom Manoel de S. Jozeph e seus collegas. o D.<sup>or</sup> Dom Alexandre de S. Iozeph, e Dom Theotonio da Conceiçaõ.

35 = Dom Vasquo dos Reis, Conigo Professo do Real most.<sup>o</sup> de S.<sup>ta</sup> Crus, e morador no dito most.<sup>o</sup> n.<sup>al</sup> desta Cidade foi eleito em Reitor do Colleyo em 10 de Mayo de 696 e confirmado pello Rm.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Geral Dom Jeronimo de Saõ Iozeph e seus collegas Dom Christouaõ da Crus, e Dom Ignacio dos Anjos.

36 Dom Alexandre de S. Jozeph Mestre na Sagrada Theologia, conigo professo do mostr.<sup>o</sup> de S<sup>ta</sup> Crus foi eleito Reitor do Collegio no mes de majo, e confirmado pello

P.<sup>o</sup> Geral Dom Pedro da Gloria, e Seus Collegas D. Alexandre de s<sup>ta</sup> M<sup>a</sup> e Dom Verissimo de S. Gonsalo.

37 Dom Theodoro do Desterro Mestre na Sagrada Theologia Conigo Professo do mostr.<sup>o</sup> de Gryo foi eleito em Reitor do Collegio no mes de Mayo de 1702. e confirmado Pello Rm.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Geral Dom Joaõ do Paraiso, e seus Collegas D. Alvaro da Conceição e Dom Jeronimo de S. Joaõ.

38 Dom Alvaro da Conceição Conego Professo deste Real mostr.<sup>o</sup> de S.<sup>ta</sup> Crus e n.<sup>al</sup> de Alcobaça acabando de ser collega, foi eleito em Reitor do Collegio em 6 de Mayo de 705. e confirmado pello Rm.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Geral Dom Gaspar da Encarnação, e seus collegas Dom Ambrosio, da Conceição e Dom Miguel do Sacram.<sup>to</sup>

39 Dom Ant.<sup>o</sup> de S<sup>to</sup> Henrique Conigo Professo do Real mostr.<sup>o</sup> de S.<sup>ta</sup> Crus, foi eleito em Reitor do Collegio em o Cap.<sup>o</sup> Geral que se selebrou no Real mostr.<sup>o</sup> de S. V.<sup>te</sup> no anno de 709 e confirmado pello Rm.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Geral Dom Jozeph de S. Joaõ e seus collegas Dom Joaõ de S<sup>ta</sup> Monica e Dom fran.<sup>co</sup> de S. Caetano.

40 O Dr. Dom Bento de S<sup>to</sup> Agostinho mestre na Sagrada Theologia Conigo Professo deste Real mostr.<sup>o</sup> de S<sup>ta</sup> Crus, foi eleito Reitor do Collegio no Cap.<sup>o</sup> Geral que se selebrou neste d.<sup>o</sup> Real mostr.<sup>o</sup> no anno de 1712 e confirmado pello Rm.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Geral Dom Joaõ de Christo e seus collegas Dom Manoel dos S.<sup>tos</sup>, e Dom Thomas da Incarnação —

41 O P.<sup>o</sup> D. Florido da graça Conego Professo do Real Mostr.<sup>o</sup> de Sancta Cruz, foi eleito Reitor do Colleg.<sup>o</sup> no Cap.<sup>o</sup> geral que se celebrou neste Real Mostr.<sup>o</sup> no anno de 1715 é Comfirmado pello Rm.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> geral Dom Gaspar da Incarnação, e seus Collegas Dom Christouaõ da glória, e Dom Dionizio da gloria.

VNIAÕ, & REFORMAÇÃO DO MOSTEYRO  
DO SALVADOR DE ECCLEZIOLA, QUE  
HOJE SE CHAMA GRIJÓ, & SEUS PRIO-  
RES TRIENNAIS.

VNIAM, É REFFORMAÇAM DO MOSTEIRO  
DO SALUADOR DE ECCLEZIOLA: QUE OJE  
SE CHAMA GRIJO = E SEUS PRIORES =

O Mosteiro do Salvador de Eccleziola, a quem oje cha-  
mamos, e nomeamos, Grijo, situado na Comarca da Feira,  
a qual se chamaua, Terra de Santa Maria: entam no Bis-  
pado de Coímbra, oje no do Porto, duas legoas aquem do  
rio Douro, etc. Teue seu principio na Era de Cezar =  
D.cccc.Lx. qué Anno de Christo = 922 =

¶ Gutterre Suares, é seu irmam Auzindo Suares,  
homens fidalgos, clerigos autorizados, varoens exemplares  
de grande virtude, é deuotos: fundaram huma Igreja na  
sua quinta que se chamaua, Eccleziola, subtus mons  
Petroso, é a dedicaram ao Salvador do mundo pera nella o  
seruirem toda a vida. Consta isto de huma doaçam, é tes-  
tamento, que de todos seus bens lhe fizeram neste mesmo  
Anno = 922 = em os = 18 = de Dezembro. Este sitio,  
segundo tradiçam antiga, hé aonde oje está o lugar que se  
chama = Morrezezes = pouco afastado do muro da cerca  
do mosteiro.

¶ Nuno Suares o Velho, rico homem, Senhor deste  
Couto, e solar, fauorecendo os bons íntentos de seus irmaõs,  
dahi a poucos annos fũdou naquella Igreja de Eccleziola

hum mosteiro: e porque se aiuntaram a os dous irmaõs sacerdotes fundadores, outros clerigos deuotos para viuerem em sua companhia, receberam a Regra, e habito do Patriarca santo Agostinho da maõ do Bispo de Coímbra Gundeziõdo, na Era de: D.cccc.lxx.vj = he Anno = 938 = se fizeram Conegos Regrantes, e o sobre dito Padre Gutterre Suares foy logo eleito — Abbade: o que tudo confirmou o Papa Liam. 7º =

¶ Na Era de = M.c.xxx.j = hé Anno de — 1093 = Sueiro Fromarigues, é sua mulher Dona Eluira Nunes Aurea, filha herdeira de Nuno Suares o velho, senhores deste Couto é suas terras, Padroeiros deste Mosteiro do Salvador de Eccleziola, tendo reedificado de nouo a sua igreja com mais capacidade, porque era muito piquena, mandaram pedir é rogar ao Bispo de Coímbra Dom Cresconio (chegaua ainda o bispado de Coímbra até o rio Douro) que com o Ordinario destes lugares, lha quizesse vir sagrar: O Bispo Dom Cresconio veio, é a sagrou reuestido em Pontifical com seus ministros, é grande solemnidade, é festa, é aparato, em os, tres, de Outubro deste Anno = 1093 = é no mesmo dia em presença, é com autoridade do mesmo Bispo ratificaram publicamente huma doaçam, é carta de testamento que de todas suas herdades, é couto tinham feito ao dito mosteiro.

¶ Na Era de = M.c.xxxx.viiij = he Anno de — 1110 = por falecimento de Sueiro Fromarigues dotador do mosteiro, lhe sucedeu seu filho Nuno Suares o mosso, nam sô no senhorio das terras, é couto, mas tambem no zello do servisso de Deos, porque dahi a dous annos acrescentou muito o mosteiro em rendas, é edefficios. (Paresse que nesta occaziam se mudou o Mosteiro, é se fabricou de nouo no lugar aonde oje está, segundo tradiçam antiga). entam lhe fes hum solemne testamento de muitas herdades: este testamento, é carta de doaçam foy feita em sete de junho = Era = M.c.l = hé Anno — 1112 = na qual assinam todos

seus irmãos, é sua may Dona Eluira Nunes Aurea, como senhora proprietaria deste Couto, ê Senhorio. A qual também fes outra carta de Liberdade, é firmeza da Igreja do mosteiro, é a offereceo a Deos com mais seis igrejas das quais ella era Padroeira = a saber = Sam Saluador de Peruzinho = Sam Mamede de Serzedo = Sam Martinho de Argoncilhe = Sam Miguel de Trauassó = Sam Martinho de Travanca = e Santa Eulalia de Eyrol = De todas estas sete igrejas lhe deu a dita Dona Eluira Nunes Aurea o Padroado. A qual doação confirmou depois o Bispo de Coímbra Dom Bernardo. Esta senhora com seu pay, irmãos, tios, marido, é filhos; tinham suas sepulturas autorizadas na Cappella Mór da Igreja deste mosteiro = a qual foy a que depois sagrou o Bispo do Porto Dom Pedro Saluador no Anno de — 1235 =

¶ Este mosteiro do Saluador de Eccleziola, com as sobre ditas igrejas Parroquiaes estauam todas no bispado de Coímbra, nas quais o Bispo tinha iurisdicam ecclesiastica. O Bispo Dom Bernardo fes della dezistencia, é a largou, é deu ao Abbade do mosteiro Dom Pedro Suares, em recompensa de serto fazenda que o mosteiro lhe largou em Lamas iunto ao rio Bouga; chegaua ainda neste tempo o bispado de Coímbra até o rio Douro. Era Padroeiro do mosteiro Nuno Suares o Mosso o qual foy o que procurou esta iurisdicam. Foy feita a Carta de doaçam, é liberdade, em o mes de Abril = Era = M.C.LXX = he Anno de = 1132 = na qual assínaram com o Bispo Dom Bernardo, o Arcediago Dom Tello, é o Mestrescola Dom Joam Peculiar = é a confirmou o senhor Arcebispo de Braga Dom Pelayo, como Primas.

¶ Em = 24 de Nouembro = Era = M.C.LXX.iiij = he Anno = 1135.

O Padre Dom Joam Peculiar, comessou a Refformar este Mosteiro de Ecclesiola, por ordem do Padre Santo Theotonio, à instancia do Abbade Dom Pedro Suares, com tam-

bom successo, que em breve tempo se fes este mosteiro hũ retrato viuo do de santa Crus de Coimbra = O Abbade Dom Pedro deu a os seus Conegos marauilhozo exemplo, era o primeiro que guardaua as Leis da reformaçam = largou o titulo de Abbade, é tomou o de Prior por mais humilde, á imitaçam do Padre Santo Theotonio.

¶ Reformando estaua o Padre Joam Peculiar este mosteiro, quando no Anno seguinte = 1136 = o serenissimo Rey Dom Affõso Henriques lhe deu o bispado do Porto = é como neste tempo este bispado estiuesse iá estendido pella Comarca da Feira, ficaua este mosteiro com as tres igrejas = Peruzinho = Argoncilhe, é Cerzedo = no seu destrito = O senhor Bispo Dom Joam Peculiar, mostrandosse agradecido, pera tirar alguma duuida que poderia auer na iurisdicam com os bispos seus sucessores, a confirmou de nouo com o seu cabido sendo Prior Dom Tructezindo, em, 26, de Outubro, do Anno = 1137. é depois sendo Arcebispo de Braga a Confirmou como Prímas.

¶ Foy recebido este Mosteiro de Eccleziola, é seus conegos com as suas igrejas debaixo da protecçam da Sée Apostolica, é confirmaçam dos Summos Pontifices por suas Bullas.

¶ O Papa Jnnocencio — 2º = em 27 — de Abril = Anno = 1139 — ao Prior môr Dom Tructezíndo =

¶ O Papa Lucio — 2º = em — 21 — de Abril, Anno de — 1144 — ao mesmo Prior môr Dom Trutezindo =

¶ O Papa Eugenio = 3º — em — 8 — de Setembro, Anno de 1148 = ao mesmo Prior môr.

¶ O Cardeal Gregorio Legado à latere em Hespanha, do Papa Eugenio — 3º = Celestino — 3º = em . 5 . de Feue-reiro — Anno — 1193 = deu sentença a cerca da iurisdicam

contra o bispo do Porto, em fauor deste mosteiro = é lhe confirmou todos os priuilegios é doaçõens —

¶ O mesmo Papa Celestino — 3.º = em — 27 — de julho — Anno de 1195 = Confirmou a sentença, é apronou tudo o que o seu Legado tinha feito, com outras muitas graças, ao Prior mór Dom Esteuam —

¶ E outros Summos Pontifices confirmaram tambem a este mosteiro todas as doaçõens, é priuilegios, assím eccleziasticos, como seculares = é concedeu que os seus Priores pudessem uzar nas missas solemnes, é procissoens de insignias Episcopais = a saber = Mitra, é Baculo, é que possam trazer Anel, é Crus peitoral —

¶ Tambem Os Senhores Reys deste reyno, fauorece-  
rão muito este mosteiro com seus preuilegios, é merces —

¶ A Raynha Dona Tareja, may do grande Rey Dom Affonso Henriques, em, 22, de Mayo, Era — M.c.lvj = he Anno de — 1118 = fes doaçam do Couto de Eccleziola, ao Abbade Dom Payo Suarez, é aos seus Conegos = E des-  
pois o confirmou na Era de = M.c.lx = hé Anno de — 1122 —  
E na Era de = M.c.lxiiij = he Anno = 1126 = fes outra doaçam ao Abbade Dom Pedro Suares, demarcandolhe o couto por seus termos = é confirmandolho de nouo.

¶ ElRey Dom Affonso Henriques, em onze de Janeiro da Era de = M.c.lxx.vij = hé Anno = de — 1139 = fés doaçam ao Prior Dom Tructezindo, da villa de Britto, é a fés couto = E na Era de M.c.lxxx — hé Anno — 1142 = em — 20, de julho — fés doacam a o mesmo Prior, da villa de Tarou-  
quella, é a fés couto, é lhe confirmou o couto do mosteiro; é nestes tres coutos lhe concedeu a jurisdiçam secular sível —

¶ ElRey Dom Sancho — 1.º = na Era = M.cc.xx.viiij — he Anno = 1190 = em, 27, de julho, confirmou tudo o

assíma dito ao Prior Dom Sueiro Martins = A carta desta doaçam foy passada em Lisboa; Assinaõ nella = Dom Martinho, Arcebispo de Braga = Dom Sueiro Bispo de Lisboa = Dom joam Bispo de Vizeu = Dom Payo Bispo de Euora = Dom joam Bispo de Lamego.

¶ A Infante Dona Constancia Sanches, sua filha natural, na Era de = M.ccc.j = hé Anno de — 1263 = fés doacam a este Mosteiro, é ao Prior Dom Pedro Pires da Igreja de S<sup>ta</sup> Marinha de Cortegaça = é da de Cerzedo = é Soueireira fermosa, é confirmou a doaçam do Padroado da Igreja de Maçans de Dona Maria, feita a este mosteiro por sua may Dona Maria Paes Ribeira —

¶ ElRey Dom Affonso — 2<sup>o</sup> = na Era = M.cc.l.vij = hé Anno de — 1219 = confirmou ao Prior Dom Sueiro, 2<sup>o</sup> do nome, tudo o que os Reys seus antecessores doaram —

¶ ElRey Dom Affonso . 3<sup>o</sup> — fés o mesmo na Era M.cc.lxxxx.viiiij = hé Anno = 1261 = ao Prior Dom Pedro yannes.

¶ ElRey Dom Dínis = fés o mesmo, na Era dé = M.ccc.l.ix = hé Anno de — 1321 = ao Prior Dom Martinho = Tinha feito outra confirmaçam ao Prior Dom Pedro Pires o 2<sup>o</sup> do nome na Era de = M.ccc.l.v = hé Anno de — 1317 =

¶ ElRey Dom Affonso — 4<sup>o</sup> = na Era = M.ccc.lx.iiij = he Anno de — 1325 = em — 7 — de Mayo. Confirmou a jurisdicam Ciuel deste Mosteiro ao Prior Dom joam Pascazio —

¶ ElRey Dom Pedro — em — 6 — de Outubro da Era M.ccc.xc.vj = hé Anno — de — 1358 = em Coímbra, confirma ao Prior Dom Domingos Bertolomeu, todas as doaçens, é preuilegios, é liberdades concedidas pellos Reys seus antecessores = é lhe confirma a jurisdicam Ciuel secular =



¶ ElRey Dom Fernando, na Era de — M.cccc.vij —  
hé Anno = 1369 = em — 6 — de Mayo. Confirma tudo ao  
Prior Dom Gonçallo = o que elRey Dom Pedro seu pay  
tinha confirmado.

¶ ElRey Dom joam .3º — no Anno do Senhor —  
1533 = em 17 — de Setembro = em Euora confirmou ao  
Bispo Prior mór Dom joam Sutil, as doações dos Coutos,  
de Eccleziola = Britto = é Tarouquella — E em — 6 — de  
julho, Anno, — 1534 = Confirma as doações delRey Dom  
Affonso 4º = é as delRey Dom Pedro seu filho = com a  
iurisdicam Ciuel, é mais preuilegios que os Reys seus ante-  
cessores lhe deram.

¶ Os mesmos Serenissimos Reys, é outros Infantes  
seus filhos, fizeram outras muitas doações, que não cabem  
neste lugar, por escusar proluxidade. Com elles outros  
muitos fidalgos; pessoas nobres = é plebeos, de menor condi-  
çam, deuotos = fizeram muitas doações de propriedades, é  
rendas, com que ficou este Mosteiro do Saluador de Eccle-  
ziola, oje Grijo, hum dos mais autorizados mosteiros deste  
Reyno.

¶ De toda a iurisdicam ecclesiastica confirmada pellos  
summos Pontifices, como fica dito, gozam ainda oje os Prio-  
res triennais deste Mosteiro de Grijo refformado. Tem  
vigairo geral, Promotor da iustiça, escriuam ecclesiastico,  
Meirinho, é Aljube —

¶ Conserua tambem a jurisdicam secular Ciuel que os  
senhores Reys lhe concederam, a saber = Sam Ouuidores  
dos tres coutos Grijo = Britto = é — Tarouquella = Tem  
escriuam secular, é confirmam os juizes, é Almotasseis pera  
o gouerno da terra, é couto —

¶ No mosteiro do Saluador de Eccleziola tomaram o  
santo habito canonico pessoas muito graues, autorizadas, é

de virtude com que muito o ennobresseram com os cargos, é dignidades que tiuerão é com a nobreza de seu sangue.

¶ Dom Nuno Sanches, filho natural delRey Dom Sancho primeiro, é de Dona Maria Paes Ribeira = varam muito religioso, é refformado; nunca quis asseitar o Priorado = ElRey Dom Affonso 2º = seu meio irmam lhe offerencia ser bispo, que elle nunca quis asseitar por sua grande humilidade = O desgosto da dezestrada morte de seu irmam Rodrigo Sanches, lhe apressou a sua; Faleceo cheo de boas obras, em — 16 . de Dezembro, Anno = 1246 = Dis assím o seu obito — xvij Kalend. Januarij, obiit Domnus Nonio Sancij, filius Domini Regis Domni = Sancij Portugalensis, et Domnæ Mariæ Pelagij = Canonicus Ecclesiola Era = M. cc. Lxxx. iiij = hé Anno asíma . 1246 =

¶ Síncó pera seis mezes antes de sua morte, seu irmam Rodrigo Sanches, vindo ferido de certa pendencia acabou de morrer iunto a este mosteiro no sítio a onde chamam, o Padram Velho: que se leuanteo naquelle lugar em memoria desta morte: Foy sepultado na Capella mór em sepultura de releuos, com Epitafio em versos latinos rudes daquelle tempo. Os ultimos quatro versos poremos aqui, nos quais artificiosamente se aponta a Era em que succedeo esta morte = é dizem assím.

|   |
|---|
| Prima sit vndena, bistertia, scritpa sequatur,<br>Ex hinc vicena quater, et quater: accipiatur,<br>Post octaua datur ter, scribitur, Era notatur.<br>Obiit sexto nonas julij =      é nam dis mais. |
|---|

Era = M. cc. xxxxxxxx. iiij = he Anno de 1245 = Estam oje os seus ossos na capela mór à parte do Euangelho com este Epitafio =

¶ Dom Pedro Saluador = Cidadam do Porto; Conego = de Eccleziola = donde sahio pera Mestrescolla da se desta

Cidade = dahi subio a Bispo da mesma Mitra, Anno — 1230  
= O Papa Gregorio — 9° — lhe passou as Letras = Fés algu-  
mas doações a este mosteiro, é sagrou a Igreja velha —  
Kall. Febru. An. 1235 = Faleceo em, 24, de junho — Anno  
= 1247 =

¶ Dom joam = Conego professo, é Prior mór deste  
Mosteiro = Anno = 1280 = é no de = 1286 — ElRey  
Dom Affonso, 3° = lhe de o bispado de Lamego =  
O Papa Honorio — 4° = lhe passou as letras = Faleceo  
em .29 — de janeiro — Anno de — 1290 =

¶ Dom Martinho = Conego deste mosteiro. Foy a  
Roma a negocios da Ordem. No tempo do schisma do  
Cardeal Roberto que eleito Antipapa, se fés chamar, Cle-  
mente 7.º = O Conego Dom Martinho se foy com elle a  
França, a onde o nomeou pera Bispo de Lisboa — Anno =  
1384 = é no de — 1389 = o criou Cardeal = Faleceo em  
Auinham na sua obediencia em — 9 — de Setembro.

¶ Dom Alvaro Loppes = Conego deste Mosteiro. fei-  
tura do Infante Dom Pedro, gouernador do Reyno na  
minoridade delRey Dom Afonso .5º = seu sobrinho =  
O Infante Gouernador o nomeou Bispo de Silues no Algarue,  
Anno = 1443 = O Papa Eugenio, 4.º = lhe passou as letras =  
O Papa Calixto — 3.º = o fes legado neste reino = foy Gouer-  
nador do Arcebispado de Lisboa, pello Arcebispo Cardeal  
Dom james filho do sobredito Infante = Faleceo em .8. de  
Mayo. Anno = 1486 = Sucedeu lhe no bispado Dom joam  
Aluares o, 2º, Prior mór que era deste Mosteiro.

¶ Dom Ambrozio Pereira = Neto do Conde da Feira,  
filho de seu filho bastardo dom Alvaro Pereira = Era Conego  
professo = deste mosteiro, graduado em Sagrada Theologia  
na Vniuersidade de Paris; lente neste mosteiro = ElRey  
Dom joam — 3º = lhe deu o bispado de Rossiona de Anel  
pera Lisboa, Seruio ao infante Arcebispo Cardeal Dom

Affonso, seu irmam; é foy seu Prouizor. E por merce do mesmo Rey Dom joam. 3<sup>o</sup> = foy Comendatario do Mosteiro de Santo Antam de Benespera daquella Ordem. cujo mosteiro de Lisboa, hé oje dos Padres da Companhia de jezus, é esta ordem acabou em Portugal = Faleceo em 8 — de Setembro, Anno = 1559.

¶ Tambem os tres ultimos Priores Mores Comendatarios deste mosteiro = a saber = Dom joam Aluares o 2<sup>o</sup> = Dom Fernando de Siqueira = ê Dom joam Sutil = ainda que de Clerigos seculares entraram no Priorado por merce dos Reys, com tudo fizeram profissam solemne neste mosteiro foram feitos, é saíram pera Bispos = O primeiro de Silues, no Algarue = ê os dous ultimos de, Çafim, em Africa. Dos quais se fará mençam a baixo em seus lugares =

¶ CATALOGO DOS ABBADES = PRIORES  
MORES E COMENDATARIOS DO MOSTEIRO  
DO SALUADOR DE ECCLEZIOLA = OJE =  
GRIJO ~

¶ Guterre Suares sacerdote = Irmam de Nuno Suares o velho Rico homem fundador do mosteiro do Salvador de Eccleziola = Fazendosse Conego Regrante com seus clerigos pello Bispo de Coímbra, Gundeziando, foy eleito Abbade na Era de = Dcccc. lxx. vj = Anno = 938. confirmado pello Papa Liam — 7<sup>o</sup> = Foy Abbade cerca de = 6 annos — Faleceo em — 6 — de Agosto — Anno de = 944 =

¶ Auzindo Suares = seu irmam = que com elle se fez Conego Regrante no Anno de = 938 = Por seu falecimento foy eleito — 2<sup>o</sup> — Abbade, no Anno de — 944 = Nam consta quando falecesse.

¶ Dom Payo Soares, seu sobrinho = Já era Abbade no Anno — de 1090 = Sua memoria — Anno de — 1123 =

¶ Dom Pedro Suares=da mesma familia já era Abbade no Anno de 1126 = A elle foy dada a jurisdicam eccleziastica — Anno 1132.

Na refformaçam que por sua ordem se fes no Anno — de 1135 — Largou o nome de, Abbade = foy o primeiro que se intitidou = Prior = o que seguiram todos seus successores = Nam consta quando falecesse —

¶ Dom Tructezindo = Sendo Prior Crasteiro do Conuento, foy eleito Prior môr deste mosteiro = já o era no Anno de 1137 = Chega ao Anno de — 1148 = Faleceo em — 2 — de Feuereiro, não consta o Anno —

¶ Dom Gudinho = Prior môr de Eccleziola, pellos Annos de 1153 = Faleceo no de — 1164 =

¶ Dom Pedro Dias = de Prior da Claustra, foy eleito Prior môr, Anno = 1164 = Faleceo em — 15 — de janeiro —

¶ Dom Agostinho = Prior môr, pellos Annos de, 1172 = Faleceo em, 21 — de Março — do Anno de — 1189 =

¶ Dom Sueiro Martins = Conego do real mosteiro de Sta Crus de Coimbra = eleito Prior môr de Eccleziola, Anno = 1189 = Faleceo em .21 — de Nouembro do Anno de — 1.190 =

¶ Dom Esteuam = eleito Prior môr, Anno — 1190 = era Prior Crasteiro = Faleceo em — 10 — de Feuereiro — Anno — 1214 =

¶ Dom Sueiro — 2º = Prior môr deste Mosteiro, Anno = 1214 = Faleceo em 20 — de Março, do Anno — 1219 =

¶ Dom Pedro Pires: eleito Prior môr de Eccleziola. Ano de 1220 = sua memoria no de 1235 = Faleceo, em 23 de Março.

¶ Dom Pedro Gutterres: Prior mór de Eccleziola, pelos Annos de, 1240 = Faleceu em, 5, de Nouembro, Anno, 1249 =

¶ Dom Pedro Pires = 2º, do sobre nome = eleito Prior mór deste mosteiro, no Anno de, 1249 = Sua memoria pellos Annos de, 1264 —. Faleceo em, 14, de Outubro—

¶ Dom Joam Pires, de Leiria = Prior mór, pellos Annos de, 1272. Faleceo em, 23, de Nouembro, Ano, 1280 =

¶ Dom Joam: Foy eleito Prior mór, Anno, 1280 = ElRey Dom Affonso, 3º, lhe deu o bispado de Lamego, Anno, 1286 = era muito velho. Faleceo em, 29, de Janeiro. Anno de, 1290 —

¶ Dom Domingos Vicente: eleito Prior mór, Anno, 1280. Faleceo em, 8, de Feuereiro, Anno, 1290 —

¶ Dom Pedro Yannes: eleito Prior Mór, Anno 1290 = sua memoria: Anno = 1307 = Faleceo, em 14 de Outubro.

¶ Dom Pedro Pires: 3º, do sobre nome. Prior mór deste Mosteiro pellos Annos de, 1310 = Faleceo no de, 1319 —

¶ Dom Martinho: Foy eleito Prior mór deste Mosteiro do Salvador de Eccleziola, no Anno de, 1319 —

¶ Dom Joam Pascazio: Prior mor de Eccleziola, pellos Annos, 1325 = Faleceo em 24, de janeiro. Anno, 1338.

¶ D. joam Pires; 2º, do sobre nome: eleito Prior mór. Anno, 1338 = Faleceo em, 30, de Mayo.

¶ Dom Martinho da Costa: era Prior Crasteiro deste Conuento. Foy eleito Prior mór: sua memoria se acha pellos Annos de, 1342 = Faleceo em, 4, de Mayo.

¶ Dom Domingos Bertolomeu: Prior môr pellos Annos de, 1350 = Faleceo em, 17, de Outubro, Anno, 1362.

¶ Dom Affonso Esteues: eleito Prior môr, Anno de 1362. Faleceo em, 22; de janeiro, Ano, 1367 =

¶ Dom Gonçallo Pires: eleito Prior môr, Anno de 1367. Faleceo no de 1385 =

¶ Dom Gonçallo Ferreira = Conego deste Mosteiro: de Prior da Igreja de Peruzinho, foi eleito Prior môr deste mosteiro. Anno, 1385 = Faleceo no de, 1416 =

¶ Dom joam Yannes. de Prior Crasteiro deste mosteiro o elegeram Prior môr no Anno de 1416 = Faleceo em .11. de Dezembro, Anno de, 1442 = e foy o vltimo Prior eleito.  
¶ Addiçam.

¶ Dom joam Aluares: Prior môr Comendatario deste mosteiro por merce delRey D. Affonso, 5º, Anno 1442 = e Administrador perpetuo do mosteiro de Roris: entam de Conegos Regrantes. Renunciou no Anno de, 1476.

¶ Dom joam Aluares, 2º, do sobre nome: Prior môr Comendatario pela renúncia do seu antecessor por Ordem delRey Dom Affonso 5º, Anno, 1476 = e Administrador perpetuo do Mosteiro de Sam jorge do Mondego: ElRey Dom joam, 2º, lhe deu o bispado de Silues no Algarue, por morte do Bispo Dom Alvaro no Anno, 1487 = Renunciou os Priorados, e Faleceo no Anno de, 1490 —

¶ Dom Fernando de Siqueira: Prior Môr Comendatario por merce del Rey Dom joam, 2º; ElRey Dom Manoel lhe deu o bispado de Safim em Africa, Anno, 1506 = Faleceo em, 15, de Feuereiro. Anno, 1512 = Ele deu a Crus com o Santo Lenho a este mosteiro =

¶ Dom joam Sutil: Prior môr Comendatario. Capellam delRey Dom Manoel. Prior môr de Alcobaça = Embaixador extraordinario ao Papa julio, 2º, Anno 1506 = Prior môr ê iuntamente Bispo de Safim assistio Anno, 1512 = Reytor da Vniuersidade de Lisboa, Anno, 1513 = ê nella assistio sempre até que elRey Dom joam, 3º, a mudou pera Coímbra no Anno de 1534 (¹) = Faleceo na Cidade de Eluas sua Patria em 26, de Abril, Anno de, 1536 =

¶ No mesmo Anno do Senhor = 1536 = em que faleceu o Bispo Comendatario Dom joam Sutil: O serenissimo Rey Dom joam 3º = largou o Padroado real deste mosteiro à Ordem pera se refformar e se unir à Congregaçam. O Corregedor do Porto com Aluarâ do mesmo Rey, por parte da religiam, tomou posse deste Mosteiro do Saluador de Eccleziola, em, 10, de Mayo do sobredito Anno, 1536 = sendo nelle Prior Crasteiro o Conego Affonso Esteues, que o ficou governando ainda hũns noue mezes.

¶ No fim do mesmo Anno, 1536 = chegou de Roma a onde estaua com negocios da Ordem hum Dom Bento de Abrantes, Conego do real mosteiro de Santa Crus, com Breve de Motu proprio do Papa Paulo, 3º, em que lhe daua o Priorado môr deste mosteiro do Saluador de Eccleziola, ê com censuras e graves pennas a quem lho contradisresse. Tomou delle posse no mes de janeiro do Anno seguinte de 1537. e o possuhio dous annos, e sete mezes.

¶ E porque este mosteiro estaua edificado em lugar ermo, humido, doentio e affastado da Cidade, é ser já muito velho, é de necessidade se auer de reedificar de nouo, pereceu bem ao serenissimo Rey Dom joam, 3º, ao refformador Apostolico de S<sup>ta</sup> Crus, e ao Prior môr Dom Bento de Abrantes, se tresladasse a outro lugar mais acomodado, e perto da Cidade: e assim se mandou edificar no montado

---

(¹) É manifesto equívoco, porquanto a transferência da Universidade se fez em 1537.



da quinta de Quebrantoens, na Serra de Sam Nicolae, de Villa nova defronte da Cidade do Porto sobre o Rio Douro: no qual lançaram a primeira pedra no Anno de, 1538 = com titulo do Saluador; como se dirá adiante no seu lugar, a onde se escreue do dito Mosteiro Nouo da Serra = Pag — 140 —

¶ No Anno seguinte, 1539 = chegou o Breue de Papa Paulo, 3.<sup>o</sup>, da Vnião, é Refformaçã deste Mosteiro de Eccleziola; O Padre Dom Bento de Camoens Prior do real Mosteiro de Santa Crus, Geral da Congregaçã, com o seu Collega Secretario Dom jorge de Barboza, é o Padre Refformador Apostolico, é os Padres Dom Thome Nogueira, e Dom Izidoro de Freitas, religiosos do real mosteiro de Santa Crus donde tinhaõ vindo, tomaraõ posse real, é actual deste mosteiro do Saluador de Eccleziola em os, 6, dias do mes de Agosto do sobre dito Anno, 1539 = é o sobredito Padre Dom Bêto de Abrantes, Prior môr que entam era, o largou de todo á religião e delle fes dezistencia pera se hauer da refformar por virtude do sobre dito Breue. E logo no mesmo dia, 6, de Agosto comessou sua refformaçã, auia já, 12, annos tinha comessado a do real mosteiro de Santa Crus de Coimbra. é da qui em diante se chamou, de seu nome, Grijo.

¶ E como o Mosteiro nouo se hia já fabricando em outra parte, se naõ elegeo logo Prior triennial, mas nomearaõ ao Padre Dom Thom Nogueira Prior Crasteiro. Era natural da villa de Guimarens, Conego professo do real mosteiro de Santa Crus de Coimbra donde tinha vindo com o Padre Prior Geral pera ser hum dos refformadores, é foy por elle, é seu collega secretario Dom jorge Barbosa confirmado no Priorado Crasteiro no mesmo dia, e Anno. 1539 = e o gouernou até os, 4 de Setembro Anno, 1542.

¶ E pera a mudança dos religiosos conegos do Mosteiro velho de Eccleziola, pera o nouo da Serra de Vila Noua, se fes noua supplica ao Papa Paulo 3.<sup>o</sup> o qual conce-

deu a licença por seu Breue dado em, 26, de feureiro, Anno, 1540 = com clauzula, que no Mosteiro velho de Eccleziola, rezidissem sempre alguns religiosos conegos; Os quais auendo já comodo bastante, no Anno de 1542 = se mudaraõ com o seu Prelado claustral Dom Thome Nogueira pera o Mosteiro nouo do Saluador da Serra de São Nicolao, como em seu lugar se dira, quando dele se escrever: ficando o mosteiro velho do Saluador de Eccleziola ermo, e desemparrado de todo, contra a clausula do sobredito Breue, porque não ficou nelle cousa alguma mais que hum Clerigo Cura, e parraco da freguezia pera administrar os sacramentos aos freguezes; e ainda que da parte de alguns religiosos mais escurpulosos ouue grande contradicção. O sobredito Breue do Papa Paulo, 3.º, confirmou depois o Papa Julio, 3.º, no Ano de, 1552 — quando unio ao mesmo mosteiro nouo da Serra, as Igrejas da iurisdicção, sendo ahi Prior Dom Thome Nog.

¶ O sobredito mosteiro antigo do Saluador de Eccleziola esteue cerca de, 22, annos dezerto, e dezemparrado: acharaõ os Padres que tanto, ê mais doentio era o sitio da serra; ê que no mosteiro velho não assistia religiozo algum, ê se não guardaua a clauzula do motuproprio do Papa Paulo, 3.º, de q̄ asima se fas mēçaõ: entrou o escurpulo nelles paressendolhes não podia estar o mosteiro velho de Eccleziola sem religiosos; ê vendo tambem as continuas queixas que os moradores, ê freguezes delle, faziaõ aos capitulos geraes do desemparrado em que ficaraõ, ê ficara toda a terra; ê leuados de outros pios respeitos, tanto fizeraõ, ê souberam negociar, que no Anno de, 1563, alcançaraõ do Papa Pio, 4.º, Breue de Separação do Mosteiro antigo do Saluador de Eccleziola, do nouo do Saluador da Serra: ê neste Breue ordenou sua santidade, sejaõ dous mosteiros destintos hum do outro, ê se diuidissem as rendas entre ambos.

¶ No Capitulo geral que se celebrou no Anno seguinte, 1564 = em que sahio por geral o Padre Dom Manoel de

Britto, se deu o sobredito Breue a execuçaõ, ê os Padres nelle congregados trataraõ de que se tornasse a habitar, diuidirãõ então os bens, ê rendas entre este de Grijo, ê o do Saluador da Serra, no qual mosteiro estauaõ já encorporados; nomearam-lhe tambem logo religiosos pera moradores, ê o lugar que o seu Prelado-triennal auia de de ter no Capitulo geral, que seria primeiro que o do Mosteiro da Serra; Os quais Padres nomeados entraraõ com muita festa no mosteiro antigo de Eccleziola já Grijo, em, 24, de junho do sobredito Anno, 1564. Esta mudança confirmou depois o Papa Pio quinto no Anno de 1566. Kallendis Nouembris.

### ¶ PRIORES TRIENNAIS DO MOSTEIRO D DO SALUADOR DE GRIJO

¶ Postos, e restituídos os religiosos Conegos no Mosteiro Antigo do Saluador de Eccleziola, já Grijo por ordê do Capitulo geral, o Padre Dom Manoel de Britto Prior Geral da Congregaçaõ, com seus Collegas partio pera elle: ê tratando da eleiçam de nouo Prelado, foy eleito canonicamente por votos dos conegos nemine discrepante o seu Primeiro Prior triennal, a baixo nomeado.

¶ .1. O Padre Dom Bazilio da Silua, Conego do real Mosteiro de Santa Crus, tinha iá sido Geral; Foy eleito Prior triennal deste Mosteiro do Salvador de Grijo, em, 10, de julho, Anno, 1564: estaua presente foy logo confirmado pello Padre Prior geral D. Manoel de Britto, ê seus collegas, D. Cypriano; ê D. Theotonio da Crus Mello.

¶ .2. Dom Vicente da Gama, Conego professo do real Mosteiro de Santa Crus, tinha ia sido Prior da Serra, ê depois collega = Foy eleito Prior de Grijo em, 30, de junho, Anno 1567 = Veio chamado do Mosteiro de Santa Crus, foy confirmado em, 7 de julho pello Padre Prior geral Dom Jorge Barboza, ê seus collegas D. Clemente, ê D. Andre dos Anjos —

¶ .3. Dom Bazilio : Foy eleito, 2<sup>a</sup>, ves, Prior de Grijo, em 30, de julho, Anno, 1570. Veio chamado de Santa Crus, é foy confirmado em, 16, de Agosto, pello Padre Prior geral Dom Lourenço Leite; ê seus collegas D. joam das Neues, ê D. Gaspar Brandam.

O Padre Prior foy eleito geral, Anno, 1572 =

¶ .4. Dom Pedro da Assumpçam, tinha ia sido collega: foy eleito Prior de Grijo em, 16, de junho. Anno, 1572 = Veio chamado do mosteiro da Serra, e foy confirmado no dia seguinte pello Padre Prior Geral Dom Bazilio, ê seus collegas, D. Gabriel. e D. Fulgencio.

¶ No Anno de, 1574. em, 28, de junho, o Padre Prior lançou a primeira Pedra ao dormitorio, e comessou o mosteiro nouo que oje serue; e foy com grande solemnidade.

O Padre Prior foy eleito geral. Anno = 1575.

¶ .5. Dom Gaspar do Prezepio Brandam, Conego do real mosteiro de S<sup>ta</sup> Crus = tinha ia sido colega. Foy eleito Prior de Grijo em, 14, de junho, Anno 1575 = veio chamado de S<sup>ta</sup> Crus, ê foy confirmado em, 21, do dito mes, pello Padre Prior geral Dom Pedro — da Assumpçaõ: ê seus Collegas D. Diogo das Chagas, ê D. Matteos.

¶ 6. Dom Francisco de Santo Antonio, conego do Mosteiro da Serra, foy eleito Prior de Grijo em, 15, de julho, Anno de, 1578 veio chamado de S<sup>ta</sup> Crus, ê foy confirmado em os, 2, de Agosto pello Padre Prior geral Dom Lourenço Leite; ê seus colegas D. joam da Trindade, ê D. Simam de Christo.

O Padre Prior foy desposto no fim do triennio Anno de, 1581: pello vigairo geral Dom Pedro pera seu intento.

¶ .7. Dom Bernardo do Espirito Santo, Conego do Mosteiro da Serra: eleito Prior de Grijo em, 26, de Abril,

Ano de, 1581. veio chamado do Mosteiro da Serra, ê, foy confirmado no dia seguinte, pello Padre Vigairo geral viziador apostolico Dom Pedro da Assumpsam: ê seus colegas, D. Simaõ de Christo; e D. Antonio de jezus —

¶ .8. Dom Pedro da Assumpção: acabou o generalado = Foy eleito Prior de Grijo, 2<sup>a</sup>, vez em, 12, de julho, Anno 1584 = ê logo confirmado pello Padre Prior Geral Dom Síam de Christo Cauaco: e seus colegas, D. Pedro, ê D. joam das Neues.

O Padre Prior foy eleito, 3<sup>o</sup>, geral. Anno, 1587.

¶ .9. Dom Nicolao dos Santos: natural de Verride. bispado de Coimbra, Conego de S<sup>ta</sup> Crus = tinha iá sido Prior de Reffoyos: eleito Prior de Grijo em, 5, de junho, Anno, 1587 = ê logo confirmado pello Padre Prior Geral Dom Pedro da Assumpção: ê seus colegas, D. Andre dos Anjos: e D. Christouaõ de Christo.

¶ .10. Dom Pedro da Assumpçam: acabou o generalado: Foy eleito Prior de Grijo, 3<sup>a</sup>, ves. em, 26, de julho, Anno, 1590 = Veio chamado de S<sup>ta</sup> Crus, ê foy confirmado em, 31, do presente pelo Padre Prior Geral Dom Acurcio de S<sup>to</sup> Agostinho: ê seus colegas D. Gaspar de Christo: ê D. Antonio de Santo Agostinho.

¶ .11. Dom Simam de Christo Cauaco: tinha ia sido Geral: acabou o Priorado de Saõ Vicente. era vigairo de S<sup>ta</sup> Crus onde estaua quando foy eleito Prior de Grijo em, 3, de julho, Anno, 1593 = veio chamado. Foy confirmado em, 10, do presente pello Padre Prior geral Doutor Dom Cristouaõ de Christo: ê seus collegas, D. Andre dos Anjos: e D. Raffael da Piedade.

¶ .12. Dom Martinho de Santa Maria: Conego do Mosteiro — de Sam Vicente: Foy eleito Prior de Grijo em o, 1<sup>o</sup>, de julho, Anno = 1596. ê logo confirmado pelo Padre

Prior Geral Dom Pedro da Assumpção e seus colegas, D. Lourenço dos Martyres, e D. Manoel do Salvador.

¶ .13. Dom Nicolas dos Santos: acabou o Priorado de Mohia, e foy eleito de Grijo a, 2<sup>a</sup>, vez em, 27, de julho Anno, 1599 = Veio chamado e foy confirmado no dia seguinte pello Padre Prior geral Dom Acurcio: e colegas, D. Andre dos Anjos: e D. Francisco da Paixão.

¶ Neste seu primeiro Anno, 1599 = se mudaraõ os religiosos do Mosteiro velho pera este nouo = foraõ em comunidade com Crus leuantada de festa, e agoa benta benzendo o Dormitorio todo, e officinas, e comeraõ neste dia a primeira vez no refeitório nouo, a onde Pregou á Meza o Padre Dom Pedro da Assumpção que tinha sido tres vezes geral, e outras tres vezes Prior deste mosteiro.

¶ .14. Dom Bernardo da Piedade. Conego de São Vicente: de Prior de Oliueira, foi eleito Prior de Grijo. em 18 de Setembro. Anno de 1602 = veio chamado, foy confirmado em, 22, do presente pello Padre Prior geral Dom Lourenço do Espirito Santo Soares: e seus collegas, D. Clemente da Assumpção: e D. João das Neves —

O Padre Prior no Capitulo geral do Anno 1605: em 22 de Setembro, acabou o seu Priorado = E no, 2<sup>o</sup>, capitulo do mesmo Anno, 1605 = no qual assistio por Procurador deste Mosteiro, foy eleito Geral em, 16, de Outubro = gouernou .8. meses e meio = no fim dos quais iulgou o Papa Paulo, 5<sup>o</sup>, este Capitulo por nullo, e assim foy desposto do cargo em o, 1<sup>o</sup>, de julho. Ano. 1606 =

¶ Dom Martinho de Santa Maria: vigairo de Grijo, prezidiu neste mosteiro cerca de seis mezes, desde, 20, de Abril, Anno de, 1605 = ate, 15, de Outubro do mesmo Anno. no qual se celebrou Capitulo geral, 2<sup>o</sup>, no qual assistio como vigairo presidente, e ahi o elegeraõ Prior de Moreira =

¶ Dom Lourenço dos Martyres = Conego de S<sup>ta</sup> Cruz: tinha já sido Colega = Foy eleito Prior de Grijo, no 2<sup>o</sup>, capitulo geral do Anno, 1605 = ê confirmado pelo asserto Geral Dom Bernardo ê seus chamados collegas = Foy reprovado por votos secretos do Conuento no Anno de, 1607 = sendo Prior geral apostolico o Padre Dom Antonio das Chagas: ê seus collegas = em, 2, de janeiro.

¶ 15. Dom Antonio da Conceição: Conego do Mosteiro de São Vicente; tinha iá sido Prior da Serra: Foy agora eleito de Grijo em os, 2, de janeiro, Anno 1607 — ê logo confirmado pello Padre Prior geral apostolico, Mestre Dom Antonio das Chagas; ê seus Colegas, D. Gaspar dos Reys = ê D. Nicolao dos Santos =

¶ No Anno seguinte, 1608 = em, 21, de Outubro se pegou o fogo ao dormitorio por huma traue da Cozinha, queimou a mayor parte delle com o refeitório, durou o fogo perto de, des, horas, e por milagre dos Santos Martyres de Marrocos se extinguiu =

¶ .16. O Mestre Dom Andre de São joam = natural de Coimbra, Conego do Mosteiro da Serra, Lente iubilado, tinha sido Comendatario do mosteiro de Caramos — vizi-tador Apostólico da Nossa Ordem, vigairo de Santa Cruz = Foy eleito Prior de Grijo em, 11, de junho, Anno de 1609 = Veio chamado do Collegio de Coimbra, e foy confirmado em, 5, de julho pello Padre Prior geral Dom Miguel de S<sup>to</sup> Agost.<sup>o</sup> Pessanha: ê seus colegas, D. jeronimo da Cruz: ê D. Constantino dos Anjos =

O Padre Prior foy depois, Reytor do nosso Collegio; ê em Lisboa examinador das igrejas do Padroado =

O Padre Prior, restaurou a grande perda que no trienio passado deu o fogo no dormitorio, ê refeitório = Lançou com grande aparato a primeira pedra à Capella mor deste Mosteiro em os, 29, de Abril do Anno de, 1612 =

¶ .17. Dom Antonio da Conceição: eleito, 2<sup>a</sup>, ves Prior de Grijo, em, 7, de julho, ano 1612 = veio chamado de S<sup>ta</sup> Crus, ê foy cõfirmado em, 19, do presente pello Padre Prior geral Dom Dionyzio da Misericordia: ê collegas, D. Gaspar dos Reys; ê D. Antonio da Crus. O Padre Prior Faleceo no Anno de, 1614 =

¶ .18. Dom Manoel de Christo, Serra: Conego de S<sup>ta</sup> Crus: eleito Prior de Grijo em, 2, de Mayo: Anno 1614 = Confirmado no mesmo dia, era vigairo, pello mesmo Padre Prior geral Dom Dionyzio da Misericordia: ê os seus mesmos collegas D. Gaspar dos Reys; ê D. Antonio da Crus =

¶ .19. Dom jeronimo de Santo Agostinho: Conego de S<sup>ta</sup> Crus, eleito Prior de Grijo em, 22, de junho, Anno, de 1615 = veio chamado do Mosteiro da Serra, foy confirmado em, 24, do presente pelo Padre Prior geral Dom jeronimo da Crus: ê seus colegas, D. Sebastião da Graça, ê D. Manoel de Christo Serra.

¶ .20. Dom Lourenço da Piedade, Conego de Santa Cruz: foy eleito Prior de Grijo em o 1.<sup>o</sup> de julho, Anno, 1618 = e logo confirmado pello Padre Prior geral Dom Miguel Pessanha: e seus colegas, Dom Andre da Conceição: e D. Luis da Silueira.

¶ .21. Dom jeronimo de S<sup>to</sup> Agostinho: eleito, 2<sup>a</sup>, ves Prior de Grijo, em, 21, de julho, Anno 1621 = e logo confirmado pello Padre Prior geral D. Antonio da Crus: e seus colegas, D. Christouaõ de Saõ joaõ e D. Bertolomeu da Vizitação.

¶ .22. Dom Lourenço da Piedade: eleito, 2<sup>a</sup>, ves Prior de Grijo, em, 6, de julho, Anno, 1624. Veyo chamado, e foy confirmado em, 10, do presente, pello Padre Prior geral Dom Sebastião da Graça, e seus colegas, D. Marcos da Crus: e D. Diogo da Piedade Aranha —



¶ No Anno de, 1626 = em, 28, de Agosto dia do Padre S<sup>to</sup> Agostinho, se fes com procissão solemne, e Pregação, a mudança da igreja velha deste mosteiro pera a noua: Acharaõse presentes alguns Priores da Ordem com o Padre Prior geral Dom Sebastião da Graça, e seus collegas: o qual neste dia cantou em Pontifical a primeira missa que disse nesta igreja noua.

¶ .23. Dom Bartolomeu da Vizitação, Sequeira: Conego de S<sup>ta</sup> Crus, natural da cidade da Guarda = Eleito Prior de Grijo em 6, de julho, Anno, 1627 = Veio chamado da Serra, foy confirmado no dia seguinte pello Padre Prior geral Dom Miguel Pessanha: e seus collegas, D. Francisco das Neues e D. Simão das Chagas.

¶ .24. Dom Andre da Crus: Conego de S<sup>ta</sup> Crus: Lente q̄ foy de Theologia: eleito Prior de Grijo em, 21, de junho, Anno, 1630 veio chamado de S<sup>ta</sup> Crus: foy confirm em 29. do presente pello Padre Prior Geral Dom jeronimo da Crus: e seus colegas, D. jozeph. de Christo Bretiande: e D. Gabriel da Ressurreição — O Padre Prior faleceo no Anno de, 1632 —

¶ .25. Dom Faustino da Crus Ceabra: Conego do mosteiro da Serra: Filho de Pantaliaõ de Ceabra, e Sousa, cidadão do Porto, e de sua Mulher Dona Eufrazia = era vigairo deste mosteiro, ahi eleito Prior em, 27 de julho, Anno, de 1632 = e logo confirmado pello mesmo Padre Prior geral Dom jeronimo da Crus: e pellos seus mesmos colegas D. jozeph Bretiande, e D. Gabriel.

¶ .26. Dom Bertolomeu da Vizitação: eleito 2<sup>a</sup>, ves Prior de Grijo em, 27, de junho: Anno, 1633 = Veio chamado de S<sup>ta</sup> Crus: foy confirmado em, 2, de julho, pello Padre Prior geral Dom Luis dos S<sup>tos</sup> Silueira: e seus collegas D. Luís da Paixam: e D. Theodozio da Ascençam =

¶ .27. Dom Agostinho da Trindade: natural da villa de Almada, filho de Felippe Carneiro, e de sua mulher, Dona N. Conego de S<sup>ta</sup> Crus: Eleito Prior de Grijo em, 3, de Julho, Anno, 1636 = veio chamado de vigairo de sam Vicente, foy confirmado em 25 do presête pello Padre Prior Geral Dom Paulo de S<sup>to</sup> Agostinho Barretto: e seus colegas, D. Damiaõ da Crus, e D. Christouaõ da Crus.

O Padre Prior o foy, 8, Annos ex causa —

¶ .28. Dom Bento da Assumpçaõ: natural da Villa de Barcellos, Conego de S<sup>ta</sup> Crus, eleito Prior de Grijo em, 8, de Setembro, do Anno, 1644. ê logo confirmado pello Padre Prior geral Doutor Dom Lionardo de Santo Agostinho Viegas; ê seus colegas, D. Innocencio das Chagas, ê D. Nicolao de S<sup>ta</sup> Maria.

O Padre Prior faleceo no Anno de, 1647 =

¶ Dom Iozeph Sarinho: Vigairo de Grijo — por morte do Prior, Prezidio tres meses ê meyo até noua eleiçaõ: Foy a capitulo geral Anno 1647. como vigairo Presidente.

¶ .29. Dom Manoel da Annunciaçaõ Tauora = Conego de S<sup>ta</sup> Crus, Presidente de Oliueira, eleito Prior de Grijo em, 4, de julho Anno, 1647 = veio chamado, foy confirmado em, 6, do presente pello Padre Prior geral Dom Luis da Silueira; ê seus colegas, D. Luis da Ressurreiçaõ, ê Dom Agostinho do Rozario.

¶ .30. Dom Manoel da Conceiçaõ, Conego de S<sup>ta</sup> Crus: eleito Prior de Grijo em, 8, de julho, Anno 1650 = veio chamado de S<sup>ta</sup> Crus, e foy confirmado em, 12, do presente pello Padre Prior geral Dom jeronimo da Ressurreiçaõ Noronha: e seus collegas D. Simaõ da Paixaõ e D. jozeph da Annunciaçaõ Sarinho.

¶ .31. Dom Bernardo de S<sup>ta</sup> Maria: natural de Cantanhede, Conego de S<sup>ta</sup> Crus: eleito Prior de Grijo em, 30

de junho Anno, 1653. Veio chamado de S<sup>ta</sup> Crus, foy confirmado em, 18, de julho pello Padre Prior Geral Doutor Dom Lionardo Viegas : é seus collegas Doutor D. Antonio dos Santos, é D. Matteos da Crus.

¶ Em, 4, de Abril Dominga in Albis Anno, 1655. O Prior cantou Missa de Pontifical com grande aparato: é foi o primeiro Pontifical que se celebrou neste Conuento depois da refformação = veiolhe assistir o Mestre das Cere-monias do real mosteiro de S<sup>ta</sup> Crus, Dom Timotheo dos Martyres : Lansoulhe agoa às mãos o Dezembargador Luis Gomes Loureiro.

O P. Prior, veyo a ser Bispo — P. 84 —

¶ .32. Dom Fernando de Saõ Miguel Mello: natural da Gollegam : Filho de Francisco Cotrim de Mello, é de sua mulher Dona Lianor de Sousa : vigairo do mosteiro de S<sup>ta</sup> Crus donde era professo : foy eleito Prior de Grijo em, 10, de julho, Anno, 1656 = veio chamado, é foy confirmado em, 24, de Setembro ex causa = pello Padre Prior geral, Dom Luis da Silueira : é seus Collegas. D. Agostinho da Encarnação é D. Andre da Conceição :

¶ .33. Dom joam da Assumpsam: Pitta. Conego de S<sup>ta</sup> Crus : é natural da villa de Viana do Lima = filho do Capitam Simam Pitta, de Ortigueira, é de sua mulher, Magdalena Soares : eleito Prior de Grijo em . 17 . de julho, Anno, 1659 : veio chamado de S<sup>ta</sup> Crus, é foy confirmado pello Padre Prior geral Dom Miguel dos Anjos Perestrello: é seus collegas D. Sebastiam do Rozario: é D. Manoel da Ascençaõ.

O Padre Prior o foy 4, annos, ex causa —

¶ .34. Dom Bernardo de santa Maria; eleito, 2<sup>a</sup>, ves Prior de Grijo, Anno, 1663 = Veio chamado de vigairo de S<sup>ta</sup> Crus: foy confirmado pello Padre Prior geral Apostolico Dom Luis da Silueira : é seus colegas, D. Paulo de Saõ Domingos : é D. Fulgencio dos Martyres.

¶ .35. Dom Antonio da Assumpsaõ : Conego deste Mosteiro de Grijo, donde foy eleito Prior em, 21, de julho, Anno, 1666 = veio chamado de S<sup>ta</sup> Crus : Foy confirmado pello Padre Prior geral Dom Lionardo da Purificaçam; e seus colegas : D. Clemente do Paraizo, e D. Antonio da Ascençam.

¶ .36. Dom Pedro da Purificaçam : Conego de S<sup>ta</sup> Crus : eleito Prior de Grijo em, 9, de julho, Anno, 1669 = Veio chamado de S<sup>ta</sup> Crus : foy confirmado pello Padre Prior geral Dom joam dos Anjos : e seus — Colegas D. Rodrigo de Christo Saã : e D. Placido da Conceiçam.

¶ .37. Dom Rodrigo de Christo : Saã : Conego de S<sup>ta</sup> Crus — Filho de Bertolomeu de Saã Pereira, cidadam de Coimbra, é de sua mulher Dona Brittes de Macedo : Acabou o Colegado secretario, é pessoa do Capitulo geral : eleito Prior de Grijo em, 14, de julho Anno, 1672 = veio chamado de S<sup>ta</sup> Crus : foy confirmado em, 20, do presente pello pello Padre Prior geral. D. Henrique do Desterro : é seus colegas = D. joam do Paraizo Camello . é D. jeronimo da Conceiçam.

¶ .38. Dom Felippe de Christo, Conego de S<sup>ta</sup> Crus: natural da villa de Aueiro; filho de joam Tenreiro; é de sua mulher Lianor da Silua = O vigairo geral esteue onze dias neste mosteiro sem poder fazer Prior quẽ elle queria = foy este Padre eleito em, 7, de Agosto, Anno, 1675 = é logo foy confirmado pello Padre Prior Vigairo geral . Dom Fulgencio dos Martires : é collegas, D. jeronimo de Saã = e D. Ant<sup>o</sup> de S<sup>to</sup> Agost.<sup>o</sup>

¶ .39. D. Francisco do Espirito Sancto, Conego professo deste mosteiro, natural de Matozinhos, irmão do Dezembargador Marcos de Andrade = Foy eleito Prior em — 11 — de Agosto, do Anno de — 1678 — veio chamado do mosteiro de Sam Simam, é foy confirmado no dia seguinte

pello Padre Prior geral Dom jeronimo da Conceiçam, é seus colegas D. Pedro do Espirito Santo, é D. Bazilio de santa Maria silua.

¶ No Anno de — 1679 = em = 17 = de Agosto, Faleceo neste mosteiro de Grijo a onde era morador, Dom Ambrozio de S<sup>to</sup> Antonio Difinidor, ê vizitador. Elegeram em seu lugar a Dom Theodozio de christo, que estaua morador no mosteiro da Serra no fim do mes de Outubro deste Anno = 1679 = O Padre Prior foy eleito diffinidor — 2.<sup>o</sup> — no capitulo — g — An — 1681.

¶ .40. Dom Inocencio da Resurreiçam ja foy Prior de villa boas sendo morador en Santa Crus foy eleito Prior de Grijo em — 14 — de julho, Anno — 1681 — veyo chamado, é foy confirmado pelo Padre Mestre Doutor Dom Gabriel de Santo Agostinho, é seus colegas, D. Acurcio da Esperança, é D. Virissimo de S<sup>to</sup> Antonio = O Padre Prior foi eleito visitador, 2.<sup>o</sup>, no capitulo geral — Anno — 1684 —

¶ .41. Dom Theotonio de S<sup>ta</sup> Maria . foy iá Prior de Paderne = foy eleito Prior de Grijo, em — 11 — de julho, Anno — 1684 = estaua morador em Landim, veyo chamado, é foy confirmado pello Padre Prior Geral Dom Manoel de Saõ Lionardo, e seus collegas . D. jozeph de S<sup>to</sup> Antonio. é D. Raymundo de S<sup>ta</sup> Maria . foi uizitador 1.<sup>o</sup> em cap.<sup>o</sup> geral.

42 D. Luis da Luz Conego Profeço no Mosteiro de Landim, m<sup>or</sup> no Mostr<sup>o</sup> de Grijo aonde foi elleito Prior do mesmo Mostr.<sup>o</sup> no anno de 1687, e confirmado p<sup>lo</sup> R.<sup>mo</sup> P.<sup>o</sup> G.<sup>al</sup> D. Innoçençio da Resurreição, e seus Collegas D. Antonio do Desterro, e D. Constantino de S. Bernardo.

43 D. Prospero de S<sup>to</sup> Ag.<sup>o</sup> Conego Profeço do Most<sup>ro</sup> de S<sup>ta</sup> Crus e morador no de Landim foi eleito Prior do Most<sup>ro</sup> de Grijo no anno de 1690 e confirmado p<sup>lo</sup> R.<sup>mo</sup> P.<sup>e</sup>

Gal o D.<sup>or</sup> D. Pedro da Gloria, e seus collegas D. Silvestre dos Anjos e D. P.<sup>am</sup> da Natividade.

44 Dom Matheus dos Anjos Conego Professo do mostr.<sup>o</sup> de S.<sup>ta</sup> Crus, e morador no most.<sup>o</sup> de S. V.<sup>te</sup> foy eleito Prior do mostr.<sup>o</sup> de Gryo no anno de 693 pello Rm.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Geral Dom Manoel de S. Iozeph e seus collegas. Dom Theotonio da Conceicaõ e o D.<sup>or</sup> Dom Alexandre do S. Iozeph;

45 Dom Fran.<sup>co</sup> do Sp.<sup>to</sup> S.<sup>to</sup> Conego Professo do Real most.<sup>o</sup> de S.<sup>a</sup> Crus e morador em Gryo, foi eleito Prior do d.<sup>o</sup> mostr.<sup>o</sup>, no anno de 696 em o mes de Iulho, e confirmado pello Rm.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Geral, Dom Ieronimo de S. Jozeph e seus collegas Dom christouaõ da Crus, e Dom Jgnacio dos Anjos =

46. O Rm.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Dom Innocencio da Ressureicaõ conigo Professo do mostr.<sup>o</sup> de Gryo, foi eleito segunda ves em Prior do mesmo mostr.<sup>o</sup> tendo sido Geral, e confirmado pello Rm.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Geral e seus collegas D. Alexandre de S.<sup>ta</sup> Maria, e Dom Verissimo de S. Gomsalo.

47 O P.<sup>o</sup> Dom Andre da Conceicaõ conego Professo do mostr.<sup>o</sup> do S.<sup>ta</sup> Crus, foi eleito em Prior deste mostr.<sup>o</sup> de Gryo, e confirmado pello Rm.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Geral Dom Joaõ do Paraiso, e seus collegas Dom Alvaro da Conceicaõ e D. Jeronimo de S. Joaõ.

48. Dom Manoel de S.<sup>to</sup> Theotonio conigo Professo do Real mostr.<sup>o</sup> de S. V.<sup>te</sup>, foi eleito deste mostr.<sup>o</sup> de Gryo e confirmado pello Rm.<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Geral Dom Gaspar da Incarnacaõ e seus collegas Dom Ambrosio da Conceicaõ, e Dom Miguel do Sacram.<sup>to</sup>

49. Dom Jeronimo dos Anjos Conigo Professo do Real mostr.<sup>o</sup> de S.<sup>ta</sup> Crus, foi eleito Prior do mostr.<sup>o</sup> de Gryo e

confirmado pello Rm<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> geral Dom Jozeph de S. Joaõ e seus Collegas Dom Joaõ de S<sup>ta</sup> Monica e Dom fran.<sup>co</sup> de S. Caetano

50. Dom An.<sup>to</sup> de S<sup>ta</sup> Hellena Conigo professo do Real mos.<sup>tro</sup> de S. V.<sup>te</sup> adonde era Procurador Geral, foi eleito Prior deste mos.<sup>tro</sup> de Gryo no anno de 712, e confirmado pello Rm<sup>o</sup> P.<sup>o</sup> Geral Dom Joaõ de Christo, e seus Collegas Dom Manoel dos S.<sup>tos</sup> e Dom Thomas da Incarnação =

*(Continua)*

D. TIMÓTEO DOS MÁRTIRES

RATIONALISME PICTURAL  
ET NEO-CLASSICISME EN PASSANT  
PAR FRA ANGELICO

J'écrivais récemment un ouvrage sur le peintre et dessinateur Fehr. Dans la partie de mon travail consacrée à son oeuvre graphique, d'une valeur exceptionnelle je faisais allusion à son étrange et aiguë faculté de capter des images et de les coucher toutes palpitantes encore sur le papier par sa connaissance du dessin. Le dessin n'étant qu'une écriture conventionnelle, je félicitais le dit maître de transférer sur son support cette vie qui se déroule sans fin à ses yeux et de la conserver vivante à l'extrême. Réponse de Fehr: «Pardon! Ce *carrousel* qui vous plaît, je l'ai dessiné de mémoire.» Ma réplique: «Donc vous l'avez vu!»

La mémoire est la faculté la plus curieuse d'un artiste plastique. Elle est la source de l'imagination. L'artiste croit inventer, *il se souvient*. Il ne lui suffit qu'un détail: harmonie ou discordance de deux couleurs, la saveur d'une pipe de tabac anglais, la chanson d'un vin de Bourgogne, le parfum d'une fleur pour que ressurgisse, à vingt-cinq ans de distance et strictement telle qu'elle l'était alors, l'image captée. Nous sommes, dans nos souvenirs, plus certains des images qui nous réapparaissent que des idées qui nous reviennent. Notre raison peut s'emparer de ces images ou de ces idées. Elle peut y trouver des éléments de discussions, mais forte de toutes ces subtilités logiques, elle est incapable de les tirer de l'oubli qui les ensevelit, de l'oubli, ce vrai linceul des morts, et de les faire revivre.

Cette opération magique de ressusciter des images mortes, ou des idées disparues, par simple association de ce qui est et de ce qui n'est plus, ouvre à l'artiste la boîte de Pandore où la création esthétique trouve l'essentiel de ses éléments constructifs.



Un souvenir n'existe pas en soi tant que ce qui en fait l'objet n'y est point ranimé. Le souvenir en lui-même, n'a qu'une valeur abstraite, c'est un rapport entre le présent et le passé. Or, plus que jamais, dans l'état actuel de nos connaissances, s'affirme le vieux principe aristotélique: rien ne naît de rien. Il faut donc bien qu'il y ait quelque chose puisque l'oeuvre d'art existe et qu'elle naît de souvenirs ou, dès qu'intervient la composition, de combinaisons de souvenirs.

Peut-on me reprocher de négliger l'observation directe? Elle est elle-même faite de souvenirs. Entre le temps où l'artiste saisit un effet et en réalise le rendu, l'effet a glissé dans le passé et l'artiste, déjà, ne travaille que de souvenirs.

Cette accumulation cérébrale, et que l'artiste en gésine voit voler à son secours de tous les coins du passé est strictement personnelle à cet homme. Nous en connaissons les effets et les causes. Pour le reste, nous nous trouvons réduits à des hypothèses de psychophysique que modifie, sans jamais y apporter une solution définitive, la science expérimentale. De Descartes à Kant, de Kant à Hegel, de Hegel à Bergson, que de voyages. Les voyages du chien en laisse et qui tourne en tout sens autour de son attache. Conclure? Non pas, mais de dire que l'esprit ne cesse de travailler en comparant et si bien, que la somme de tant et tant de choses comparées, semble aboutir elle-même à une notion psychologique qui ne prend un sens esthétique que dans l'ordre de la création et que nous appelons la vision.

Qu'est ce que la vision, sinon un rapport? Un rapport entre l'objet ou le modèle, tel qu'il existe dans la nature et tel que l'artiste le conçoit. Tout rapport implique nécessairement une comparaison entre deux termes, et c'est ici que surgit le premier drame de la création. Tout sujet n'existe pour l'artiste que sous la forme où il le voit. Cette forme n'est jamais indentique pour deux artistes parmi des milliers, et pourtant l'objet présente une exactitude physique. L'existence de l'objet est double alors qu'elle doit

être rationnellement et que la loi suprême de l'oeuvre d'art, sur le champ de l'esthétique, c'est l'unité.

Le premier sens de la rationalisation picturale est la conciliation de la vision subjective de l'artiste et de l'objectivité de ce qu'il peint. Le rationalisme, si nous en croyons le dictionnaire, et ici, la terminologie est de mise, est une méthode qui consiste à ne rien admettre que ce qui s'explique par la raison, et la rationalisation est dans le conformisme de la méthode avec les règles immuables de la logique et de la raison. Ces mots, d'ailleurs, Descartes ne les a jamais employés. Ils ont été employés seulement au XIX<sup>ème</sup> siècle par l'école de philosophes français qui opposait la raison au dogme.

Dans la langue de l'université, la philosophie rationaliste suppose l'athéisme et le matérialisme. Ce sont donc des expressions qu'il convient d'employer avec beaucoup de tact et avec beaucoup de réserve. Ont-elles à proprement parler un sens dans la critique picturale et esthétique. De fait, certes, et si l'on veut.

L'art de réalisme académique enseigné dans les écoles actuelles ne suppose plus comme idéal le calque, la reproduction fidèle, quasi photographique du sujet, mais une transaction entre la vérité physique de ce sujet et la vision qu'il en éprouve rabaissée à une sorte d'interprétation. Cette transaction est le principe essentiel de l'art classique et la rationalisation de la peinture est la sériation des licences graphiques, colorées, de composition autorisée par l'art enseigné, mise en regard des licences interdites.

Inutile de dire que la peinture rationaliste ou rationalisée n'existe pas, ne peut exister matériellement, et que le rationalisme pictural ne s'applique qu'aux techniques enseignées. Au dogme de l'individualisme outrancier, justifié par le tempérament ou la personnalité sans contrôle, la peinture rationaliste oppose un apriorisme contrôlé conduit par la raison, le bon sens, l'équilibre, la tradition, le sens des proportions, des perspectives qui restent les valeurs dominantes. Les exagérations et les fantaisies auxquelles

l'extrémisme pictural nous a fait assister depuis quelques années ont eu deux résultats, 1) la plus-value forcée des disciplines académiques, 2) un accroissement du tact et du libéralisme avec lesquels ces disciplines sont imposées par l'enseignement.

Il va de soi que la peinture est un art, non une façon de penser, surtout de raisonner. Mais ses techniques sont échafaudées sur l'expérience et la logique. Or, l'enseignement ne porte pas sur le talent qui ne saurait s'enseigner, mais sur des techniques qu'influencent l'expérience et la raison.

Esthétiquement sur les modes actuels, l'enseignement de la peinture s'est rationalisé de telle façon que les maîtres tiennent compte de l'originalité de la vision et du tempérament de leurs élèves à peu près autant que des principes éternels. L'enseignement rationaliste de la peinture n'a peut être pas encore créé cet art néo-classique que certains voudraient imposer à la peinture actuelle, mais il a montré les possibilités d'une telle école, et pour tout dire, il en a ouvert les portes.

Cette école néo-classique, si elle surgit, se placera sous le signe de la sagesse, elle ne sera ni réactionnaire, ni abusivement dynamique. Et, si elle ne nous donnera ni Cézanne, ni Lautrec, ni Gauguin, ni Claude Monet, ni Van Gogh, elle sera honorablement le groupe d'une excellente moyenne, supérieure à celle d'il y a cinquante ans. Le génie est toujours un cas d'exception.

La transaction, scolairement exigée, et dont nous venons de parler, est-elle possible sur des termes en apparence aussi inconciliables? Pourquoi pas? En matière d'esthétique, tout est possible. Et l'intellectualité de la peinture semble nous apporter une possibilité de conciliation.

Toute oeuvre picturale réussie, est d'abord une stylisation. Cette stylisation est l'intelligence du rythme et des formes, la pensée imprimée à la matière, imprégnée dans sa substance. Est-ce à dire que le style peut être le trait

d'union entre la raison et l'art? C'este là un premier élément critique. Mais, nous nous garderons bien de l'établir en principe car si le style est un effet de l'intelligence très partiellement, il est surtout fonction de l'instinct et il est la première conséquence de la vision, facteur puissant et mystérieux qui touche à l'énigme impénétrable qu'est l'âme d'un artiste. Un artiste est visionnaire ou n'est pas un artiste et le peintre le plus intelligent est loin d'être, nécessairement, le plus grand peintre.

Une belle intelligence fut celle de Toulouse Lautrec, mais gâchée hélas! Il était peintre. De même, mais non gâchée, l'intelligence géniale de Claude Debussy. Mais Cézanne fut un esprit très moyen et l'on fait justement de ce petit bourgeois farci des préjugés de sa caste imperméable s'il en fut, le plus grand peintre français. La correspondance de Van Gogh et de Von Rappaert vient d'être publiée. Les lettres de Van Gogh, ses idées d'agité, son style n'ont rien de commun avec ceux d'un peintre génial. Corot, si sensible et si grand au milieu de la nature n'avait rien de transcendant dans ses relations avec les hommes. Et il en fut à peu près de même d'Auguste Renoir. Ces cas, qui sont loin d'être des exceptions prouvent que la critique a le plus grand tort de ne pas accorder à l'instinct la place qu'il mérite.

Un peintre — sans aucune raison particulière de n'être pas intelligent — est généralement une combinaison extraordinaire de réactions sensibles, de réflexes, de visions originales en ce sens qu'il ne voit la nature que d'une manière qui n'est qu'à lui, un « pas comme les autres ».

Les portraits que Théophile Gautier, Baudelaire et d'autres grands écrivains de son temps nous ont laissés de Gustave Courbet, sont loin d'être flatteurs. Ce peintre magnifique avait, nous dit Feydeau, les idées, l'esprit et l'élocution d'un voyageur de commerce satisfait de lui-même, n'étant guère difficile. En revanche, les mémoires et la correspondance de Delacroix nous montrent une intelligence profonde, dignes de son génie. Harpignies se van-

tait de ne pas être un intellectuel, et Henner lui répondait « nous avons l'intelligence des yeux ». Il aurait pu ajouter celle de nos doigts, et leur part était belle. Quoiqu'il en soit, c'est une erreur de vouloir trouver l'effet d'une haute intelligence dans les manifestations d'un génie pictural. L'instinct domine sous toutes ses formes. L'instinct du goût, l'instinct de la vie, celui de la lumière. Le célèbre portraitiste Antonio de la Gandara disait : « un portrait vaut ce que vaut le modèle, tel que nous le ressentons. Ne me demandez pas plus. Je ne cherche pas à comprendre. C'est comme la peinture elle-même, elle se sent, on en subit le charme. Elle ne se raisonne pas ».

Voilà pourquoi nous ne croyons pas beaucoup au facteur intellectuel. En revanche, nous croyons à la vision. Peut-elle être en l'occurrence un facteur de remplacement ?

La vision est un phénomène. Est-elle un phénomène intellectuel ? En partie, puisqu'elle met l'intelligence en action. Est-elle un phénomène sensible ? Sans aucun doute puisqu'elle est faite de valeurs comparées et de souvenirs. Il n'y a d'ailleurs qu'une vision qui ne saurait être une hallucination de la vue. La vision picturale échappe à toute sensation optique. Elle résulte de cette faculté étrange du peintre de regarder « en dedans » de lui-même aussi facilement qu'il regarde hors de lui.

La vision est du même plan que le souvenir et le songe. Est-elle particulière à l'artiste plasticien ? Non, certes, mais le poète, l'écrivain, le musicien l'éprouvent autrement que le peintre ou le statuaire. Parce qu'ils ne regardent pas les êtres comme ceux-ci. Le plasticien, probablement par la force de l'habitude, acquiert la faculté de regarder un être vivant en en percevant d'emblée l'aspect qu'il prendra intégré dans son art particulier. Nous, écrivains, nous sommes plus objectifs. Notre âme n'est pas comme celle du peintre un décor nocturne dans lequel les modèles qui lui plairaient s'inscrivent en pleine inconscience. Bien entendu, il n'est point question de fantasmes, mais d'images, d'images individualisées selon celui qui la porte en lui.

Image signifie ici des lignes circonscrivant des formes colorées.

Cette image particulière à chaque peintre, une fois enregistrée, passe dans le tiroir cérébral aux souvenirs. Elle en sortira le plus souvent, telle qu'elle y est rentrée, à la suite d'un autre souvenir, entraîné par une sensation en rapports. Qui, dans la fumée d'une cigarette, à la suite d'un détail minime, en amenant un autre, suivi lui-même par des détails en chaîne sans fin, n'a pas retrouvé vivante son enfance, ou telle aventure amoureuse, telle émotion forte déjà oubliée dans leurs décors précis? Est tout cela, à la suite d'une sensation fortuite! Tout cela encore inclus dans la mémoire, sous la plus humble particularité d'une forme. Tout cela, plus loin, au hasard. Une image apparaît dans la conscience et qui s'est échappée de cette immense abîme de l'inconscience que nous déplaçons avec nous. Cett image tient à son origine, à notre présence dans le monde visible, et elle nous revient après une escale. Souvent de combien d'années! dans le monde invisible. D'aucuns rattacheraient l'image à un épisode d'une vie antérieure. Le charme est d'en déguster la saveur dans la douceur de l'heure qui passe ou après s'être plus ou moins vivement ému. Mais nous ne retrouverons pas souvent le rapport entre l'émotion et la vision.

Pour le peintre, ce rapport est plus sensible. Chez lui, le lyrisme, ce sont des couleurs et des formes. Peu lui chaut dès lors, à ce peintre, que la vision soit identifiable ou ne le soit pas. Elle lui apporte des formes et des tonalités. Il ne réfléchit pas plus loin. Il songe à sa palette, à sa toile, à ses pinceaux. Ce qui lui importe, c'est que la beauté soit là, présente, apte à être peinte. Un peintre est donc un homme assis à la ligne frontiera de deux mondes, celui où il travaille, dort, aime, mange et boit, et celui où s'attardent ses idées, ses souvenirs, ses images en réserve. Et cette dernière conjoncture explique la permanence de sa vision. Ne nous attardons pas sur le sens métaphysique de cette vision, ne nous demandons pas si une peinture

rationaliste peut concilier ces deux mondes qui contrastent sans opposition. Contentons-nous de constater le caractère primordial de la valeur plastique de la vision du sujet qui ne dépende plus bientôt que de la primauté de l'art de peindre. La vision interne, dès lors, est bien plus que le sujet, le prétexte ou le motif, l'élément primordial de la création de l'oeuvre d'art. L'imagination elle-même ne jouerait plus qu'un rôle chimérique, puisque l'image est élaborée, parfaite et donc immuable. De Clacroix, ce pur réaliste, avoue avoir été guidé souvent par des puissances invisibles en *poussant* ses esquisses que souvent nous trouvons plus révélatrices que ses travaux d'une maîtrise incontestée.

Ensevelie vingt ans ou trois heures au fond de nous-même, qu'est devenue la vision? A-t-elle changé — Oui, mais certains de ses rapports originels avec la vie qui nous entoure ont disparu ou se sont atténués. Certains détails, certaines lignes qui la cernaient peuvent avoir disparu, et même certaines tonalités ont pu s'altérer. Mais, comme elle était dans l'âme de l'artiste enclose, elle ne s'en dégage pas sans trace d'influences diverses et certaines affinités, pas mal de périples ont pu la modifier. N'a-t-elle, même fragmentairement prit à d'autres images, ces compagnes de captivités, des éléments, fussent-ils de décors: fleurs, arbrisseaux, nuages, objets inattendus, dont les rapports se trouvent soudain libérés par la fatalité physique ou organique du monde conscient et se prolongent dans la fantasmagorie du monde... de l'autre côté de la vie? Dans la mesure où le Créateur d'art peut encore en identifier les formes, celles-ci ne feront-elles pas évoluer l'image dans les énigmes de l'abstrait, les déformations du surréalisme? Et, ainsi, tournant le dos résolument à l'art figuratif, l'image ne sera-t-elle pas toujours l'image?

Voilà pourquoi la vision ne peut être l'un des facteurs intermédiaires de l'art rationaliste qui se doit de proscrire l'abstraction.

Faute de contacts logiques avec la peinture, la raison semble proscrire les possibilités de la contrôler. La pein-

ture rationaliste ne sera donc jamais rationaliste que dans ses *intentions*. Ses formules seront dogmatiques, impératives, préfabriquées et imposées par un apriorisme échappant au contrôle de la raison. Ce raisonnement semblerait indiscutable s'il n'était démenti par les faits. Il n'y a pas, à cette heure, d'école néo-classique de peinture pour la simple raison que nulle doctrine n'a pu éteindre le prestige de la vision chez le créateur peintre, ni réfreiner la spontanéité, même sur l'autorité souveraine de la logique. L'enseignement officiel lui-même a écarté depuis 1928 tout cartésianisme pictural. Mais nous avons déjà fait remarquer que les portes sont ouvertes pour l'éclosion d'une école néo-classique et que les oeuvres ne manquent pas et que l'imposante moyenne en est plus que défendable au point de vue critique. Nous n'hésiterons pas un instant à affirmer qu'un tel résultat n'est pas dû à la rationalisation de l'enseignement pictural, mais à l'extrême libéralisme qui a présidé à cet enseignement. Les maîtres, semble-t-il, ont été supérieurs aux nouvelles méthodes qu'on leur proposait d'animer.

\*

Voici un élève auquel on enjoint d'interpréter un modèle. Il l'étudie, il l'observe et le médite. Sitôt que se précise sa vision, il s'empare d'un bout de fusin. Il dessine. Le maître passe à la correction. Au premier regard, il chambarde les plans, rectifie les traits, modifie la composition, ordonne de recommencer. Pas une seconde le maître ne s'est demandé ce que voulait réaliser l'élève. Il n'a songé qu'à ce qu'il aurait fait lui. Et, ceci, l'élève n'a aucun goût de le faire. Voilà en quoi se résumait l'enseignement d'hier, heureusement périmé.

A présent, le professeur comprend que le modèle proposé ne sera réalisé dans sa vérité «photographique» que par un élève médiocre. Il sait que ce qu'il y a de plus précieux pour un élève comme pour lui même, c'est, en



pleine lucidité d'esprit, la naissance brusque de l'image, sortie de l'inconscient, dans l'âme de l'artiste. Celui-ci voit ainsi ce qu'il peut faire. Il est inspiré. Il peut créer. Il s'exalte. Il ne pressent plus les formes, il les voit. Si la vision n'est pas l'oeuvre, elle est l'oeuvre dénuée de tout souci matériel. Le tableau est fait. Il n'y a plus qu'à le peindre. L'émotion et l'image se mêlent à ce point que l'image n'existe, semble-t-il, que par l'émotion ressentie. Si l'émotion avait alors des yeux, elle regarderait à l'intérieur de l'âme de l'artiste et y découvrirait les régions ignorées du rayon nu de l'inconscient.

Nous parlons de conscient et de subconscient parce que la langue française ne comporte pas de vocables plus proches de ce que nous souhaitons désigner. Il ne s'agit pas du tout pour nous de deux jardins suspendus s'opposant sur les toits de la Babylone esthétique. De deux positions dont l'une exclut l'autre dans le vocabulaire esthétique. Il s'agit en réalité de réactions subtiles, très diverses, et mal définies par la science psychophysique.

Nous savons que telle vision perçue dans l'allégresse ou le plaisir ou la volupté, tout au moins le bien être qui la suit et que l'on voudrait conserver, s'évanouit presque aussitôt. Eurydice est perdue pour Orphée et l'enfer n'est autre que ce monde peuplé d'images plongées dans les flots d'oubli, mais certaines d'en ressurgir au moment où on s'y attend le moins, à la rescousse d'une noble création.

Jean Royère a commenté les mythes chargés de nous faire comprendre allusivement ces sources de trésors esthétiques qui sont en nous parce que le monde est en nous. Hegel ne s'est peut être jamais douté qu'il serait le philosophe de la renaissance esthétique du vingtième siècle. Ce que nous appelons les images endormies, il en fit des représentations. Mais quelles que soient le nom qui les désigne, Hegel s'est rendu compte qu'elles se réveillaient à certains moments plus favorables que d'autres à la pensée, mettons aux heures de la création chez les peintres, et qu'il arrive souvent que les représentations s'inscrivent sur l'écran aux

projections sans que l'intéressé ne s'en rende compte. C'est que la vie est une succession d'habitudes et que l'habitude est un masque qui s'interpose entre le monde extérieur et nous. (*Duranty: Les Marionnettes*). Il arrive aussi que le réveil inattendu d'images oubliées provoque en l'esprit du peintre des réactions qui semblent étrangées à la vision, ou du moins qui en altèrent la valeur représentative. Dès lors le peintre joue de la vision comme il blaireante sa palette. Avec du bleu de Prusse et les jaunes sulfureux ou chromés, il obtient toutes les dégradations du vert, avec un peu de laque de garance, il compose et décompose la gamme des violets, et ainsi de suite. Et de même que le bleu de Prusse est toujours présent sur la palette, surtout lorsqu'il n'y paraît plus, de même la vision est là, se manifeste sans que nul ne puisse la voir. On ne saurait mieux comparer la normalisation picturale qu'au blaireautage. Elle a ses lois précises. Sur le tableau, la vision se fait sentir plutôt qu'elle ne s'affirme. Mais la vision, même dans la coulisse ainsi pratiquée par la normalisation, domine toujours. Sans elle, l'oeuvre ne serait plus une création. Un critique a pu écrire, avec raison, de Laprade, que sa vision des fleurs « musicalise » le tableau.

L'un des peintres chez lesquels la vision règne dans ses chefs d'oeuvre nombreux avec une souveraineté absolue et à l'état pur, est évidemment Fra Angelico. Son oeuvre est trop connue pour que nous l'évoquions même ici, mais elle est beaucoup plus importante que généralement on le pense. Le public fervent en a retenu le meilleur, à son point de vue, et peut être au nôtre, et qui marque le point culminant qu'ait atteint et probablement qu'atteindra jamais la *spiritualité* dans la peinture. Mais, en l'occurrence, l'Angelico est aidé par la foi. C'est même la foi qu'il peint, personifiée par des anges, des saintes, des vierges et tout le haut personnel de la Maison de Dieu qui, en figures harmonieuses, pures de toute émotion profane, lui sont apparues tandis que le moine peintre priait ou tombait en extase. Dans cette subtilisation et cette sublimation unique

de l'art sacré, Fra Angelico demeure inégalé par ce qu'il est inégalable. Il est même discuté qu'il ait peint sur modèles. Ses visages spiritualisés sont l'expression unique de l'élan, de la créature sanctifiée vers le Créateur. Ils sont, comme l'écrivait si justement Giacomo Celsi dans *Poesia*, puis dans *Comoedia del Arte* (Florence 1912) des *visions à l'état pur*. « Dans les jardins en fleurs des corps dignes d'elles ont par hasard rencontré chacun une âme et, mus par la foi, ces corps s'exaltent dans un souffle qui renvoie l'âme au ciel ». Peut-on parler de formes charnelles devant l'éclatante beauté, la sérénité et l'émotion des médaillons du Couvent de Saint Marc de Fiesole, de fresques, d'autres oeuvres que nous connaissons tous? Peut-on même parler de peinture? Peut-être non si l'on tient compte de la tenuité des moyens d'expression par rapport au prodige des résultats obtenus dans le domaine de la spiritualité définitive. Chacun est d'accord pour dire qu'il y a des prières qui sont d'admirables poèmes lyriques, mais nul n'aurait l'idée saugrenue de se permettre une critique littéraire ou poétique de telle manifestation de la foi. L'Angelico qui serait l'un des Saints de la Tradition Dominicaine s'il s'était borné à rester peintre des âmes, d'ailleurs avec un tact, une sûreté de goût, un éclat mesuré qui tiennent eux-mêmes du miracle, était-il encore un homme? La peinture se chargea de le lui rappeler. Caché derrière une palette, le serpent des tentations lui rappelle qu'il n'était pas qu'un saint, mais aussi un peintre, qu'il était même en cette qualité, et dans le sens opposé, le rival de Giotto dans la faveur du public et un peu aussi celui de Gentil de Fabriano, admis à la décoration des bibliothèques pontificales et princières, et l'esprit d'émulation triompha de la prière et de l'oraison picturales. Le peintre élu de Dieu, des âmes, l'illustrateur quasi de la divinité de la foi prétendit, lui aussi, devenir un constructif, un figuratif, un maître des perspectives serrées, des compositions savantes, du dessin, des équilibres bien calculés, en un mot, un maître de l'art classique, et le ciel descendit sur la terre...

Quant à la vision sacrée des sujets, rien ne parvint jamais à l'éteindre. On sait d'ailleurs, et nous ne posons pas la question bien entendu, que les grandes compositions de l'Angelico, pour être dues à une main normalisée, et non plus au souffle tutélaire de l'inspiration divine, ruissellent de beauté. D'ailleurs, là n'est pas notre affaire. Nous parlons de la rationalisation picturale et de son aboutissement à un nouveau classicisme et nous ne pouvons négliger qu'un esthéticien, M. G. Giboulot étudie cette évolution, ou plutôt ce dédoublement de l'Angelico, en nous parlant d'une normalisation du talent, du génie même de l'éternel illustrateur du couvent de Saint-Marc. Le ciel, nous le répétons, est tombé sur la terre. Ce rappel aux implacables réalités giottesques est mis sur le dos d'une rationalisation. Nous voulons bien. Mais cette rationalisation mérite tout de même notre meilleure attention car il est surprenant que cette chute du Sacré le plus élevé, le plus décanté qu'ait connue la peinture depuis qu'elle existe, non dans le profane, mais dans ses tendances techniques, dans sa raison apparente, cette régression morale d'un art puisse être une rationalisation. La chose stupéfiante, et pourtant M. Giboulot n'a pas tort. C'en est une, à peu près selon le processus qui transforma le Foyer romain de la Charité en un bureau de bienfaisance.

Selon M. Giboulot, et nous n'avons pas étudié la question, Fra Angelico devenu un peintre figuratif et constructeur, a prélevé pas mal, lui, le grand charitable, dans le trésor de Giotto, de Gentile di Fabriano, et de quelques autres. Ce reproche nous laisse indifférents. Ce qui nous intéresse c'est le passage, par voie de rationalisation de l'Angelico dans l'esthétique profane d'un art néo-classique, au moins en gestation, ce qui est le cas de celui des Giottesques. Le peintre *constructeur* établit la composition d'une oeuvre peinte selon les lois de l'architecture la plus mathématique. *Rythmer, harmoniser, équilibrer* (Michel Ange). Le vieux tailleur de pierres (*idem*) méditait, ruminait un moment avant d'en arrêter l'épure. Cette méditation

l'éloignait elle de l'inspiration foudroyante à laquelle nous devons le Moïse du Tombeau de Jules II. Cette inspiration n'était qu'une vision. Moïse a les traits de Michel Ange. Mais ce qui gêne le plus souvent le *constructeur*, ce n'est pas l'idée première, ni même la composition. C'est la « mise en train ». On ne s'embarque pas pour parfaire une oeuvre d'art comme dans un wagon de chemin de fer. Il faut ici comme là, savoir où l'on va. Le voyageur désigne une gare. Le peintre hésite entre vingt solutions différentes d'un même problème pictural. N'a-t-il ses idées, ses principes, ses habitudes, et, surtout, ne suit-il pas des règles d'esthétique, ou encore, une philosophie de la beauté transcendante ! S'il s'arrête enfin à un point final, c'est qu'il n'est pas mécontent. Il faut avouer que rien ne préparait l'Angelico à cette sorte d'adhésion logique à des aboutissements *préformés* qui tiennent à la fatalité même de la rationalisation. Il était de ces heureux artistes dont Dieu a lié la vie à une forme qui n'est qu'individuelle à chacun et qui n'ont qu'à se louer d'un tel miracle de la logique divine sans en abdiquer le bénéfice sur les autels de la rationalisation, voire de la raison.

Dans ce cas spécial de Fra Angelico, Dieu avait nanti la conscience de son peintre d'une vision céleste, peut-être divine qu'il n'avait point à abdiquer en faveur de la peinture étalant des formes justifiées à la toise et au compas. Giotto, lui, de toute évidence, se proclamait réaliste. Il ne connaissait que la nature à transporter sur la toile, détail par détail. Il donnait l'illusion, et la fournit encore, de se passer de toute vision intérieure. Son art affirmait une puissance d'extériorisation. Cependant Giotto choisissait ses sujets. Il pressentait donc ce que serait sa peinture. Ceci ne suffit-il pas à un indiscutable artiste pour avoir ses idées, pour imposer un motif où certes la vision ne joue aucun rôle initial, mais tout de même... Soyons sûrs que Giotto n'a peint de très nombreuses compositions que parce que leur sujet se développait spectaculairement sur des réalités formelles que le peintre portait déjà en lui même dans

une parfaite inconscience. C'est l'éternelle histoire des improvisateurs qui selon le plus prodigieux d'entre eux, le Cte de Montalembert, ont un secret: ils n'improvisent jamais. Ils ont toujours un discours dans la tête et ils le sortent au moment voulu. Serait-ce ici la place de parler de réflexes inconscients de l'intervention du peintre dans la création de ses formes. Le pas qui fait franchir la frontière, qui partage la république de la psychanalyse du royaume de l'art pictural est-il plus ou moins voulu; ce qui est certain c'est que le peintre rejettera d'emblée, une fois la frontière franchie, tout automatisme, tout réflexe, toute inconscience non souhaités par lui. Ainsi, parfaitement sûr de son *self*-contrôle ce peintre agréera-t-il encore le spectacle de la vision interne? Nous pensons pouvoir répondre oui pour Fra Angelico qui, rationalisé, n'a pas abdiqué le souvenir de ses fastes premiers.

«A la suite des travaux de Vasari (*ce qui n'est qu'une référence historique et non une critique*) la tradition et la légende s'accordent à voir dans l'oeuvre d'Angelico un jaillissement de la prière, une conclusion de ses oraisons, de ses extases». Son art exprimerait avec spontanéité et naïveté, de purs sentiments.

D'autre part, il ressort de l'étude approfondie de M. S. Carlo Argan, dans son très beau livre sur Fra Angelico, que la peinture du maître recèle «un caractère doctrinaire» et une «intention de propagande». Il parle des «aspects du thomisme esthétique d'Angelico», où le «beau s'associe à l'idée de forme, où «la matière est couleur...», enfin il dit que Fra Angelico «crée une métaphysique de la lumière fondée sur des données thomistes».

Ne faudrait-il pas craindre alors, dans ces étroites limites, l'étouffement d'un tempérament d'artiste? Comment, d'autre part, expliquer la variété extrême de la manière angelesque, l'évolution normale de sa composition, la destinée de ses oeuvres qui épouse les besoins, les intentions, toute une conformité sociale; comment, surtout, cette libre spontanéité pourrait-elle être respectée comme la fantaisie ou l'inspiration?

«L'aisance avec laquelle Fra Angelico compose nous permet de supposer un épanouissement complet, une personnalité libre, dégagée et qui s'exprime spontanément, sans entrave aucune, et par ailleurs, un équilibre, un souci constante d'ordre. L'harmonie des lignes, la perfection et la souplesse des compositions montrent une maîtrise de la forme, une conquête progressive de soi manifestée tout au long de son oeuvre picturale. C'est ici que se situe le Rationalisme d'Angelico. Il semble circuler sous la spontanéité, il fait figure d'un discret tuteur, invisible presque, mais nécessaire à la jeune plante remplie de vie.

«Le génie pictural de Fra Angelico s'est dégagé peu à peu à la faveur des groupes d'influences qui se sont exercées sur lui; les premières, sans conteste, sont centrées sur Jean Dominici, son père spirituel, chef moral et religieux des observants, modèle de pauvreté et d'obéissance évangéliques. Il y a l'influence de l'épreuve, contrecoup du schisme, déterminant l'exil de Foligno, l'influence de l'intégrité de vie dominicaine, du programme d'études théologiques de la *ratio studiarum*; l'influence fraternelle de Saint Antonin qui deviendra le prieur de Fra Giovanni...»

Tels sont les facteurs de normalisation qui rejeteront l'Angelico vers les techniques nouvelles et le rationaliseront... Toutes les opinions permettent la discussion. Mais l'argument massue de la contradiction est précisément que la peinture où l'Angelico excelle, sans grandes références techniques, est d'une expression absolument inimitable et donc nul formulaire de figures expressives de la peinture rationalisée ne peut permettre même de réaliser le pastiche. Nul ne peut taxer Fra Angélico d'être un peintre «habile», un truqueur, ni d'avoir fabriqué de la spiritualité picturale selon des recettes esthétiques ou de factures. C'est sa peinture même qui prouve que l'Angelico fut le peintre du ciel et qu'il n'en était redevable qu'à Dieu et qu'à lui-même. La chute du ciel sur la terre par voie de normalisation, n'a pas empêché l'Angelico de conserver sa tradition de peintre visionnaire et de couvrir cette vision

interne que Dieu avait mise en lui. D'autres ont parlé d'infériorité relatives. Si elles existent, elles ne peuvent être imputées qu'à la rationalisation, car elles ne se présentent que dans les tableaux rationalisés, à tendance réaliste. (La fuite en Egypte et ses perspectives en défaut.) Avant la rationalisation, nous ne voyons guère l'Angelico s'inquiéter de perspectives, ni de plans. La question ne se pose pas, et rien ne nous dit que les perspectives célestes sont les mêmes que celles de l'occident. L'Angelico est un artiste visionnaire qui a vu et peint «ce que l'homme a parfois cru voir» et c'est ainsi que depuis plus d'un demi-millénaire il se dresse en marge de la peinture d'occident pour mieux l'éclairer de spiritualité chrétienne.

On nous objectera que dans les œuvres rationalisées, nous avons reconnu nous mêmes la permanence de la vision. D'accord. Mais, où avons-nous déclaré que cette vision, inhérente à l'artiste, soit toujours profitable à son oeuvre? Oserions-nous avouer qu'elle nous inquiète dans certains cas? L'artiste est sensible à toute la vie ambiante. Dans cette vie, il y a les œuvres des autres artistes qui, pour Fra Angelico s'appelaient non seulement Giotto, mais Gentile de Fabriano, Neroccio, Lorenzo Monaco, etc., etc. Voici ce qu'écrit M. Giboulot:

«Le rationalisme pictural est plus restreint. Il atteint peu de peintres; la plupart gardent leur spontanéité tout en évoluant et n'ont d'autres disciplines que leur goût. Le rationalisme pictural résulte d'une maîtrise, d'un choix de thèmes, d'une élaboration, d'une maturité du talent, prélu e d'une arabesque constituée dans son ensemble. Il me semble être l'apanage de quelques génies et pourtant il n'est pas essentiel au génie.

Le thème du Jugement Dernier n'est pas nouveau, Giovanni di Paolo représente un Paradis où les lignes verticales des costumes du Moyen Age sont à l'honneur. A Fra Angelico revient le mérite d'avoir organisé une ronde des anges et des saints suivant un cortège d'enroulements successifs.



D'autre part, quelques personnages de ses fresques semblent copiés. Ainsi, aux *Funérailles de Saint François* de Sassetta (National Gallery) Angelico semble emprunter non seulement la mise en page, mais aussi la position du corps; et le personnage de premier plan, agenouillé, pour sa *Déposition de croix* de Florence, présente le même enroulement de tuniques et mouvements de plis; même thème chez Giotto (nous reviendrons plus loin sur le sujet).

Il y a également certaines réminiscences de grottes et de paysages, empruntés vraisemblablement à la *Tentation de saint Antoine* de Sassetta, pour la *Descente de croix* de l'Académie de Florence, ou la *Fuite en Egypte* (scènes de la vie du Christ), Académie de Florence. Les mêmes enroulements des vêtements dans la *Prédication de Pierre* ou *le Christ sur le Mont des Oliviers*, (l'apôtre endormi), (scènes de la vie du Christ, Académie de Florence).

«Enfin, il connut Gentile da Fabriano durant son séjour à Foligno et subit l'influence de ses décorations, richesse des détails de costumes, qu'on retrouve dans *l'Adoration des Mages* de Florence. L'influence de Neroccio n'est pas étrangère non plus, car à *Antoine et Cléopâtre* Angelico reprendra de magnifiques nefes pour la *Scène de la vie de saint Niccolo* di Bari: multiplication des grains et protection du navire pendant la tempête (prédelle de l'autel, à la pinacothèque du Vatican).

«De nombreuses *Visitations* et *Annonciations* de Guidoccio Cozarelli ou de Giotto inspireront sans nulle doute les représentations de Fra Angelico. L'écriture dorée des manteaux de Lorenzo Monaco (1370-1425) surtout dans le *Nativité* du Musée du Vatican; les bleus et les roses des tissus de ses personnages ne lui sont pas inconnus, pas plus que la sobre ordonnance et la perfection plastique de Martino di Bartholomeo (1387-1434) si révélatrice dans les *Episodes de la vie de saint Antoine*, abbé, du musée du Vatican.

«Angelico n'est donc pas un novateur, ni en thème, ni en technique. Il n'a ni la désinvolture d'un improvisateur, ni le rigorisme d'un disciple. La caractéris-

tique de son art est précisément cet affranchissement du vouloir vivre, subjectif, tourné vers l'impulsion des désirs, si facilement expressifs dans l'humanisme du xv<sup>ème</sup> siècle, par la substitution contemplative des dogmes éternels et des mystères amplement médités par lui. Il substitue encore l'intuition objective du donné révélé, dépassant les impressions subjectives et mouvantes des sentiments personnels, d'où cette atmosphère équilibrante et mystique.

«Est-ce à dire que les influences sociales, théologiques, sont concluantes du génie de Fra Angelico? Sont-elles les seules? Pourraient elles déterminer de tels chefs-d'oeuvre?

«Tout ce que nous pouvons affirmer c'est qu'elles concourent à l'obtention de cet équilibre, fait aussi de clarté, de Réalisme Mystique, mais ces mêmes influences auraient pu anihiler un talent autre que le sien; Fra Filippo Lippi n'a pas peint sous l'ascèse carmelitaine...

«La spiritualité dominicaine, par son ascèse d'études et de silence contemplatif, contribua au plus grand épanouissement de sa personnalité. Les efforts de perfectionnement moral rencontrant les progrès du perfectionnement technique artistique, Angelico atteint son unité intérieure; elle transparaît et coule de source dans toute son oeuvre picturale.»

Il était excusable que l'Angelico ait pris un profil chez Sassetta, des grottes à un autre, une attitude ou une draperie à une troisième. Ce qui importe seulement c'est que les physionomies de Sassetta soient imprégnées de cette spiritualité unique de cet élan irrésistible vers la divinité qui fait la caractéristique du génie de l'Angelico et l'originalité du maître le plus céleste de la peinture sacrée. Mais le tableau des «*Funérailles de Saint François*» est une oeuvre lourde d'imperfection que dissimulent assez mal quelques agréments d'ordre technique. Les visages n'ont rien de commun avec ceux d'Angelico parce que leur expression est différent. Chez L'Angelico, l'esprit rayonne, transporté par la foi. Ici l'expressivité est factice, (cuisinée selon des recettes mal suivies par le maître queux) et même leur naïveté a quelque chose de compassé. Fra Angelico, même

rationalisé, n'a rien de susceptible de rappeler cela. Dans sa leçon d'Anatomie du Professeur Cuyp Rembrandt a pris le raccourci de son cadavre à Mantegna (Le Christ pleuré, Brera — Milan).

Toute la critique d'art d'occident est dominée par une règle absolue qui exige que l'on ne compare une oeuvre qu'à une autre oeuvre, et non tel détail d'une oeuvre à tel autre détail d'une autre oeuvre. Il est évident que la vision d'Angelico n'a rien de commun avec celle de Sassetta. Et voilà ce qu'il nous faut. Nous accordons volontiers que l'influence d'une oeuvre d'art existante peut influencer le peintre qui crée un nouveau tableau. Pour celui qui néglige ce détail et croit ignorer la vision, tout au moins dans son rôle d'impératif catégorique, il existe un danger que l'Angelico n'a jamais connu.

Les visions libres de toutes influences se confondent facilement avec celles que les influences altèrent.

Nous voici dans la campagne d'Aix; notre vision se rapporte sur Cezanne et si notre pensée nous mène aux portes d'Arles, sur Van Gogh. Pour un maître qui a vu beaucoup de tableaux — et c'est toujours le cas — la vision intérieure, même la plus abstraite et la plus dissimulée pourra se réclamer de créations datant déjà. Dès lors, le peintre peut s'engager. Fut-ce le cas de l'Angelico? On sait qu'il était de ceux pour lesquels une émotion ne trouve jamais sa source dans le monde extérieur. Si vraiment on avait rationalisé la peinture de l'Angelico, cette opération ne semble pas avoir affecté son état d'âme; il demeurerait citoyen ou même roi du monde intérieur des formes où d'ailleurs il avait fait son choix, en bon visionnaire. Ce ne devaient point être les apparitions de ses visions qui l'affectaient. La « mise en train » y pourvoyait sans aucun doute dans l'anxiété de ce que serait la peinture par rapport à l'inspiration. Et peut être se demanda t-il plus d'une fois si son humilité de moine était une attitude conforme à la puissance, à la grâce, à l'intensité du génie qu'il se sentait en bon visionnaire. La vision peut provenir d'une percep-

tion directe et fortuite. Elle peut surgir d'une rencontre, elle peut même s'affirmer ayant été préméditée et provoquée, soit par des essais d'ordre pictural invoquant l'invisible, le fantastique, soit au contraire par des formes incarnées, interrogativement ou dubitativement.

L'art du surnaturel de Breughel, de Lucas de Leyde à Odilon Redon, tout le surréalisme dépendent de la vision intérieure.

Il y a chez Angelico une part considérable de mystique surréaliste. Mais la magie du talent est angélique et non diabolique. Et c'est ce qui explique cette opinion lapidaire de Félix Fénéon s'excusant presque d'une allusion à un peintre ancien: «Oui, sans doute, mais encore parmi nous. Il semble bien qu'il ait ouvert toute grande, une fenêtre sur l'abstrait».

L'abstrait ici, c'est le religieux, bien entendu. Toute oeuvre réaliste elle-même sort d'un dessin, c'est à-dire l'abstraction qui ne figure pas dans la nature. Et voilà le processus par lequel le classique tient lui-même de l'abstrait, d'une notation idéale. L'Angelico est-il classique? C'est ce qui fera avec la définition du classique, la tierce partie de cette étude. Mais il ne l'est évidemment pas, classique, par sa rationalisation. Son art demeure visionnaire, soit par des incarnations délibérées et d'évidentes images internes, soit par le charme extrême des formes d'une foi séduisante. Aussi, par cette lumière qui n'est qu'à lui (fresques) et cette manière de surgissement en plein mystère très simple que le peintre n'a pu connaître dans la plénitude que par la vie intérieure. Et c'est cette tradition de magie blanche, fantasque et lyrique qui vaut à l'Angelico d'avoir conservé sa place. Elle est à lui et ne peut être qu'à lui. Il nous prouve l'impossibilité de classer le génie et l'impossibilité de le saisir. Quant à la vision interne, elle a la valeur d'une semence ignorante des possibilités de son germe mais toujours au départ des moissons généreuses. Ce n'est donc pas seulement la métaphysique qui crée la valeur inestimable d'un art aussi profond et aussi prestigieux que celui de l'Angelico.

Sous une forme plus abstraite que d'aucun ne le croit, ambigüe devant l'authentification, prolongée dans la métaphysique, la vision interne ne cesse d'y rester plus ancrée et plus imposante. C'est ainsi qu'il révèle aux peintres la nécessité d'une conscience picturale, parallèle à la conscience chrétienne, mais n'en faisant point partie intégrale. Alors que la conscience chrétienne nous induit à la charité vis à vis des autres, la conscience picturale invite l'artiste à la charité vis à vis d'autrui.

\*

La thèse de M. Giboulot est en somme que l'Angelico fut un peintre mystique, peu personnel, imparfait dont une rationalisation du talent permit de faire un peintre réaliste et de valeur classique. Notre attitude critique est systématiquement de ne nous inscrire en faux contre nulle affirmation, de tenter d'en extraire la part de vérité et ses répercussions.

Cette thèse nous a intéressé pour la simple raison qu'elle rapporte sur l'Angelico le problème nouveau de la rationalisation de la peinture en vue de l'instauration d'un classicisme neuf. Aux yeux de l'auteur, l'Angelico est un peintre engagé. Les conclusions de l'étude méritent l'attention :

«L'artiste choisit son monde, et y fait entrer tout un autre monde, celui de sa pensée, de son moi profond, de son désir spirituel. L'oeuvre est vivante, le dynamisme soulève les formes. C'est le «progrès continu d'une indivisible mélodie». Il rend réel ce monde spirituel par un accord d'âme plus que par un croquis.

«Angelico ontologise la réalité, d'un pli, d'un drapé, il spiritualise l'humain visuel ou sonore, sans pourtant l'enfermer dans les seules limites de sa personne, car sa puissance suggestive est immense par sa transparence et la simplicité des accords. Il laisse ainsi se dégager le mystère, il y convie. Tandis que l'objectivité de Giotto est plastique, celle de Fra Angelico est musicale.

«Enfin, ce qui contribue à donner à toute son oeuvre la plus complète humanité, c'est le dynamisme et la suavité de son amour. Telle est, me semble t-il le secret d'Angelico. *L'Amor meus et pondus meum* pourrait bien lui être appliqué, mais ce poids, par un paradoxe esthétique-mystique l'allège, le délivre. Il nous convie à la joie épanouissante d'une danse ou d'une mélodie toujours plus comblante.

«En lui, par cet amour, une coalition de tous les arts, comme de toutes les richesses de sa psychologie, conduit à l'irradiation picturale, symbole de sa limpidité intérieure. La sérénité d'une nature humaine gouvernée par la grâce devient le modèle prêché.

«Il nous convie à cette paix intérieure qu'il a lui-même conquise au prix de l'épreuve et de l'effort.

«L'art de Fra Angelico est un art «engagé» et sa peinture est porteuse de valeur: art engagé par l'artiste en sa grandeur morale.

«Pourquoi une histoire de la sensibilité rythmique ne s'arrêterait pas avec les activités spécifiquement artistiques, mais gagnerait toute activité intellectuelle à ressorts esthétiques, avec cette différence que la simultanéité instaurative du mouvement intérieur et de l'apparition formelle y est plus difficile à saisir; mais elle existe cependant et elle se nourrit aussi d'un amalgame d'idées et d'images qui finissent pas se fondre dans une courbe vivante.

Le fait qu'il n'y ait pas exécution concrète et immédiate, et que la perspective soit lointaine du remodelage constant et répété des premières vibrations intérieures au débouché sur l'oeuvre, n'empêche pas les décisions exécutives et les intentions de s'organiser esthétiquement, donc à travers un tissu conducteur des plus infimes rythmes physiologiques aussi bien que des envols qui se spiritualisent. Et sans doute, plus la visée est haute, et long le parcours pour l'atteindre, plus l'imagination en action devra jouer son rôle de lien entre les émerveillements entraperçus au loin, et les frissons et battements de coeur qu'ils suscitent».

En somme, la rationalisation a déboulonné une valeur spirituelle de l'esthétique pour la remplacer par une valeur d'art matérialiste et laïque empruntant au sujet religieux le charme d'un souvenir sacré. Mais ce charme est à valeur musicale et la pensée et l'inspiration n'y sont plus grand chose. Voici par exemple l'explication toute matérialiste et physique du «*Noli me tangere*» qui est l'un des chefs-d'oeuvre du couvent de Saint Marc.

«Dans un parterre fleuri, le Christ nimbé de gloire apparaît à Marie-Madeleine agenouillée, dans un drapé rose, extasiée, tendant les bras comme pour le retenir.

«L'équilibre des volumes, les mouvements des plis et les contours arrondis, forment une arabesque imitant la chironomie d'une mélodie grégorienne pascale. A la facture simple, mélodique, rythmique, les courbes rationalisées, élégantes, se développent à la faveur d'un cadre à deux dimensions, sans profit de perspective ou complication des profondeurs, d'espace ou de ciel. Le déploiement de la ligne courbe et des verticales réduites, prises dans l'unique mouvement, évoque les vocalises d'un alleluia sans fin. Sur une neume unique, celui de l'amour, à la faveur de l'apparition, s'ouvrent deux membres de phrase, comme deux réponses, celle de Madeleine, celle du Christ, le premier crescendo dynamique, ininterrompu, traduisant la démarche de Madeleine: «Seigneur, si c'est vous qui l'avez enlevé, dites-moi où vous l'avez mis et je l'emporterai» (Job, XX-16); puis la descente progressive et apaisante de «Maria» et de «Rabboni» ...

«Ce tableau semble bien être la traduction d'un élan et d'un repos béatifiante.

«Toutes les individualités successives paraissent entraînées vers une direction, l'amour. Sous le grand rythme, circulent des unités secondaires, formées elles aussi, d'élan et de retombées; ce sont les mouvements accusés par les plantes du parterre comme des syllabes mélodiques, jusqu'aux arbres du fond. Ces élégantes lignes traduisent admirablement la rencontre de l'âme avec son Dieu, dans la douceur

d'une expérience esthétique-mystique que l'alleluia du lundi de Pâques traduit admirablement».

Ce texte est en lui-même la rationalisation fort habile et bien menée d'un des plus impérissables chefs-d'oeuvre de l'art chrétien. Rendant compte d'une exposition de Lucien Simon ou de Maurice Denis au temps des explosions mystiques de la peinture moderne, tout ceci eût été parfait. Nous sommes hélas devant l'Angelico, représentant de l'art chrétien le plus direct, inspiré des anges et le plus épuré. Nous accordons volontiers qu'il existe dans cette décoration de la cellule première du couvent de Saint-Marc déjà quelques velléités réalistes, mais elles sont si peu de choses devant l'immensité d'émotion que dégage la fresque que nous ne pouvons prendre cette rationalisation au sérieux. Ou bien, elle a avorté, ou bien, elle n'existe pas. Nous accordons plus loin que cette réforme regrettable à notre sens, d'un talent de spiritualité intense et pure est bien plus sensible dans la «*Fuite en Egypte*»; mais ce qui nous intéresserait, M. Giboulot le passe sous silence. Si vraiment on a fait *tomber l'Angelico du ciel* pour lui infliger le matérialisme pictural, il serait temps de nous expliquer comment s'est accomplie cette réforme, par les soins de qui et sur quelles persuasions. Enfin l'Angelico rationalisé est-il de ce fait devenu un peintre classique du temps, c'est-à-dire de la séquelle giottesque. Autant de questions qui méritent une réponse de lumière chacune. Nous saurions alors si *oui* ou *non* la rationalisation du peintre dominicain de Florence lui a valu les honneurs du classicisme renaissant et a préfiguré ce que d'autres rationalisations nous préparent aujourd'hui comme nous l'avons exposé au début de cette étude.

Ici encore, convient-il de se mettre d'accord sur la terminologie.

Qu'est ce qu'un art classique, un peintre classique? Classique est l'artiste ou l'écrivain qui a su assurer à sa forme une perfection d'expression telle qu'elle est désormais susceptible de servir d'exemple, de modèle aux générations futures. L'art déployé en l'occurrence est l'art classique et



les règles résultant de l'étude de cet art deviennent les règles classiques. Le classicisme n'a jamais été instauré de but en blanc. Il est le résultat d'une longue série d'oeuvres de plus en plus sélectionnées et analysées au point de vue de la forme. Ce travail a, du reste, établi que les principales règles des grands auteurs classiques sont identiques et la synthèse qui a suivi tout ce travail analytique, a fourni l'esthétique classique. Cette esthétique classique a abouti à une science fort intéressante: *l'esthétique comparée* ou s'inscrivent en tête deux écoles: l'allemande et la française. En France, des humanistes ont réalisé le graphique de l'Antigone de Sophocle pour y retrouver à peu de chose près, l'épure du Parthénon et établi les correspondances similaires de l'Andromaque de Racine et de diverses oeuvres plastiques des sculpteurs français de la même époque. L'esthétique comparée (celles des genres) est une science du plus grand avenir, et le couronnement du classicisme. Elle rend ses règles légitimes.

Toute époque d'art à trois périodes: origines, apogée, décadence. La décadence est un retour au primitivisme qui suit l'apogée alors que les origines sont un primitivisme qui la précéda. Et il y a souvent des rencontres entre ces deux primitivismes. Le classicisme c'est le degré de perfection. Les arts classiques grecs sont ceux que l'enseignement a toujours tenus pour les plus parfaits et proposés à l'imitation. Le malheur est que nous ne les comprenons pas tels qu'ils furent et que l'usage à titre de modèles a fini par en fausser le sens. En outre, leur structure est statique. C'est l'Italie, qui, sous l'Hellenistique a mis le statuaire en mouvement. En outre, tout ce que nous savons ou à très peu de chose près de la peinture grecque, c'est qu'elle a existé.

Nous possédons des vestiges de la peinture latine qui se trouvaient figés dans les ruines d'Herculanum, mais pas assez pour pouvoir en parler. Ces classicismes furent basés sur des critères, (veaux sacrés), et formant une éthique. Ils sont linéaires et tiennent de la statuaire. La France les adopta. Ils ne purent s'y maintenir longtemps et finirent par se heurter aux modèles nordiques-issus du songe et dont

l'expression est plus picturale, par le contraste de la lumière et des ombres.

Deux éléments sont les causes initiales des régressions esthétiques: 1) rappels et répétitions et enseignement d'un métier empiétant de plus en plus sur l'inspiration et le sentiment et où l'élément purement manuel devient affectif. «L'oeuvre n'est plus qu'une suite de formules qui se transmettent et cette transmission leur fait perdre de vue les signes lointains auxquels ces formules devaient l'existence», (*Elie Faure*).

Nous ne trouvons absolument rien de tout cela dans le métier — si l'on peut dire — où les aspirations de l'Angelico. Son dessin, ni son coloris ne comportent de formules ni de rengaines.

En revanche, il convient de reconnaître qu'en peinture, les facultés de sublimation et de création idéale s'épuisent et disparaissent au moment où le coeur, l'esprit et les sens ne sont plus en harmonie. Le métier n'est plus conduit par le sentiment. Il dégénère en une série de tours de prestidigitation.

C'était un peu ce qui se passait du temps de Fra Angelico, mais du côté... classique. Giotto débordé de commandes, ne pouvait plus y suffire. Il employait des peintres dont certains l'imitaient à s'y méprendre. Le fameux artiste qui avait pris nom: *l'Ami de Giotto*, une dizaine d'autres au moins sont connus. Mais l'Angelico n'est signalé par aucun abus de ce genre et nous avons à présent (car alors, ce que nous venons de dire était parfaitement admis) le sentiment net que s'il fallait rationner un art, c'était non celui de Giotto, mais celui de ces caudataires.

Plus tard, après la mort de Michel Ange, l'art classique changea de nom. Il ne fut plus l'art grec, mais cet art interprété par la renaissance italienne. On sait qu'après Michel Ange, les Carrache et l'école de Bologne imposèrent un certain immobilisme. C'est d'où nous parvint l'art académique. Il convient tout de même de préciser qu'aux antipodes de l'immobilisme se trouve une peinture abstraite aux déplorables éléments plastiques. N'insistons pas... Dès lors, le jeune peintre oscille entre la peinture Greco-

-Renaissance et l'abstraction? Certes non. Entre ces deux extrêmes se situent toutes les attitudes et toutes les stations possibles. Sans compter qu'un garçon de talent est toujours habilité pour se faire une place qui n'est qu'à lui même. Il n'est pas sûr que telle n'ait pas été la situation de l'Angelico, rationalisé ou non. Il était trop intelligent pour ne pas comprendre, et nous aussi, tout ce que ces étiquettes à noms inhabituels ont d'absurde dans leur stérilité. Mais ce qui ne le jetait pas dans la confusion et ce qui ajoute à la nôtre, c'est la portée désormais libre de sens précis du mot classique. Les gens n'en n'ayant que davantage, souvent avec une nuance de mépris, parfois avec une intention élogieuse.

Pour l'Italie, patrie de culture latine, il est évident que ses peuples et ses artistes sont sensibles à la plastique des hauts siècles grecs. Mais il y avait là surtout un certain verbalisme car, du temps de l'Angelico, rares étaient les hommes qui connaissaient Corinthe, Athènes et l'Archipel. Les artistes de Florence subissaient l'influence de l'Aphrodite de Cnide et de Pallas acropolitaine, sans les avoir vues. Pompée avait rapporté de Grèce quelques statues. Il n'est pas certain qu'on ne les confondait pas avec les statues alexandrines et celles de l'art romain qui se multipliaient partout. Pas plus que Giotto, l'Angelico ne connaissait l'art classique. Depuis, du fond des époques d'anarchie, des hommes bien intentionnés prennent peur et se placent sous la sauvegarde de ces classicismes à présent libres de sens et mythiques bien plus pour apaiser leur crainte du pire que pour en imiter un maniérisme superficiel, car, plus aucun, surtout parmi les rationalistes et les rationalisateurs ne sont capables d'en connaître ou d'en rénover le sens profond.

Voilà la manière dont, descendue d'une époque glorieuse pour le peuple qui l'a connue, en naît une autre. Le désir profond d'un ordre établi est cependant plus respectable que la copie de cet ordre. Il en est donc des rationalistes de l'art comme des révolutionnaires les plus terribles. Leur sincérité impose le respect, mais elle n'implique pas qu'ils ne sont point plongés dans l'erreur la plus évidente.

Au point de vue d'un renouvellement scolaire, il faut en retenir tout d'abord le désir louable des jeunes de travailler en équipes, mais très souvent aussi, une certaine impuissance à se renouveler.

Nous avons les néo-romantiques, les néo-classiques, les néo-impressionnistes, et les néo-cubistes. Nous en oublions. Tous ces vocables ont perdu leur sens. Pas un ne désigne quelque chose qui soit en rapport avec l'un des impératifs de notre époque. Qu'on les rationalise ou qu'importe? Feraient-ils jamais des hommes d'à présent? Leurs étiquettes dérisoires nous prouvent qu'ils n'arrivent qu'à pasticher qui. Deveria, qui Ingres, qui Claude Monet, qui Picasso, sans se douter que chacun de ces grands maîtres a changé plusieurs fois de manières et de techniques dans le cours de sa vie et n'a jamais adopté un principe que pour le renier aussitôt. Si des rationalisateurs ont ramené des moutons égarés au bercail, c'est que dans leurs égarements, ceux-ci se sont sentis livrés à l'incompréhension due à une vision traditionnelle du public, que nul ne peut vaincre. Ils se trouvaient aussi nez à nez avec cette obstruction tenace des intérêts de ceux qui ont visé sur une quelconque étiquette courante et seule valable à leurs yeux. Les indices favorables de la formation d'une école néo-classique à la suite d'une rationalisation des méthodes picturales ne sont pas dus à une disposition d'époque qui ne dirait rien du tout, pour la simple raison qu'un classicisme d'à présent, s'il avait sa raison d'être, serait sans rapports avec le classicisme d'hier.

Si l'on a pu créer un art classique apparent, ce fut d'abord, et nous l'avons dit à cause du libéralisme de ses promoteurs. Enfin, parce qu'à proprement parler, un tel classicisme n'engageait personne et prenait donc le sens d'un magnifique parapluie contre les intempéries. N'est-ce vraiment plus que n'en pouvaient souhaiter, d'abord, l'Angelico, voici cinq siècles et demi, enfin nos néo-classiques d'aujourd'hui.

## AS NUVENS NAS PAISAGENS DE JÚLIO DINIS

*(Continuado do vol. 115.º, pág. 655)*

Como sempre em Júlio Dinis, Estevam de Urzeiros está magistralmente retratado e caracterizado. É, como tantas outras personagens na galeria dinisiana, das que não mais esquecem, e daquelas cuja acção, cuja actividade, cuja realização do conceito da vida e da missão a executar na terra, se prende desde logo, em perfeita ligação e em desenvolvimento funcional, com os traços do carácter, o cunho dos sentimentos, a índole dos affectos, das reacções, e dos movimentos interiores, por forma que o enredo ou a trama psicológica, na parte em que dele dependa, fica traçado sem rigidez sim — na vida há, a cada passo, os imprevistos e os imponderáveis, que tantas vezes podem mais do que nós —, mas de tal forma, que as surpresas bruscas, ou as eclosões chocantes, absurdas, ou extravagantes, não são de esperar no desenrolar dos acontecimentos ou na interacção e mútua influência dos figurantes.

Outras personagens não estão caracterizadas com traços tão minuciosos e tão nítidos. Aliás, não há outra coisa que esperar no que não ultrapassou a forma e a feitura de um mero esboço. Poucas pinceladas, seguras e precisas, e todos os figurantes adquirem vida, assumem polpa e nervos, e impressionam-nos, entretêm-nos, ou deleitam-nos, com os seus caprichos, os seus tiques, os seus ridículos, as suas preferências, as suas manias, as suas pequeninas ou grandes vaidades, as suas simpatias e antipatias, ou então as suas virtudes, as suas benemerências, a sua liberalidade, a sua graça e delicadeza, a sua boniteza ou formosura, a sua modéstia ou petulância, o seu retraimento ou garridice, a sua filáucia pitoresca, os seus ares de importância de quem tudo entende, tudo prevê, tudo sabe, tudo remedeia, ou, ao

contrário, de quem é preso de sentimentos de ganância e de egoísmo, de presunções de prudência e de esperteza, de dotes de calculista certo e maquiavélico. para quem o semelhante é um títere que ele movimenta, impele, ou retrai a seu bel prazer, puxando ou detendo o cordelinho escondido que é o segredo e a fortuna dos seus estratagemas e passos de pelotiqueiro, de habilidoso, e escamoteador sabido, solerte, e manhoso.

\* \* \*

Vem a seguir, na ordem cronológica e na dos «Inéditos e Esparsos», de Sousa Viterbo, a «Carta ao redactor do «Jornal do Porto», acerca de várias coisas», publicada com o pseudónimo de Diana de Aveleda, naquele jornal, em 28 de Maio de 1864.

Nesta carta, como a cada passo em Júlio Diniz, vemos Diana de Aveleda entoar um hino, todo ele um formoso poema, às delícias da vida do campo. Vemos exaltada, também como sempre, a simpleza da vida campestre, que não tem refulhos nem atavios. Vemos delineadas as esferas da filosofia e da poesia, apontado, denunciado, execrado o mal que a demasiada filosofia, ou, pelo menos, a obscura e absoluta filosofia trás à poesia, vemos posto em relevo que a melhor julgadora da poesia é a mulher, que aprecia pelo coração, pela sensibilidade, pelos amavios da delicadeza e da ternura, vemos apontado e esconjurado o perigo do divórcio entre a poesia filosófica e a alma feminina.

Referências a nuvens só uma ocorre nesta carta, e trata-se de nuvens metafóricas.

«Não farei programa», diz Diana de Aveleda, «Está decidido. Vou escrever sem saber ainda de que tratarei. É a mais agradável maneira de conversar que eu conheço.

Semelha-se a bordejar sem destino no rio por uma tarde de primavera. Primavera? Como me veio esta ideia? Bonita maneira de gozar a primavera através das persianas

do meu quarto! A primavera das cidades! Que insípida paródia à primavera dos campos!

Faz-me lembrar estas paisagens de teatro, onde a luz do gaz substitui a aurora, e as árvores de lona, na sua imobilidade, exigem do espectador a força de concepção necessária para as suportar rumorejando:

Ai o campo! o campo!

Há um ano fui eu lá passar alguns meses. Aconselham-me os facultativos, a pretexto de combater as tendências de uma *diátese hereditária*; — o termo é deles. Ora eu, confesso-o, tinha a fragilidade de os respeitar, temer, e servir.

Era também em plena primavera! O campo estava esplêndidamente verde, o céu magnificamente azul.

Que madrugadas! Que crepúsculos! Como eu me sentia bem no meio de tantas maravilhas! Como se me inoculava a vida da natureza inteira! Aqueles ares embalsamados, infiltrando-se por entre a espessura dos arvoredos; aquela relva, humedecida com o orvalho matutino; aqueles arbustos que, quando eu passava, me faziam a delicada surpresa de me cobrirem de pétalas esfolhadas, como se eu fosse uma *primadonna* em noite de seu benefício; aquele inimitável concerto de pássaros, insectos, brisas, ribeiros, açudes e campanários; aquela turba-multa de borboletas e abelhas com suas valsas extravagantes por sobre moitas enfloradas; aquelas criancinhas loiras e meias nuas que me surgiam de toda a parte, como espontâneas produções do campo, a rirem por entre os silvados em que colhiam amoras, do meio das searas onde pareciam flutuar em um oceano de verdura, a espreitarem-me da copa frondosa dos carvalhos e castanheiros, como estas cabeças de querubins que marchetam o pedestal de nuvens de Nossa Senhora da Conceição; a saudarem-me, batendo as palmas quando me viam passar pelas margens dos pequenos rios, onde se banhavam mas, tudo isto, meu caro redactor, me deliciava; tudo isto operou em mim uma metamorfose completa. Hábitos, gostos, pensamentos, tudo senti eu que se me ia pouco a pouco modificando... não sei se para bem se para mal.

Era outra, muito outra do que fora. Desconhecia-me!

Não encontrava prazer em tantas coisas que apreciava na cidade, e descobria, em outras, belezas que até então ignorava!» (1)

---

(1) Júlio Dinis, «Inéditos e Esparsos» (edição de Sousa Viterbo), vol. I, pág. 176 a 189.

As criancinhas, que simbolizam a inocência, a graça e a beleza, são assemelhadas aos querubins «que marchetam o pedestal de nuvens de Nossa Senhora da Conceição». Que ideia e que imagem encantadora! Toda a carta é um cântico, gaudioso e jucundo. Daí o símbolo radioso das nuvens brancas e róseas.

\* \* \*

Segue-se, na ordem indicada, «Impressões do Campo.» A Cecília (Porto, Julho de 1864). (Transcrita do «Jornal do Porto», de 1 de Agosto de 1864).

Continua o hino ás delícias do viver campesino, o mesmo encantamento na inocência e a graça das crianças, na «pureza e frescura de timbre», do cantar alegre das lavadeiras, que não sabem o que são «*devaneios, tristezas vagas, aspirações injustas, anseio sem motivo, lágrimas inexplicáveis*».

«Depois os teus instintos de artista», diz Diana de Avelleda, «adormecidos no teu bonito e confortável quarto da cidade, inebriados na atmosfera do *patchouli* e água de colónia que o perfuma, despertariam por lá. Verias. Isso com certeza.

Aí, que tens tu a inspirar-te? a ramagem do papel das paredes, as rosáceas do tapete, os acantos do estuque, as florestas e lagos das gravuras encaixilhadas, os gorgeios de uma avesita aprisionada, as flores agrupadas com artifício e esmero em jarras de porcelana, montes de cadernos de música, o piano aberto... que inspirações, meu Deus! que inspirações, comparadas com a grandeza das que se recebem no campo!

Os nossos artistas — poetas, pintores e músicos — são, em geral, como tu. Encontro-os nas praças do Porto, estacionados nas lojas mais concorridas, nos teatros, frequentam os cafés, dizem-me..., mas no campo, na presença desses magníficos espectáculos da natureza que os inspirariam, a escutarem as lições deste grande mestre da arte... só por uma calamidade, de que eles próprios se admiram.



Às vezes penso, por exemplo, vendo elevar-se com tão violento impulso de inspiração entre os nossos actuais postos um dos mais jovens, mais verdadeiros, e o mais injustamente deslembrado no areópago dos promulgadores de diplomas de celebridades contemporâneas, numa palavra, Guilherme Braga, pois que para ti basta dizer-lhe o nome para dizer tudo; penso a que altura prodigiosa o veríamos nós subir, se fôsse, de quando em quando, vigorizar ao ar livre do campo aquele seu talento, tão robusto que nem os hábitos indolentes da vida urbana conseguem amortecer.

Dos nossos pintores ainda encontrei às vezes por aqueles lugares o Resende, sobraçando a sua pasta de esboços ou parado diante de uma paisagem surpreendente.

Basta vê-lo em verdadeiro êxtase diante de um efeito qualquer de luz, para se lhe reconhecer as pronunciadas tendências artísticas que possui.

A projecção da sombra de uma nuvem numa parte do horizonte, o colorido do ocidente no crepúsculo, o efeito da atmosfera nas tintas sob que se apresentam desenhadas as montanhas distantes... é o bastante para o arrebatá-lo.

E é contagioso aquele entusiasmo. Tenho-o sentido (1).

Aqui encontramos referência a uma nuvem real, que não metafórica, a qual atrairia a atenção do pintor para mágicos efeitos de luz. Não sabemos de que cor é essa nuvem que projectava a sua sombra na paisagem. Branca? rósea? alaranjada? plúmbea mesmo? Qualquer que fosse a sua cor não desmancharia, por certo, a juncundidade do painel, nem deixaria de ser regalo dos olhos num quadro todo deleite e aprazimento dos sentidos e da alma.

\* \* \*

Vem, em seguida, «Carta a Ritinha». (Em «Cartas Particulares». Escrita em Ovar, a 10 de Junho de 1863).

Por ser tão típica da psicologia do autor das «Pupilas», não resistimos à tentação de a transcrever quase na íntegra.

---

(1) *Ibid.*, vol. II, págs. 9-11.

«Novamente» escreve o romancista-poeta a Ritinha (1) «me quis proporcionar a prazer de ler uma sua carta, e, pela minha parte, novamente lhe agradeço também os momentos de inefável e suave gôzo que ao lê-la experimentei. A amizade faz-lhe ver nas que recebe de mim um merecimento que elas por certo estão muito longe de possuir, mas essas próprias expressões, que eu reconheço imerecidas, são-me em extremo gratas por me provarem evidentemente quanto me devo ufanar dos sentimentos que as ditam. Apesar de tudo não pude eu, ao que vi, desvanecer inteiramente aquelas nuvemzitas que lhe escureciam o horizonte e, não obstante quanto disse a bem do futuro e do inverno, a Ritinha conservou a sua pouca confiança no primeiro e muito má vontade ao segundo. Não lhe serviu a metáfora do terreno fértil e abençoado, que mesmo no rigor do inverno se reveste de folhas e de flores. Valha-nos Deus com tanta desavença!

Eu a prègar fé, fé viva e cega no futuro, para com mais resignação suportarmos as amarguras do presente e acalmarmos o mais possível o acerbo das saudades do passado e estes incrédulos que me não atendem!

Eu morro de simpatias por aqueles bem-aventurados crentes que, vendo quebrar-se-lhes nas mãos o ramo florido de esperanças a que se apoiavam, estendem-nas de pronto a outro para se apoiarem de novo. Há-os tão pertinazes que, infelizes com os pais, apelam para a felicidade de esposos, infelizes como esposos, esperam nas doçuras da paternidade; se os filhos lhas negam, voltam-se para os netos, até que no fim da vida, quando todo o apoio lhes falta, voltam-se para o céu e esperam só em Deus!

Tudo isto é esperar, tudo é apelar para o futuro das injustiças do presente, e, se os tribunais rejeitam a apelação, não o fará decerto o Tribunal Supremo, sempre aberto e patente, diz a revelação cristã, aos desafortunados deste mundo. Viver de esperança em esperança é o vultear da borboleta de flor em flor; viver sem fé e com o desalento na

---

(1) *Ritinha* era D. Rita de Cássia Pinto Coelho, irmã de José Joaquim Pinto Coelho, primo do romancista. Catorze anos mais velha, ela era a «confidente dos seus segredos mais intimos, dos seus devaneios, das suas pequenas loucuras amorosas». Cf. Dr. Egas Moniz, «Júlio Dinis e a sua Obra», vol. I, págs. 134 e segs.

alma é o arrastar lento e penoso da lagarta à qual só faltam as asas para se transformar naquele. No caso em que falávamos há também umas asas e pode haver uma metamorfose tão admirável como a do insecto; as asas são as crenças no futuro; predei-as a vós, cépticos e desesperados, vereis como vos sentis mais ligeiros.

E esta constância na fé é fértil em bons e alegres pensamentos; por ela todas as quadras da vida se adornarão de suas flores, e a existência se assemelhará a estas roseiras de todo o ano, às quais não são indispensáveis os orvalhos vivificadores da primavera nem os raios do sol ardente do estio para florescerem. Encontram-nas cobertas de flor os vendavais do outono, e os furacões do inverno ainda as não vêem tão despidas que não tenham algumas pétalas desmaiadas para alastrar na relva das campinas mais próximas.

Abençoadas roseiras! Disse-me já aqui alguém que eram estas rosas as flores que preferia às outras, por serem de todas as estações. Quem não há-de simpatizar com elas? Os mais tristes deste mundo simpatizam com aqueles que no meio da adversidade conservam nos lábios um sorriso de conforto e resignação; estas roseiras fazem lembrar os privilegiados de que falo.» (1)

A referência, aqui, é a nuvens no sentido figurado, nuvens de melancolia e de desalento, que o romancista procura desvanecer com a firmeza e constância do seu optimismo e a fortaleza da sua esperança.

Com efeito, na carta anterior de Júlio Dinis a Ritinha, escrita também de Ovar com a data de 31 de Maio, lê-se:

«Eu também sinto aspirações iguais às suas; também quisera por futuro a vida tranquila do campo e os affectos de uma família eleita pelo coração para satisfazer esta necessidade de viver pelos outros e para os outros, que é um dos impulsos mais irresistíveis da natureza humana. Trocar o rumorejar das turbas pelo rumorejar das folhas; viver, amar, e até sofrer — já que o sofrimento é elemento indispensável na liga das nossas sensações — mas à sombra de árvores e no meio da pura atmosfera e aprazível solidão

---

(1) *Ibid.*, vol. II, pág. 112-113.

dos campos, é o ideal dos meus sonhos do futuro, ideal que receio nunca chegue a realizar-se.

E mais não sou eu daqueles que descrêem do futuro. Tenho direitos a esperar dele um quinhão de felicidade que o passado me negou. E aqui baixinho sempre lhe direi que o espero. É uma ilusão, talvez, da minha parte; eu sei que há entes tão malfadados que desta vida só chegam a conhecer as lágrimas; sei que mais do que um desherdado da fortuna podia dizer de si o que dizia um poeta:

*Au banquet de la vie, infortuné convive,  
J'apparus un jour et je meurs!  
Je meurs, et dans la tombe où lentement j'arrive  
Nul viendra verser des fleurs.*

Mas há em nós um fundo de esperança que nos não deixa acreditar no mal senão quando nos achamos face a face com ele.

É por isso que não desanimo, e, diante do véu que me encobre o futuro, estou como o espectador aguardando com ansiedade que corra o pano para assistir ao espectáculo que veio presenciar e que espera que há-de corresponder à sua expectativa.

Se alguma vez sinto disposições para a poesia é quando penso isto. A primeira que em Ovar pude escrever foi expressando este mesmo pensamento.

O meu passado foi pouco abundante de flores; uma só persiste, a qual nasceu no meio da aridez, e contudo viajou e conserva ainda a frescura primitiva; é a esperança a mais fragrante das que podem amenizar a longa campina que atravessamos na vida. Esperarei pois, e direi aos outros que esperem.

Basta por hoje.» (1)

É o mesmo entusiástico elogio da vida campestre como fonte de conforto e antídoto da desesperança.

---

(1) *Ibid.*, vol. II, págs. 110-111.

Na carta a Ritinha que principalmente estamos apreciando, a de 10 de Junho de 1863, em que há a referência às «nuvenzitas» que lhe escureciam o horizonte, ocorre também o elogio das roseiras de todo o ano, estímulo de esperança e confiança no futuro. Pobre Júlio Dinis, vivendo de ilusão, a despeito de tudo, no gasalho caricioso, embalador da paisagem vareira!

\* \* \*

Vem agora a carta a Ritinha, escrita do Porto a 28 de Julho de 1863, à sua madrinha e prima, na véspera do aniversário desta, 29 de Julho.

«Um dia de anos», escreve o romancista, «é sempre um dia de recordações; poucas são as almas tão desprovidas de alegrias no passado que nestes dias se não sintam dominadas pelo sentimento delicado e ao mesmo tempo delicioso e amargo que nós chamamos saudade. Lembram todos os momentos passados nestes dias consagrados aos affectos da família. E, nos intervalos das manifestações da alegria presente, uma certa melancolia nos acomete, e o espírito, a furto, realiza as suas excursões nas regiões encantadas de um passado que para sempre volveu.

Mas esta contemplação do tempo passado tem seus encantos, é uma satisfação para os infelizes do mundo recordarem-se de que houve uma época em que provaram a felicidade. A ilusão às vezes é tão completa que chegamos a imaginar-nos transportados a essas épocas que passaram e cujo verdadeiro valor só apreciamos agora.

Por isso eu não interrompo essas manifestações a que involuntária e irresistivelmente nos entregamos nestes dias; elas têm bastante de agradável na sua melancolia. Respeito-as, como desejo que façam às minhas.

Ora está-me a parecer que no dia em que receber esta minha carta há-de ter experimentado alguma coisa disto que digo. Alguns dias do passado hão-de surgir-lhe, mas já com as alegrias de então coloridas com as mágicas tintas com que o tempo completa as suas obras. Nesses momentos é justificada a melancolia, e justo é que se respeite. Não a sentir seria uma ingratidão para com o passado, de

vessei a ponte da Gafanha para visitar a elegante proprio-que só as almas menos delicadamente formadas seriam susceptíveis. Mas, de quando em quando, afastam-se essas nuvens que nos escurecem a perspectiva e por alguns instantes entregamo-nos todos à comunhão de alegrias que nos nossos mais próximos parentes e amigos íntimos se manifestam nestes dias» (1).

É um vogar no oceano calmo da saudade, «gôsto amargo de infelizes»... A saudade, a despeito do «delicioso pun- gir de acerbo espinho», afasta «as nuvens que nos escure- cem a perspectiva» e torna leve o que era pesado e suave o que era penoso.

As nuvens aqui são, como geralmente quando tomadas como simbolo de males e de tristuras, nuvens metafóricas.

\* \* \*

Segue-se a «Carta a Custódio Passos», datada de Aveiro, 28 de Setembro de 1864. (Transcrita do «Portugal Artís- tico»):

«Meu Passos

Escrevo-te de Aveiro. São 7 horas da manhã do histó- rico dia de S. Miguel. Acabo de me levantar. Acordou-me o silvo da locomotiva. Abri de par em par as janelas a um sol desmaiado que me anuncia o inverno.

A primeira coisa que este sol alumiou para mim foi a folha de papel em que te escrevo; aproveito-a, como vês, consagrando-te neste dia os meus primeiros pensamentos e o meu primeiro quarto de hora.

Aveiro causou-me uma impressão agradável ao sair da estação; menos agradável ao internar-me no coração da cidade, horrível vendo chover a cântaros na manhã de ontem, e imensas nuvens cor de chumbo a amontoarem-se sobre a minha cabeça, mas sobretudo intensamente aprasível quando, depois de estiar, subi pela margem do rio e atra-

---

(1) *Ibid.*, vol. II, págs. 119-120.

dade que o primo em casa de quem estou hospedado teve e bom gosto de edificar ali.

Imaginei-me transportado à Holanda, onde, como sabes, nunca fui, mas que supponho deve ser assim uma coisa nos sítios onde for bela.

. . . . .  
Cheguei a Aveiro um pouco dominado pela apreensão de que talvez viesse ser infeccionado pelos eflúvios pantanosos da terra e cair atacado pelas sezões, circunstância que, não obstante o colorido local que me havia de dar, nem por isso me havia de ser muito agradável.

Nada, porém, de novo me tem por enquanto sucedido, e continuo passando bem, e, o que é mais, engordando (1).

Aqui trata-se de «nuvens cor de chumbo», nuvens procelosas, que precedem e acompanham as tempestades, e se desentranham em catadupas, inundando a cidade e a sua região, volvendo as ruas, os caminhos e as estradas em canais, e fazendo de Aveiro e sem limite uma outra Holanda, como diz Júlio Dinis.

É fenómeno com que há sempre que contar, na verdade, em toda a zona costeira que vai da Figueira a Espinho e a Gaia.

Estamos a escrever estas linhas a 27 de Outubro de 1954. Ainda há três dias, na cidade e na região de Aveiro, bem como em toda a extensão da costa que vai da Figueira da Foz a Espinho e a Vila Nova de Gaia, passando por Mira e Aveiro, soprou furiosa a rajada, e tudo galgou e inundou o dilúvio, desfazendo-se as nuvens em trombas de água e alargando-se esta em imenso lençol de água, em que nada foi poupado.

\* \* \*

Na ordem cronológica segue-se «Cartas à vontade». A Cecília. Publicada em 10 de Julho de 1867 no semanário «Mocidade». «Amas, mestras e maridos». (Subscrita, como outras, com o pseudónimo de Diana de Aveleda).

---

(1) *Ibid.*, vol. II, págs. 188-189.

«Olha, Cecília», escreve Diana de Aveleda, «no pequeno drama íntimo, que o nascimento duma criança faz representar sob cada tecto, o papel mais simpático é, quanto a mim, o de ama.

Ela, a quem a miséria muitas vezes obriga a recusar o seio do próprio filho para o oferecer ao de outra mulher que, quase sempre, voluntariamente o nega ao seu, olha ao princípio com desculpável aversão para este inocente usurpador que se lhe pendura ao colo; mas pouco a pouco afaz-se àquele olhar carinhoso que a fita; àquele sorriso que inscientemente a consola quando a saudade lhe está ainda orvalhando de lágrimas os olhos; àquelas pequenas mãos, que a afagam; àqueles lábios que a beijam; e ela, a pobre, a rude mulher, chega a persuadir-se que um milagre de Deus permitiu que o espírito de seu filho viesse animar este corpo débil, que voasse evocado pelo amor materno, a acolher-se ao seu abrigo, e, iludida, apaixonada, já não distingue entre os dois, já sente de novo estremecer suas entranhas de mãe a cada grito aflitivo do infante, inundar-se-lhe de júbilo o coração, a cada sorriso de alegria! Enquanto a mãe verdadeira se embriaga no volutear das valsas, que a arrebatam de sala em sala, como em nuvens de harmonias e perfumes, ela só, à luz da lamparina doméstica, acalenta-lhe o sono do filho, cantando uma daquelas melancólicas e populares cantilenas, que a mãe ignora, pois só lhe ensinaram a cantar *romanzas*, *baladas* e *rondós*, em italiano. Ora o estilo do cantar da ópera não é muito próprio para acalentar crianças, e, neste ponto, é uma providência que a mãe se não julgue obrigada a soltar junto do berço as notas que foram aplaudidas na sala.

Assim decorrem meses de íntima convivência da ama e da criança. Fôra um pensamento de interesse que trouxera aquela mulher àquela casa; mas agora um laço mais forte a retém ali, prende-a um sentimento generoso como poucos; e é quando o laço é mais forte, é quando o amor a estreita à criança, à qual cedeu porção da sua vida, que um dia lhe dizem — «Parte!».

O amor que ela viu nascer, que cultivou com alegria, não lhe era destinado; arrancar-lho-ão do seio, embora este fique *sangrando* ao separar das raízes. A afeição daquela criança é como a planta estimada que recebe de um terreno a seiva que a faz vigorosa e a outro concede mais tarde a sombra da sua folhagem e o perfume das suas flores.



Pobre mulher! Curvando resignada a cabeça à crueldade da sua sorte, parte, acompanhada de saudades, como com elas viera. Rega segunda vez de lágrimas o limiar daquela porta. Encontra lá sentada, onde a deixara, a imagem da melancolia, que lhe estende novamente a mão.» (1)

Aqui as nuvens são metafóricas, «nuvens de harmonias e perfumes», em que se embala e inebria a mãe mundana e frívola.

Não são estas nuvens, não o foram nunca da simpatia de Julio Dinis. Perfumes, sim, mas das flores campestres, regadas pelo orvalho.

\* \* \*

Segue-se, entre as «Cartas Particulares», a dirigida a seu primo (escrita de...?...) José Joaquim Pinto Coelho, em 20 de Outubro de 1867:

«Meu José

Ocupado a redigir officios prosaicamente sensaborões, foi-se-me a semana toda sem conseguir da musa, com a qual ando mal avindo há muito tempo, a fineza de me auxiliar a celebrar em verso o teu aniversário. Pouco exigia dela; contentava-me com ser servido como nos anos anteriores, porque por experiência sabia poder contar com a tua indulgência. Nem assim!

Desde que esta caprichosa me viu um pouco inclinada para a prosa, sua rival, deu em fazer pouco caso de mim, e vingava-se não me acudindo em ocasiões de apertos. Queixa-se de que eu só me sirvo dela para o não chega; de que fazendo falar em prosa as personagens dos meus romances, só a vou incomodar quando elas estão de maré para cantar cantigas; acrescenta que não está para isso, e que já que eu pela prosa a tenho abandonado, que com a prosa me entenda agora.

Eu ponderei-lhe que, se me dou melhor com a prosa, é porque esta é mais condescendente, mais pronta em cor-

---

(1) *Ibid.*, vol. II, pág. 63-64.

rer quando eu a chamo, e que, se não faço dela tudo quanto quero, é certo que a muitas coisas ela se presta a que a musa se não sujeitaria. Apesar dos meus arazoados, não quis atender-me. Pedia-lhe rimas, negava-mas; instava com ela para que forjasse um verso, batia-mo demais na bigorna, a ponto de me sair esticado; atenazava-o até fazê-lo coxo, torcido, sem tom nem som. Depois de mil diabruras, terminou por me negar redondamente os seus serviços.

Em vista disto, que partido tinha eu a tomar? Contar-te sinceramente o que se passou e, justificar-me assim da minha falta.

Ocorreu-me, porém, fazer isto mesmo por escrito para deixar documento da minha boa vontade que correspondesse ao ano de 1867, e ao mesmo tempo para mostrar à musa que efectivamente cá me arranjei com a prosa; não muito bem, é certo, mas também não muito pior do que por ela, musa, seria servido.

O que desde já prometo é não me reconciliar tão cedo com a ingrata. Negar-me um favor tão simples! Eu só lhe pedia que me ensinasse a dizer em verso que folgava poder mais uma vez celebrar o teu aniversário; que por muito tempo esperava ainda fazê-lo. Pedia-lhe para me ajudar a passar em revista o ano que passou, a fazer balanço às penas e prazeres experimentados nele; a mostrar assim que felizmente estes excederam aquelas, que a doença não veio assombrar de nuvens muito pesadas o nosso firmamento, que antes nos sorriu mais benignamente a sorte, abrindo-nos mais largos horizontes às nossas aspirações. Que, applicando as faculdades a tarefas difíceis, mas mais nobres e elevadas, não vimos esgotarem-se em vão os nossos esforços. Que hoje mesmo estamos em vésperas de novos sucessos. Eu esperando a todo o momento que uma família inteira e principalmente duas raparigas (1), filhas queridas da minha imaginação, me venham pedir as benções paternas para se apresentarem em público, que sabe Deus como as tratará; tu esperando que, fazendo justiça ao teu finalmente já reconhecido merecimento, te venham elevar ao lugar que em glorioso combate conquistaste e para o qual parece que vistas providenciais te andaram a reservar até agora.

Podem ser ainda iludidas estas esperanças, mas o que

---

(1) Alusão ao romance *Pupilas do Sr. Reitor* (Nota do editor dos *Inéditos e Esparsos*, Sousa Viterbo).

elas são já é anúncio de uma nova ordem de coisas que, mais cedo ou mais tarde, se realizará. Por isso aceitemo-las como um dos mais saborosos manjares deste banquete de família.

É pois o dia de hoje um dia feliz. Se algumas aspirações houver ainda por satisfazer, não seja isso motivo para turbar a festa. Aspirações há de natureza tal que não devemos procurar satisfazer, porque melhor é esperar que a Providência, sob a aparência do acaso, as realize. Quando não, corre-se o risco de terríveis enganos.

Tudo isto era o que eu desejava que a musa me ajudasse a dizer, e que, por sua recusa, fui obrigado a exprimir por este modo.

Conflo que aceitarás o tributo como se valor tivesse.

20 de Outubro de 1867

Teu primo e amigo

*Joaquim* (1)

São nuvens metafóricas as que aqui se mencionam, nuvens originárias da doença, e cujos malefícios Júlio Denis teria tido motivos de sobra para temer, não obstante a disposição eufórica da criação das *Pupilas* com o riso de Clara e as doces melancolias de Margarida.

\* \* \*

Segue-se agora a consideração das nuvens nas cartas escritas da Madeira. Aqui, e de caso pensado, abstemo-nos de nos cingir à ordem estritamente cronológica (a não ser entre essas próprias cartas), para não dispersar, separar e dissociar essas cartas escritas da *Pérola do Atlântico*, que têm, na sua toada melancólica e pessimista, características próprias.

---

(1) *Ibid.*, vol. II, págs. 97-99.

\*

«Carta ao Sr. Visconde de Castilho (Júlio), (Datada do Funchal, em 10 de Abril de 1869).

«Meu caro Júlio

Recebi com inexprimível prazer a sua carta. Na monótona vida que passo nesta ilha, é a chegada dos vapores de Portugal o acontecimento que mais me alvoroça o coração.

Nunca tinha experimentado o que é passar quinze dias em absoluta ignorância do que vai nas casas por onde deixámos os mais intimos e sagrados affectos de alma. É desesperador!

Viver no meio duma população obsequiadora e afável, mas onde não vemos um só rosto que conhecessemos quinze dias antes, olhar em roda de nós e encontrar por todos os lados o mar a separar-nos cruelmente dos nossos amigos, e sòmente em raros dias, à espera dos quais se passam melancòlicamente os outros, avistar ao longe uma nuvenzinha de fumo a prometer-nos as almejadas novas . . . é um estado de tal influênciã sobre a enervação que em grande parte anula os benéficos efeitos deste maravilhoso clima.

Sim, meu amigo, tenho aqui sofrido repetidos acessos da minha já agora habitual e incurável doença — a melancolia, ou, mais prosaicamente — a hipocondria.

Imagine pois com que ância rasgo os sobrescritos das cartas que recebo e vou ao fim da página procurar o nome dum amigo.

Desta vez, li, entre outros, o seu, e saudeio-o como uma visita benvinda à minha solidão.

A agradável impressão com que encetei a leitura desvaneceram-na as primeiras páginas da carta, em que me fala da doença de seu pai.

A notícia magoar-me-ia quando ainda me ligassem a ele os simples laços que unem leitores e autores, laços que, no caso actual, datam do tempo das minhas primeiras leituras.

Mas, depois de me ter sido dado o conhecer pessoalmente o escritor, depois de ter recebido dele as mais lisonjeiras provas de simpatia, depois de o ter visto na vida de família e admirado como pai, quem há muito admirava

como poeta, a impressão foi e devia ser muito mais profunda.

Felizmente creio que será apenas uma nuvem que passa no céu da sua felicidade doméstica, meu amigo, essa que o faz triste. Das suas próprias palavras assim o julgo. Os meus votos reúnem-se aos seus para que cedo possa seu pai entregar-se inteiro à família, à pátria e à humanidade» (1).

Aqui as referências a nuvens são duas, ambas nuvens em sentido figurado. São primeiro as «nuvens de fumo a prometer-nos as almeçadas novas...» que sempre tardam, e às vezes falham. Depois é «uma nuvem que passa no céu da felicidade doméstica» do segundo Visconde de Castilho por virtude da doença de seu pai.

A disposição do romancista era pouco para considerar as nuvens reais na maravilhosa paisagem da Madeira.

\*

Segue-se a carta, com o tema «A Ilha da Madeira», dirigida «a um amigo», e escrita do Funchal em Março de 1870:

«Para que a Madeira nos sorria», diz Júlio Dinis a seu primo, «para que nos apareça formosa como a descreve o poeta inglês e fragrante como uma verdadeira flor do Oceano, é necessário sair do recinto da cidade, procurar as freguesias rurais, subir as íngremes ladeiras que custeiam os picos, e espriar então a vista pelos formosíssimos vales que vão descobrindo o seio fecundíssimo aos nossos olhos maravilhados.

Que vigor e variedade de vegetação!

O verde doirado da cana realça entre as diferentes cambiantes da mesma côr de plantas de todos os climas. A palmeira de África agita a sua fronte graciosa junto dos carvalhos da Europa; a bananeira, vergando sob o peso dos seus cachos, cresce cheia de viço nos mesmos pomares onde

---

(1) *Ibid.*, vol. II, págs. 132-134.

se enfeitam de flores os pessegueiros e as laranjeiras odoríferas. As rosas, as malvas, as madressilvas florescem espontâneas à beira dos caminhos; debruçam-se dos muros as buganvílias, entretecendo os seus cachos roxos com as flores alaranjadas das bignónias; tudo tem um ar de festa e alegria. A choça mais humilde tem um jardim à entrada; as flores sorriem à porta dos ricos e dos pobres.

E quanto mais nos elevamos mais se pronuncia este magnífico aspecto do país. De um lado vemos aos nossos pés o mar liso como um espelho, azul como safira, limitado ao longe pelo grupo das Desertas vagamente tingidas do azulado da distância; do outro as altas serranias que rompem as nuvens, e cujos cimos tantas vezes tingem a ofuscante alvura das neves. E nos flancos, abertos em fundas quebradas, sulcados em ribeiras pelas torrentes do inverno, uma vegetação exuberante, cheia de vida, encobrindo aqui uma casa isolada, enfeitando além uma povoação risonha, que se agrupa em torno de um campanário.

Então sim, então a atmosfera embriaga, o peito aspira com voluptuosidade esse ar balsâmico, o espírito liberta-se de todas as apreensões, que nos gelavam os sorrisos nos lábios, e goza-se despreocupado do mais surpreendente espectáculo que pode imaginar-se (1).

E pouco atrás, exprimindo desalento e hipocondria:

«Depois o mar, o mar, esse imenso foco de melancolias, acaba de escurecer-nos o pensamento!

Olhar em roda e não avistar um só desses objectos que nos falam do passado, da família, do remanso doméstico!

Ver tudo em movimento, tudo em irrequietação, tudo revolto! Ter necessidade, para satisfazer a instintiva ânsia de repouso que sentimos, de elevar os olhos para o céu, como faz o homem desalentado pelo tumultuar das vagas da vida e que considera aquela outra pátria como o único lugar do verdadeiro repouso. Impressões são estas que não dissipam as nuvens do nosso horizonte, antes mais as carregam.

Apesar da sua grandiosa solenidade, o oceano é um desconsolador companheiro para a alma naquelas disposições (2).

---

(1) *Ibid.*, vol. II, págs. 90-91.

(2) *Ibid.*, vol. II, pág. 86.

E pouco depois:

A costa do sul ia passando em revista com as suas rochas escarpadas, as suas ribeiras profundas, a sua vegetação vigorosa, as suas formidáveis quebradas e os altos picos onde poisam as nuvens, os vales fertilíssimos e as povoações graciosas» (1).

Temos primeiro a descrição (págs. 85-86), em traços bem vivos e impressionantes, de um estado de espírito em que predominam a nostalgia, a tristura e a desesperança. Tal disposição de ânimo, na verdade, não é de molde a «dissipar as nuvens do nosso horizonte». São, como é lógico, nuvens metafóricas de mau cariz e ruins prognósticos.

Depois, como é próprio do relevo do solo na Ilha da Madeira, surgem as nuvens que pousam nos altos píncaros, nuvens reais, estas, de efeitos por vezes fantásticos, e associadas às vertigens das alturas e à grandeza da paisagem.

Por fim (págs. 90-91) a mesma nota das nuvens que poisam nas alturas, das altas serranias que as rompem e as tornam em cordilheiras do céu.

\*

Resta-nos considerar a «Carta ao Sr. José Pedro da Costa Basto», datada do Funchal, 19 de Novembro de 1870:

«Meu caro amigo

Escrevo-lhe a participar-lhe que vou vivendo sofrivelmente. Já sofri um defluxo depois que cheguei, mas, felizmente, não teve grande importância. Agora estou em um dos melhores períodos dos meus habituais incómodos; tusso somente a horas certas, e tenho o resto do dia livre. É ao que aspiro; com saúde mais apurada já não conto. Assim esta se mantivesse.

---

(1) *Ibid.*, vol. II, pág. 88.

Este ano a afluência de doentes à Madeira é considerável. Estão todas as casas alugadas e as hospedarias bem fornecidas. Esta circunstância, que é lisonjeira para os que vivem à custa desta melancólica e desalentada colónia, para mim não é muito agradável, porque aumenta o número das caras amarelas e das organizações deterioradas que encontro todos os dias pelas ruas. Às vezes o Funchal parece-me uma verdadeira *città dolente* na qual pesa uma nuvem de melancolia, que se não evita» (1).

É uma nuvem de melancolia, nuvem metafórica mas desalentadora e cruel, que paira sobre a cidade por motivos da extraordinária afluência de tuberculosos, de «caras amarelas», e de «organizações deterioradas», de modo que o Funchal se torna, como o inferno de Dante, numa outra *città dolente*.

\*

Dissemos atrás (pág. 86) que as cartas da Madeira em que há menção de nuvens reflectem um estado de ânimo acabrunhador e soturno, assás significativo. Atente-se, com efeito, nas seguintes palavras e expressões (2), que falam por si:

a pág. 133 — *desesperador, melancolicamente, enervação, melancolia, hipocondria, solidão;*

a pág. 134 — *indiferentismo, «fastio literário», «estado de espirito... insensível», «homem, se não morto, pelo menos profundamente anestesiado»;*

a pág. 85 — *«imaginação de um valetudinário», preocupação;*

a pág. 86 — *«amarga proscrição», «triste necessidade», «espirito assombrado por uma ideia», «pressentimento doloroso», «as lágrimas da despedida e o cruel confrangimento do coração que responde ao último adeus do amigo», «a alma oprimida», «e não há um clarão de esperança», «que tristeza a daquele instante!», «o mar, esse imenso foco de melancolias»;*

(1) *Ibid.*, vol. II, págs. 143-144.

(2) Edição cit. de «Inéditos e Esparsos», vol. II.



a pág. 87 — «cerração de melancolia», «nostálgicas saudades», desconfortados;

a pág. 88 — «um não sei quê de melancólico»;

a pág. 89 — «tristes dramas», «lutuosos desenlaces», «lágrimas ardentes», «cruel melancolia», «ilusões desvanecidas esperanças desfolhadas», «a tristeza que inspiras», «espectáculos de desolação e de dor», melancolicamente;

a pág. 90 — «città dolente»;

a pág. 91 — «apreensões que nos gelavam o sorriso nos lábios»;

a pág. 92 — «coração partido de saudades», «tributo de lágrimas na campa», «inscrição funerária», «almas tristes», «tom elegíaco»;

a pág. 144 — «esta melancólica e desalentada colónia», «caras amarelas e organizações deterioradas», «città dolente» (como a pág. 90).

E dizem-nos agora se não tínhamos razão ao afirmar (*Vide* pág. 86) que as cartas de Júlio Dinis, escritas da Madeira, têm, na sua toada merencória e pessimista, características peculiares.

\* \* \*

Arrumadas as cartas da Madeira em que ocorre a menção de nuvens, ou reais ou metafóricas, segue-se a consideração do esboço de romance «*O Canto da Sereia*».

Pena é que este esboço, rico de formosas e tão sugestivas páginas, tenha até hoje ficado inédito, e assim continui. Muito devemos ao Sr. Doutor Egas Moniz por nos ter dado, no seu notável estudo sobre «*Júlio Dinis e a sua Obra*», a maior parte do conteúdo do precioso manuscrito<sup>(1)</sup>. São três capítulos, entremeados de rica erudição e de excelente crítica, e que vão da pág. 217 a 290 do II vol.: nada menos de setenta e três páginas. Bem haja o ilustre professor!

---

(1) Cf. Egas Moniz, «*Júlio Dinis e a sua Obra*», vol. II, pág. 221.

A acção passa-se no meio piscatório da região vareira, e, em especial, da zona que vai da praia do Furadouro a Espinho. Os principais protagonistas são três, dois homens e uma mulher, e entre eles avulta um moço pescador, visionário, cismador e poeta, que tem um fim trágico.

O pequeno romance é de 1863, e foi escrito em Ovar, como uma parte tão grande e tão bela de outras obras de Júlio Dinis<sup>(1)</sup>. Pensava o romancista revê-lo mais tarde, diz-nos o Sr. Prof. Egas Moniz, juntar-lhe talvez novos episódios e dá-lo então à publicidade.

«*O Canto da Sereia*», continua o ilustre sábio e homem de letras, «é escrito sem disfarces de cenário. Passa-se na zona marítima de Ovar. É um episódio da vida de pescadores, excessivamente dramatizado, e tanto que sai um pouco da forma vulgar do romancista, para nos lembrar, em algumas passagens, as páginas dolorosas e extravagantes de Edgar Poe»<sup>(2)</sup>.

E mais adiante:

«Como Júlio Dinis apreciava especialmente a poesia que se canta, por ser, em seu entender, a que melhor se sente, imagina, neste romance cantada em italiano a poesia *As Andorinhas*, e, «harmònicamente interpretada pela música de um compositor desconhecido. Dá-a como a tradução da canção que a excêntrica cantora, de que nos ocuparemos daqui a pouco, entoava em pleno mar nas suas bizarras digressões»<sup>(3)</sup>.

«Nas primeiras páginas», prossegue o Sr. Prof. Egas Moniz, «descreve Júlio Dinis a paisagem do Furadouro, em que o *ti' Cabaça*, nome regional, conta em linguagem rude e insinuante a história fabulosa de uma sereia que abor-dara àquelas paragens em tempo de seu avô. O pitoresco do diálogo, a descrição do tipo do marítimo e da vida dos

---

(1) Vide Doutor Egas Moniz, «*Júlio Dinis e a sua Obra*», vol. II, pág. 221.

(2) *Ibid.*, vol. II, pág. 218.

(3) *Ibid.*, vol. II, págs. 220-221.

pescadores daquela região constituem uma preciosa observação, cheia de colorido e de verdade:

— «Metade mulher e metade peixe! Isso pode lá ser! Está a caçar com a gente o ti'Cabaça. Ora!

— «A caçar? Na minha idade não se caça, rapazes. É verdade o que lhes digo. Assim me Deus salve, como muita vez o ouvi contar a meu pai. Senhor o chame lá! Dizia ele que de seu avô o sabia. Já se vê que isto vem dos antigos» (1).

«Era o tio Cabaça», continua o romancista, «uma bela figura de velho... Era tido em grande conta na companhia, não só pelo muito que entendia de coisas do mar, como pelo bem que sabia contar histórias curiosas, crónicas dos tempos passados, recebidas por tradição de seus pais, e que de boa vontade trasmitia aos moços que o escutavam sempre atentos, embebidos naquelas recordações, quase todas gloriosas para a gente do mar» (2).

E, tendo encontrado uma voz de incrédulo que redarguira: «— Essa lá me custa a crer, ti'Cabaça», repetiu a afirmação, e acrescentou: «Eu só queria que vocês ouvissem o meu pai, que Deus haja, contar o caso» (3).

«Não sabemos se Júlio Dinis», diz o Sr. Prof. Egas Moniz, «ouviu a história com que abre o seu romance tal qual no-la escreve. Estamos em crer que sim. As sereias são ficções que vivem como verdades em algumas almas simples de pescadores.

Numa aldeia ribeirinha, próxima de Ovar, era ponto assente que, detrás da *pinheira* (4) da fonte do Moinho da *Másia*, saía na noite de S. João uma sereia encantada, que ali passava o seu fadário não sabemos porque estranhos designios.

---

(1) *Ibid.*, vol. II, págs. 221-222.

(2) *Ibid.*, vol. II, pág. 225.

(3) *Ibid.*, vol. II, págs. 225-226.

(4) Provincianismo que designa o pinheiro manso (Nota do ilustre Professor).

Vinha cantar e chorar a sua desgraça como aquela que na história do *ti' Cabaça* foi apanhada pela rede. Em criança muitas vezes nos contaram a triste história com episódios mais ou menos complicados, consoante a fantasia das narradoras. É possível que alguns pescadores rudes da aldeia, almas crentes e cismadoras, eternas crianças a quem os anos não conseguem destruir as doces ilusões infantis, dêem ainda crédito a estas e outras lendas. O *ti' Cabaça* conserva-se na sua crença através de todo o romance. E há-de haver por lá outros *ti' Cabaças!*...» (1).

«O pescador que com o velho *Cabaça* ficou na praia», continua o romancista, «o *Pedro de Ramires*, andava, de há tempo, apreensivo e taciturno. No dizer do romancista, ele «possuía instintos de poeta, o malfadado». E por isso justifica, nestas passagens, a sua tendência contemplativa junto do mar:

«Eram esses instintos que o impeliam para aquela irresistível tendência à solidão, os que lhe faziam perceber, no som plangente das vagas, modulações para as quais os seus companheiros não tinham sentidos organizados, que por muito tempo o conservavam imóvel, a seguir com a vista aquelas ondas espumosas que se desfaziam na areia, as formas extravagantes das nuvens, os contrastes surpreendentes da luz que as atravessa ou se reflecte nelas, colorindo-as com inimitável paleta, a curva descrita na amplidão pela ave aquática de vôo rápido, e até o estalar do trovão e o fuzilar dos relâmpagos em noites de tempestade.

. . . . .

«Pedro sentia, e, por infelicidade sua, sentia com excesso. Este mundo, evidentemente, não foi feito para quem sente assim! Aceitava, porém, as impressões que recebia, sem se lembrar de as discutir; aceitava-as como um quase fata-

---

(1) Assim seria no tempo de Júlio Dinis. Pela nossa parte, não cremos que ainda em nossos dias haja alguém, mesmo pescador, mesmo do Furadouro, mesmo «alma crente e cismadora», que acredite na existência das sereias...

lismo, que nem lhe deixava pensar na possibilidade de se subtrair a elas.

«Via que por toda a parte o acompanhava uma como atmosfera de inebriantes aspirações, e recebia a influência balsâmica desse ambiente sem se interrogar sobre a natureza dele.

«Sentia, sem a conhecer, a poesia da natureza, a que se revela em cores, em sons e em perfumes, e que desperta a poesia do sentimento em almas organizadas para esses sublimes acordes. Era um poeta sem ter a consciência de o ser, sem ter sequer a consciência da poesia.

«Quando esta espécie de incarnação dum segundo verbo, mistério original dos entes privilegiados que se dizem poetas, se opera em espíritos que a educação não vem cultivar depois, surgem caracteres, como o de Pedro, nos quais se passam os mais estranhos e admiráveis fenómenos que pode oferecer ao estudo a natureza humana.

«É uma luta contínua, um antagonismo inútil, um combater desesperado de aspirações que se estorcem impotentes sob a cadeia que lhes sopea os esforços. Algemados Prometeus que têm por principal suplício os irrealizáveis anelos do seu próprio génio. Tântalos, sequiosos de um ignoto licor, que adivinham, sem o conhecer, como o alívio único à ansiedade que os martiriza» (1).

Não se pode dizer que não esteja magistralmente caracterizado, e em traços bem vivos e bem vincados, o principal protagonista do romance, a tão simpática vítima da magia do canto da sereia.

Resta-nos considerar e apreciar a caracterização do terceiro dos protagonistas, a *sereia* de garganta de oiro e amavios de feiticeira.

Vogando em mar bravio, de noite, ou fosse luarenta e mansa ou procelosa e minaz, e respondendo ao reparo dos barqueiros que não compreendiam como, «por um divertimento», se brincasse assim com as vagas, e se escolhesse

---

(1) *Ibid.*, vol. II, págs. 237-239.

«uma noite escura, fria e ventosa para vir cantar desta forma ao ar livre», a «*Madama*» responde-lhes assim:

«— Parece-lhes tudo isto uma loucura, não é assim? Pobres homens! E talvez tenham razão. Mas eu quero satisfazer as minhas loucuras todas. Sinto nisso um prazer!... Mas não se inquietem. Eu conheço alguma coisa o mar, e sei ler na direcção do vento e no aspecto das nuvens as mudanças prováveis do tempo. Estudei as tempestades da minha terra. Nasci, como vós, à beira-mar. Meus pais eram pescadores também<sup>(1)</sup>. O berço que me embalou nos meus primeiros sonos foi o barco em que toda a minha família se transportava; a rede a coberta única em que muita vez me envolveram para dormir. Aprendi assim, de pequena, esta música das ondas, de pequena me costumei a cantar com elas. Depois que a sorte me impeliu nesta vida artística, errante e aventureira, que tenho seguido, não esqueci nunca as predilecções dos meus primeiros anos. Sou como as aves aquáticas; ando sempre junto às costas marítimas. A escola em que aprendi foi a escola do mar; não me quero longe deste mestre inspirado que me ensinou a arte sublime da música. Parece-me que lhe sei já compreender os segredos todos; cada praia revela-me um novo mistério de arte. As ondas do Adriático, o mar da minha terra, não cantam como os outros. O mar é como o povo. Em cada país tem a música popular um génio próprio, uma índole especial. Assim também o mar. Tenho escutado as ondas de quase todas as praias da Europa. O Mar Negro, o Mediterrâneo, a Mancha, o Atlântico, todos têm uma modulação sua e que me parece já saber distinguir. Nuns é mais majestosa e terrível a música das tempestades; outros têm mais suaves harmonias nas noites

---

(1) Ocorre-nos a lembrança de Henrique Caruso, também italiano, o famoso cantor dramático napolitano, dotado de uma maravilhosa voz de tenor, que foi um dos mais célebres e mais aplaudidos cantores da sua época, e que passou de cocheiro a artista de ópera.

sossegadas de calma. Já vêem que eu e o mar somos antigos companheiros. Ele entende-me, e eu também o compreendo. Sosseguem, pois; eu não me iludo com a sua agitação desta noite. Bem cedo o veremos tranquilo.

«Os pescadores não responderam. Estranhas lhes deviam parecer estas palavras, incompreensíveis até. A mulher que as pronunciara num tom de voz em que se revelava toda a exaltação dum carácter entusiasta e ardente falava mais a si própria do que às rudes inteligências dos seus companheiros nesta extraordinária excursão marítima» (1).

«Desvendou-se o mistério de Pedro», diz o Sr. Doutor Egas Moniz, «Não era uma alucinação, como parecia à primeira vista, a estranha história que ele contara ao *tí Cabaça*. De facto ouvira cantar das bandas do mar. Sòmente não era a sereia, mas uma extravagante italiana a quem Júlio Dinis, nos tempos que vão correndo, daria, talvez, pátria mais distante (2); uma artista de ópera que estacionava em Espinho, e tinha a fantasia de vir, em noites procelosas, fazer digressões nocturnas para se deliciar ouvindo a própria voz por sobre o marulhar das ondas.

«Esta fantasia» continua o ilustre Professor, «não está nos hábitos do romancista. Por isso, Júlio Dinis enjeitou este esboço de romance em que há, contudo, passagens cheias de colorido, como as que transcrevemos do precioso manuscrito» (3).

«Pouco a pouco» continua o romancista, «principiou a despertar-lhe a atenção, até ali poderosamente distraída, um rumor de vozes que vinham do interior do palheiro à porta do qual se encostara. Uma das que falavam não lhe era desconhecida, e esta circunstância operou uma salutar diversão naquele preocupado pensamento, afugentando-lhe por instantes o tropel de ideias negras que o assombravam.

«Aplicando o ouvido à porta detrás da qual lhe che-

---

(1) *Ibid.*, vol. II, págs. 253-255.

(2) Não vemos porquê ..

(3) *Ibid.*, vol. II, pág. 257.

gava aquele sussurro, Pedro pôs-se a escutar, com mal reprimida curiosidade, o que se dizia lá dentro».

«— Sabes que a *Madama* nos tomou outra vez o barco para todo o resto da semana?» — dizia uma das vozes.

«— Outra vez?! Julguei que desde aquela noite de ventania lhe passara o gosto por estes passeios.

«— Enquanto a mim, aquilo é mania. Pois não vês tu como ela não aproveitou as belas noites que têm estado, e agora diz que quer o barco, quer chova quer vente?...

«— Estas estrangeiras têm destas coisas. Ela, pelos modos, é alguma princesa; paga que nem uma rainha.

«— O sôr Morgado que aqui esteve a banhos o ano passado disse no outro dia que a conhece do Porto. É uma fidalga estrangeira que anda a viajar.

«— Há gente que vem a este mundo só para passar vida de rosas.

«— E aborrecem-se dele. É ver como ela acha gosto naquilo que nos dá pena a nós outros. Deu-lhe para cantar no mar!

«— E olha que lá isso!... Sempre canta que é um gosto ouvi-la.

«— Mas para que lhe havia de dar! Cantar no mar! A falar a verdade... Aquilo nem sei o que parece!

«— Deixa lá, homem. Para nós tem sido uma providência; às más pescas que tem havido, de muito nos têm valido os tais passeios da *Madama*.

«— Mas também caro pagamos esses lucros, que, quando ela empreende demorar-se por lá, nem que a levássemos a Lisboa a satisfaríamos.

«— E então não há mar que a intimide. Uma mulher tão animosa ainda estou para ver.

«— Sempre é estrangeira! Será ela cristã?

«— Ih! Não vês como fala tanto na Virgem? E as esmolas que dá! Não, isso boa senhora é ela. Verdade, verdade.

«— Isso é. Tirante lá aquela veneta!...

«— Quem tem dinheiro nem sabe em que o há-de gastar,



«— Quanto tempo se conservará ela ainda aqui na praia?

«— Disse-me que até o fim da semana. Depois vai para o Porto.

«— Nem eu sei como se tem demorado tanto, agora que não é tempo de banhos e tudo isto está deserto» (1).

\*

Estudada a psicologia dos protagonistas e as suas atitudes de alma, vejamos agora qual o papel das nuvens em «O Canto da Sereia».

Começamos por frizar que não há aqui menção de nuvens em sentido figurado: são sempre nuvens reais. É curioso notar que em «Uma Flor de entre o Gelo», que, no tom desolado e triste, tem tantas afinidades com «O Canto da Sereia», também a menção de nuvens reais (cinco vezes) excede em muito a de nuvens metafóricas (2 vezes). Qual a razão? Julgamos que ela está em que a acção, num e noutro destes esboços de romance, a acção é tão intensa e tão vertiginosa que não dá lugar à reflexão, à apreensão ou ao devaneio que são próprios para o imaginar das nuvens em sentido figurado.

Vejamos.

«Era por uma tarde dos fins de Maio (2).

A abóbada celeste tingira-se dessa sinistra côr plúmbea, prenúncio de tempestades iminentes, e, por um conhecido efeito de óptica, parecia abater-se cada vez mais sobre aquela extensa planície arenosa, limitada ao Ocidente pelo mar e ao Oriente pelo longa cintura de pinheirais que protege contra a invasão de assoladores turbilhões de areia a populosa vila de Ovar.

---

(1) *Ibid.*, vol. II, págs. 260-262.

(2) Júlio Dinis chegou a Ovar em 27 de Abril e ali se manteve até Setembro (Nota do Sr. Doutor Egas Moniz).

«As vagas inquietas e irritadas sob a influência do poderoso agente eléctrico que se condensava nos ares, e reflectindo à sua superfície encrespada a côr escura e quase metálica do céu, aumentavam o aspecto sombrio e carregado da perspectiva,

«Respirava-se a custo uma atmosfera abraziada e sufocadora e, de quando em quando, levantava-se do sul um vento leve, mas quente e árido, como se viera de atravessar uma vasta região devorada pelas chamas de incêndio destruidor.

«O escuro dos palheiros, ainda inabitados naquela época do ano, e o das pequenas recoletas, onde vivem miseravelmente as mais pobres famílias de pescadores, longe de imprimirem aparências de vida e animação à feição severa e melancólica do quadro, antes parecia concorrer para lha exagerar, talvez recordando épocas de maior movimento na praia, e fazendo, pelo contraste, sentir o seu actual abandono.

«As companhas não trabalhavam naquela tarde. Os arrais, estudando com olhos experimentados a cor do céu, o rumo do vento, a forma das nuvens, e a ondulação particular das vagas, prudentemente mandaram recolher as lanchas à praia. Esta não apresentava, portanto, aquele laborioso tumulto e confusa agitação que acompanha sempre o trabalho das pescarias» (1).

Céu pardacento, plúmbeo e minaz, céu agoirento, todo de negrumes; atmosfera carregada de electricidade, prognósticos de próxima tormenta, de mar encapelado e revolto, de rajada impiedosa que, porventura, irá volver tudo num caos... Mas, de repente, a cena mudará. Estamos em Maio...: um capricho do vento, súbita reviravolta, e o mar voltará à calmaria, e as vagas espumosas à planura líquida, embaladora e remansosa.

Porém, à cautela, «os arrais», estudando com olhos experimentados a côr do céu, o rumo do vento, a forma das nuvens e a ondulação particular das vagas, prudentemente mandaram recolher as lanchas à praia».

---

(1) *Ibid.* vol. II, págs. 222-223.

Estudando as atitudes de *Pedro do Ramires*, vemos mais adiante, que era o seu gosto pela solidão e o seu feitio sonhador que

«por muito tempo o conservavam imóvel, a seguir com a vista aquelas ondas espumosas que se desfaziam na areia, as formas extravagantes das nuvens, os contrastes surpreendentes da luz que as atravessa ou se reflecte nelas, colorindo-as com inimitável paleta, . . . » (1).

Pedro do Ramires segue com a vista as «formas *extravagantes* das nuvens». De facto, essas formas, com frequência, não só lembram animais verdadeiros, mas também monstros, entes fantásticos, de uma fauna de pesadelo.

Depois, não são só as formas que Pedro do Ramires contempla e admira nas nuvens, mas também, como todo o verdadeiro artista, «os contrastes surpreendentes da luz que as atravessa ou se reflecte nelas, colorindo-as com inimitável paleta».

Também assim sentia a filha de Manuel Quintino, a graciosa Cecília de «Uma família Inglesa» . . .

Prossigamos.

«A praia estava, emfim, completamente deserta.

O vento tinha virado a Oeste. Nuvens cada vez mais negras, e grandes como montanhas, levantavam-se do Ocidente, semelhantes a informes monstros marinhos, surgindo do seio das águas. Bandos de aves aquáticas ora baixavam o vôo ligeiro até roçarem com as asas pela superfície das ondas, ora se erguiam a perderem-se de vista no espaço nebuloso, onde por algum tempo volteavam em curvas complicadas; depois, soltando gritos agudos e lastimosos, desciam de novo em parábolas de extensa curvatura, para colherem do Oceano a presa que com o olhar penetrante haviam descoberto da altura em que se libravam.

Por toda aquela imensidão de água nem uma vela, nem um pequeno barco sequer; na longa planície de areia que forma esta povoação da costa, eram os palheiros escuros e

---

(1) *Ibid.*, vol. II, pág. 238.

e fechados, as lanchas em sêco ou alguma embarcação, ainda de menor lote, a única diversão que encontrava a vista cansada da monotonia da perspectiva.

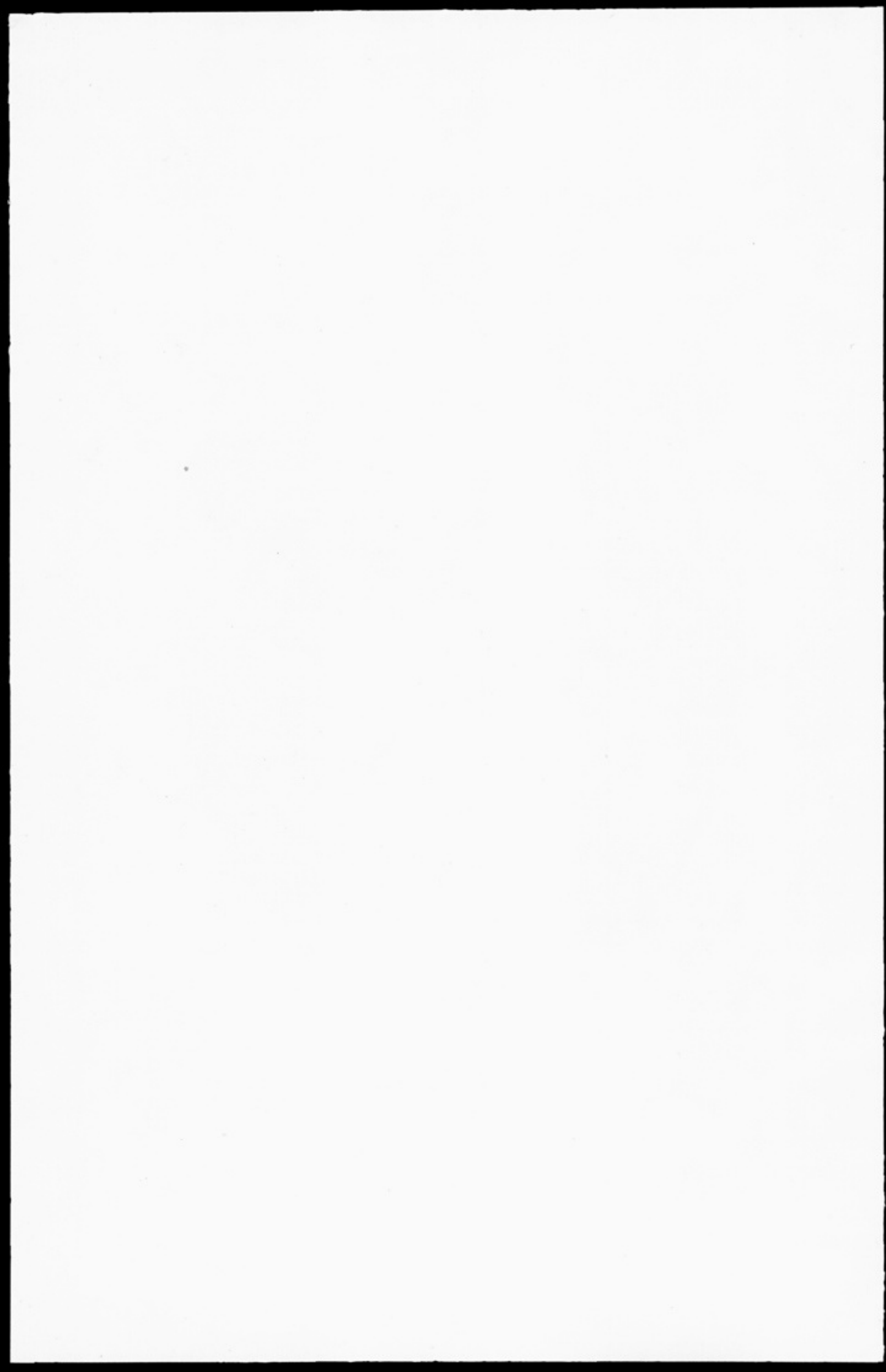
Haviam chegado as horas talhadas para o descanso, e os pescadores, que tinham com o sono antigas dívidas a solver, encerravam-se nas acanhadas recoletas, onde quase miracolosamente se albergam numerosas famílias desta pobre gente, e, dentro em pouco, estavam experimentando quanto é fácil a um espírito tranquilo e a um corpo fatigado encontrarem as restauradoras delícias do sono, ainda que em camas bem pouco de apetecer.

A Pedro do Ramires, porém, sobrava-lhe imaginação para o não deixar, tão facilmente como os seus companheiros, saborear este prazer. As horas da noute eram as suas horas predilectas, eram as suas horas de vida. Então podia ele, sem despertar estranhezas, ficar imóvel a olhar para as ondas, essas suas companheiras inseparáveis, com as quais brincaram tantas vezes em criança e que pareciam conservar ainda para ele uma linguagem misteriosa, corresponder-lhe, saudá-lo como a um antigo conhecimento.

FERRAND PIMENTEL DE ALMEIDA



BISPO-CONDE DOM JOSÉ MANUEL DE LEMOS  
1868



**DOM JOSÉ MANUEL DE LEMOS**

**Doutor em Teologia**  
**Professor de Grego e Hebráico no Colégio das Artes**  
**Vogal do Conselho Superior de Educação Pública**  
**Lente Catedrático de Teologia**  
**Vice-Reitor da Universidade de Coimbra**  
**Do Conselho de Sua Magestade Dom Luís I e Par do Reino**  
**Governador Temporal, Vigário Capitular**  
**e Deão da Sé de Coimbra**  
**Bispo de Bragança e Miranda, de Pinhel, de Viseu e de Coimbra**  
**Senhor de Coja**  
**Alcaide-mor de Avô**  
**Conde de Arganil**  
**Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição**  
**de Vila Viçosa, etc.**

## A P R E F A C I A R

*Dentre os estudos a que poderíamos dar preferência para a candidatura ao Instituto de Coimbra (1) escolhemos um trabalho da classe de ciências morais e sociais por se coadunar com o assunto da presente memória inédita. Assim aproveitamos o ensejo de tirar do esquecimento uma figura que Coimbra albergou no século dezanove.*

*E, tanto mais feliz nos parece a sequente narração biográfica quanto é certo que, por curiosa coincidência, no ano das celebrações octocentenárias muitos valores esquecidos ressuscitaram tanto nas comunicações dos Congressos do Mundo Português como nas constantes homenagens que Portugal vai prestando aos seus filhos de todos os tempos.*

*Procuramos, tão sòmente, grafar as mais curiosas variantes da vida do eminentíssimo Bispo-Conde D. José Manuel de Lemos que, sem dúvida alguma, manifesta por vezes detalhes magníficos. Aparece-nos sempre o ministro de Deus a proporcionar o bem; o bispo austero e político a resolver negócios de Estado.*

*De qualquer forma revela-se como um prelado de intelligência superior a desempenhar as funções de maior responsabilidade e a quem, até agora, se não havia prestado ainda a homenagem a que, legítimamente, tem jus.*

---

(1) A candidatura foi apresentada pelo nosso confrade na Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa engenheiro João Perestrello, em VIII-X-MCMXLI. Aqui lhe protestamos o nosso reconhecimento.



## OS PRIMEIROS PASSOS NA VIDA

No dia dezassete de Março de 1791 viu a primeira luz do dia este santo varão no lugar de Reiriz, freguesia de S. Mamede de Troviscoso, concelho de Monção, no distrito de Viana do Castelo. Foram seus pais D. Maria Luísa Fernandes e Manuel José de Lemos.

A aldeia está situada num dos locais pinturescos do risonho vale minhoto, assentada numa extensa planície, vendo a seus pés serpentear o rio Minho, deslizando a límpida corrente, sobre roliços seixos, ladeado de verdes salgueirais e espessos canaviais. Defronta ao norte a vizinha Galiza com o formoso vale marchetado de casais brancos, meio escondidos por entre frondosos arvoredos.

Ao poente a antiga vila de Monção a recordar nas velhas muralhas e nos já derrubados baluartes os dias de glória e patriotismo em que os seus briosos filhos sacrificavam a vida e a fortuna a bem da Pátria e que no seu solo pululavam heroínas como Deu-La-Deu Martins.

José Manuel brincou, portanto, ouvindo as lendas e as façanhas do bom povo nortenho descendente legítimo dos gloriosos guerreiros que dilataram o condado Portucalense.

Com muito êxito frequentou a escola da aldeia e, por este facto, certo dia o mestre-escola chama os pais para os inteirar dos rápidos progressos do filho a quem, segundo seu parecer, deveriam ordenar. Embora pobres, os pais resolveram-se a fazer ordenar o filho dilecto. É bem verdade que para esse facto se dar concorreu a persistente vontade de sua santa mãe, cuja memória o filho sempre venerou. Quantas vezes repetiu a frase que, sentidamente, a mãe havia dito ao pai: «Faz a vontade ao senhor professor, depois trabalharemos todo o santo dia para ajudar o

nosso bom filho a ser um homem, já que tivemos a sorte de Deus o dotar com inteligência para isso».

Os cuidados com que alta noite o obrigava a deitar-se retirando a luz para que o demasiado estudo lhe não prejudicasse a saúde. O carinho com que o agasalhava depois de deitado: tudo isto recordava o Lemos frequentes vezes quando na companhia dos seus melhores amigos. Também costumava lembrar que tinham sido as muitas orações de seus pais que o perseveraram dos perigos das maldades de rapaz, pois que fora travesso a valer.

Grande mágoa foi a sua quando, mais tarde, tendo estabelecido uma grande mesada — o máximo que os fracos proventos do trabalho quotidiano comportavam — teve a notícia, deveras desoladora, que a mãe havia falecido repentinamente, ao regressar de Monção onde tinha ido em jejum, por ser sexta-feira, assistir à missa do meio-dia. Deste modo, secumbiu confortada da devoção religiosa que tanto amava.

Comecemos agora a examinar o prosseguimento da carreira literária de José Manuel. Na vila de Monção havia de facto aulas de latim, lógica e retórica únicos estudos que na época constituíam o curso preparatório para a instrução superior.

Um benemérito cidadão tinha em tempos recuados instituído à Misericórdia de Monção um importante legado para a sustentação das referidas aulas. E, no testamento, dispunha que «podia a Misericórdia administrar o legado nomeando os professores e cuidando do regime das aulas», mas para isso lembrava a conveniência de se entender o provedor com os frades da Congregação do Oratório, que por aquela época acabavam de se introduzir em Portugal.

Aceitou a Misericórdia o legado e, bem assim, o conselho dos frades Neris. Em Braga contrataram os aludidos religiosos a cedência do legado, já aumentado por outros que a Misericórdia reuniu, e assentaram no terreno onde seria edificado o convento na vila monçanense ficando

então eles com a obrigatoriedade da regência das sobreditas aulas.

Dentro de pouco tempo os frades congregados chegaram a Monção, edificaram o convento — que ainda há quem chame dos Neris — e, onde a Santa Casa mais tarde, instalou o hospital.

As aulas funcionaram com toda a proficiência dos mestres, bom aproveitamento e comodidade dos alunos, até à extinção das Ordens<sup>(1)</sup>.

Por este tempo lançou a Fazenda Nacional mão do convento e de todos os haveres dos frades. A Fazenda, como é óbvio, apoderou-se implicitamente do legado. Dados estes acontecimentos recorreu a mesa da Misericórdia para os tribunais intentando a competente acção que, durante muitos anos, decorreu até subir à última instância. Por fim a Misericórdia venceu a questão tendo sido a Fazenda condenada à restituição do legado das aulas e do edifício do convento. Se bem que do legado já pouco existisse ainda se manteve, por algum tempo, apenas a aula de latim.

Seis meses depois de aturado estudo de latim nos primórdios das aulas já o José Manuel sabia de cor a gramática e argumentava com o mestre. Começou por assim dizer logo a traduzir Eutropius e Sulpitius Severus<sup>(2)</sup>. Este acontecimento, que se tornou notável entre os discípulos, deu ensejo a que o professor o elogiasse publicamente afirmando que ia participar o caso para a Directoria Geral dos Estudos para haver maior conhecimento e ficar arquivado nos registos do referido departamento de ensino<sup>(3)</sup>.

---

(1) As Ordens Religiosas foram extintas em Maio de 1834 e o projecto de decreto redigido pelo rei D. Pedro IV acha-se em «fac-simile» na obra de José da Silva Carvalho, tomo II, págs. 152/3.

(2) Pouco tempo depois já também traduzia: Festus Pompeius, Papinius Statius e Vergilius.

(3) Sabemos que o dr. José de Lemos, quando vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, procurou nos arquivos privados a respectiva nota e não a encontrou.

Durante toda a sua vida de estudante foi sempre exemplar, continuando a merecer dos mestres o bom conceito em que o teve o professor do ensino primário.

Foi companheiro de estudos de Francisco Xavier da Silva Pereira, futuro Conde das Antas<sup>(1)</sup> e de seu irmão José Joaquim da Silva Pereira, que faleceu marechal de campo reformado, ambos filhos do Governador militar da Praça de Monção, com quem manteve sempre as mais íntimas relações de amizade.

Todos os dias antes de entrar para as aulas repetia as lições aos condiscípulos ensinando-as aos que as não tinham estudado e tirando as dúvidas àqueles que as não resolveram pelo próprio estudo.

Referimos esta circunstância, que repetimos, porque a amizade dos primeiros anos perdurou através da sua existência para com todos os companheiros de escola.

Em poucos anos concluiu o estudo de Humanidades, nome pelo qual se classificava então a instrução secundária. E, em todas as disciplinas se tornou tão distinto que do ensino delas extraía os meios para poder cursar teologia.

O estudo quase constante dos clássicos latinos entusiasmavam-no, era neles que encontrava a distracção do espírito<sup>(2)</sup>. Tanto amor nutria pelas obras de Titus Livius que, em testamento, as legou a um amigo<sup>(3)</sup>.

Recuemos entretanto à conclusão dos seus estudos em Monção, antes, porém, de entrar para a Universidade de

---

(1) Foi 1.º Barão, 1.º Visconde e 1.º Conde das Antas; Par do Reino; Grã Cruz da Torre e Espada. Distinguiu-se, como oficial, durante a guerra peninsular. Veja-se a sua interessante biografia no 1.º vol. das *Resenhas das Famílias Titulares*, de Silveira Pinto, a págs. 113.

(2) A sua notável biblioteca era constituída, em grande parte, por livros de autores latinos.

(3) Ao seu secretário e sucessor D. Manuel Corrêa de Bastos Pina que foi bispo-conde em 12 de Maio de 1870 e, que entre outros títulos honoríficos ostentava o de académico do Instituto de Coimbra.

Coimbra, no tempo em que aceitou a proposta feita por uma pessoa do seu conhecimento que residia no limítrofe concelho de Valadares (1) para ser professor primário dos filhos.

Bem humilde era a posição oferecida para um espírito tão elevado e uma inteligência tão precocemente cultivada como a de José Manuel de Lemos.

Como teriam sido tristes e vagarosas as horas quando concentrado visse chegarem as desilusões tão cedo ou seja na quadra da vida em que a alma se expande arrebatada nas asas da imaginação pelas esperanças infinitas dum provir risonho. Sabia já que os condiscípulos mais ajudados pela fortuna se encontravam a cursar os estudos superiores preparando-se para subir na escala social e um dia se tornarem homens distintos na sociedade. Porém, ele dotado de inteligência e vontade para os acompanhar, senão exceder, via-se coagido, pela fatalidade, à mesquinha posição de mestre particular das primeiras letras. Não obstante, desempenhou-se do cargo com toda a proficiência e um daqueles discípulos, passados alguns anos, chegou a exercer os cargos de Prior ordinário e Administrador de concelho.

Conservou por toda a vida a mais estreita amizade com a família do seu aluno Bento Manuel de Mendonça Araújo Machado, de tal forma que quando ia à sua casa de Reiriz (2), hospedava-se, na passagem por Viana do Castelo, na residência da antiga aluna D. Carlota Joaquina de Mendonça Araújo Machado. A mesma senhora alojou também sempre em sua casa os sobrinhos do seu antigo professor, que a chamamento do tio iam estudar para Coimbra (3).

---

(1) O sr. Mendonça de Araújo Furtado, pessoa de bens e muito conceituado na região.

(2) A casa da Reiriz era o seu solar e ainda está na posse da família.

(3) Chamavam-se as que nos foi possível saber: D. Maria de Jesus Josefa de Lemos que mais tarde casou com o Dr. Francisco Jorge de Almeida Castanho; D. Antónia Teresa Cândida de Lemos

Estamos agora em pleno ano de 1809 quando um acontecimento inesperado arrebatou o jovem professor para a capital (1). A margem galega do rio Minho transbordava de soldados franceses e do lado português cavavam-se a toda a pressa as trincheiras e construíam-se redutos para, ao primeiro embate, tudo se abandonar sem ser disparado um tiro! As autoridades minhotas — como em todo o país — davam num dia ordens que revogavam no outro. Ninguém se julgava seguro, razão por que todos fugiam abandonando a casa e os haveres.

A família de Araújo Machado também se retirou para Trás-os-Montes, onde tinha uma casa solarenga e possuía bens.

A resolução rápida do Lemos abandonar aqueles amigos, largar a família e vir para Lisboa tinha um objectivo: desejava trabalho mais compensador, pois sabia que, naqueles tempos, aqui se dava ao mérito o devido valor com uma remuneração condigna.

Porém, a vida da cidade, com um protector e com cerca de dezoito anos de idade podia ser-lhe prejudicial. Quantos, nessa quadra da vida, não sossobriariam em semelhante posição. Mas, o jovem José Manuel era ouro de fino quilate que se não derreteria com facilidade nos cadilhos da adversidade. Era dotado de carácter de rija têmpera, tinha por norte a honra e a virtude e por bússula o amor do trabalho a perseverarem-no dos baixios da vida.

Uma carta de certo conterrâneo levou-o a um estabelecimento do largo do Corpo Santo (2), onde com toda a

---

que mais tarde casou com o dr. António Alves de Sousa; D. Josefa Emília de Lemos que mais tarde casou com o dr. José Maria Gonçalves Roma; e João de Lemos Fernandes Pereira que mais tarde casou com D. Maria Anastácia Telles Moniz Côrte-Real.

(1) Trata-se da segunda invasão francesa comandada pelo general Soult que entrou pelo Norte do país em princípios de 1809.

(2) Este largo denominou-se, durante muito tempo, da Côrte-Real, conforme se pode ver a págs. 503 da *Ribeira de Lisboa* de Júlio Castilho.

deferência lhe proporcionaram hospitalidade, enquanto não encontrasse colocação. Deste modo, aceitou a amabilidade mas impôs a condição de trabalhar, por isso foi encarregado da escrituração da casa comercial. E, por esse facto, é oportuno recordar a sua magnífica caligrafia, porque a letra era bem lançada, de bonito aspecto, enfim um verdadeiro cursivo.

Bem se desempenhou da missão de que tinha sido incumbido mas o modo de vida também não era do seu agrado. Embora não ambicionasse a riqueza desejava todavia a fortuna cultural que nasce com um estudo metódico, sempre regrado e constante. Por fim acabou por declarar ao dono da casa que não podia continuar com aquele modo de vida visto tirar-lhe todo o tempo para os seus estudos. O patrício, ainda que pesaroso e bem contrariamente ao que é frequente acontecer, proporcionou-lhe um melhor emprego.

Desta vez foi parar ao tabelião Matos de Carvalho (1) onde, escrevendo a rasa, amealhou algum meios pecuniários com que pôde concluir o curso teológico (2).

Assim viveu na capital com toda a decência e observando sempre uma extrema economia.

O trabalho do cartório fazia-o no tempo livre das aulas. Primava em ser assíduo dadas as facilidades concedidas pelo modelar patrão, talvez em face do exemplar ajudante. Desta maneira passou à adolescência — a época mais risonha da vida — no meio de atribulações pela incerteza do futuro que o esperava.

Por vezes enfadado de copiar traslados de escrituras distraía-se com a leitura de trechos de Titus Livius e Vergilius que, sobre a mesa de trabalho, estavam em permanente vigília. Os clássicos continuavam a entusiasma-lo sincera e constantemente.

---

(1) O Cartório do Tabelião Matos de Carvalho estava instalado num prédio da rua Augusta que torneja para a praça D. Pedro IV, vulgarmente conhecida por Rossio.

(2) Terminou o Curso Teológico a 24 de Junho de 1816.

Entreabre-se no tabelião, perante a insignificância dos factos narrados, a definitiva orientação de uma auspiciosa carreira eclesiástica (1).

Entre os amigos do notário que servia contava-se frei Joaquim Santa Clara. Frequentes vezes, dadas as boas relações de amizade, ia frei Joaquim passar os serões na companhia do tabelião Matos de Carvalho que, numa das variadas conversas íntimas — tão costumadas à hora do chá —, falou com entusiasmo acerca do seu escriturário. Contou qual o seu entretenimento predilecto.

Frei Santa Clara era exímio latinista e, por essa razão, manifestou imenso interesse de examinar o rapaz. Logo combinou que, na próxima noite, voltaria para apreciar os conhecimentos do José Manuel e ler o seu caderno de traduções de latim.

Opera-se nesse célebre dia 28 de Janeiro de 1815 a grande transformação dum futuro indecيدido. Acabava de encontrar o piloto seguro para o dirigir na rota do mar proceloso da vida, tinha dobrado o cabo tormentoso da sua existência. Vai ser, portanto, frei Santa Clara quem, com interesse inexcedível, apreciará o justo valor de José Manuel devassando de maneira hábil o seu passado e prescutando dissimuladamente as aspirações do juvenil escriturário.

Alma grande, coração generoso, espírito benfazejo soube avaliar os trabalhosos baldões do pobre rapaz. Examinada a inteligência límpida de José Manuel compromete-se a proporcionar-lhe os meios para conseguir triunfar.

Frei Joaquim de Santa Clara há pouco que havia sido eleito Arcebispo de Évora e, como estivesse próxima a sagração convida-o, após curta conversa, a acompanhá-lo no governo da arquidiocese, como secretário particular.

Enfim, José Manuel de Lemos, ia deixar os pequenos empregos da gama social em que já havia feito magníficos lugares e entrar onde tinha direito por todas as razões.

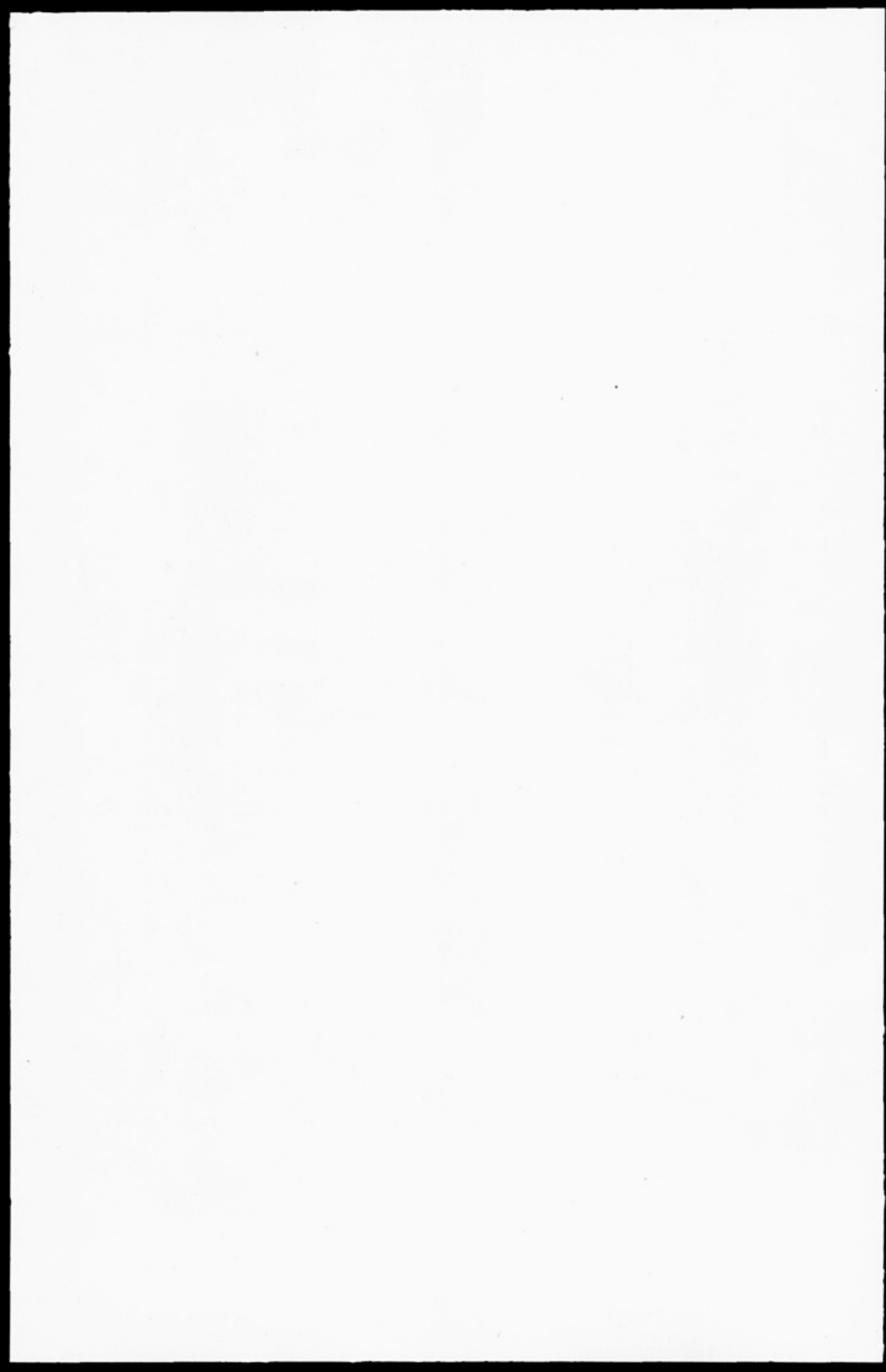
---

(1) Trava conhecimento com o Arcebispo de Évora D. Frei Joaquim de Santa Clara.





Parte antiga da Universidade de Coimbra onde o Bispo Conde  
Dom José Manuel de Lemos teve cátedra e foi «pró-reitor»



## SACERDOTE E POLÍTICO

Iniciada a carreira eclesiástica em 1815, depois do convite feito por frei Joaquim de Santa Clara conseguiu ordenar-se de presbítero na cidade de Lisboa, em 1816. Passados dois anos falecia o seu bom amigo Arcebispo Santa Clara, razão que o levou a matricular-se na Faculdade de Teologia. Portanto, em 1818 começa a embrenhar-se no profundo estudo da doutrina Cristã, acabando por doutorar-se após o curso (1).

Antes das perseguições políticas e depois de formar-se foi paroquiar a freguesia de Castelo Viegas, perto de Coimbra, passando ali uma vida regradíssima, muito caritativa e bondosa até 1828, ano em que as circunstâncias particularmente difíceis para o seu ministério o forçaram a abandonar a paróquia.

Frei Bento, que foi frade da Ordem Mendicante com o convento em Coimbra, a quem o padre Lemos recebia bem quando passava por Castelo Viegas transformou-se num ingrato tremendo quando o Senhor Dom Miguel reinou, atacando-o e denominando-o «malhado» que, como é sabido, na época correspondia a liberal. Por esta ocorrência teve de fugir para a Vista Alegre, nas proximidades de Aveiro, a fim de se encontrar com o seu amigo e correligionário José Ferreira Pinto Basto, um dos primeiros capitalistas do país que tinha edificado naquele local uma fábrica de porcelanas. Porém, noutras propriedades de Pinto Basto, noutros pontos do país, se refugiavam muitos liberais. Os

---

(1) O doutoramento, segundo Fortunato de Almeida na *História da Igreja em Portugal*, a págs. 247, do vol. IV, parte IV, realizou-se em 3 de Outubro de 1824.

que estavam na Vista Alegre passaram, algum tempo, por empregados da fábrica; mas, talvez por denúncia, as autoridades aveirenses mandaram cercar a referida propriedade e proceder a buscas. Mesmo assim conseguiram, muitos dos refugiados, esconder-se num abrigo tão disfarçado que nem sequer foram notados apesar de os últimos a entrar o fazerem quase à vista da força armada!

Admitindo a possibilidade de novas surpresas das autoridades, o padre José de Lemos resolve vir para a capital a fim de se instalar na excelente casa de Santo Amaro pertencente, também, ao senhor José Ferreira Pinto Basto. E, digno de nota, se é possível neste mundo encontrar o paraíso, o nosso biografado dá-lo ter conseguido no tempo que esteve no seio desta família. Costumava designar o caso pela forma seguinte: «Não há palavras que possam exprimir as respeitadas atenções, os inefáveis carinhos e os delicados obséquios que recebi da adorável família em que me permito exaltar a senhora Dona Bárbara Ferreira Pinto Basto que foi um destes Anjos baixados do Céu à terra para patentear em toda a sua plenitude a sublimidade das essências divinas insufladas por Deus no frágil barro do primeiro homem. Era o ídolo de toda a família e de quantos tiveram a fortuna de a conhecer» (1).

Enfim, a política preocupava-o imenso mas o viver íntimo da família que o albergava era tão admirável que, durante o resto do exílio, lhe retemperou os nervos desequilibrados.

Como grande paladino da causa liberal sofreu os azevumes dos maus políticos do rei D. Miguel, por estes factos a sua acção só veio a manifestar-se com a vitória do regime liberal (2). O padre José de Lemos que, por temperamento,

---

(1) Palavras textuais encontradas num manuscrito do nosso biografado.

(2) O regime Constitucional só vingou depois das negociações de Évora — 23 de Maio de 1834 — segundo as condições impostas pelo general José António de Azevedo e Lemos como um dos mais distintos oficiais do partido do rei D. Miguel.

era político, militava nas hostes constitucionais e em todas as emergências manteve intactos os seus ideais políticos.

Costumava justificar o seu temperamento político com algumas considerações que apenas esboçaremos na presente monografia. Assim, afirmava que as regalias concedidas ao povo depois das Cortes de 1641 eram reduzidas, embora a História assinale o facto de no reinado de D. João IV os procuradores do povo terem protestado com energia os direitos dos lugares para que haviam sido indicados. Considerava também que, talvez, a exagerada autoridade que o Rei, e o próprio Clero, attribuía ao povo proporcionasse o seu declínio. De resto é fácil constatar-se a decadência da palavra da gente humilde, como elemento político, até 1834.

Depois começou a readquirir, outra vez, algumas vantagens políticas que a governação pública, com as inerentes garantias constitucionais, fez progredir através dos tempos.

Também relembra com entusiasmo a notícia de D. Pedro — o primogénito de D. João VI — outorgando, em 29 de Abril de 1826, a Carta Constitucional.

Quando a Constituição ainda provocava imensas discussões, conforme se deduz da opinião de Luz Soriano escrita na História da Guerra Civil, o embaixador inglês Carlos Stuart <sup>(1)</sup> deparou com a relutância dos ministros da regência para a poder pôr em vigor e se não fora a enérgica intervenção do célebre duque de Saldanha <sup>(2)</sup> não teria, então, sido aceita e jurada.

Como político manteve cordiais relações de amizade com o conde de Sub Serra, titular que, mais tarde, veio a

---

(1) O embaixador Carlos Stuart foi o portador da Carta Constitucional in *História da Guerra Civil*, doc. 156, tomo IV, págs. 260.

(2) O marechal João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun foi o primeiro Duque de Saldanha com honras de parente in tomo II a págs. 482 da *Resenha das Famílias Titulares*, de Silveira Pinto.

ser deputado às constituintes e desempenhou os mais proeminentes cargos diplomáticos (1).

Durante a permanência em Lisboa o padre José Manuel de Lemos, como disfarce, para não ser perseguido, por causa das lutas entre os partidos liberal e miguelista teve de deixar crescer a barba. E, ainda, entre alguns dos factos ocorridos com a ilustre personalidade devemos incluir um acontecimento interessante passado a propósito da procissão dos Santos Mártires de Marrocos. Para que a procissão pudesse percorrer a cidade de Coimbra com a necessária tranquilidade, no dia 16 de Janeiro de 1832, o protector da Irmandade, D. Francisco do Coração de Maria, cónego regrante e exaltado miguelista pretendeu organizar, com desusada pompa, a festa dos Santos Mártires mas, para esse aparato, teve de conseguir que o Senhor Rei D. Miguel se deixasse nomear Juiz perpétuo da referida Irmandade.

Porém o definitório da Ordem Terceira proibiu que a Irmandade se incorporasse na procissão que, como já era tradicional, se costumava efectuar sem compostura alguma, nem respeito religioso, condições indispensáveis a estes actos. As cenas pouco agradáveis que se costumavam dar, atribuíam-se principalmente ao facto de se incorporarem homens nus da cintura para cima, usança que vinha desde o ano de 1423 em virtude de um voto de Vicente Martins, que foi de Fala, nas proximidades de Coimbra. O estranho hábito, que vinha de longe, fundamentava-se numa promessa do sobredito indivíduo, por causa da peste dessa recuada época.

Também já era de uso os estudantes, ao verem passar a procissão pela ponte, arremessarem pedras e areia molhada aos pseudo penitentes semi-nus. Por vezes, o quadro que

---

(1) Manuel Inácio Martins Pamplona Corte-Real, Conde de Sub-Serra e Barão de Pamplona chegou a desempenhar os altos cargos de primeiro ministro de D. João VI, de ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, da Marinha, Ultramar e embaixador.

se desenrolava era tão ridente que assumia aspectos de delírio pagão. Assim, anualmente, se estava contribuindo para ridicularizar um acontecimento religioso de transcendente alcance.

Conforme se indica a data respectiva nas efemérides, deve-se ao nosso biografado a proibição de tal escândalo público.

## A SUA PERSONALIDADE DEPOIS DO CONSTITUCIONALISMO

Terminada a fase das perseguições políticas com o triunfo das armas liberais foram escorraçados os absolutistas e banido o Rei que representava a tradição da Pátria.

A convenção de Évora-Monte, assinada em Maio de 1834, consolida o princípio da decadência que, bem o sabemos, só um século depois começa a atenuar-se, já em nossos dias, com o actual prestígio de Portugal no Mundo.

O padre José de Lemos, embora que perseguido, nunca foi maltratado pelos absolutistas por jamais querer abdicar do seu credo político.

Durante a regência de D. Pedro, por sua filha D. Maria II ser ainda menor, o padre José de Lemos foi dos primeiros a ser chamado, visto que o seu valor era sobejamente conhecido do novo governo.

E o chamamento era feito nestes termos:

«Atendendo ao merecimento, letras e mais qualidades que concorrem na pessoa de José Manuel de Lemos, opositor às cadeiras da Faculdade de Teologia, na Universidade de Coimbra: Hei por bem, em nome de Sua Magestade a Rainha, nomeá-lo Governador temporal do Bispado de Pinhel, para que na conformidade das leis haja de visitar e reger as igrejas do clero secular e regular do mesmo bispado provendo em tudo as cousas a seu cargo como sempre no serviço de Deus e da Rainha e a utilidade e bem estar dos povos; e, dando parte pela Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça de tudo que fizer e achar que deva ser ordenado para preencher os justos e importantes fins da Comissão de que sou servido encarregá-lo.



O Ministro Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça o tenho assim entendido e faço executar.

Paço do Ramalhão, em 14 de Maio de 1834.

D. Pedro, Duque de Bragança.

Joaquim António de Aguiar. » (1)

Em Pinhel foi muito bem recebido o governador temporal, mas depressa se apercebeu que as retaliações continuavam para com os miguelistas. Por esta razão fez pronunciar a palavra de honra aos responsáveis de tais represálias que, prontamente, cessaram com as amaldiçoadas vinganças.

Mesmo assim, pouco tempo teve Pinhel a fortuna de ver no seu seio o honrado pastor.

Segundo se presume, a dois factos se pode attribuir a curta estadia na diocese, quer a umas impertinentes sezões refratárias aos remédios administrados pelos médicos assistentes quer ao desejo constante de voltar a ensinar.

Contudo é bom não esquecer que Dona Maria II o havia nomeado, por carta régia (2), professor da cadeira de língua grega do Colégio das Artes, anexo à Universidade de Coimbra.

Por fim pôde regressar à sua querida cidade de Coimbra deixando nas duas dezenas de freguesias de Pinhel, mórmente na do Pereiro (3) uma soma de valiosos benefícios e as mais firmes relações de amizade com as famílias cristãs da região beiroa. Para isso basta salientar o significativo facto de os estudantes daquela diocese beiroa, que vinham estudar para Coimbra, serem sempre recomendados, pelos pais, ao professor doutor José Manuel de Lemos.

Mais tarde vinte e cinco anos, quando nomeado o

---

(1) O despacho que se encontra inédito está assinado por D. Pedro, Duque de Bragança e incluímo-lo por nos parecer muito interessante.

(2) A aludida Carta Régia está datada de 6 de Março de 1835.

(3) A igreja da freguesia do Pereiro tem por orago o «Menino Jesus» e é muito antiga.

médico do partido municipal de Trancoso (1) ainda levava recomendação sua, portanto, ainda ali mantinha as mais seguras amizades.

Não esqueçamos que desempenhou com tanto acerto o governo temporal de Pinhel que, ao abandoná-lo, mereceu um louvor régio (2).

Mercê dos actos agradáveis e bondosos, que tinham conduzido a bom caminho questões de muita importância, nomearam-no Governador do Bispado de Coimbra, por decreto referendado pelo Ministro dos Negócios Culturais e de Justiça, Manuel António Vieira de Castro. Cargo espinhoso naquela época, tanto que de todas as dioceses administradas por Governadores temporais era a de Coimbra a mais árdua, visto que nela se davam vários casos especiais e, por isso, difícil de encontrar o homem superior que a pudesse levantar de tais circunstâncias. Tivera já dois anteriores membros da governação temporal, que foram Vigários Capitulares, ambos ilustres pelo saber e pelas virtudes e, tanto um como outro, ascenderam ao episcopado, um o doutor António Bernardo da Fonseca Moniz, o outro o doutor Guilherme Henriques de Carvalho. Fora, também, governado por uma junta eclesiástica composta do doutor Manuel Domingos de Gouvêa, Manuel José Caetano de Menezes e Marcelino José de Miranda. Todos depararam com as maiores dificuldades a entravar-lhes a acção, dificuldades essas que vinham correndo desde a saída do Bispo D. Joaquim de Nazareth, íntegro miguelista que abandonou a diocese em 8 de Maio de 1834.

O padre doutor José de Lemos, em Dezembro de 1836, orna-se preciso no Bispado de Braga, onde é colocado como

---

(1) Trata-se do dr. António Alves de Sousa que se encontrava casado com a sobrinha de D. José Manuel de Lemos, D. Antónia Teresa Cândida de Lemos, que era filha de seu irmão Luís Manuel de Lemos.

(2) Refere-se o louvor à acção que desenvolveu na diocese de Pinhel e tem a data de 21 de Agosto de 1835.

governador; mas, razões mais fortes o obrigam a não ser empossado. Uma portaria de 28 de Janeiro e um decreto de 25 de Fevereiro de 1837, conforme o extrato do Livro de Registos da Câmara Eclesiástica de Coimbra (1), ordenam que continue no lugar que estava desempenhando (2).

Como consequência do seu talento não tardava a ser guindado à vice-reitoria da Universidade de Coimbra e com a habilidade do seu tão costumado tacto algumas vezes conseguiu do governo as melhorias de que careciam as diferentes escolas, salientando-se a dotação do hospital da Escola Médica. Também se debateu imenso para que a Faculdade de Matemática não ficasse em posição inferior à Escola Politécnica. Amigo dos alunos e benévolo para com os lentes conseguia de uns e de outros o que de melhor se ajustasse à vida escolar.

Quando em 16 de Maio de 1853, segunda-feira do Espírito Santo, foram alguns estudantes à romaria de Santo António dos Olivais, envergando a capa e batina, montados em burros e cavalos e dando gritos acompanhados de manifestações pouco correctas, resolveu a policia académica dar conta do irreverente acontecimento ao prelado.

Dotado para o mando, o prelado atendeu ambas as partes elaborando o despacho que segue:

«Tendo sabido pelas informações a que procedi, que no acto acima mencionado, houve sim falta de prudência, e reflexão, mas não más intenções; devendo todavia providenciar, para que ele se não repita, por ficar mal à classe académica que deve mostrar que presa a decência pública. Ordeno que seus autores sejam chamados à secretaria para assinarem um termo de emenda e serem advertidos de que sofrerão maior castigo se reincidirem.»

---

(1) Livro de Registo de 1837 da Câmara Eclesiástica de Coimbra a fls. 147.

(2) Fortunato de Almeida in *História de Portugal*, tomo VI a págs. 200.

Desta maneira tão simples terminou um processo que tinha levantado grande celeuma na velha cidade universitária. O prelado só admitia os castigos severos para os estudantes que praticassem actos culpáveis e denotassem fudole preversa.

Outra era vai surgir para o Doutor José de Lemos a quem continuam a conceder novas honrarias que bem significam o reconhecimento dos seus invulgares méritos.

O Bispo de Coimbra, que era então D. Manuel Bento Rodrigues, tendo de se ausentar temporariamente da diocese, escolhe para o substituir o Dr. Lemos, que tomou posse no dia 30 de Abril de 1852. Alguns meses passados, por decreto dimanado do Ministério do Reino, é-lhe concedido o honroso título de Conselheiro (1).

Muito se alegrava ao lembrar que jamais havia solicitado quaisquer honras e, quantas vezes, antes de as receber já o público o julgavam idóneo para todas elas.

Quantas vezes citava os primeiros lugares conquistados dentro dos princípios acabados de ditar, entre os quais rememorava a cadeira de Deão da Sé de Coimbra, de membro do Conselho Superior de Instrução Pública, o de Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, o de Bispo das Mitras vagas, e, também, já era uso do Governo da Nação dar-lhe o tratamento de conselheiro antes da concessão do título.

Durante largo período, conseguiu ser o ídolo da academia que, por circunstâncias quase inexplicáveis, tempos depois, o desprestigiava; mas, ao pressentir a derrocada solicita com muita insistência a demissão do cargo de Vice-Reitor.

A génese da questão pode fundamentar-se no conflito que vamos abordar.

Em fins de Janeiro de 1854 estavam a dar-se frequen-

---

(1) Algumas das pessoas com quem privava já de há muito lhe davam o tratamento de conselheiro. O decreto está subscrito pelo ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães.

tes brigas entre os estudantes e os *futricas*. A força armada, que tinha sempre de intervir, aconselhou a academia a reunir-se no Bairro Alto ou Bairro Académico, mas como a ordem imposta não fora do seu contentamento o conflito começou a irradiar com bastante intensidade. No final de vários incidentes gravíssimos, uma comissão de académicos resolve dirigir-se a Lisboa a fim de solicitar do Governo a transferência da Universidade para a capital. Depois de andarem muitas léguas, uns desistiram da jornada e outros continuaram a marcha em péssimas condições, sempre a pé e sem a alimentação necessária ao esforço dispendido.

Antes, porém, de iniciarem a sua aventura os estudantes deram morras à Lusa-Atenas, às autoridades e apedrejaram as janelas das habitações dos Lentes, não escapando a do outrora respeitado e venerando Vice-Reitor Dr. José Manuel de Lemos. O pecúlio era magro para o destemido pedestrianismo; por outro lado, os fundos da Sociedade Filantrópica Académica e o produto duma subscrição organizada pelos próprios estudantes, com o fim de mandar celebrar exéquias por alma da Rainha D. Maria II, é que o haviam de avolumar<sup>(1)</sup>.

As aulas voltaram a abrir e, a pouco e pouco, tudo serenou, contribuindo para o normalizar desta complicada ocorrência o eminente professor doutor Jerónimo José de Melo, lente da Faculdade de Medicina. Na primeira lição, após o conflito, o referido mestre explicava o sistema frenalógico de Gal.

Entretanto, o Governo mandava ordens do maior rigor e severidade para serem cumpridas por quem de direito. Num officio<sup>(2)</sup> dirigido ao Vice-Reitor se aconselhava o mesmo a agir de acordo com o governador civil, para efeito do levantamento dos competentes processos no mais curto

---

(1) Faleceu a rainha Dona Maria II, com 34 anos de idade, a 15 de Novembro de 1853.

(2) Este officio está datado de 4 de Março de 1854.

prazo. Tornava-se urgente saber quais os estudantes que eram responsáveis; e, para a ordem ser mantida, como convinha, seguia imediatamente o Batalhão de Caçadores, n.º 8, com o esquadrão do Regimento de Cavalaria.

Parece ter tido grande influência, no indisciplinado cometimento da academia, o facto narrado por Alexandre Dumas (¹) numa das suas curiosas obras, na qual se refere ao caso ocorrido na Universidade de Heidelberg, como proposta do estudante Samuel Gelb que, em Coimbra, era um tal Manuel Pinto de Araújo.

Muito sofreu o Dr. José de Lemos quando se viu forçado a mandar riscar na pauta da Universidade o nome de catorze estudantes e, além disso, ainda, ordenar a prisão de alguns *futricas*. Embora saibamos que a coragem jamais o tivesse abandonado, acreditamos bem quanto lhe custou a suportar tantos sofrimentos, uns causados pelas desordens dos *seus* estudantes, outros pelas ordens rigorosas que, por indicação ministerial (²), era obrigado a adoptar.

Depois de passado o incidente, continua a insistir na demissão do cargo de Vice-Reitor que, por longo tempo, não consegue obter.

O Governo, que apreciava as suas magníficas qualidades, não o demitiria sem prestar uma alta prova de apreço aos seus valorosos serviços. Deste modo, passadas poucas semanas recebeu um officio (³) da Secretaria do Reino participando que, por decreto de 5 de Abril, acabava de lhe ser conferido o grau de Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa pelos seus méritos, virtudes e serviços que, no exercício de Prelado, tinha prestado ao país.

---

(¹) Alexandre Dumas in *Deus Dispõe*, publicação da Biblioteca Económica (tradução).

(²) Era então ministro António Fontes Pereira de Melo, chefe do partido regenerador.

(³) O officio em referência tem a data de 10 de Abril de 1854.

A resposta de agradecimento vale a pena registrar nesta monografia :

«Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Em officio da Secretaria de Estado a cargo de Vossa Excelência, com data de 10 do corrente, recebi a participação que se dignou fazer-me de que Sua Magestade o Regente<sup>(1)</sup>, Houve por bem honrar a minha humilde pessoa com a régia nomeação de Comendador de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, pelos meus serviços no exercício de prelado da Universidade. Confundido com a régia magnificência cumpre-me agradecer a Sua Magestade, como cordealmente agradeço com o mais profundo respeito, tão nobre distintivo, agradável para mim sobretudo, por me ser conferido pelos serviços de prelado da Universidade.

Côncio da minha carência de merecimentos pessoais, também o estou de que no exercício de tão elevado como difficil cargo, fiz quanto podia fazer na presença dos meios e das circunstâncias occorrentes. Se não fui feliz em tudo, da minha parte não me acusa a consciência da falta de deligência nem de lealdade.

Rogo encarecidamente a Vossa Excelência que haja de fazer chegar à presença de Sua Magestade o meu eterno reconhecimento pela mercê que se dignou conceder-me e de beijar a régia mão em meu nome, etc.

Coimbra, 15 de Abril de 1854.»<sup>(2)</sup>.

Finalmente, em 19 do mesmo mês, publicou-se na folha official o decreto seguinte :

«Atendendo às repetidas instâncias do Bispo eleito de Bragança José Manuel de Lemos: Hei por bem conceder-lhe a exoneração que ele pediu do lugar de Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, que serviu muito à minha satisfação, com honra e intelligência, como era próprio do seu distinto merecimento e reconhecidas virtudes.»

---

(1) A regência de D. Fernando durou até à aclamação de D. Pedro v em 16 de Setembro de 1855.

(2) O respectivo original não conseguimos encontrar e a cópia que apresentamos está inserta num ms. que possuímos.

O Ministro do Reino Fonseca de Magalhães, um dos admiradores do Prelado, recortou o decreto que juntou à carta particular abaixo inserta:

«Com muito desgosto meu levei à presença de Sua Magestade o decreto de exoneração de V. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> Peço que me acredite — V. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> já não é Reitor, eu daqui a pouco já não serei ministro. Mas em qualquer circunstância hei-de sempre conservar memórias saudosas da pessoa de V. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> pelos obséquios de que lhe sou devedor e pelo tão distinto zelo e amor do serviço que nunca deixei de encontrar em V. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> (1).

a) Rodrigo da Fonseca Magalhães»

Mas, embora necessite de um descanso prolongado por causa das vicissitudes da sua vida jamais o consegue e curto é o lapso de tempo sem que apareça um novo convite.

Como em Viseu não houvesse memória de ter sido eleito nenhum vigário capitular até ao século XIX, apesar das determinantes disposições do Concílio Tridentino, convidava-se o dr. José de Lemos para desempenhar o cargo. Foi, portanto, o primeiro vigário capitular que se elegeu para a diocese onde o cabido estava costumado a conservar nas mãos toda a jurisdição espiritual. Depois, por seu impedimento, esteve ali o Bispo D. José Joaquim de Azevedo e Moura que, entretanto, foi elevado a Arcebispo de Braga.

Como o dr. Lemos só pudesse chegar à sede episcopal de Viseu nos fins de 1856 procede-se a nova eleição que, desta vez, recaiu no cónego José Lopes Ribeiro (2).

Pela devassa a que procedemos sobre a relutância que demonstrava em aceitar a nova mitra, chegamos à conclusão

---

(1) A presente carta, que foi escrita em Lisboa, está datada de 22 de Abril de 1854.

(2) Fortunato de Almeida in *História da Igreja em Portugal*, a págs. 69 da I-parte do IV volume.



de estar no empenho de ir para Coimbra por ser o centro da cultura do país.

Por outro lado, supomos que as informações da maneira como o cabido ali estava dirigindo os negócios da Santa Igreja não lhe agradavam. De resto, bem contra sua vontade, a força das circunstâncias obrigam-no a tomar posse do governo da diocese onde o elemento católico lhe presta uma significativa e magna recepção.

Porém, quando na diocese tudo estava harmonizado, dá-se a vacatura no bispado de Coimbra para o qual prontamente é escolhido, muito a seu contento.

## BISPO-CONDE

1858-1870

Lancemos agora uma vista sobre a última parte da agitada vida de Dom José Manuel de Lemos que, como se poderá apreciar, teve o condão de acabar dentro duma alta dignidade, que Deus lhe quis conceder (1).

Depois de ser exonerado da Comissão de Governador Temporal da Diocese de Coimbra, em que lhe sucedeu o dr. António José de Moraes, teve alguns convites interessantes.

Pouco tempo depois da sua demissão era convidado a receber o governo do Arcebispado de Goa, porém mesmo a instâncias particulares do Ministro da Marinha e do Ultramar, José Ferreira Pestana (2), não aceitou o valoroso *primacial e patriarcal* do Oriente.

Gostava imenso de Coimbra, como se denota dalgumas passagens, ali rodeado do clero que o estimava, dos amigos que o admiravam e dos protegidos que o estremeciam, fazia uma vida exemplar que insinuava de todas as formas aos que partilhavam as suas tristezas e alegrias.

Um dos antigos amigos, do tempo de estudante, quando chamado aos Conselhos da Coroa para ser encarregado da pasta da Justiça logo lhe comunicou, por carta, o cargo em que havia sido investido, para uma semana depois, em nome

---

(1) Eleito Bispo-Conde por Sua Santidade Pio IX na época do Cardeal Patriarca D. Manuel Bento Rodrigues. Pela sua avançada idade não pôde assistir, em 1869, ao Concílio Ecuménico sobre a instrução do clero e dos fiéis, a integridade da igreja, a reforma dos costumes e a infalibilidade do Papa, em que se reuniram no Vaticano cerca de 800 padres.

(2) Geriu, cerca de 8 meses, os negócios da Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, na qual D. Maria II o empossou no dia 9 de Junho de 1841.

de Sua Magestade, o eleger Bispo de Bragança e Miranda. O officio foi-lhe entregue estando na Sé, como Deão, em sessão do Cabido, facto que bastante o surpreendeu, mas bem depressa comprehendia qual o motivo da escolha do local. Assim, todos os confrades tomavam logo conhecimento da determinação governamental (1).

Ainda, agora, conserva as melhores relações de amizade com os párocos que o serviram quando foi Vigário capitular de Coimbra (2), contando-se entre eles o prior de Nossa Senhora de Febres (3) — o padre José Corrêa de Bastos Pina — que quando o sobrinho foi prestar provas de latim (4) o recomendou ao seu velho amigo D. José de Lemos. Este não só o acolheu òptimamente como o hospedou até concluir a formatura em Direito, no ano de 1854 (5).

«Quantas vezes nas grandes noites de inverno estudada a prelecção teológica que, no dia seguinte, havia de fazer nas aulas da Universidade aos seus discípulos, e já metido na cama, ele mandava chamar-me e perguntava:

— Já sabes a lição? Sei, respondia eu.

— Tens alguma dúvida? Não, senhor doutor.

— Pois nesse caso não sabes nada; só não tem dúvidas quem ignora. Vai buscar os livros. E, aí ia eu com o coração triste como a noite porque já sabia que tinha lição até às 2 ou 3 horas da madrugada.

Ensinava por gosto, podia ser igualado mas não excedido.»

---

(1) Teve grande interferência na rápida nomeação a subida do seu amigo José Ferreira Pestana à sobredita pasta ministerial.

(2) Exerceu estas funções de 1836 a 1842.

(3) É uma das freguesias do concelho de Cantanhede no distrito de Coimbra.

(4) O futuro Bispo-Conde D. Manuel Corrêa de Bastos Pina.

(5) A respeito de D. José de Lemos lê-se no *Dicionário Português* o seguinte: «Por sua diligência e generosidade se aproveitaram para as letras e ciências, magistratura, igreja e para outras carreiras sociais, muitos talentos, occultos ou desvalidos que, se não fosse a sua protecção, talvez não pudessem nunca manifestar-se».

Quando sentiu as forças a decaírem no governo do bispado resolveu entregá-lo ao seu discípulo e preclaro amigo dr. Manuel Corrêa de Bastos Pina.

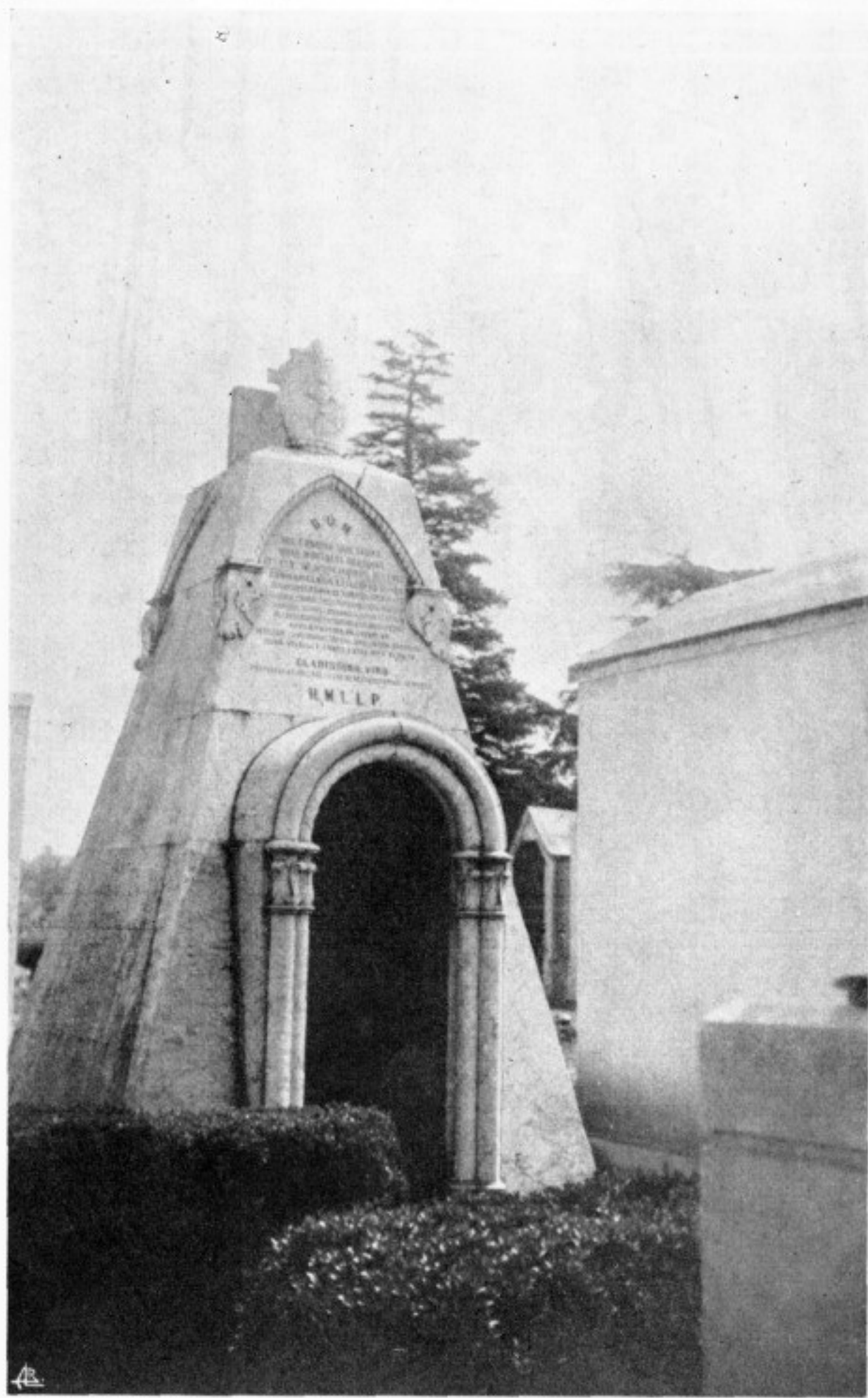
Antes, porém, teve de sustentar violenta polémica a propósito da nomeação do secretário da Câmara Eclesiástica. Os debates parlamentares deram-se em Março e Abril de 1864 por causa da reclamação que o bispo D. José de Lemos apresentou ao Ministro da Justiça acerca da conveniência de ser colocado, no lugar em questão da Câmara Eclesiástica, o dr. José Ferreira Fresco, beneficiado da Sé e Promotor do Bispado há já dez anos.

O ministro nomeara, sem consulta prévia do Bispo, a António Maria Ferrão Montenegro, apenas com ordens de subdiácono e inábel para a função eclesiástica segundo a opinião do Bispo-Conde.

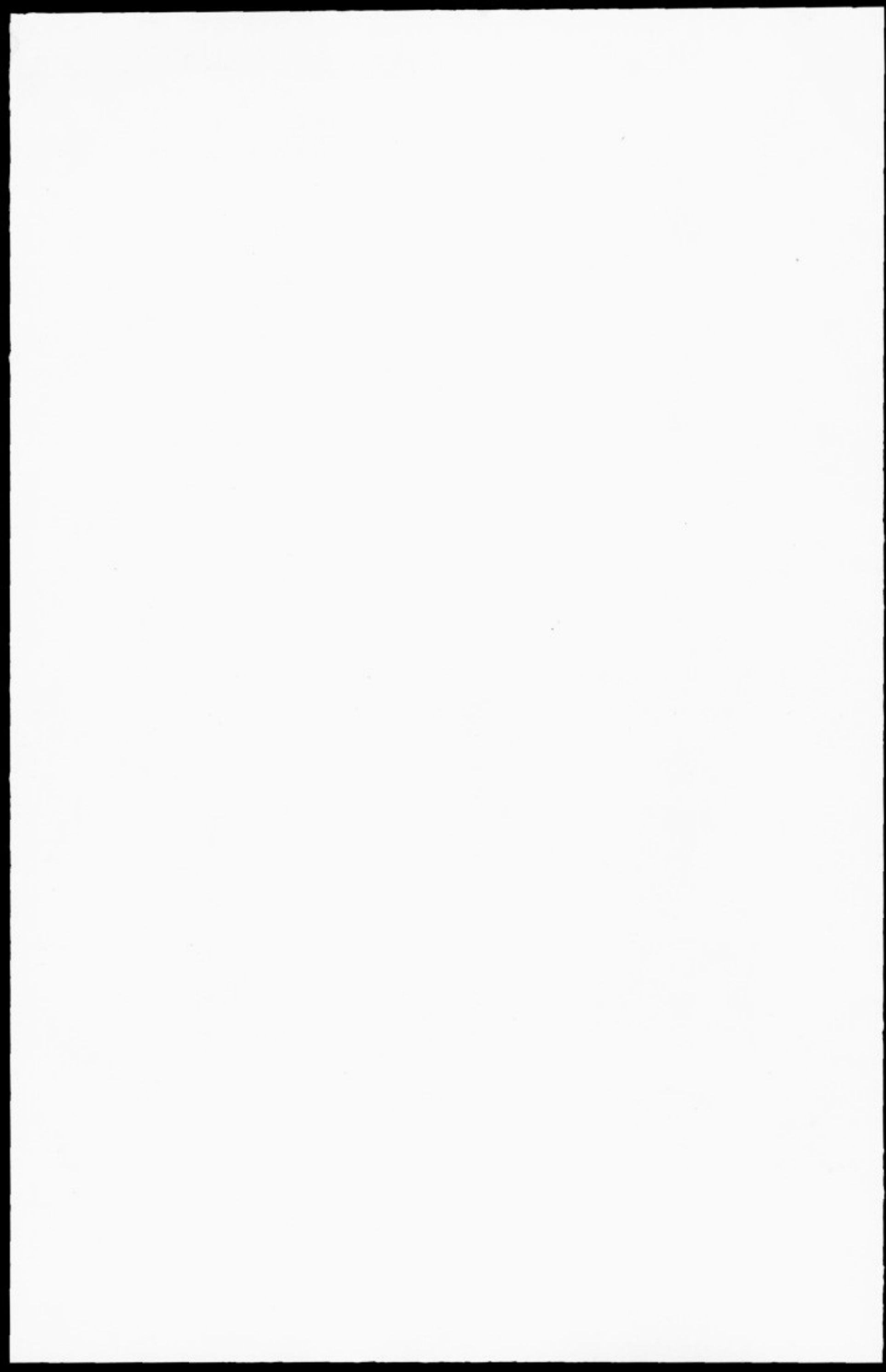
Tornou-se notável a questão, inicialmente simples, por causa do Parlamento se ter embrenhado nela e, por sua vez, o Bispo de Coimbra escrever uma interessante carta ao Sante Padre:

#### Beatíssimo Padre

«Contristado já de ha muito pelas adversidades que em toda a parte affligem a igreja de Jesus Christo, mais me sentia maguado meditando na direcção que n'estes ultimos tempos teem tomado as cousas ecclesiasticas n'este reino, comtudo para evitar luctas, contendias, dissenções, que, sobre serem alheias a meu animo de sua natureza mais propenso á paz e tranquillidade, podiam prejudicar os interesses d'esta santa igreja de Coimbra, forcejava com todas as veras por cumprir as ordens do poder civil não sobrestando em cousa alguma aos sagrados direitos conflados pelo céu aos meus cuidados. Ha pouco comtudo o governo d'estes reinos enviou á diocese commetida aos meus cuidados determinações que não me é dado cumprir visto serem incompatíveis com a salvação das minhas ovelhas, com a minha consciência, com o decoro, e dignidade episcopal: porque sem me ter ouvido nem consultado antes sobre o que eu tinha feito saber ao mesmo governo, e contra o que estabeleciam o costume e uso constante, não duvidou designar para secretario da minha câmara ecclesiastica um homem em quem não posso depositar a minima confluência. Intimamente



Monumento funerário mandado edificar no Cemitério da Conchada, em Coimbra, no ano de 1911 pelos Seminaristas onde repousam os restos mortais do Bispo-Conde  
Dom José Manuel de Lemos



angustiado fiquei por algum tempo indeciso sobre o que devia fazer. Sei perfeitamente que o livre exercicio do direito que do Espirito Santo nos foi conflado para governar a igreja de Deus não depende dos poderes da terra, nem por elles pôde ser coartado: sei tambem que confortado pelas divinas promessas, pela graça santa e fortaleza, que Deus nunca recusou aos que defendem a sua causa, me devia conservar inabalavel no meu posto, e soffrer com constancia e resignação tudo por mais aspero e difficil que fosse, por defender os direitos da Santa igreja, por não faltar á minha consciencia e dignidade.

Comtudo, Beatissimo padre, os meus muitos annos, já setenta e tres, e as enfermidades que me affligem, me tiram a força e robustez necessarias para sustentar taes combates, combates que ainda que podesse não seria util a esta Santa igreja de Coimbra sustentar attendendo a como agora vão os tempos. Por isso procurando conciliar o que me obrigava a consciencia com o bem e salvação da minha igreja fiz saber a Sua Magestade que não podia admittir na minha câmara ecclesiastica o homem que para ella tinha sido designado: comtudo que, para evitar as contendas e males que d'ahi podiam vir, rogava a Sua Magestade me concedesse licença para impetrar de Vossa Santidade a resignação do Episcopado. Tendo alcançado licença d'El-Rei por decreto de 17 do corrente mez d'outubro, cheio de terna piedade e veneração, me lanço aos pés de Vossa Santidade, o sumo Pastor dos Christãos; supplicando que vos digneis soltar os laços que me prendem á minha santa e amada igreja de Coimbra; posto que sempre me ligarão a ella o amor, a veneração, a gratidão. Alcançado tamanho dom, que espero que Vossa Santidade não me negará, acabarei com a consciencia tranquilla e segura os breves dias que a Providencia conceder que eu viva sobre a terra; nem entretanto deixarei de rogar a Deus pela vida e saude de Vossa Santidade, pela felicidade d'esta igreja de Coimbra, e pela prospera fortuna da Santa igreja catholica, apostolica, de que me confesso sempre e em toda a parte obediente, docil e submisso filho. Aos pés de Vossa Santidade, Beatissimo Padre, peço me lanceis a Vossa Benção.

Dado em Coimbra aos 22 d'outubro de 1863

De Vossa Santidade devotissimo filho e fidelissimo servo.

✠ Jose, bispo de Coimbra ✠

Para que o público não maldissesse do governo, sobe à tribuna parlamentar o então Ministro da Justiça, Gaspar Pereira, e, entre outras afirmações faz esta:

«O despacho do escrivão da Câmara Eclesiástica da diocese de Coimbra tem tomado as mais amplas discussões: não fui eu que lhas dei, mas sim quem ligou ao meu procedimento um sentido alheio e diverso da verdade, revestindo assumpto de circunstancias extraordinarias e collocando-o em certo modo n'uma posição excepcional».

E, condescendendo um pouco, reconhecendo-se um tanto culpado faz a subsequente afirmação:

«É facto que não pedi informação ao reverendo Bispo de Coimbra».

Entretanto o Marquês de Valada interrompendo-o, diz com certa ironia:

«V. Ex.<sup>a</sup> não respondeu ainda ao final, (por que havia nomeado o secretário em questão), que é a parte mais importante.»

Deste modo, o Ministro Gaspar Pereira é obrigado a descer a minúcias, que em síntese, passamos a expor:

Em primeiro lugar, refere-se ao período em que a doença o afastou da pasta da Justiça, na qual foi substituído pelo também ministro de Reino Anselmo José Braamcamp. E, em segundo lugar, explica a razão que o forçou a tão tardiamente dar explicações ao reverendo Bispo.

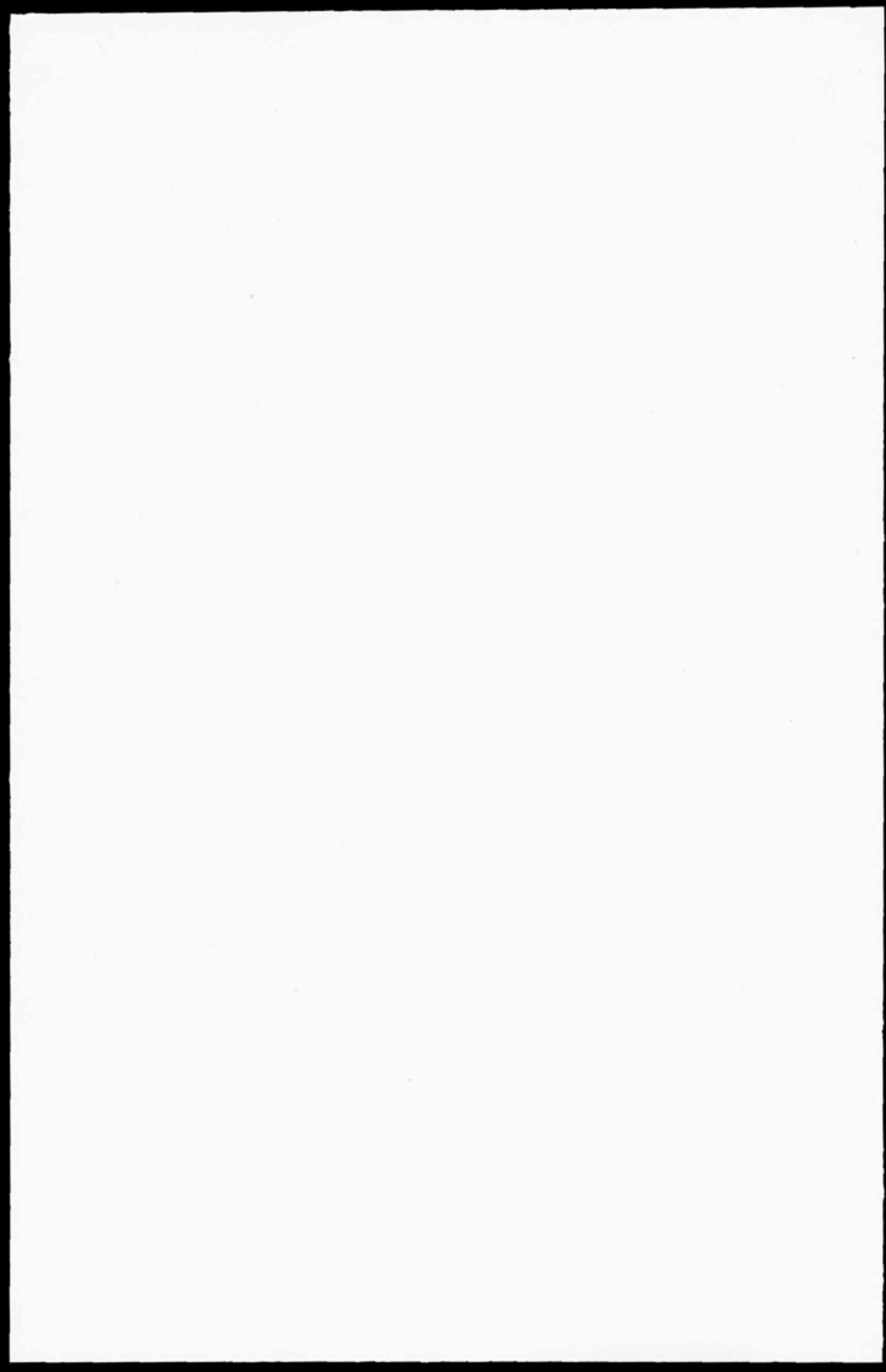
Semanas depois Sua Eminência o Cardeal Patriarca vê-se na dura necessidade de intervir expondo que o Bispo de Coimbra estava com a razão do seu lado e, para confirmar o destemido parecer, diz: «Nunca a Secretaria de Justiça foi mais arbitraria do que nos tempos do governo constitucional»; este comentário foi feito em pleno Parlamento, em Março de 1864!

O deputado Moraes de Carvalho enfileira também do lado da defesa do Bispo de Coimbra e no discurso refe-





Epitáfio, em latim, existente no jazigo do Bispo-Conde  
Dom José Manuel de Lemos



re-se a outra curiosa frase de Sua Eminência, repetindo: «... a Secretaria está no empenho constante de cercear as atribuições do episcopado».

Cabe, agora, a vez ao ilustre Bispo de Viseu; estamos já em Abril e, portanto, dura a discussão parlamentar há mais de um mês. O venerando Prelado quase começa o discurso desta forma: «Nós estamos vendo o que se está passando pela Europa, estamos vendo grandes questões que se suscitam entre o direito da força e a força do direito, estamos vendo nações oprimidas a esgotarem todos os recursos que humanamente podem ser esgotados para salvarem as suas nacionalidades, estamos vendo os exércitos europeus todos em movimento, estão-nos vindo bater à porta prisioneiros de guerra, e enquanto a Europa inteira se ocupa de altas e importantíssimas questões de paz e de guerra, e até reformar talvez a carta geográfica da Europa, fazendo acabar nacionalidades para surgirem outras do meio das ruínas, de que se ocupa o senado português? De uma questão insignificante, de uma questão pequeníssima, da nomeação do escrivão de uma câmara eclesiástica! ... A câmara há-de permitir-me que eu lastime a deficiência desta lei, lhe peça, e peça igualmente ao governo, que a trate de reformar e de providenciar de modo que a harmonia entre o Estado e a Igreja se mantenha, conservando-se cada um na sua órbita respectiva e não apareçam todos os dias destes atritos, destes conflitos que salvando as intenções dos homens que representam a Igreja, e dos homens que representam o Estado, porque pode haver sempre as melhores intenções, mas a força das circunstâncias é muitas vezes mais forte. Tornando mais culpada a lei do que os homens assim sustentou a questão, apelando depois para a câmara se interessar pela forma da legislação em vigor.

Por fim, o Barão de Foscôa pede a palavra e propõe «que na forma do artigo 57.º do regimento, que a câmara resolva, que ouvidas as explicações antecedentes, sobre o objecto em discussão, não há lugar para votar, e se passe à ordem do dia.»

Acabam de soar as cinco horas da tarde e o presidente, antes de encerrar os trabalhos, prevê que «na quinta-feira à uma hora recebe Sua Magestade, (D. Luís), a deputação desta Câmara que lhe há-de entregar os autógrafos dos projectos que foram apresentados.»

Antes, porém, de dar por terminada, neste estudo, a célebre contenda devemos, também, lembrar que da interpeção do deputado José Maria de Abreu e Quaresma se pôs a claro que, num officio de 27 de Novembro de 1863 dirigido ao Ministro dos Cultos, o senhor Bispo-Conde declarava: «...que o bacharel José Ferreira Fresco, que eu tive a honra de indicar a V. Ex.<sup>a</sup> para o lugar vago de escrivão da Câmara Eclesiástica desta diocese, *nunca serviu interinamente, como o officio de V. Ex.<sup>a</sup> diz, aquelle logar; nem de escripto algum meu podia essa Secretaria de Estado haver similhante noticia.*»

Transcrevemos nas efemérides, em síntese, o relato das sessões camarárias.

Há oitenta e oito anos que este egrégio antístite baixou à sepultura, depois de ter estado amortalhado «in pontificalibus», durante oito dias, numa sala da Câmara Eclesiástica armada em capela (1).

Toda a sua longa vida foi de abnegação personificada e de absoluta bondade. Sóbrio em demasia consigo, tinha sempre a bolsa aberta para os que necessitavam de auxílio pecuniário. Amante sincero dos que se dedicavam com afinco ao estudo, fez sair da obscuridade muitos talentos que, pela vida fora, se prestigiaram. Pôde, deserdado de bens de fortuna, ajudado pela intelligência, assíduo trabalho e carácter honradíssimo, alcançar na sua hierarquia uma das posições mais elevadas.

Apesar de ter vivido numa época de grandes lutas políticas, e embora que perseguido algumas vezes, impôs-se

---

(1) Veja-se sobre o seu falecimento o *Conimbricense* do dia 2 de Abril de 1870 que dá uma pormenorizada noticia.

por tal forma ao respeito de todos que foi chamado por ministros dos vários partidos para ocupar alguns lugares de confiança, se bem que, em matéria política, tivesse sempre demarcado o seu campo.

E, como que a recompensar-lhe tantas e tão boas qualidades contou sempre com verdadeiros amigos.

Permitimo-nos destacar somente dois: o que teve a bondade de iniciá-lo na ascencional carreira da sua predilecção, e aquele que com profunda mágoa, se apercebeu do seu último suspiro. Ambos colegas no episcopado; ambos, também, duas sumidades da Igreja Portuguesa. Aquele Dom Frei Joaquim de Santa Clara <sup>(1)</sup>; este Dom Manuel Corrêa de Bastos Pina, seu digno sucessor <sup>(2)</sup>.

Constata-se, com maior exuberância, o desenvolvimento superior da sua acção nos reinados de Dona Maria II, D. Pedro V e D. Luís I.

Faleceu aos 26 dias do mês de Março de 1870 pelas onze horas e quarenta e cinco minutos da noite, tendo sido embalsamado vinte e quatro horas depois pelo dr. Inácio Rodrigues da Costa Duarte.

Após todas as honras inerentes à sua alta jerarquia saiu o féretro do Paço Episcopal atravessando as ruas das Covas, do Correio, das Fangas e do Visconde da Luz, entrou com todo o cerimonial litúrgico na histórica igreja de Santa Cruz.

Reorganizado o préstito fúnebre encaminhou-se com certa lentidão para o Cemitério Público onde ficou num sepulcro que, pouco tempo depois, veio a ser muito bem arranjado a expensas da família e do seu preclaro sucessor.

---

(1) Frei Santa Clara pertenceu ao Colégio de São Bento de Coimbra onde foi considerado um varão insigne em virtudes e ciências, depois veio a ser lente de prima de Teologia e, mais tarde como se faz referência neste estudo, Arcebispo de Evora.

(2) D. Manuel Corrêa de Bastos Pina que, entre outros, desempenhou com muita proficiência o cargo de professor do Seminário da diocese de Bragança e, nesta ocasião, já era o sucedâneo de D. José Manuel de Lemos.

Durante os derradeiros doze anos do seu ministério afora os períodos dos achaques ainda que, já emaciado pelo peso dos anos e sobretudo dos trabalhos, estava em constante vigília para a igreja. Serviu-a com justiça e bondade mas os tempos conturbados pela política partidarista contribuíram para uma agitação constante das almas que era preciso amparar sem desfalecimento e com a doçura do carinho cristão.

Não nos permitimos findar sem o reparo de que nem no Convento de Santa Clara, onde se encontram alguns retratos dos mais representativos purpurados, nem na cidade há qualquer alusão ao distinto prelado que, além da Universidade, serviu a diocese e tanto amor dedicou à encantadora Coimbra, parecendo-nos justo, portanto, perpetuar no mármore o busto do seu 25.º Bispo-Conde.

Escrevemos a presente memória, a traços muito largos com o desejo apenas de não continuar desapercibida a figura simpática de D. José Manuel de Lemos e para lançarmos um contributo para obra de maior fôlego.

## O SEU BRASÃO DE ARMAS ECLESIAÍSTICAS

Os escudos das armas eclesiásticas mandou-os gravar, o primeiro em 1854, quando foi nomeado Bispo de Bragança e de Miranda e os restantes à medida que era eleito para as outras dioceses, como se terá ocasião de verificar. Encontram-se os seus originaes nas colecções esfragísticas da Faculdade de Letras de Coimbra.

Duas das matrizes, em bronze, desses selos, acham-se em sufficiente estado de nitidez pelo facto de terem tido pouco uso durante a sua escassa permanência na diocese brigantina.

Daremos resumida descrição do selo heráldico, porquanto sobre o brasão de armas dos Bispos-Condes, o que mais interessa neste caso, há uma referência digna de nota na Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal (1). O escudo é oval e bipartido. Na primeira metade as armas dos *Farias* — Em campo de sanguinho um castelo de prata com frestas e portal de negro; cinco flores de liz de prata, sendo três dispostas em chefe e duas em contra-chefe. Na segunda as armas dos *Lemos* — Em campo também sanguinho cinco quadernas de crescentes de ouro, postas em santor. Sobre o escudo Coroa de grandesa (2), sobrepujada por uma pequena cruz. — Da parte inferior do escudo pende a placa da comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, tendo aos lados a mitra e o báculo episcopais.

Tudo coberto pelo chapéu pontifical, cujos cordões rematam por seis borlas de cada lado.

---

(1) Referimo-nos às notas que se encontram na pág. 131.

(2) Coronel que se assemelha ao de conde mas apenas tem sete pérolas como justificação de nobreza.

Contém uma legenda: D. José, Bispo de Bragança e Miranda.

Quando passou a Bispo de Viseu, no outono de 1856, mandou gravar nova matriz do selo. Mantém a mesma compleição do anterior, mudando apenas a posição da mitra e do báculo, que apparece agora sobre o bordo superior do escudo, segundo o uso vulgar, e a legenda seguinte: D. José, Bispo de Vizeu ( <sup>1</sup> ).

Com respeito ao selo de Bispo-Conde, usado no lapso de tempo que decorreu de 1858 a 1870, não sabemos onde pára a respectiva matriz, no entanto há a impressão a autenticar documentos. Está, porém, tão mal impressa a gravura que em face dela torna-se difficiloso reproduzir as figuras do escudo, mas por comparação paciente com as dos brasões usados nas dioceses de Bragança e Viseu reconstitui-se em absoluto ( <sup>2</sup> ).

O facto aliás extraordinário, no entanto, explica-se como vamos ter occasião de ver. Por razões que desconhecemos, manteve o mesmo escudo usado anteriormente nas duas dioceses precedentes, com as seguintes alterações: «Nos cordões do chapéu pontifical aumentou mais quatro borlas de cada lado (privilégio dos Bispos de Coimbra, cujo chapéu é idêntico ao dos arcebispos) e modificou a legenda conformando-se com a nova dignidade de Bispo-Conde» ( <sup>3</sup> ).

---

( <sup>1</sup> ) O vocábulo Viseu está gravado erradamente com z.

( <sup>2</sup> ) Em todos estes brasões se notam erros injustificáveis.

( <sup>3</sup> ) Segundo algumas notas do prof. Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos.



CARTA DA MERCÊ DO TÍTULO  
DE CONDE DE ARGANIL  
CONCEDIDA POR EL-REI DOM AFONSO V  
AOS BISPOS DE COIMBRA

«D. Afonso, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, etc., considerando nós os grandes, muitos, e mui estremados serviços, que recebidos temos, e ao diante esperamos receber de Dom João Galvão, Bispo de Coimbra, do nosso Conselho, etc., etc.: em especial em a afillhada das nossas vilas, e cidades de Arzila e Tanger. em as partes de Africa, onde nos mui grandemente, e com muita deligência, e mui bem serviu, e querendo remunerar em alguma parte seus assinalados serviços, como convém a todo o virtuoso Príncipe, temos por bem, e queremos, assi por honra, e memória sua, e de sua linhagem, como por maior prerogativa e preeminência da sua Cathedral Igreja, que daqui em diante para todo o sempre, a dita Igreja, além da dignidade Pontifical, haja, e tenha a dignidade de condado, e que ele dito Bispo, e por seu respeito, e memória todos os seus sucessores Bispos de Coimbra, sejam, e se chamem, e intitulem Condes da vila de Arganil, e ele em especial.

E assim os ditos sucessores seus hajam, tenham e usem de todas as liberdades, privilégios, franquesas, preeminências, honras, e insígnias assim e tão perfeita, e cumpridamente, e melhor, se melhor fazer puderem, como por direito, ou costume ou têm, e dêles usam, ou podem usar os outros Condes dos nossos Reinos.

E porque as cousas dadas por honra, e dignidade, não devem trazer consigo deminuição alguma do já adquirido, e ganhado, queremos, e mandamos, que por causa da dita dignidade de Conde, na Cathedral Igreja, nem êle dito Bispo, nem sucessores seus Bispos de Coimbra, terras, lugares, vilas, quintas, coutos, jurisdições, homens, nem vassallos da dita Igreja, não sejam a nós, nem a nossos sucessores, nem à Corôa dos nossos Reinos, em cousa alguma daqui em diante mais sujeitos, tendos e obrigados do que foram até agora em tempo de seus antecessores. Em lembrança, fé, e firmidão perpétua das quais cousas, a presença fazer mandamos, assinada por nós,

e por o dito meu filho primogénito herdeiro, e selada do nosso sêlo de chumbo, dada em nossa dita cidade de Coimbra a 25 dias de Setembro.»

Gonçalo Fernandes a fez, no ano de 1472

EL-REI  
Principe. (1)

---

(1) Conforme com a Carta de Lei publicada na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, L.º IV, tomo III, págs. 26, por D. António Caetano de Sousa.

## NÓTULAS DE ALGUMAS PASTORAIS

B. N. L., Rel. 20.051 — Col. 4

Provisão Pastoral e Directiva para as Urselinas de Coimbra

Imprensa Literária — 1862

«Fazemos saber, que, desejando promover o adiantamento e prosperidades do Collegio Urselino, estabelecido outrora na vila de Pereira, e hoje nesta cidade, como aquele tão util tem sido à educação e instrução das meninas, mas não satisfazendo as exigencias actuais e que daquelas mesmas, que ainda podem ter util applicação, muitas deixam de as ter, por andarem dispersas em diferentes Pastorais e Provisões dos Prelados Nossos Antecessores, dos quais se expedia um exemplar, que por isso não podia chegar à noticia de todos: resolvemos renovar a sua observancia depois de reformadas, ampliadas ou restringidas, e de modo que com essa observancia possa o dito Collegio prosperar e florescer, satisfazendo os importantes fins para que foi estabelecido.

E para procedermos neste empenho com a prudencia e conhecimento de causa, que nos cumpre, julgamos conveniente encarregar uma Comissão composta de pessoas tementes a Deus, de idade madura, reconhecida probidade e competentes pela sua illustração, conhecimento de negocios e posição social, para visitarem em Nosso Nome aquele Collegio, e nos indicarem todas as providencias, que a sua sabedoria e prudencia lhes sugerissem, como próprias e adequadas para a maior regularidade e prosperidade do referido Colégio, não só quanto à educação e instrução das meninas, senão também quanto ao religioso e temporal dele. E tendo tomado todas as necessarias informações àcêrca do estado do Collegio; com as quais depois de vistas, examinadas e aprovadas por Nós; e combinadas com as que se achem prescritas na Regra e Constituições do mencionado Collegio, das quais existem somente nele dois exemplares. Esta Nossa Pastoral que vai dividida em duas partes; na primeira que toca principalmente às Filhas do

Instituto, se determina e regula o que pertence aos exercicios espirituais e quotidianos — à eleição e redução de officios — à administração geral e económica: na segunda, que respeita exclusivamente à educação e instrução das meninas, se prescreve o que pertence — ao educando geral — exercicios religiosos e quotidianos delas, e Professorado.»

É dividido este Regulamento em sete títulos, num total de cem artigos.

Conclui ainda por um grupo de três conselhos e está datado de 8 de Setembro de 1862.

Pastoral

Ao Reverendo Clero e a todos os fleis da Nossa Diocese,  
saude, paz e benção em Nosso Senhor Jesus Christo.

«Uma digressão aconselhada pelos medicos, para reparar a Nossa saude deteriorada, Nos deu occasião de visitarmos algumas Igrejas da Nossa Diocese.

De muito bom grado o fizemos porque desejâmos conhecer por Nós mesmo e remediar, quanto em Nós couber, as necessidades espirituaes dos Fieis, que o Espirito Santo conflou ao Nosso cuidado e regimen satisfeitos com o que vimos, e alegres no Senhor Nos recolhemos a esta Nossa Residencia. E d'aqui damos testemunho do zêlo dos R. Parochos, da compostura do Clero, e da piedade e devoção dos Fieis, que pela maior parte observamos. Não falta instrução na Doutrina Christan, frequencia na recepção dos Santos Sacramentos; aceio e regularidade no culto Divino, observancia na disciplina Ecclesiastica.

. . . . .  
e depois a proposito da noticia de que na Cidade e Diocese, se espalham livros perniciosos e nocivos á Religião e á sociedade, continua: — Se um bom livro é um thesouro precioso, pelo contrario os maus livros são um veneno corrosivo que preverte a intelligencia, deprava o coração, insulta a Religião, e altera pelos fundamentos a sociedade civil.

Nascidos e espalhados nas trevas trazem n'isso mesmo o cunho da sua perversidade, porque a verdade e o bem não se occultam, antes amam a luz e vivem na publicidade.

Quanto mais livre for um povo, tanto mais fortes devem ser as suas convicções Religiosas, mais profundo o respeito e acatamento á Religião do paiz. Nos governos despoticos, pode o medo conter os homens; nos governos livres, só pode contêl-os a Religião.

O Protestantismo que nos ultimos seculos dominou em algumas partes da Europa e da America, accusado de inconsequente e erroneo pelas *variações* de Bossuet (1); denunciado como antichristão em seu symbolo por Moehler; e demonstrado como funesto em seus resultados sociais por (Balmes (2)); é hoje apenas um cadaver em dissolução. O que alguns baptizam hoje com o nome de Protestantismo é o Panteismo Alemão, é o Atheismo. E é ao Atheismo que pretendem conduzir-nos!!

Dada no Nosso Paço Episcopal em Coimbra, sob o Nosso Signal e Sêllo das Nossas Armas, aos 22 de Agosto de 1863.

Logar † do Sêllo

† José, Bispo Conde.

---

(1) Trata-se de Jacques Benigne Bossuet, francês de nascimento, mais tarde Bispo de Meaux e notável orador sagrado. Em 1682 inaugurou a célebre assembleia do clero da França e fez adoptar a declaração da independência do poder temporal e das liberdades galicanas.

(2) O padre Tiago Luciano Balmes foi o flósofo católico espanhol que escreveu a obra sôbre o Protestantismo comparado com o Catholicismo.

AS MAIS INTERESSANTES EFEMÉRIDES  
DA VIDA  
DE DOM JOSÉ MANUEL DE LEMOS

- 1791 — 17 de Março, nasceu na freguesia de S. Mamede de Vila Nova de Troviscoso, diocese de Braga.  
Foram seus pais Manuel José de Lemos e D. Maria Luísa Fernandes. Os seus irmãos chamavam-se: Luís Manuel de Lemos, António de Lemos e D. Antónia de Lemos Fernandes.
- 1809 — Com dezoito anos de idade vem para Lisboa no ardente desejo de ordenar-se de presbítero.
- 1815 — 28 de Janeiro, examina-o pela primeira vez sobre latim o frei Joaquim de Santa Clara.  
— Convida-o frei Santa Clara para seu secretário no Arcebispado de Évora.
- 1816 — 24 de Junho, recebe ordens de presbítero dadas no Colégio Patriarcal de Lisboa pelo Arcebispo D. João Braziel.  
— 6 de Novembro, chega à cidade de Évora acompanhando frei Joaquim de Santa Clara Brandão, eleito Arcebispo de Évora.
- 1818 — 11 de Janeiro, falece o Arcebispo de Évora.  
— O Cabido de Évora atesta o seguinte: «as obrigações do seu emprego de Secretário cumpriu-as com a maior fidelidade e merecendo por seu bom comportamento e conduta irrepreensível a particular estima do Excelentíssimo Prelado até ao último momento da sua vida.»  
— Matriculou-se no primeiro ano da Faculdade de Teologia de Coimbra.
- 1824 — 30 de Junho, defende tese na sala grande dos actos da Universidade de Coimbra perante um júri presidido pelo Dr. Frei Manuel de Almeida, monge da Ordem de Cister e decano da Faculdade de Teologia.  
— 3 de Setembro, funda em Castelo Viegas uma escola primária de ensino gratuito.  
— 3 de Outubro, recebe o grau de Doutor na Universidade de Coimbra.  
— 1 de Novembro, o seu grande amigo Dr. Francisco de Castro Freire dá-lhe 600:000 rs. para tirar a carta de curso.
- 1827 — É colocado definitivamente na freguesia de Castelo Viegas, na diocese de Coimbra.

- 1828 — Larga a freguesia de Castelo Viegas, por causa das lutas que se estão travando entre os constitucionais e os legitimistas, recolhendo-se em casa do seu amigo José Ferreira Pinto Basto, na Vista Alegre, distrito de Aveiro.
- 1829 — Já se encontrava, em Lisboa, na casa de Santo Amaro também do seu amigo Pinto Basto, onde conheceu um grande companheiro, o cônego Dr. Sebastião Paes de Miranda, ao tempo prior do Sacramento e capelão da sobredita casa.
- 1832 — Usava umas longas barbas para não ser tão facilmente reconhecido.
- 1833 — O capitão J. Vieira, um dos oficiais miguelistas seu amigo, põe às suas ordens metade do soldo, mas não o aceita em virtude de nada lhe faltar nessa época.
- 1834 — 14 de Maio, é nomeado Governador temporal e vigário capitular da diocese de Pinhel.
- 1835 — 6 de Março, por Carta Régia de D. Maria II foi nomeado professor de grego do Colégio das Artes de Coimbra.
- 25 de Junho, o Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça manda comunicar-lhe que, conforme seu desejo, vai ser exonerado do cargo de Governador e vigário capitular do bispado de Pinhel.
  - Regressou a Coimbra para tomar conta da cadeira de grego. Viveu então durante algum tempo na rua dos Grilos.
  - 21 de Agosto, concede uma carta de recomendação ao médico nomeado para o partido municipal de Trancoso.
- 1836 — 16 de Janeiro, acabou com as cenas indecentes da célebre procissão dos Santos Mártires de Marrocos.
- 13 de Julho, escolhem-no para Governador temporal e vigário da diocese de Coimbra.
  - 25 de Agosto, em nome de S. Mag. a Rainha declara ser vedada qualquer interferência na diocese ao seu anterior bispo D. Joaquim de Nossa Senhora da Nazaré.
  - 29 de Dezembro, colocam-no como Governador do bispado de Braga, lugar que não chegou a exercer.
- 1837 — 4 de Janeiro, a Rainha manda comunicar ao Deão e Cabido da Santa Igreja primacial de Braga que acaba de investir no cargo de vigário capitular o Dr. Lemos, com toda a jurisdição e sem reserva alguma.
- 28 de Janeiro, publica-se uma portaria que ordena a sua continuação no governo da diocese de Coimbra.
  - 25 de Fevereiro, sai ainda um decreto relativo à sua continuação na diocese de Coimbra.



- 1837 — 3 de Março, transferido legalmente para a diocese de Coimbra donde, de facto, jamais havia saído para a arquidiocese de Braga.
- 1838 — 4 de Julho, nomeou provisor do bispado conimbricense ao Dr. Manuel D. (Domingues?) de Gouvêa.
- 1839 — 14 de Dezembro, consegue por intermédio do Ministro dos Cultos e Justiça, António Bernardo da Costa Cabral, colocar muitos padres que se tinham manifestado legitimistas.
- 1840 — 17 de Junho, data em que é despachado Deão da Sé de Coimbra.  
— Agosto, escolhem-no para substituto da cadeira de Humanidades e Teologia da Universidade de Coimbra.
- 1842 — Ano em que é escolhido pelos seus dotes para governar a diocese de Coimbra, na qualidade de Vigário geral.  
— Março, recebe instruções de S. Eminência o Cardeal Patriarca acerca das negociações com a Cúria Romana.  
— 31 de Agosto, é exonerado da comissão de Governador temporal da diocese de Coimbra.
- 1843 — 8 de Abril, publica-se a Carta Régia que confirma a dignidade de Deão da Sé Catedral de Coimbra.
- 1844 — Agosto, esteve a gozar as férias na sua casa de Reiriz, onde não ia desde 1824.  
— 24 de Setembro, o Conselho da Universidade de Coimbra nomeia-o lente catedrático da Faculdade de Teologia.  
— Ano em que é rogado para o cargo de Arcebispo de Goa, mas, embora se considere muito honrado com o convite, não o aceita.
- 1846 — 6 de Junho, teve de acompanhar à casa da Torre do Marco, no Porto, o conde de Terena anteriormente reitor da Universidade de Coimbra e, por esta época, vítima das perseguições políticas.
- 1849 — O Conselho Superior de Instrução Pública propõe-no, ao Governo, para seu vogal.
- 1850 — 9 de Abril, sai o decreto referendado pelo Conde de Tomar, então Ministro do Reino, nomeando-o vogal do Conselho Superior de Instrução Pública.  
— 26 de Abril, perante o Dr. José Machado de Abreu, reitor da Universidade de Coimbra, prestou juramento, tomou posse e entrou em exercício do novo cargo no Conselho de Instrução Pública.
- 1851 — Setembro, subiu a Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, em virtude de se encontrar de licença o Reitor.
- 1852 — 23 de Abril, vem a Santa Clara ao encontro de D. Maria II que, nesta visita régia à Universidade de Coimbra, concede o perdão de acto.  
— 30 de Abril, serve interinamente de Bispo de Coimbra.

- 1852 — 14 de Agosto, S. Magestade louva-o pela maneira inteligente como soube conduzir a realização dos exames no Liceu de Coimbra.
- 17 de Agosto, o Ministro do Reino felicita-o por ter conseguido que se apresentassem a exame 783 alunos dos estabelecimentos de ensino de Coimbra.
- 8 de Dezembro, informa o Governo de que, a seu convite, conseguiu do Dr. Luis Albano de Andrade Moraes, formado em Matemática, a leccionação gratuita, de Janeiro a Junho, da cadeira de Geometria elementar do Liceu Nacional de Coimbra.
- 1853 — 3 de Janeiro, escreve de manhã a Francisco Teles, director da Repartição de Instrução Pública, perguntando-lhe o resultado da proposta que apresentou acerca do oferecimento do Dr. Luis Albano de Andrade Moraes.
- 3 de Janeiro, recebe à tarde, devido à morosidade do correio de então, uma portaria autorizando a sobredita leccionação gratuita da cadeira de Geometria.
- 5 de Fevereiro, sai o decreto concedendo-lhe o título de Conselheiro, que foi assinado pelo Ministro do Reino Rodrigo da Fonseca Magalhães.
- 2 de Junho, as freiras dos conventos da diocese de Coimbra oferecem-lhe as suas especialidades de doçaria como homenagem ao seu governo; e, todas as oferendas levavam a seguinte dedicatória: «Ao nosso antigo Prelado de boa e saudosa memória».
- 28 de Outubro, é nomeado Bispo de Bragança e Miranda, diocese que só começou a governar no ano seguinte.
- 1854 — 21 de Janeiro, faz saber a todos os Lentes, Doutores, Professores do Liceu, Estudantes e mais pessoas que, em 25 do corrente, na Real Capela da Universidade se há-de dar princípio com vésperas matinas cantadas e Oração Latina à Solenes exéquias por alma da Augustíssima Rainha e Senhora Dona Maria II
- 1 de Março, desenvolve-se grande polémica entre a academia sobre o caso dos Alferes-alunos, conforme se pode verificar no *Conimbricense* desta data.
- 4 de Março, houve rompimento de relações da academia com os habitantes da cidade de Coimbra por ocasião do Carnaval e por que o Dr. José de Lemos vem a sofrer enormes dissabores.
- 7 de Março, pode ler-se a lista do *Conimbricense* sobre os alunos expulsos, bem contra vontade do Prelado da Universidade.
- 11 de Março, a instâncias do Prelado o *Conimbricense* prova as falsidades da Imprensa acerca dos acontecimentos de Coimbra e informa como o professorado agiu.

- 1854 — 14 de Março, aparece no *Conimbricense* o pedido de demissão do Vice-Reitor da Universidade, bem como o mesmo pedido feito pelo Governador civil e Administrador do concelho.
- 18 de Março, o sobredito periódico publica a notícia de que tinha sido concedida a demissão ao Governador civil, conselheiro António Luís de Sousa Henriques Seco. No entanto, ao Vice-Reitor não foi dada a demissão do cargo.
- 5 de Abril, é agraciado com a Comenda da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa «por seus merecimentos e virtudes, e pelos serviços prestados ao país e como Prelado da Universidade».
- 7 de Abril, confirma-se a sua nomeação para Bispo de Miranda e Bragança.
- 19 de Abril, a seu pedido é demitido da Vice-Reitoria da Universidade de Coimbra.
- 25 de Maio, mandou gravar o seu primeiro escudo de armas eclesiásticas e, por procuração, tomou posse do Bispado de Bragança.
- 4 de Junho, publica a Pastoral de saudação no dia em que chega a Bragança.
- 1855 — 22 de Fevereiro, foi investido no patriato.
- 1856 — Março, saiu da diocese de Bragança e Miranda.
- 5 de Março, é transferido para a diocese de Viseu.
- 6 de Novembro, chega à cidade de Viseu, onde teve uma grande solene recepção.
- 1858 — 23 de Abril, recebe a transferência para a diocese de Coimbra em virtude da cadeira bispal estar vaga pela saída do respectivo prelado.
- 27 de Setembro, o Santo Padre Pio IX confirma a aludida transferência.
- 22 de Novembro, dia em que saiu da diocese de Viseu.
- 1862 — 8 de Setembro, escreve a Provisão Pastoral e Directiva para a Ordem de Santa Úrsula de Coimbra.
- 1863 — 22 de Agosto, publica uma pastoral a propósito de livros perniciosos e nocivos à Religião. O primeiro Bispo a fazê-lo foi o de Beja e eleito de Lamego D. António da Trindade de Vasconcelos Pereira de Melo, em 14 de Agosto de 1863, e depois o Arcebispo de Braga D. José Joaquim de Azevedo e Moura a 22 de Agosto, ou seja na mesma data em que a fez D. José Manuel de Lemos. Todos os outros Bispos seguiram posteriormente esta enérgica decisão.
- 22 de Outubro, dirige uma carta ao Santo Padre pedindo-lhe que aceitasse a sua resignação da mitra: a carta foi publicada em latim pelo Governo, «não se sabe se por espertesa da secretaria de

- Estado, se por não haver quem a soubesse traduzir» conforme alude o *Bem Público*, revista eclesiástica da época, a págs. 365.
- 1864 — 5 de Março, o *Diário de Lisboa*, folha oficial do Governo português, publica o seguinte requerimento: «Requeiro para que sejam publicados os documentos remetidos a esta Câmara pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos, relativamente à questão suscitada sobre o provimento do lugar de escrivão da Câmara Eclesiástica do Bispado de Coimbra». J. M. de Abreu.
- Foi admitido e aprovado, tendo sido presidente da sessão o sr. Cesário Augusto de Azevedo Pereira.
- 14 de Março, na Câmara «entrou na primeira parte da ordem do dia, que é a interpelação anunciada pelo sr. Martens Ferrão ao Ministro da Justiça sr. Gaspar Pereira» sobre o assunto da questão de Coimbra.
- 5 de Abril, «interpelação do digno par o sr. Marquês de Valada ao sr. Ministro da Justiça, relativamente à nomeação do secretário da Câmara Eclesiástica de Coimbra».
- 7 de Abril, «continuação da interpelação do digno par o sr. Marquês de Valada, sobre a nomeação do escrivão da Câmara Eclesiástica de Coimbra».
- 9 de Abril, «continuação da interpelação do digno par, o sr. Marquês de Valada, sobre a nomeação do escrivão da Câmara Eclesiástica de Coimbra».
- 11 de Abril, «continuação da interpelação do digno par, o sr. Marquês de Valadas, sobre a nomeação do escrivão da Câmara Eclesiástica de Coimbra».
- 12 de Abril, também o *Diário de Lisboa* publicou nesta data o magnífico «discurso do Eminentíssimo Patriarca, D. Manuel I sobre a interpelação do digno par, o sr. Marquês de Valada ao sr. Ministro da Justiça, referente à nomeação do secretário da Câmara Eclesiástica de Coimbra».
- 13 de Abril, «continua a interpelação do digno par, o sr. Marquês de Valada, sobre a nomeação do escrivão da Câmara Eclesiástica de Coimbra».
- 15 de Abril, «continua a interpelação do digno par, o sr. Marquês de Valada, sobre a nomeação do escrivão da Câmara Eclesiástica de Coimbra».
- 1868 — O pintor J. Stewart solicita autorização do Bispo Dom José de Lemos para fazer o seu retrato a óleo, em tamanho natural.
- 1870 — 7 de Janeiro, a instâncias do Bispo Lemos publica-se um decreto que nomeia o Dr. Manuel Correa de Bastos Pina coadjutor e seu futuro sucessor.

- 1870 — 26 de Março, falece no Paço Episcopal de Coimbra envolto no colóbio, emaciado pelo tempo e gasto pelos anos.
- 2 de Abril, o *Conimbricense* escrevia, numa longa noticia: «além dum zelo inexcedível no cumprimento pontual dos seus deveres, além duma vontade pura e ardente de fazer o bem só por amor do bem e não por considerações e aparências.» E, ainda se referia ao facto de ter visto «ampliados e favorecidos os estudos do seu Seminário».
- 3 de Abril, depois de ter estado exposto *in pontificalibus* durante oito dias, foi sepultado com todas as honras inerentes à sua dignidade eclesiástica.

JOÃO AFONSO CÔRTE-REAL

## TEIXEIRA DE PASCOAIS E A FRATERNIDADE LUSO GALÁICA

Entre as homenagens prestadas, em vida, a Teixeira de Pascoais, quero recordar neste momento aquela que, na noite de 1 de Setembro de 1930, lhe promoveu o Instituto Histórico do Minho, na cidade de Viana do Castelo.

Como membro da Direcção desta Academia Regional, tive nessa altura a oportunidade de o conhecer pessoalmente. Foi o nosso único encontro.

Conservo ainda na memória os aspectos mais sugestivos desta significativa jornada, que marca um acontecimento de certo relevo na história das actividades intelectuais do Minho e constitui, ao mesmo tempo, um elemento de interesse para a biografia do grande Poeta lusíada.

Fixei, sobretudo, a sua silhueta, seca, nervosa e insinuante de artista, quando, retraído e tímido como uma criança, de olhos humedecidos postos no chão, passou emocionado por entre as alas das pessoas que o aguardavam e aplaudiam para ir ocupar, no salão, não o lugar de honra que lhe estava reservado, mas sim, com toda a modéstia e simplicidade, uma das cadeiras vagas junto dos seus consócios do Instituto Histórico do Minho e ainda, quando, no fim da sessão, sensibilizado, numa voz embargada pela comoção, que mal se ouvia, esmagado pelos aplausos e pelos elogios, simples, mas expressivo, agradeceu a homenagem que lhe fora tributada.

Acompanharam o poeta, além de sua mãe e outras pessoas de família, os dois escritores que então mais intimamente conviviam com ele: Leonardo Coimbra e Raúl Brandão, amigos dilectos e companheiros inseparáveis de Pascoais, duas das mais lídimas figuras da mentalidade nortenha, que nos apraz recordar também porque o fulgor da

sua obra irradiou intensamente para a Espanha e contribuiu para radicar o intercâmbio cultural luso-galático.

Raúl Brandão pouco tempo sobreviveu a esta jornada: alguns meses apenas. Era uma figura curiosa, alto e curvo, de olhos claros e límpidos, irradiando bondade. Duma afeabilidade rara, todos os seus companheiros de letras o estimavam e entre eles contavam-se António José de Almeida, Guerra Junqueiro, Columbano e Pinheiro Chagas. Últimamente dava-se muito com o grupo da «Seara Nova», onde pontificam Augusto Casimiro, Câmara Reis e António Sérgio, com os quais mantinha afinidades políticas, doutrinárias e literárias. Colaborou assiduamente nesta revista, que acompanhava e auxiliava desde a sua fundação.

Prosador emotivo e vibrátil, um dos mais expressivos e originais da literatura portuguesa dos nossos dias, deixou uma obra vasta e notável no romance, no ensaio, no teatro e na história. O «Padre e a Farça», os «Pescadores» e «Humus» foram traduzidos em espanhol, os dois primeiros por Valentim de Pedros e o terceiro por Ribera Rovira. Escreveu alguns livros de colaboração com outros escritores, sendo um deles Teixeira de Pascoais. Vários dos seus trabalhos são verdadeiros poemas em prosa, escritos num estilo muito pessoal, tumultuoso e forte, lampejante como um farol nas trevas, em que as almas soturnas, dolorosas, frementes dos homens se agitam num mundo de pavor, sombras, lágrimas, revolta, nostalgia e sofrimento. O seu 1.º volume de «Memórias» teve um êxito extraordinário e despertou grande celeuma nos meios literários, políticos e artísticos.

Leonardo Coimbra faleceu alguns anos depois, no mês de Janeiro de 1936, em circunstâncias bastante trágicas e dolorosas. Teve um desastre de automóvel, na serra de Baltar, e dos ferimentos recebidos os médicos foram impotentes para o salvar. Dera-se pouco tempo antes, a sua conversão ao catolicismo, e a proximidade destes dois factos — conversão e morte — impressionou tão profundamente o seu fraterno amigo Teixeira de Pascoais, que este desfolhou

sobre a sua sepultura as seguintes comovidas palavras: «Portugal perdeu o seu único filósofo, o seu maior orador e professor. Alma trágica e sublime, trágicamente se desligou do corpo para acender na luz eterna. A sua morte apocalíptica é o seu pensamento convertido num facto de brutal realidade. A sua obra é um grito surdo, «raciocinado», e foi gritando que ele entrou no Outro Mundo, para que Deus o ouvisse e estremecesse... Eis a sua atitude sobrenatural. E assim ficará na memória comovida de seus irmãos».

Foi ele que, com Pascoais, António Carneiro e Álvaro Pinto, fundou a famosa empresa literária «Renascença Portuguesa», que durante muitos anos sustentou a revista «Águia», brilhantemente redigida e colaborada, das melhores que em Portugal se publicaram nos últimos tempos.

Leonardo Coimbra muito trabalhou para estimular o fogo sagrado da aproximação cultural luso-galáica, chegando a fazer diligências para se criar no Porto um «Centro de Cultura Galega».

Quando, em 1921, a convite da «Residência Geral dos Estudantes Madrilenos», realizou, na capital espanhola várias conferências sobre a teoria da relatividade e outros temas, um dos assuntos versados foi o seu amigo Teixeira de Pascoais. Alguns dos seus trabalhos de investigação e crítica filosófica e literária estão traduzidos em castelhano.

\* \* \*

A esta simpática, veemente e carinhosa homenagem, que decorreu com um brilho e elevação invulgares, associaram-se também, em termos do mais justo aplauso, caloroso entusiasmo e fervoroso culto pelo egrégio poeta, além do Ministro da Instrução e outras altas individualidades, as seguintes agremiações culturais, portuguesas e espanholas: Real Academia Galega, Seminário de Estudos Galegos de Compostela, Academia de Estudos Histórico-Sociais de Valladolid, Associação de Escritores e Artistas Espanhóis



de Madrid, Instituto Etnológico da Beira, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Instituto Arqueológico do Algarve, Instituto Científico-Literário de Trás-os-Montes e Grémio do Minho.

Foi bem expressivo e eloquente o telegrama que a nossa Real Academia enviou ao secretário do I. H. M.: «Rogamos-lhe que represente esta Academia na merecidíssima homenagem ao insigne Teixeira de Pascoais, a cuja obra lírica tributamos a nossa rendida admiração e com cuja tendência social de fraternidade galáico-lusitana nos identificamos cordialmente, com todo o carinho e máxima consideração por esse Instituto fraterno».

Transcrevemos igualmente uma passagem do ofício com que a Academia compostelana se pronunciou nesta emergência espiritual: «Nem pode o Seminário de Estudos Galegos deixar passar esta ocasião sem aderir da maneira mais fervorosa à citada homenagem, e sem expressar a sua funda admiração por aquele que, em versos imortais e em altíssima linguagem, soube fazer vibrar as cordas dos corações sensíveis às manifestações da beleza. Teixeira não é só honra de Portugal, senão da humanidade; pela sua inspiração, tão alta como nobre, tão original, como rica e vária, ocupa um posto privilegiado entre os primeiros poetas do nosso tempo».

Foi Leonardo Coimbra quem fez o elogio académico do homenageado. Empolgou a assistência durante hora e meia e a nós, que já o tínhamos ouvido públicamente várias vezes, foi nessa conferência magistral que o orador e o literato se nos revelaram na pujança máxima e introduzível do seu raro talento, da sua transcendente filosofia, da sua eloquência arrebatadora, do vibrante poder emocional da sua palavra. Não sabemos se este trabalho se acha publicado, mas, se o não está, perdeu-se um dos melhores estudos de apreciação e de comentário sobre a obra do Poeta, visto, sobretudo, na sua feição original de intérprete do saudosismo, e, designadamente, através dos livros «Regresso do Paraíso» e «Maranos».

Ninguém melhor do que Leonardo Coimbra saberia definir este complexo e original temperamento de artista e de filósofo.

\* \* \*

Teixeira de Pascoais, verdadeira glória das letras portuguesas contemporâneas, quer como lírico inimitável — «As Sombras», «Elegias», «Sempre», «Terra Proibida», «O sangue», «Jesus e Pan», «Vida Etérea» — quer como prosador profundo — «São Paulo», «S. Jerónimo e a Trovoada», «Verbo Escuro» — era um tímido. Pessoalmente parecia apagar-se num ar de modéstia natural e simpática. Criatura simples e despreendida, absorvido no seu sonho criador de beleza e de elevação espiritual, parecia indiferente a tudo o mais.

Não se mostrava envaidecido com as alturas que o seu talento atingia. Tornara-se o artista mais profundo da poesia portuguesa do seu tempo — aquele que, em síntese, nos dava maior soma de pensamento — e um dos mais conhecidos no estrangeiro. Era autor de uma obra que tendia a internacionalizar-se. Os seus poemas estavam divulgando-se na Europa e nas Américas. Os países de maior cultura, como a França, a Itália, a Alemanha, a Tcheco-Slovaquia e a Espanha, começavam a traduzi-lo e a comentá-lo com interesse. Mas ele parecia não dar por isso.

Pascoais é bem a expressão mais fiel e pura do temperamento lusíada, o melhor intérprete das inquietudes e dos anseios da alma nacional.

Não fez arte pela arte. Encarou a sua missão de poeta como um verdadeiro apostolado. Chamaram-lhe o poeta da sombra, que é inexpressiva para a maior parte dos espíritos. Na verdade, da sombra, da penumbra, do mistério, soube tirar efeitos surpreendentes, extrair as concepções mais belas, compor as expressões mais originais.

As trevas, quando ele as canta, com a sua voz aliciante de profeta e de filósofo, enchem-se de luz. Mas, não foi só

um estranho iluminador de sombras. Foi também um corporizador de fantasmas e um idealizador de quimeras. Fugindo à tendência da maior parte dos poetas, que exploram os velhos temas do amor e da mulher, Pascoais pouco se prende com estas eternas e sempre belas fontes de inspiração e devaneio.

A natureza, um dos seus motivos predilectos, transfigura-se, espiritualizando-se, na sua obra. O *Marão* é por ele cantado em versos de bronze, lapidares, emocionantes.

Por isso o artista paira muito acima do vulgar. A perfeita compreensão da sua arte exige iniciação. Só os iniciados, como Leonardo Coimbra, sabem defenir-nos o poeta. O «*Regresso do Paraíso*» é um assombro de emoção, de ternura e de espiritualismo. «*Maranos*» é talvez a sua obra mais interessante como ascensão lírica, tectónica poética e concepção filosófica. Tem expressões líricas inteiramente novas. É um misto de religiosidade cristã e de paganismo, com quadros deslumbrantes, imagens formosíssimas e uma sublimidade espiritual arrebatadora.

Em arte, Pascoais é dum nacionalismo puro, activo, renovador. Proclama a ressurreição da alma portuguesa original adormecida — diz ele — pela desnacionalização dos espíritos.

A sua fisionomia intelectual é dualista: misto de paganismo e de cristianismo. O seu panteísmo adquire uma vida nova e uma expressão original. É a «alma do poeta a criar a vida», em comunicação íntima e comovida com as coisas. O seu temperamento poético e filosófico anima as figuras, a paisagem, os seres, de uma vida nova. É em Pascoais que o «*Saudosismo*» encontra a sua verdadeira interpretação, no campo artístico, filosófico e religioso. Exulta na inspiração divina de dar à saudade a sua expressão mais profunda e grande.

Na sua obra, a saudade é um estandarte de renovação e de purificação. É bem o profeta da saudade.

Poeta essencialmente lusiada, sublima as coisas e diviniza os mais puros sentimentos da raça.

Palpita nele, vivo e fecundo, um desejo intenso de renascimento.

O pensamento saudosista de Teixeira de Pascoais encontra-se desenvolvido em três folhetos que publicou, intitulados: «O génio português», «O espírito lusitano ou Saudosismo», e «Era lusíada» —, bem como no seu livro «Arte de ser português». Eles falam, como os seus poemas, dos sentimentos e das virtudes nacionalistas do autor.

\* \* \*

Os seus livros eram, perante o público, os únicos arautos das suas ideias, dos seus pensamentos. Isolado na sua casa de Amarante, evitava manifestar-se de outra forma, a não ser que a isso fosse compelido por uma necessidade impreterível, como quando da homenagem que Viana lhe prestou.

Mas, de vez em quando, aparecia por Lisboa e Porto. Em Abril de 1932, fugiu do seu temperamental e intelectual retraimento. Abriu uma excepção à regra, dando uma entrevista ao «Diário da Noite».

São dignas de fixar-se as ideias — próprias dum espírito iluminado — que Teixeira de Pascoais então expôs sobre o aspecto actual da poesia contemporânea, a finalidade da arte e a missão do poeta em face da humanidade. Fê-lo em palavras sóbrias, mas claras, duma eloquência sugestiva.

Eis como entrevistado encarava a poesia contemporânea: «O que caracteriza a moderna poesia europeia é o seu aspecto satírico; mas agora a sátira não é um meio de que o poeta se serve, como um Juvenal e Junqueiro: é o fim que ele pretende atingir. Os poetas riem-se da poesia, ou antes, a poesia ri-se de si mesma...». Acreditava, no entanto, na vinda de «uma nova época de seriedade, em que o espírito humano, novamente consciente, saberá cumprir a sua missão, adentro da Arte e ao serviço da Humanidade».

Para Teixeira de Pascoais o fim da arte consistia em aperfeiçoar as almas e irmaná-las, pondo-as em relação com o Infinito, — com a sua origem transcendente. «A arte que não tenha esta finalidade é apenas um brinquedo».

Sobre a nossa literatura contemporânea e a missão dos intelectuais, exprimiu desta forma o seu temperamento: «O que se observa lá fora, literariamente, observa-se também em Portugal. Todavia, entre nós, o mal é atenuado pelas virtudes ingénitas da Raça, e já se descobre, em certos novos, uma verdadeira ressurreição espiritual. Entendo que é preciso que os homens que pensam se aproximem dos que trabalham e os iluminem, para que eles subam à altura da Humanidade e desapareça a distância entre as criaturas e, o mais possível, entre estas e a Divindade, tomando como «Divindade» tudo o que seja espírito eterno e criador, «humanizado», quer dizer, abrangido e definido pela nossa inteligência».

Afirmou ser esta a missão do poeta, alargando esta definição a alguns prosadores, tais como, entre nós, Camilo, Fialho e Raúl Brandão. E explicou:

«É que eles, na sua obra, se tornaram «universais», isto é, «essenciais». Só é universal o que é essencial, o que atinge a substância das coisas e da vida, como, por exemplo, em alguns sonetos de Antero e algumas páginas de Brandão. Só os artistas geniais são universais, e só eles podem colaborar na libertação do homem. Deve ser isto, aliás, o ideal de todas as almas superiores».

\* \* \*

O culto de Teixeira de Pascoais deve constituir um dos aspectos salientes da fraternidade luso-galáica, pela qual ele tanto pugnou no campo intelectual, a emparelhar com o de Rosália de Castro, irmã gémea do nosso poeta na expressão mais bela do espiritualismo rácico.

Todos aqueles que o professam não deixarão, decerto, de aplaudir a ideia de sugerir ao Ayuntamiento de La

Coruña quanto nos seria grato dar-se o nome de Pascoais a uma das artérias desta cidade, ou erguer-se nela o seu busto, correspondendo desta forma, ao gesto da Câmara Municipal do Porto, que, em Agosto de 1954, inaugurou, na Praça da Galiza, um monumento à ilustre autora dos «Cantares Galegos» e de «La Hija del Mar».

O de Pascoais ficaria bem nos sombreados e aprazíveis jardins marginais da formosa capital Galega, conhecidos por «Los Cantones» — onde se encontram as estátuas dos grandes escritores da região: Curros, Bazan, Arenal, Rivas, Murguia, Pondal — aproximando-se e irmanando-se, assim, na morte, aqueles que melhor representam o intercâmbio luso-galáico.

JOSÉ CRESPO

(Comunicação feita na reunião plenária da Real Academia Galega, efectuada em Braga, no dia 29 de Outubro de 1955)

# HISTÓRIA DA MODERNA COMUNIDADE ISRAELITA DE LISBOA

## BREVES PALAVRAS PRELIMINARES

Já há muito que nos propusemos escrever a História da Comunidade Israelita de Lisboa.

Para esse fim, à falta de competência, possuímos, além do necessário pendor, livros, folhetos e documentos que por mania bibliófila, tínhamos juntado e amontoado...

Temos, porém, entre mãos outros estudos, alguns dos quais já quase completos, que, por razões diversas, ainda não publicámos.

Se damos a prioridade à publicação deste despretençioso estudo, é porque — valha a verdade — nos temos sentido ultimamente tão cansado e velho, que não queríamos deixar este vale de lágrimas sem oferecer à Comunidade Israelita de Lisboa, à qual temos a honra de pertencer desde a nossa chegada a Portugal em 1915, esta derradeira contribuição.

A Portugal, nossa Pátria adoptiva, cuja nobre hospitalidade nunca esquecemos, deixamos a lembrança, embora insignificante, do Museu Luso-Hebraico «Abraham Zacuto» de Tomar, que ajudámos a instituir.

Sentimo-nos também ansiosos em deixar à Comunidade Israelita de Lisboa, a modesta oferta da presente contribuição histórica.

Sucedeu porém, que no princípio das nossas investigações, em 1951, vimos a verificar que estávamos passando nesse ano o 150.º aniversário do início da fundação da moderna Comunidade Israelita de Lisboa e, apesar de já termos estado no último trimestre de 1951, ainda intentámos concluir o nosso trabalho, embora com certa precipi-

tação, afim de o podermos publicar, caso fosse possível, antes do fim do ano, com prejuízo provável da sua execução e do seu paciente acabamento. Todavia, o nosso estado de saúde nos obrigou a desistir do nosso intento, remetendo, *sine die*, a publicação deste nosso estudo, não sem que o mesmo se ressinta, pelo menos na sua pouca vernaculidade da pressa com que de princípio o redigimos, do que pedimos desculpa aos nossos amáveis leitores.

Para acabar este curto preâmbulo diremos com toda a sinceridade que o nosso modesto estudo devia interessar não só aos israelitas, em intenção dos quais foi escrito, mas ainda a todos os cultores da História de Portugal e aos amigos de Lisboa em particular.



## O 150.º ANIVERSÁRIO DA COMUNIDADE ISRAELITA DE LISBOA

Entendamo-nos: Não se trata do aniversário da Comunidade Judaica de Lisboa, a contar da sua origem que é provavelmente mais de que milenária, mas apenas da moderna Comunidade Israelita de Lisboa, desde o regresso a Portugal, após o Decreto de Expulsão de 1496, do primeiro núcleo de judeus, embrião da actual Comunidade Israelita.

A existência de judeus na Península é com efeito, muito antiga. Devem ter vindo juntamente com os fenícios. Mas a primeira prova documental da sua permanência na Península é constituída por um fragmento de lápide com inscrição latina, publicada pelo eminente epigrafista Dr. Emilio Hubner na sua obra monumental — *Inscriptiones Hispaniae Latinae*.

Trata-se de uma pequena inscrição, provavelmente funerária, esculpida em mármore, encontrada junto de Toledo, e que se refere a uma mulher, de nome Junia, ou Antónia ou Lucinia, «judaica». Hubner supõe que essa inscrição é do III.º século (1).

No século IV, os judeus já devem ter sido numerosos na Península Ibérica, como no-lo confirma um documento

---

(1) Eis a inscrição, tal como se encontra na obra citada, pág. 268:

... NIA . SALO  
NULA . AN I  
MENS . IIII . DIE I  
IUDAEA

da mais incontestável autenticidade, o Concílio de Elvira (305 ou 306). Diversas disposições deste concílio tendem a reprimir a acção dos judeus, o que mostra que já haviam adquirido alguma importância (1).

Pelo que diz respeito, particularmente a Portugal, existiam aqui judeus ainda muito antes da formação da nacionalidade portuguesa.

Entre as inscrições hebraicas existentes no Museu Arqueológico do Carmo, há duas lousas funerárias que devem datar do século VI ou VII (2).

Quando D. Afonso Henriques conquistou Santarém, já encontrou ali uma Comunidade judaica, com a sua esnoga, cujo chefe era D. Yahia Ibn Yaich, chamado *Hanassi*, (o Príncipe), por se considerar descendente da real família de David.

O conquistador, em paga dos serviços prestados nas conquistas pelo chefe da Comunidade judaica de Santarém, galardoou-o com o direito de usar braço, que representava um campo tendo ao centro uma cabeça de mouro (3), fazendo-lhe também doação de algumas aldeias, perto de Lisboa: Unhos, Frielas e Aldeia dos Negros (4).

Quando D. Afonso Henriques conquistou Lisboa, já existia ali uma Comunidade Israelita organizada, que os cruzados, aliás, não pouparam, tal como fizeram, de resto, à própria comunidade moçárabe, com o seu bispo católico.

Na Biblioteca Nacional existe, com efeito, um curioso documento hebraico, que estava ainda inédito, que abona a existência de uma comunidade judaica na antiga Olisipo.

Trata-se de um poema elegíaco, da autoria de um eminente poeta, filósofo e astrónomo israelita espanhol, Rabi

---

(1) *Os Judeus em Portugal*, por Dr. J. Mendes dos Remédios, Vol. 1, Coimbra 1895, pág. 67.

(2) *Inscrições Hebraicas em Portugal*, de Samuel Schwarz, Lisboa 1923, págs. 14 e 17.

(3) *Os Judeus em Portugal*, Tomo 1, obra já citada, pág. 121.

(4) *História da Família de Yahia*, (em hebraico), do Rab. E. Carmoli, Francfort S/M., 1850, pág. 6.

Abraham Ibn Ezra (1092-1167), no qual lastima e lamenta as matanças, o saque e a destruição da Judiaria Olisiponense, perpetrados pelos cruzados, a seguir à tomada de Lisboa.

Publicámos este interessante documento, reproduzindo-o em fac-simile, com a sua tradução e um estudo apropriado, na Revista Municipal, n.º 94 (¹).

Cerca de um século depois, D. Sancho II autorizou o Rabino Joseph Ibn Yahia, neto do primeiro Yahia galardoado por D. Afonso Henriques, a construir em Lisboa uma Sinagoga, cuja instalação foi acabada em 1260, conforme rezava a respectiva inscrição hebraica, reproduzida na História da Família Yahia (²).

Porém ela não deve ter durado muito, porquanto já em 1307 construiu-se em Lisboa, na Judiaria Grande (entre as actuais Ruas dos Fanqueiros e de S. Nicolau) uma nova sinagoga, «edifício famoso e belo», construído pelo «opulento Rabi Yahuda, filho de Rabi Guedalia», também descendente da família Yahia, conforme se lê na respectiva inscrição hebraica, felizmente conservada e que se encontra actualmente no Museu Luso-Hebraico de Tomar (³).

São, pois, muito antigas as tradições judaicas de Lisboa, que remontam provavelmente a mais de mil anos...

Ao falar-vos do 150.º aniversário da Comunidade Israelita de Lisboa, referimo-nos apenas à *moderna* Comunidade, como acima dissemos, cuja origem data de 1801, ano do estabelecimento em Lisboa do primeiro núcleo de judeus de Gibraltar.

É provável que alguns judeus isolados já se tivessem estabelecido em Lisboa pelos fins do século XVIII. Porém o

---

(¹) Publicou-se também em separata, com o título de *A Tomada de Lisboa*, conforme documento coevo de um Códice hebraico da Biblioteca Nacional, Lisboa, 1953.

(²) Obra já citada. Essa inscrição foi igualmente reproduzida em *Inscrições Hebraicas em Portugal*, obra também já citada.

(³) *Inscrições Hebraicas em Portugal*, obra já citada, pág. 38.

primeiro grupo de judeus que veio estabelecer-se em Lisboa, foi o de Gibraltar em 1801.

Este primeiro grupo pode ser considerado o embrião da actual Comunidade Israelita de Lisboa, pelo facto de ter logo pensado em organizar-se. Paralelamente com a Casa (ou Casas) da Oração, resolveu instituir um campo Santo, para poder proceder à inumação de judeus defuntos conforme o ritual judaico.

Kayserling, na sua história dos judeus em Portugal, diz: «Ein Jüdischer Friedhof wurde in Lissabon Cereits in 1801 cingelegt» <sup>(1)</sup> (Um cemitério judaico já tinha sido instalado em Lisboa desde 1801) e Cardozo de Bethencourt, num estudo publicado na revista inglesa *The Jewish Quarterly Review*, afirma: «In 1801, the jews obtained a small piece of ground in the english cemetery da Estrela at Lisbon» <sup>(2)</sup> (em 1801 os judeus obtiveram uma pequena faixa de terreno no cemitério inglês da Estrela, em Lisboa).

Como adiante veremos, a primeira sepultura judaica efectuada no terreno reservado, em 1801, aos judeus no cemitério inglês, foi a de José Amzalac e data de 26 de Fevereiro de 1804.

---

(1) *Geschichte der Juden in Portugal*, von Dr. M. Kayserling, Leipzig, 1867, pág. 336.

(2) *The Jews in Portugal, from 1773 to 1902*, by Cardozo de Bethencourt, in the *Jewish Quarterly Review*, London, January 1903. n.º 58 pág. 251-274.

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS

«Há muito sangue israelita nesta terra, sobretudo em certas províncias. Em Lisboa foi-se juntando um núcleo formado por famílias consideradas, onde se estremam indivíduos a ocupar situações honrosas no comércio, na indústria, no professorado e nas profissões liberais. Últimamente esta comunidade tem-se acrescentado com hebreus da Europa Central que trouxeram o fermento do seu trabalho proveitoso às indústrias de minas e de artefactos. Pequeno como é o nosso País, se tem pouca capacidade de absorção, pode todavia recolher, dentro das suas forças, elementos úteis para a vida metropolitana e colonial, tanto há ainda numa e noutra que empreender e que fazer...»

(De um artigo do Dr. Ricardo Jorge, intitulado: *Portugal e Israel*, e publicado no «Diário de Notícias», em 5 de Abril de 1933.)

Dizem que os povos felizes não têm História. Infelizmente, aos judeus não cabe semelhante sorte, e quando, algum grupo de judeus vinha outrora estabelecer-se em qualquer parte, trazia sempre no seu encaço impedimentos, dificuldades, prós e contras, que constituem justamente a sua História...

O que nos propomos aqui é narrar a história do regresso dos judeus a Lisboa, desde o princípio do século XIX, regresso largamente facilitado pela legislação Pombalina a favor dos Cristãos-Novos.

Começaremos, pois, pelo estudo dos antecedentes históricos, ocupando-nos, nos capítulos seguintes, da história do estabelecimento dos judeus em Lisboa, nos vários aspectos relativos às suas Sinagogas, Cemitérios, Instituições Culturais e de Beneficência, Legalizações, etc., fazendo no final, um rápido esboço da presente situação dos judeus em Portugal.

Desde o Decreto da Expulsão dos Judeus de 5 de Dezembro de 1496 e, ainda mais, desde o estabelecimento da Inquisição, em 22 de Outubro de 1536, não havia — nem podia haver — judeus em Portugal, se exceptuarmos os cripto-judeus, descendentes dos judeus baptizados à força em 1497, ou sejam, os cristãos-novos que continuavam a praticar encobertamente a religião judaica.

Casualmente apenas, um judeu podia encontrar-se de passagem em Portugal, a título precário, não lhe sendo, porém, permitido entrar legalmente no País sem prévio salvo conduto.

Foi o que aconteceu ao famoso «embaixador» judeu, David Reubeni, mais conhecido em Portugal por David Judeu, que veio para Portugal em 1525, munido de um salvo conduto de D. João III, para ele e os seis ajudantes judeus que o acompanhavam. Para poderem sair de Portugal, após uma estadia de cerca de oito meses na côrte de D. João III em Almeirim, David Judeu e os seus ajudantes tiveram de obter novo salvo conduto, como se verifica pelo traslado do mesmo, datado de 21 de Junho de 1526, existente na Torre do Tombo (1).

O estabelecimento da Inquisição ainda mais rigorosamente proibia a entrada de judeus em Portugal. Como explicar, então, que durante a vigência da Lei de Expulsão e da vigilância da Inquisição um grupo de judeus tenha podido instalar-se em Lisboa no fim do século XVIII e princípio do século XIX, conquanto a Inquisição só acabara em 1821?

A possibilidade de semelhante «invasão judaica», durante a existência da Inquisição, deve forçosamente atribuir-se ao enfraquecimento do Terrível Tribunal nos últimos decénios da sua permanência tricentenária, o que realmente aconteceu, como adiante veremos. Não se trata

---

(1) Torre do Tombo, Livro 12 de D. João III, fls. 3 verso.

porém, de qualquer fenómeno de decrepitude senil, porquanto a Inquisição era ainda muito poderosa na primeira metade do século XVIII, no reinado de D. João V, celebrando espectaculosos autos-de-fé, com grande número de vítimas cristãs-novas. Foi naquela época que o conhecido comediógrafo António José da Silva, «o Judeu», foi preso pela Inquisição de Lisboa e queimado no auto-de-fé de 18 de Outubro de 1739.

Porém, se no reinado seguinte, de D. José, a Inquisição apresenta um brusco declínio, isso foi devido principalmente à legislação do Marquês de Pombal a favor dos cristãos-novos, que teve o efeito de paralisar as perseguições contra judeus e cristãos-novos a ponto de permitir que algumas famílias judaicas possam estabelecer-se livremente em Lisboa, desde fins do século XVIII.

Como se sabe, o grande Ministro de D. José não aboliu a Inquisição, mas reformou-a e transformou-a em Tribunal do Estado. Porém antes de empreender a reforma do Regimento do Santo Ofício, o Marquês de Pombal meteu mãos à magna obra da gradual abolição de todas as leis, e de toda a diferença em geral, entre cristãos-novos e cristãos-velhos, que constituía um preconceito poderosamente arraigado na legislação e nos costumes portugueses...

A obra legislativa do Marquês de Pombal a favor dos cristãos-novos pode, certamente, considerar-se como uma das suas realizações mais extraordinárias e profícuas, estranhando que a sua importância não tivesse sido posta em devido realce pelos seus biógrafos (1).

Foi, justamente, essa obra legislativa que permitiu o regresso dos judeus a Portugal e por este motivo consagraremos aqui uma breve revista.

A legislação de Pombal a favor dos cristãos-novos

---

(1) Devemos, no entanto, exceptuar o erudito estudo de Cardozo de Bethencourt, intitulado: «The Jews in Portugal from 1773 to 1902», publicado na revista inglesa *The Jewish Quarterly Review*, já mencionada.

começa pelo *Alvará de 2 de Maio de 1768* <sup>(1)</sup>, que manda «reprovar, cassar, anular e aniquilar, como se nunca houvessem existido, os Roes das Fintas dos cristãos-novos, seus traslados e cópias, proibindo inteiramente o seu uso e retenção».

Os Roes das Fintas dos cristãos-novos eram, como se sabe, listas e registos, apontados por comarcas e cidades, de famílias cristãs-novas sobre as quais incidiam impostos especiais, tais como o pagamento devido aos Reis pelos Perdões Gerais referentes à Inquisição, etc. Dessas listas existiam cópias e traslados, tanto para o uso do Santo Officio, como das Repartições do Estado, em vista da proibição, para os cristãos-novos, de exercerem certos officios e de obterem empregos públicos. Pela destruição dessas listas, ficava-se na impossibilidade de se poder estabelecer, no que diz respeito à «limpesa de sangue», a situação de qualquer impetrante a emprego público...

Logo a seguir, Pombal investiu contra os chamados «puritanos», que eram nobres que se vangloriavam de não terem «mácula de sangue judaico ou mouro» e que, por esta razão, não aceitavam casamento com membros de outras famílias, mesmo fidalgas, que não estivessem nas mesmas condições. Calcule-se a dificuldade que devia apresentar a extirpação de tais preconceitos de casta, embora o número das famílias puritanas não passasse de meia dúzia. O Marquês de Pombal, tendo em vista a abolição desse preconceito e a unificação da nobreza portuguesa, conseguiu-a da maneira seguinte:

Por *Decreto confidencial de 5 de Outubro de 1768*, que devia conservar-se secreto e não devendo ser impresso, documento cuja cópia manuscrita existe, na Miscelânea da colecção Pombalina da Biblioteca Nacional, com a cota de Cod. n.º 649 —, foi imposto aos chefes das famílias puritanas, com filhos núbeis, ajustarem, no prazo de quatro

---

(1) Colecção das Leis, Decretos e Alvarás... de El Rei Fidelissimo D. José I, Tomo 2.º



meses, o casamento deles em famílias aristocráticas que não faziam parte do grupo das famílias puritanas, e que até aí, eram excluídas das suas alianças. A desobediência sujeitava-as «à perda de todos os foros, dignidades e proventos... a favor da Coroa». Os chefes das famílias visadas foram convocados, em dias sucessivos, à Secretaria do Estado, onde ouviram ler o Decreto, lavrando-se disso termo que assinaram. Foi por este acto autoritário que o Marquês de Pombal acabou de vez com o cisma do puritanismo dentro da aristocracia portuguesa (Anexo I; Documentos n.ºs 1, 2, 3 e 4).

Seguiu-se depois a *Carta de Lei de 25 de Maio de 1773*, «pela qual se há por extinta a inaudita distinção de Cristãos-Novos e Cristãos-Velhos», declarando os cristãos-novos aptos para quaisquer postos e honras, «Ofícios Políticos, Civis e Eclesiásticos, sem excepção ou reserva alguma», mandando também que «todos os Alvarás, Cartas, Ordens e mais Disposições maquinadas e introduzidas (contra os cristãos-novos), fiquem abolidas e extintas, canceladas e riscadas, em forma que mais se não possam ler».

Esta Lei, que pode ser considerada a Lei básica da legislação Pombalina para a emancipação dos cristãos-novos, cujo título completo é:

«Carta de Lei, Constituição Geral e Édito Perpétuo», foi também publicada em latim (Olisipone, 1773, de 38 pág.), o que mostra a importância que Pombal lhe atribuía.

Para acabar a emancipação dos cristãos-novos, faltava apenas subtraí-los às arbitrarias confiscações de bens por parte da Inquisição, o que fez no ano seguinte, pela *Carta de Lei de 15 de Dezembro de 1774*, que proibiu à Inquisição o confisco dos bens daqueles que prendia, com excepção dos que tinham sido condenados à morte, condenações estas que a Inquisição já não podia, aliás, pronunciar, sem prévio consentimento régio<sup>(1)</sup>. Esta Lei pode ser considerada

---

(1) *Os Judeus em Portugal*, de Mendes dos Remédios, Tomo II, Coimbra 1928, pág. 423.

como um verdadeiro golpe de misericórdia para a Inquisição, que tinha o costume de arrolar *in continenti* os bens dos desgraçados que mandava prender, bens que vendia em seu proveito, deixando as famílias dos presos sem casa e sem pão... Com o fim de aumentar os seus proventos, a Inquisição punha em julgamento pessoas defuntas, confiscando em seguida os bens já na posse dos herdeiros. Desde que a Inquisição perdera o direito de confiscar os bens dos presos, perdeu-se, *ipso facto*, todo o interesse para as denúncias e para as prisões...

Essa última Lei a favor da emancipação dos cristãos-novos, foi precedida pela reforma do *Regimento do Santo Ofício da Inquisição*, por *Alvará de 1 de Setembro de 1774*.

A reforma da Inquisição foi acolhida com muita satisfação pelos cristãos-novos, embora não se tratasse da abolição do odiado Tribunal, mas apenas da sua transformação em Tribunal do Estado.

O novo Regimento aboliu os Tormentos e introduziu, no que diz respeito às testemunhas e à defesa, as normas jurídicas habituais nos outros tribunais de Estado.

Pelo novo Regimento e por Carta Régia ao Inquisidor Geral, fora proibida a celebração de autos-de-fé públicos, a impressão de listas dos penitentes, bem como as condenações à morte, que a Inquisição designava por «relaxe ao braço secular»... (1).

É, pois, natural que os cristãos-novos vissem com satisfação a reforma da Inquisição e a favorável mudança de atitude para com eles que foi logo jubilosamente sentida.

Com efeito, pelo facto de a Inquisição não mais poder confiscar os bens dos presos, nem proceder aos espectaculosos autos-de-fé, a nova Inquisição acabou por deixar os cristãos-novos definitivamente em paz, entrando pouco a pouco, em lenta agonia, até findar de morte natural, pela votação unânime das Cortes, em 31 de Março de 1821.

---

(1) *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, por Lúcio de Azevedo, 1922, págs. 352/3.

O Marquês de Pombal, finda a sua obra legislativa que suprimiu toda a diferença entre cristãos-novos e cristãos-velhos — diferença que, conforme a sua própria pitoresca expressão «só os anos é que a fazem» — continuou-a pela aplicação prática da sua doutrina, oferecendo aos cristãos-novos empregos de Estado. Foi ainda mais longe, agraciando com o hábito de Cristo um cristão-novo ex-sambenitado, António Soares de Mendonça, que abjurara, em forma, no auto-de-fé público de Lisboa, de 16 de Outubro de 1746.

O sentimento anti-cristão-novo e anti-judaico, que ainda era muito arreigado no reinado de D. João v, experimentou, graças à obra do Marquês de Pombal, uma profunda mudança.

Essa mudança de atitude não dizia apenas respeito aos cristãos-novos mas também aos judeus, e, para ilustrar o novo estado de espírito para com estes bastará citarmos alguns factos:

Um amigo do Marquês de Pombal, o sábio prelado e escritor Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, Bispo de Beja, e, mais tarde, Arcebispo de Évora, recolheu amorosamente, depois do terramoto de 1775, os fragmentos de uma lápide com inscrição hebraica da antiga grande esnoga de Lisboa, construída em 1307, de que já falámos. Esta esnoga, transformada depois de 1496, em igreja, chamada da Conceição-Velha <sup>(1)</sup>, se encontrava algures perto da actual igreja de S. Nicolau. A lápide hebraica, que o douto Bispo conseguiu salvar dos escombros do terramoto, foi levada por ele, primeiro para a sua diocese de Beja e depois para o seu Museu e Biblioteca de Évora, que legou a essa cidade.

Poucas são as antigas lápides hebraicas que ficaram em Portugal, por terem sido destruídas, quase todas, depois de 1496, incluindo as dos cemitérios, que foram utilizadas

---

(1) Não confundir com a actual igreja da Conceição-Velha da Rua da Alfândega.

para construções e até para degraus de escadaria... Pode considerar-se, pois, obra benemérita o facto da bela e curiosa inscrição lapidar da antiga sinagoga de Lisboa ter sido salva e tão cuidadosamente recolhida e conservada pelo insigne prelado. Ela constitui agora uma das mais valiosas espécies do *Museu Luso-Hebraico de Tomar* <sup>(1)</sup>, onde se encontra igualmente um fragmento de lápide funerária hebraica com data de 1378, também proveniente da colecção epigráfica do eminente prelado de Évora.

Além das duas lápides com inscrições hebraicas, acima referidas, existem ainda no Museu de Évora outras espécies hebraicas, recolhidas pelo insigne prelado Fr. Manuel do Cenáculo: uma *Torá* (os Cinco Livros do Pentateuco, manuscritos sobre um rolo de folhas de pergaminho conforme o ritual judaico), um anel sinete do Rabi-Mor, Shlomá ben Rabi Moshé ibn Abudarham, um contrato de casamento hebraico (*Ketubá*) de 1483 e outros objectos do culto judaico, que atestam o grande interesse e simpatia com que o ilustre autor dos *Cuidados Literários do prelado de Beja* (Lisboa 1788), se dedicava a recolher antiguidades judaicas. Sinal de tempos pós-Pombalinos.

Para uma maior característica dos tempos novos, no que se refere a atitude de tolerância e mesmo de simpatia para com os judeus, citaremos ainda o exemplo de outro eminente sábio e escritor eclesiástico, também grande amigo de Pombal. Trata-se do Dr. António Ribeiro dos Santos, professor de Direito Canónico no Real Colégio das Ordens Militares, nomeado para esse cargo por Carta patente de D. José, de 23 de Setembro de 1772, mais tarde, bibliotecário da Biblioteca da Universidade de Coimbra e sócio da «Academia Real das Sciencias de Lisboa». De entre as numerosas obras de Ribeiro dos Santos, citaremos as suas famosas Memórias sobre a *Litteratura Sagrada dos Judeus*

---

(1) *Museu Luso-Hebraico de Tomar*, por Samuel Schwarz, Lisboa 1939.

*Tomar e a sua Judaria*, por J. M. Santos Simões, Tomar 1949.

*Portugueses* dos séculos xv, xvi, xvii e xviii, que foram impressas nas *Memórias da Litteratura Portuguesa*, publicação da Academia Real das Sciencias de Lisboa. As Memórias de Ribeiro dos Santos foram publicadas nos primeiros 8 tomos da dita publicação, a partir do 2.º tomo de 1792. São estudos magistrais e clássicos, que podem considerar-se como sendo os únicos completos e exaustivos até hoje publicados no nosso País, sobre a literatura Luso-Hebraica.

A respeito dessas Memórias, escreve Inocêncio <sup>(1)</sup>: «Nestas Memórias se disse pela primeira vez entre nós algum bem dos judeus, depois de se haver dito tanto mal deles, estremando-se aqui o merecimento real da sua literatura, das preocupações da sua crença», o que constitui mais uma prova da mudança de ambiente para com os judeus, a partir da era Pombalina.

Os numerosos manuscritos e livros hebraicos que deviam ter ficado no País, foram especialmente alvo da sanha destruidora da Inquisição. Das inscrições lapidares ainda algumas escaparam, mas dos valiosíssimos manuscritos e livros nada ficou. Foram todos queimados. Nem sequer ficou um único exemplar dos incunábulos hebraicos impressos nas primeiras tipografias de Lisboa, Faro e Leiria. Como se sabe, os primeiros incunábulos saídos dos prelos em Portugal foram hebraicos, mas nem um só deles ficou no País. Conhecem-se pelos exemplares existentes nos Museus, Bibliotecas e colecções estrangeiras, onde, aliás, tiveram de ser adquiridos os poucos exemplares que se encontram actualmente na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Biblioteca Municipal do Porto e na Academia das Ciências.

A mudança de atitude para com os livros hebraicos e luso-judaicos, a partir da época pós-Pombalina, patenteada pelas citadas Memórias do ilustre académico António Ribeiro dos Santos, parece ainda mais flagrante, quando

---

(1) *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva, Lisboa 1958, Tomo I, pág. 251.

comparada à atitude durante a época áurea do domínio da Inquisição...

Foi a este novo ambiente de tolerância e de simpatia que se deve o regresso dos judeus a Portugal, a partir dos fins do século XVIII, e princípio do século XIX, regresso que deve ter-se intensificado depois da abolição da Inquisição em 1821.

É curioso notar que o projecto de lei abolindo a Inquisição, apresentado pelo deputado Francisco Simões Margiochi, Lente de Matemática do Colégio dos Nobres, foi votado por unanimidade. O deputado João Maria Soares Castelo Branco, que pertencia ao Santo Offício, disse que, como deputado da Nação, votava pela abolição da Inquisição por ser «inútil e incompatível com as luzes do século», mas como representante do Santo Offício, pedia que os funcionários da extinta Inquisição continuassem a receber os seus ordenados, como quaisquer outros empregados do Estado, pelos longos serviços prestados...<sup>(1)</sup>

Além da lei extinguindo a Inquisição, houve outro projecto muito curioso e significativo, apresentado às Cortes, em 16 de Fevereiro de 1821, pelo deputado José Ferrão de Mendonça e Sousa, Prior dos Anjos, propondo «que se convidem os judeus a regressar a Portugal, sem o menor receio, antes sim com toda a segurança, não só os descendentes das famílias expulsas, mas todos os judeus que habitam em qualquer parte do globo, que terão neste Reino as mesmas contemplações, se para ele quiserem vir»<sup>(2)</sup>.

Todavia, e contrariamente ao que refere Mendes dos Remédios<sup>(3)</sup>, este projecto nunca chegou a ser posto à votação e, conseqüentemente, não foi transformado em diploma legal.

---

(1) Diário das Cortes Gerais da Nação Portuguesa, 1821 Vol. I, pág. 44/45.

(2) Diário das Cortes Gerais da Nação Portuguesa, Sessão de 16 de Fevereiro de 1821, n.º 17.

(3) *Os Judeus em Portugal*, Vol. II, Coimbra, 1928, pág. 441.

O regresso dos judeus a Portugal foi certamente favorecido pela abolição da Inquisição e pela mudança de ambiente a favor dos judeus, bem como pela simpatia e hospitalidade com que iam sendo acolhidos, pelo menos na metrópole, depois da revolução de 1820.

A respeito desse regresso, corre ainda a lenda seguinte:

Contam que no princípio do século XIX, mas antes da invasão francesa, andando o príncipe D. Pedro (provavelmente, o que foi mais tarde imperador do Brasil e Rei de Portugal com o nome de D. Pedro IV) em viagem de estudo pelo Mediterrâneo, veio a Gibraltar, onde foi recebido com todas as honras devidas à sua categoria.

A Comunidade hebraica de Gibraltar tomou parte activa nos festejos a favor do príncipe português. O chefe da Comunidade era então Aarão Cardoso, homem abastado e culto, grande benfeitor e conhecido por «Rei dos Judeus».

O príncipe, encantado com a cordial recepção de que tinha sido alvo por parte da Comunidade Judaica, convidou os seus chefes a virem visitá-lo a Lisboa, assegurando-lhes que teria muito gosto em que os judeus se estabelecessem em Portugal. Ao que lhe foi respondido que era proibido aos judeus viver em Portugal, não podendo sequer entrar em território português sem prévia licença, que aliás, só era dada para uma curta permanência e com a obrigação de trazer, durante a estadia em Portugal, uma braçadeira distintiva, de cor amarela, e de andar pelas ruas, só quando acompanhados por um agente da Inquisição...

O príncipe exprimiu aos judeus o seu pesar pela existência de uma lei tão vexatória e bárbara, assegurando-lhes que, doravante, poderiam entrar e viver livremente em Portugal, o que realmente aconteceu...

*Se non e vero...* É todavia possível que não se trate de uma mera lenda, mas sim de um facto histórico, porém não consta que D. Pedro IV, quer como príncipe quer como Rei, tivesse modificado a legislação anti-judaica portuguesa, «tão vexatória e bárbara», como ele mesmo a designara.

As primeiras famílias judaicas que regressaram a Portugal eram realmente oriundas de Gibraltar, como as de Aarão Cardoso, Simão Cohen, Hazan, Conqui e outras, que vieram estabelecer-se em Lisboa, como súbditos ingleses.

Consta que no princípio do século XIX, já existiam em Lisboa algumas importantes casas comerciais judaicas, tais como Moses Levy Aboab & C.<sup>a</sup> e Manuel Cardoso & C.<sup>a</sup>

Em 1810, estas firmas importaram, a pedido do Governo, nos seus próprios navios, trigo para obviar à premente necessidade desse cereal que se dava então em Portugal.

Parece que, em agradecimento, foi dado aos judeus o direito de exercerem livremente a sua religião (1).

Para terminar as considerações históricas, citaremos ainda outro facto, também relatado por Kayserling, e também dizendo respeito ao regresso dos judeus a Portugal (2).

Contam que o rei D. Pedro V, andando numa viagem de estudo pela Europa, durante a regência de seu Pai, D. Fernando, chegou em 1854 a Amsterdam onde a Comunidade luso-hebraica dispensou ao jovem monarca uma recepção solene na sua bela sinagoga portuguesa. O rei disse então que Portugal tinha que reparar uma grande injustiça histórica para com os judeus, esperando que na pátria dos Abrabaneis e no país de origem de Spinoza se estabelecesse novamente uma Comunidade judaica, livre e respeitada, cuja actividade ainda havia de ser muito proveitosa para o brilho e prosperidade da sua Pátria.

Eis os antecedentes históricos que contribuíram para a formação da actual Comunidade Israelita de Lisboa.

---

(1) *Geschichte der Juden in Portugal*, von Dr. M. Kayserling, Leipzig, 1867, pág. 336.

(2) *Idem, idem*, pág. 338 e *Os Judeus em Portugal*, Dr. J. Mendes dos Remédios, vol. I, Coimbra 1895, pág. 338.



## SINAGOGAS

Não havendo judeus em Portugal durante a vigência da Inquisição, exceptuando nos dois últimos decénios, não podia haver sinagogas, a não ser as dos cripto-judeus (cristãos-novos), que os espiões da Inquisição iam descobrindo de onde em onde.

Uma das mais importantes cripto-esnogas descobertas pela Inquisição foi a de Coimbra, situada na Rua da Moeda e dirigida pelo famoso lente de Cânones e chanceler da Universidade de Coimbra, Dr. António Homem, cognominado *Praeceptor Infelix*.

Além de lente e decano da Faculdade de Cânones, António Homem ainda era cónego doutoral da Catedral de Coimbra e exímio prégador.

Do seu processo <sup>(1)</sup> resulta que António Homem era regente das cerimónias judaicas na dita esnoga, a que presidia «revestido com vestimenta sacerdotal da lei de Moysés». Para a celebração das festas judaicas, juntava-se nessa esnoga muita gente de escol, lentes da Universidade, médicos, advogados e até cónegos, nada menos do que cinco, reconhecendo todos em António Homem a suprema autoridade na lei de Moysés, e reverenciando-o como sumo sacerdote.

A essas reuniões secretas também ia assistir o famoso lente de matemática, Dr. André de Avelar, que por este motivo, caiu nas garras da Inquisição.

---

(1) *António Homem e a Inquisição*, por António José Teixeira, Coimbra 1895-1902.

*Episódios dramáticos da Inquisição*, por António Baião, Porto 1919, vol. I, pág. 119.

António Homem foi preso pela Inquisição de Coimbra, em 18 de Dezembro de 1619, e apesar de ter sempre negado as acusações de judaizante que lhe assacavam, provavelmente para evitar de ter que denunciar os outros assistentes, foi condenado à morte e queimado em Lisboa, para onde o seu processo tinha transitado por causa da sua grande importância, no auto-de-fé de 5 de Maio de 1624. Quanto à sinagoga secreta, ela também teve o seu lugar de destaque na sentença condenatória, que a seu respeito, reza assim: «As casas em que se faziam as ditas solenidades de jejuns e ajuntamentos... que se derrubem, assolem e ponham por terra, semeem de sal e nunca mais se tornem a reedificar».

Tais sinagogas secretas existiam e foram descobertas pela Inquisição em diversas outras cidades, como Covilhã e Bragança, podendo, no entanto afirmar-se que ainda as há, até hoje em certas povoações do Norte (1). Das antigas sinagogas que existiam em Portugal antes da Expulsão, que se saiba, nada ficou, a não ser a de Tomar, do século xv, que foi ultimamente restaurada pela Direcção dos Monumentos Nacionais e transformada em Museu Luso-Hebraico (2).

Só depois do regresso dos judeus, vemos aparecer novamente templos judaicos em Portugal.

Em 1801, quando se estabeleceu em Lisboa um núcleo de judeus de Gibraltar, que alugou um pequeno terreno no cemitério inglês, para a inumação dos seus mortos, deve seguramente ter estabelecido também um centro de oração, embora em qualquer casa particular.

Em 1810, já havia em Lisboa três pequenos centros de

---

(1) *Os Cristãos-Novos em Portugal no século XX*, por Samuel Schwarz, Lisboa 1925.

(2) *A Antiga Sinagoga de Tomar do Século XV*, por F. A. Garcez Teixeira, Lisboa 1925.

*Museu Luso-Hebraico de Tomar*, por Samuel Schwarz, Lisboa 1935.

*Tomar e a sua Judaria*, obra já citada.

oração («minianim») ou sejam sinagogas rudimentares, instaladas em casas particulares, onde costumavam reunir-se famílias amigas, para as orações e serviços religiosos. Uma delas funcionava em casa de Simão Cohen, um dos primeiros judeus de Gibraltar estabelecidos em Lisboa. O guia espiritual dessa pequena sinagoga privativa era um judeu polaco, de nome Filipe Samuel, graças à iniciativa do qual alguns cristãos-novos costumavam assistir a essas reuniões e tomar parte nos serviços religiosos judaicos (1).

Porém a primeira sinagoga oficial que se estabeleceu em Lisboa foi a que fundou o Rabino Abraham Dabella em 1813, no beco da Linheira e que denominou «Shaar Hashamaim» (Pórtico do Céu).

Em 1826, Salomão Mór José organizou uma outra sinagoga, na Travessa da Palha (actualmente Rua dos Correeiros).

Ambas as sinagogas funcionavam, com a diferença de que a do Beco da Linheira era pública, com aplicação especial do seu rendimento a favor do Rev. Abraham Dabella, ao passo que a da Travessa da Palha era estritamente privativa, funcionando a expensas do seu fundador.

Em 1853, pela morte do Rev. Abraham Dabella, passou a sua sinagoga a pertencer a uma Congregação, embrião da actual Comunidade Israelita, à testa da qual estavam: Leão Amzalak (bisavô do Dr. Moses Bensabat Amzalak, actual presidente do Comité da Comunidade Israelita de Lisboa), Levy Bensabat, Abraham Cohen e outros.

A sinagoga da Travessa da Palha, depois da morte do seu fundador, Salomão Mór José, ficou erradia, mudando primeiro para a Rua do Ferregial de Baixo e daí para o Beco dos Apóstolos, acabando por se dissolver e unir-se à do Beco da Linheira, que ficou sendo então a única sinagoga de Lisboa até 1860.

A fusão das duas sinagogas numa única não foi de

---

(1) «An unfamiliar aspect of Anglo-Jewish History», by F. I. Schechter, publication of the American Jewish Historical Society, n.º 25 de 1917, págs. 63-74.

longa duração por causa de desinteligências pessoais, que provocaram uma nova cisão e a constituição de uma outra sinagoga, estabelecida em 1860 num segundo andar de uma casa do Beco dos Apóstolos, quase em frente da casa onde já tinha existido uma sinagoga.

A essa nova sinagoga deu-se o nome de «Hes-Haím» (Árvore da Vida), que, com o fim de evitar desinteligências e desordens, não ficou sendo pertença da Congregação Israelita, mas apenas de 17 pessoas, que se reservavam o direito de admissão e mesmo de expulsão de pessoas turbulentas. Essa sinagoga agrupou a maioria da Congregação, tendo sido convidado para oficiante o Rev. Jacob Toledano de Tânger, que oficiou na dita sinagoga até 1899, data do seu falecimento (1).

Todavia, essa última sinagoga também se retalhou, por sua vez, indo uma parte da Congregação formar, cerca de 1880, uma nova sinagoga no Largo do Corpo Santo, conhecida pela sinagoga da família Draí.

Só depois de mais de meio século de desunião entre as duas, e mais tarde entre as três congregações, cada uma com a sua esnoga e os seus serviços separados, foi possível realizar a união entre as diversas facções desavindas, para que, de comum esforço, se pudesse encetar a grandiosa obra de construção de uma sinagoga própria, digna da que já então era uma importante comunidade israelita.

Esta união pode realizar-se graças à energia de dois vultos de raro mérito, Isaac A. Levy, homem culto, de muito prestígio e verdadeira figura de patriarca do judaísmo lisbonense e Simão Anahory (que mais tarde se chamava Rafael Simão Anahory), homem de extraordinária força de vontade e de capacidade administrativa admirável. A anelada união não era, contudo fácil de conseguir. Teve de se realizar a pouco e pouco, a prestações...

---

(1) Respigámos as informações acerca das antigas sinagogas pequenas, de um interessante folheto, intitulado: *A Justiça e a Sinagoga Hes-Haim de Lisboa*, Lisboa 1869, de autor anónimo.

Começou pela unificação dos serviços de *Shehitá* (aprovisionamento de carne conforme o ritual judaico). Para esse fim, convocou-se em 25 de Dezembro de 1894, uma assembleia geral dos Judeus de Lisboa, que se reuniu na Câmara Municipal desta cidade. A Assembleia elegeu uma comissão presidida por Isaac A. Levy, incumbida de unificar os diversos serviços de *Shehitá*, unificação que resultou muito vantajosa para a Comunidade, tanto sob o ponto de vista religioso, como económico e administrativo.

O primeiro passo, para a definitiva organização de uma Comunidade Judaica unificada, estava auspiciosamente dado (1).

Mas ainda havia outras dificuldades a vencer para a realização do grande sonho de toda a Comunidade: a construção de uma sinagoga própria. A primeira dificuldade provinha da falta de legalidade da Comunidade judaica, que ainda não tinha sido oficialmente reconhecida. A outra era financeira. Essas dificuldades, no entanto, tinham de ser vencidas, e foram-no pouco a pouco.

Na Caixa Geral de Depósitos existia uma quantia, depositada, há anos, a favor da Comunidade Judaica de Lisboa, representando o produto da venda de uns terrenos da Rua da Palma, que pertenceram à Comunidade Judaica e que foram vendidos por execução em 1870.

Por falta de legitimidade da Comunidade israelita, a venda dos terrenos teve de ser levada a efeito por intermédio de pessoas particulares, que depositaram o respectivo produto na Caixa Geral, em nome da Comunidade israelita, com a condição, porém, de não poder ser levantado senão para custear a construção de uma sinagoga...

Para entrar na posse desse dinheiro, que, com juros acrescidos, perfazia a quantia de Rs. 2:771\$950, foi convocada, em 4 de Março de 1897, nova Assembleia Geral dos judeus de Lisboa, sob a presidência de Simão Anahory,

---

(1) *Boletim do Comité Representativo da Comunidade Israelita de Lisboa*, n.º 1, de 12 de Setembro de 1912, págs. 12-18.

pela qual foi eleita uma comissão especial de membros do Comité israelita, designada, na respectiva Acta, como «Comissão para o Levantamento do Depósito na Caixa Geral e Edificação da Sinagoga».

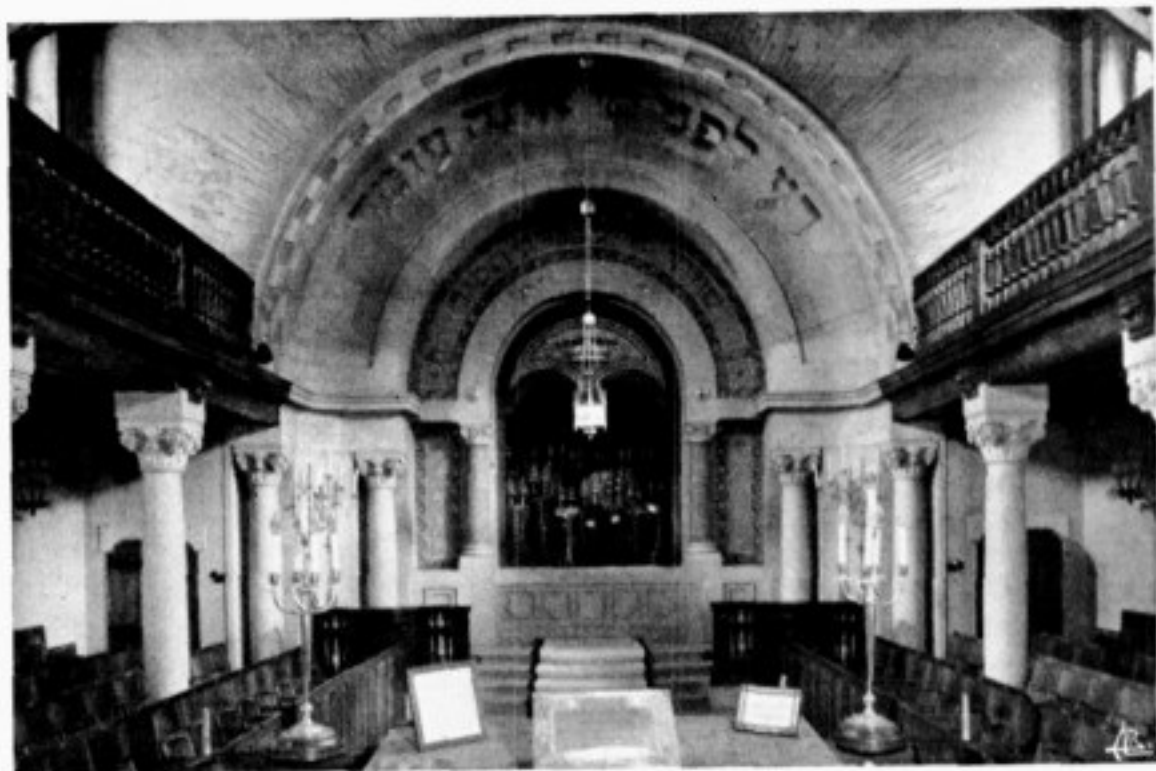
Foi assim que se conseguiu o levantamento do dito depósito, que, havia anos, permanecia paralizado. Com o incentivo desse módico pecúlio e a indómita energia que caracterizava o judaísmo lisbonense de então, deu-se logo início ao arrojado projecto de construção de uma sinagoga.

Junto com a comissão para o levantamento do depósito da Caixa Geral, foi eleito também o primeiro Comité da Comunidade Israelita de Lisboa, cujo Presidente honorário era Abraham Bensaúde e Presidente efectivo Simão Anahory. Este Comité, que já representava um Judaísmo lisbonense unido, elaborou um projecto de Estatutos, que foram aprovados em Assembleia Geral de 12 de Agosto de 1900, mas que nunca o foram pelos poderes públicos.

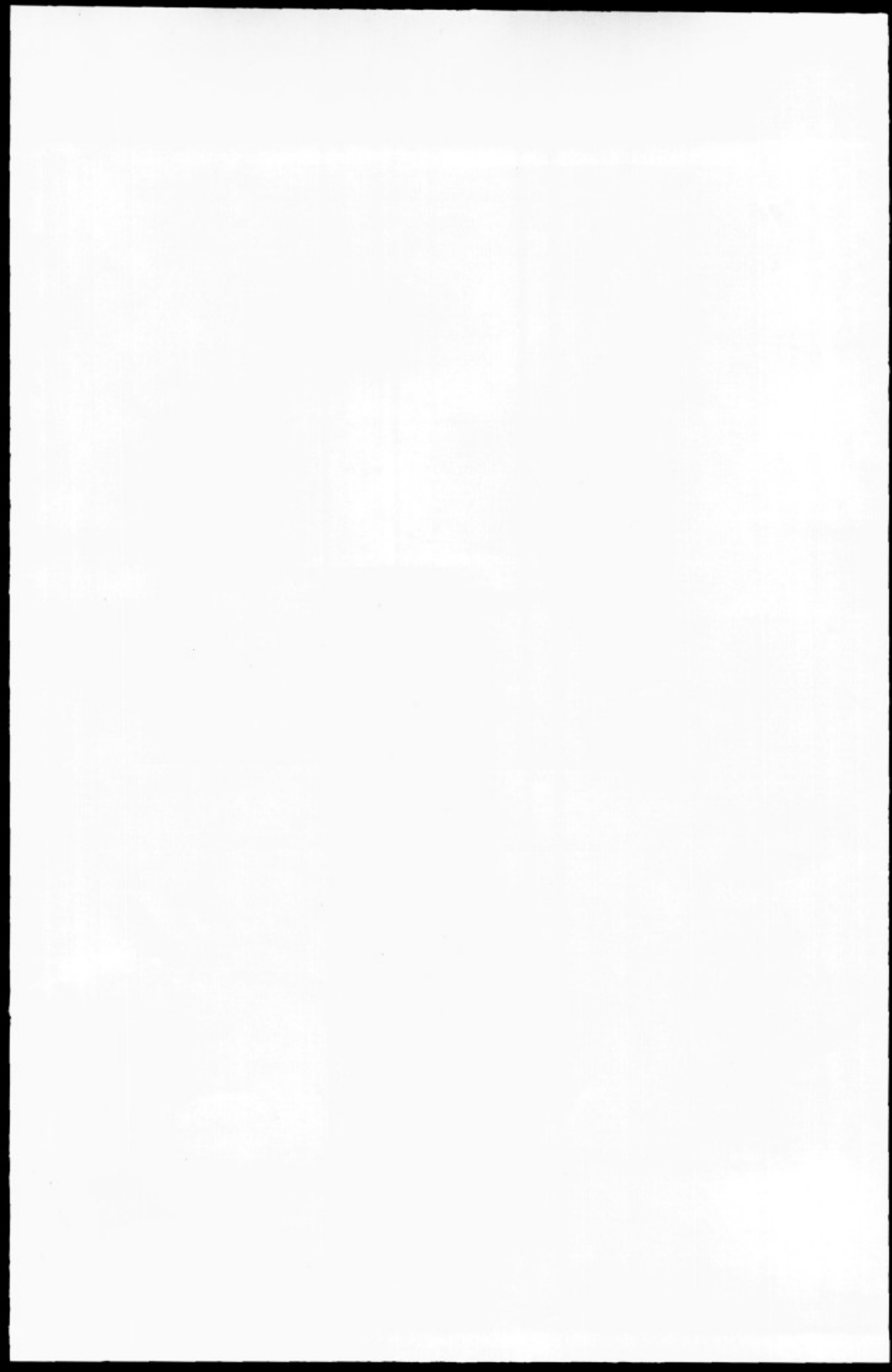
Sem o reconhecimento oficial, a Comunidade via-se em grandes embaraços para a compra do terreno para a sinagoga. Este problema foi, no entanto, resolvido da maneira seguinte: Em 23 de Agosto de 1901 assinou-se a escritura de compra de um terreno na Rua Alexandre Herculano em nome de diversas pessoas particulares, que, por sua vez, fizeram doação do mesmo terreno à Comunidade Israelita de Lisboa, por outra escritura lavrada em 31 de Março de 1902, ladeando-se por essa forma a dificuldade proveniente da falta de reconhecimento oficial da Comunidade.

Em 25 de Maio de 1902, teve lugar a cerimónia da colocação da primeira pedra da futura sinagoga da Rua Alexandre Herculano n.º 59, e a sua edificação, projecto do architecto Ventura Terra, levou dois anos de trabalhos e cuidados, pelo facto do seu custo ter ido muito além do que, a princípio fora orçado.

Toda a comunidade judaica de Lisboa concorreu afinadamente para o bom êxito da obra, incluindo as senhoras, que não se pouparam a trabalhos e fadigas na recolha de donativos, preparação de alfaias, bordados e decorações.



Aspecto interior da sinagoga  
Shaaré-Tikvá da Rua Alexandre Herculano, n.º 59,  
inaugurada em 1904





Finalmente, em 18 de Maio de 1904 (5 de Sivan de 5664) teve lugar a inauguração da sumptuosa Sinagoga, à qual foi dado o nome da «Shaaré-Tikvá» (Portas da Esperança), festa que foi abrilhantada pela presença do Rabino da comunidade judaica de Gibraltar, Rev. Rafael Haím Moses Benaím, especialmente convidado para essa cerimónia.

Os primeiros ministros oficiantes da nova Sinagoga foram os Revs. Levy Bensimon de Jaffa, Isaac Jacob Wolfinson de Odessa e o Rabino Jacob Rodolfo Levy de Florença (1).

Desde 1930, a função de ministro oficiante está regida, com competência e talento pelo Rev. Menahem Mendel Diesendruck, de origem polaca, coadjuvado, primeiramente por Rabi Abraham Castel, de Hebron (Palestina), falecido em 5 de Abril de 1944, e a seguir pelo seu substituto Rev. Abraham Assor, de Tânger (Marrocos).

O entusiasmo entre os judeus de Lisboa era geral, pelo facto de terem finalmente realizado a sua grande aspiração de possuírem uma bela sinagoga própria, construída *ad hoc*, o que teve também por efeito cimentar definitivamente a anelada união do judaísmo lisbonense.

Ainda maior teria sido a alegria dos judeus se a sua bela sinagoga tivesse a sua fachada na Rua Alexandre Herculano. Infelizmente, essa autorização não foi obtida, pelo facto, que durante o regime monárquico, não ser permitida a construção de um templo, para religião que não fosse a religião oficial do Estado, com fachada na via pública. Eis a razão pela qual a sinagoga teve de ser construída dentro de um quintal muralhado, pouco visível da rua, onde ostenta apenas um portão de madeira, encimado do

---

(1) Rev. Levy Bensimon, faleceu.

Rev. Isaac Jacob Wolfinson, partiu em 1909 para a Palestina, onde adquiriu um laranjal em Petah-Tikvá, vila da qual foi mais tarde «Maire».

O Rabino Jacob Rodolfo Levy regressou à Itália em 1914, foi mais tarde Grande Rabino de Módena, tendo sido morto pelos alemães num campo de concentração durante a última guerra.

número respectivo (o 59), sem indicação alguma de pertencer a um templo judaico. Já tem sucedido aliás, que pessoas desprevenidas, indo à procura da Sinagoga, que sabiam existir na Rua Alexandre Herculano, voltassem sem a ter encontrado...

Quanto às antigas sinagogas pequenas, elas foram fechadas, conservando-se ainda, a título de recordação a do Beco da Linheira, a cargo da família Bensaúde, mas devendo também ser desmantelada em breve.

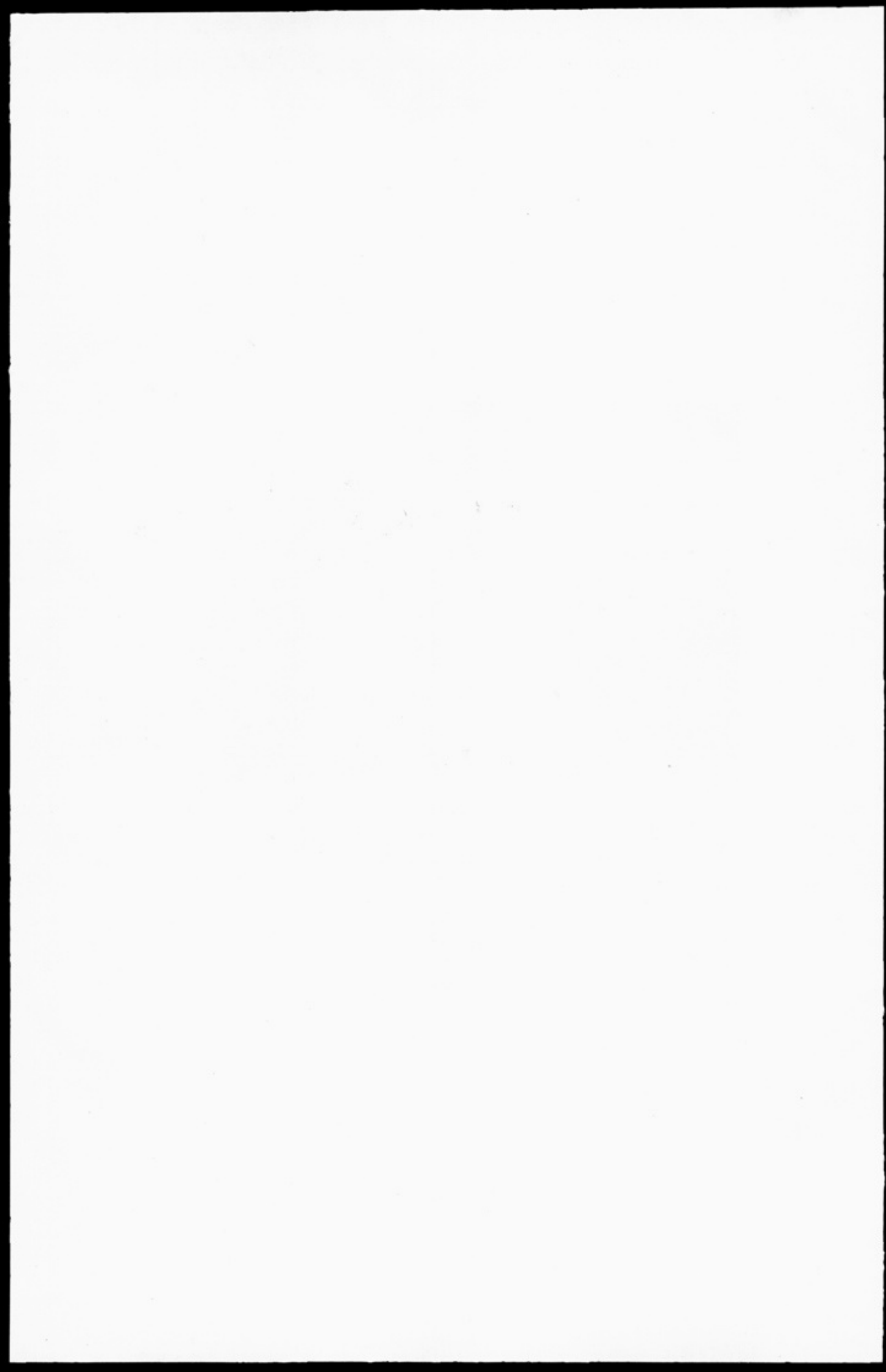
Existe ainda um «Minian» (Sala de Oração) na Avenida Elias Garcia n.º 110, onde se reúne para as suas orações um grupo de judeus estrangeiros, sem que esse facto represente qualquer cisão, visto serem todos membros da Comunidade Israelita de Lisboa.

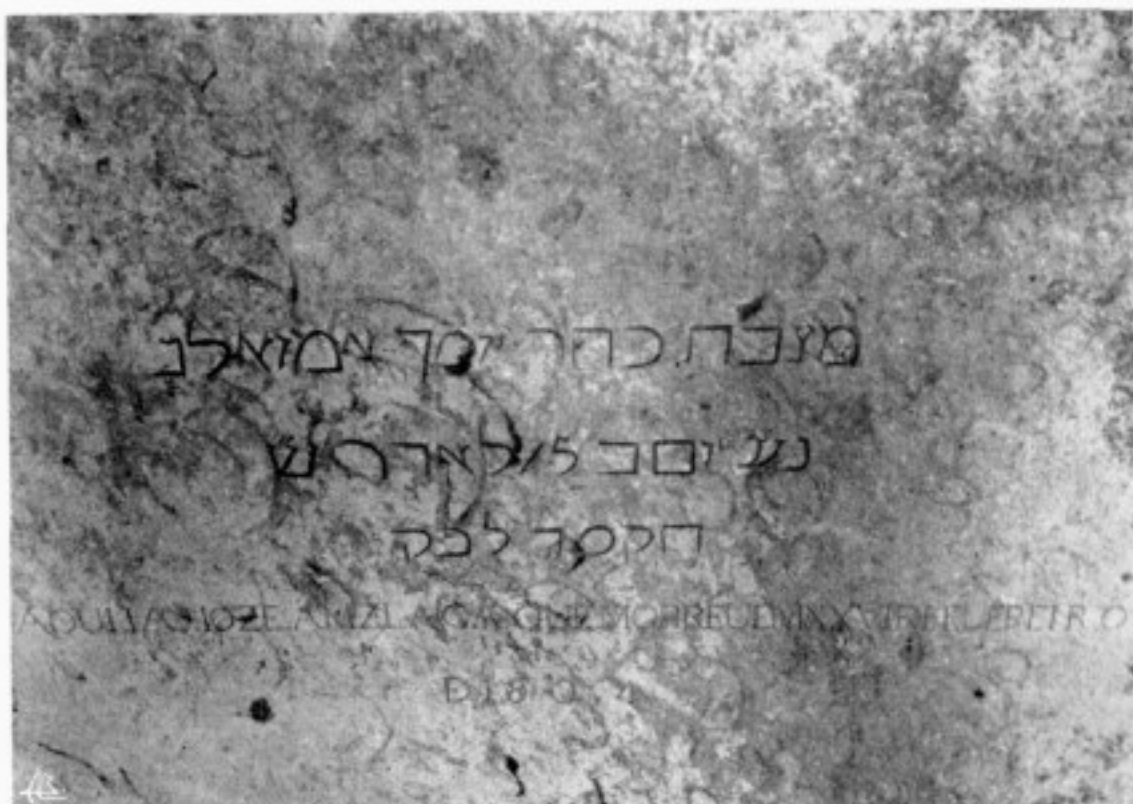
Em 1948, a Sinagoga Shaaré-Tikvá teve de ser restaurada, pelo facto do seu tecto ameaçar ruína. As obras principiaram em Maio desse ano e duraram quase um ano, custando à roda de mil contos. Aproveitou-se a necessidade de uma restauração para aumentar o número de lugares, pela construção de uma segunda galeria para as senhoras e pelo aumento de número de bancadas para os homens. Acabadas as obras a sinagoga restaurada foi solenemente inaugurada em 16 de Maio de 1949, sob os auspícios do Rabino Jacob Kaplan, de Paris, especialmente convidado para este efeito.

Em 1954 (5 de Sivan, ou 18 de Maio) a sinagoga completará meio século de existência, facto que, com toda a certeza será condignamente celebrado pela Comunidade Israelita de Lisboa, já que não foi celebrado em 1951 o 150.º aniversário do início da fundação da própria Comunidade.



Aspecto interior da Sinagoga Shaará-Tikvá  
depois de restaurada em 1949

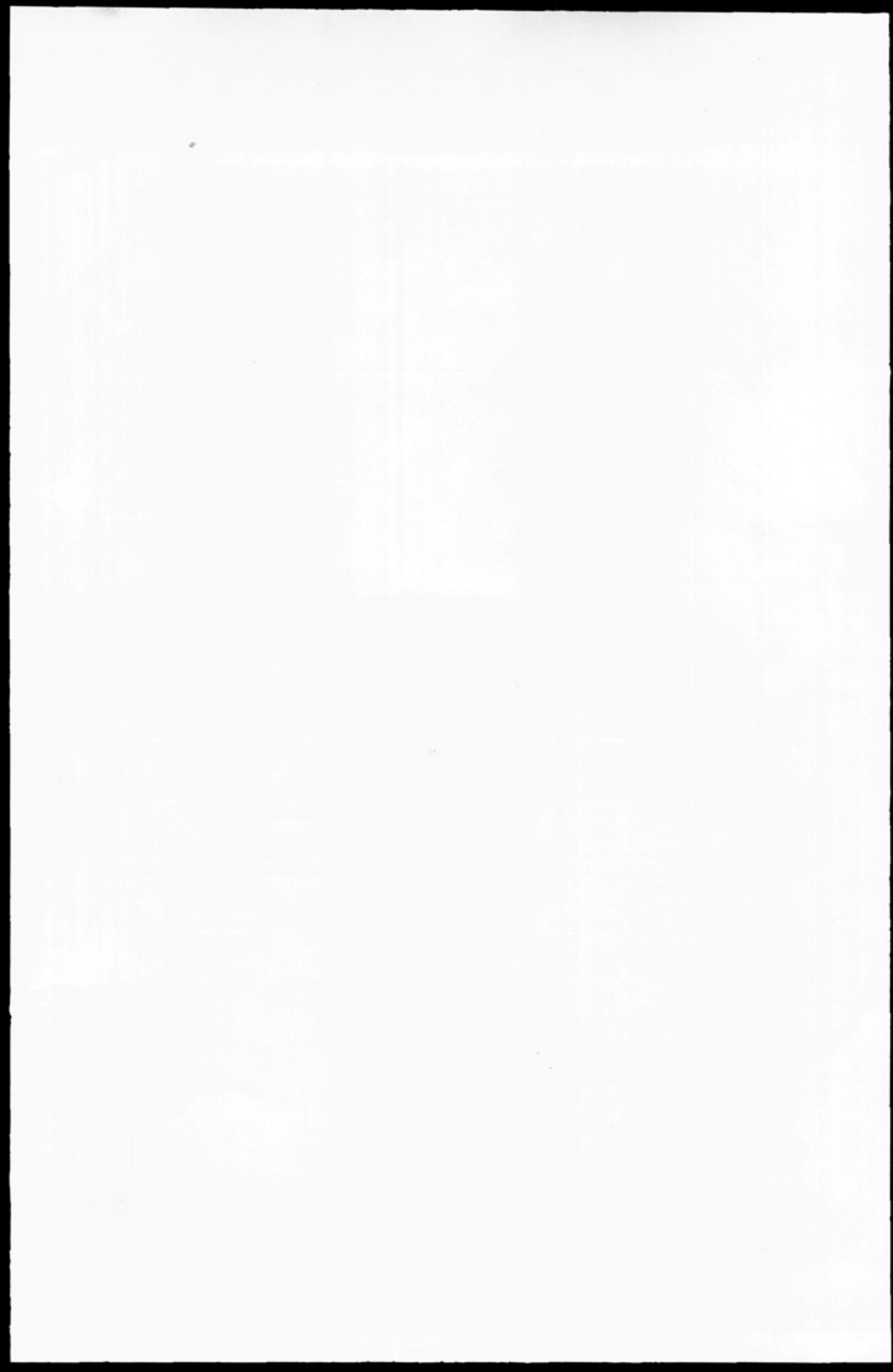




Lápide funerária da primeira sepultura judaica da moderna  
Comunidade Israelita de Lisboa.

Nota-se na parte superior, escrita em hebraico, embora perfeitamente legível,  
certa falta de experiência na caligrafia hebraica. Na parte inferior, redigida  
em português, lê-se:

AQUI JAZ JOSÉ AMZALAGA. MORREU EM XXVI DE FEVEREIRO DE 1804



## CEMITÉRIOS ISRAELITAS DE LISBOA

### CEMITÉRIO INGLÊS

Os primeiros judeus que vieram de Gibraltar, no princípio do século XIX, eram considerados, como já dissemos, súbditos ingleses, e equiparados pelas autoridades aos outros estrangeiros, que viviam livremente no País. Quando algum judeu morria, era enterrado no cemitério inglês. Para este efeito os judeus entenderam-se em 1801 com a administração do cemitério inglês, conhecido também pelo cemitério dos Ciprestes, que reservou para as sepulturas judaicas, uma pequena faixa de terreno, na esquina S-E do cemitério, junto à parede.

Poucos judeus aliás, foram enterrados no cemitério inglês e o seu total não passou de cinco. Citaremos as datas dessas sepulturas hebraicas que marcam bem a época do regresso do primeiro núcleo de judeus a Portugal. A primeira sepultura foi a de José Amzalak, falecido em 26 de Fevereiro de 1804, e as quatro seguintes são: de Judah Benzaquen, de 1811; do menino Ben-Mamon, de 1814; de Ester Cerfati, de 1815; e de Mimon Albechar, de 1818.

### CEMITÉRIO DA RUA DA ESTRELA

O primeiro núcleo de judeus deve ter aumentado o bastante para se ver na necessidade de ter de adquirir, em 1815, um cemitério israelita privativo...

Este cemitério, pegado pelo lado Norte, ao dos ingleses, foi instalado num pequeno terreno, adquirido a António Pedro de Castro, «fidalgo da Casa de Sua Majestade e Capitão Tenente da Armada», que o aforou para cemitério judaico.

Este cemitério pode ser considerado como sendo o primeiro moderno cemitério judaico privativo de Lisboa e a primeira sepultura feita no novo cemitério foi a de Samuel Brudo, em 4 de Novembro de 1815. É provável que o defunto Samuel Brudo não fosse súbdito inglês, por não ter sido enterrado no cemitério inglês, onde se fez ainda um enterro judaico em 1818.

Desde essa data (1818), todos os enterros judaicos, mesmo de súbditos ingleses, já se faziam no novo cemitério judaico privativo.

Devia ter havido, porém, dificuldade jurídica para a celebração da escritura de aquisição do terreno para esse primeiro cemitério judaico, visto a dita escritura ter sido lavrada só em 20 de Março de 1833, ou seja 18 anos depois de ter começado a funcionar como cemitério e de já se terem ali efectuado muitos enterros de judeus.

A dificuldade residia, naturalmente, no facto de a Comunidade ainda não ter sido reconhecida oficialmente, reconhecimento este que, aliás, só foi obtido em 1912, como adiante veremos.

O notário Feliciano José da Silva, com cartório na Praça do Pelourinho n.º 22, contornou a dificuldade outorgando o contrato de arrendamento em nome de uma pessoa particular, Abraham de José Pariente, negociante, morador na Rua de S. Paulo, súbdito inglês, o qual ficou sendo o arrendatário do dito terreno pela renda anual de Rs. 4.000 «para aí se estabelecer o seu jazigo, não só dele como dos seus sucessores e mais pessoas...», conforme se lê no dito contrato, cuja cópia se encontra arquivada na Comunidade Israelita de Lisboa. Não encontrei porém, documento algum pelo qual o dito Abraham José Pariente tivesse transferido os seus direitos à Comunidade.



Todavia a Comunidade Israelita de Lisboa continua a pagar anualmente a dita renda, que é actualmente de 40\$00, a favor do Asilo dos Órfãos Desvalidos da freguesia de St.<sup>a</sup> Catarina de Lisboa (1).

Devemos observar que, pelo menos, dois enterros judaicos se realizaram fora de Lisboa. Um na Azinheira, freguesia do Seixal, de Iahuda Ben-Rimoh, falecido em 13 de Outubro de 1814, cuja lápide funerária em língua hebraica se encontra actualmente no Museu Arqueológico do Carmo. O outro em Setúbal em 1910, conforme um documento existente no Arquivo da Comunidade Israelita de Lisboa.

O cemitério judaico da Estrela, pequeno demais para uma Comunidade crescente, durou apenas uns 60 anos. O total de sepulturas foi de 146, tendo ficado completamente cheio (2). Devido à má qualidade da pedra utilizada para as lápides funerárias, a maior parte das inscrições ficaram muito apagadas, havendo, entre as mais antigas, umas 24 completamente ilegíveis. No arquivo da Comunidade existe uma lista, aliás muito incompleta, de umas 122 cópias de inscrições dessas lápides, pelo menos das que ainda eram então mais ou menos legíveis, mas não contém nenhuma indicação sobre a identidade dos defuntos, cujas lápides funerárias ficaram apagadas. Todavia, graças a um quadro memorial, remetido de Inglaterra pela família de um defunto e que ficou fixado na parede na parte superior do cemitério, por não se poder acertar o sítio da própria sepultura, sabe-se que entre as sepulturas mais antigas, cujas inscrições estão completamente apagadas, há uma de um judeu inglês Solomon Solomon e outra do judeu polaco

---

(1) Publicamos o respectivo contrato no Anexo II, doc. 1.

(2) De acordo com o ritual judaico, as sepulturas ficam intangíveis e, nos cemitérios judaicos, os covais não podem ser utilizados para mais de um defunto.

Philip Samuel de quem já acima falámos, falecidos respectivamente em 1819 e 1821 (ou 1822) (1).

Da nota das 122 inscrições, existente no arquivo da Comunidade, respigamos, além do nome de um dos primeiros defuntos — ou talvez do primeiro — Samuel Brudo, falecido em 2 de Heshvan de 5576, que corresponde a 4 de Novembro de 1815, o do Rev. Abraham Dabella, primeiro rabino e fundador da esnoga do Beco da Linheira, falecido em 1853 e o de um dos últimos sepultados, Levy Bensabat, falecido em 1866. A seguir a Levy Bensabat, a lista contém ainda mais outros três nomes de defuntos, mas sem indicação de datas, por já se encontrarem obliteradas nas respectivas lápides, não se conhecendo, por esta razão, a data do último enterro. Foi todavia anterior a 1879,

---

(1) O Memorial, que é trilingue, em inglês, hebraico e português [embora cada texto não represente a tradução dos outros dois], reza assim:

IN THIS

בית עולם

Repose the mortal remains of

SOLOMON SOLOMON

יצחק ב'ר' ישראל הלוי

Native of Falmouth, England, who died  
at Lisbon, the 25th Shebat 5579 — 20th February 1819

---

And in this ב"ץ also repose the mortal remains of

PHILIP SAMUEL

native of Warsaw, Poland, who died at Lisbon  
in the year 5581 or 82

---

Este quadro memorial foi feito  
pelos filhos de Solomon Solomon  
no ano de 5635, c. v. 1875  
em consequência de se terem obliterado  
as inscrições primitivas

ano em que já começou a funcionar o cemitério judaico da Calçada das Lages.

Mencionaremos também que, em 1949, o cemitério judaico da Estrela, ficou enriquecido com mais cinco lápides funerárias hebraicas, provenientes das primeiras cinco sepulturas judaicas existentes no cemitério inglês, de que já falámos, pelo facto da Câmara Municipal de Lisboa ter cortado a esquina S.E. do cemitério inglês, para o alargamento da Av. Pedro Álvares Cabral, justamente na parte onde se encontravam os túmulos dos judeus. As respectivas cinco lápides foram transferidas para o vizinho cemitério judaico da Estrela, onde ficaram depositadas, estando actualmente o cemitério inglês livre de qualquer sepultura judaica...

#### CEMITÉRIO DA CALÇADA DAS LAGES

Prevendo o próximo enchimento do seu pequeno cemitério da Rua da Estrela, os israelitas de Lisboa trataram de adquirir um terreno para novo cemitério e compraram com efeito, em 22 de Março de 1865, um terreno adequado, situado na extremidade da Calçada das Lages na vizinhança do cemitério municipal do Alto de S. João.

Porém, para se poder celebrar a respectiva escritura de compra do novo terreno, a mesma dificuldade, que já se dera em 1815 para a compra do terreno para o cemitério da Rua da Estrela, continuava ainda de pé em 1865. A Comunidade Israelita de Lisboa, por falta de reconhecimento oficial não possuía capacidade legal para poder outorgar em escritura pública.

Por esta razão, o tabelião João Baptista Seola recorreu ao seguinte *modus faciendi*: Na sua presença reuniu-se uma Congregação de israelitas de Lisboa, que subscreveu os fundos necessários para a compra do terreno e para as obras da sua adaptação a cemitério. Esta congregação elegeu uma comissão com os poderes para a representar no acto da compra do terreno. A comissão era constituída

por: Joaquim Bettencourt, Judah Levy, Salom Bensaúde, Moses Amzalak — avô do actual Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa, — Marcos Auday, Maier Levy Blumberg, — de origem polaca —, e M. de S. Seruya, que figuram na escritura de compra do terreno como primeiros outorgantes, sendo os segundos outorgantes os vendedores, Joaquim de Oliveira e sua mulher Maria Gertrudes. O preço de venda era de «Rs. 600\$000 em metal, livres para os vendedores de direitos de contribuição de Registo». O terreno tinha 127 metros de comprimento por 44,5 de largura, e era situado na «Quinta das Casas Novas do Concelho de Olivais, freguesia do Beato, na estrada de Chelas...», ou seja o actual cemitério da Calçada das Lages (Ver Anexo II, doc. n.º 2).

Conseguiu-se desta forma a compra legal do terreno para o novo cemitério judaico; contudo não foi possível começar os trabalhos de adaptação do terreno comprado para cemitério sem prévia licença do Governo (Ver, Anexo II, doc. n.º 3). Essa licença foi conseguida em 30 de Outubro de 1868, por meio de um Alvará de D. Luís, referendado pelo Bispo de Viseu, então ministro do Interior, dando «aos judeus de Lisboa a permissão de instalar um cemitério para a inumação dos seus correligionários».

Esse diploma régio tem importância histórica por constituir, embora indirectamente, certo reconhecimento da existência da Comunidade Judaica de Lisboa.

Começaram então as obras de adaptação do terreno, que duraram alguns anos, sendo o primeiro enterro, realizado no novo cemitério judaico da Calçada das Lages, o de Isaac Zagury, falecido em 5 de Nissan de 5639, equivalente a 29 de Março de 1879.

Quando da compra do terreno do cemitério da Calçada das Lages em 1865 a relativamente pequena comunidade judaica de Lisboa de então não previu, nem podia prever, o advento de um Hitler com as suas perseguições anti-judaicas, nem as guerras mundiais, principalmente a segunda, que provocou uma catastrófica fuga de judeus

da Europa Central. Ainda antes da segunda guerra um certo número de judeus estrangeiros, principalmente alemães e polacos, se estabeleceram em Lisboa. Porém, durante a guerra, milhares de fugitivos judeus da Europa Central vieram acolher-se à protecção de Portugal, de que resultou, infelizmente, um esgotamento anormal do cemitério judaico.

Embora a quase totalidade dos refugiados judeus já saísse de Portugal e parte das famílias judaicas estrangeiras estabelecidas em Lisboa antes da guerra, também já tivessem deixado o País para irem estabelecer-se na América ou em Israel, ainda existem em Lisboa umas 150 famílias judaicas estrangeiras, facto que, forçosamente, também contribui ao preenchimento do cemitério judaico num ritmo que não fora previsto...

Por estas razões, o Cemitério da Calçada das Lages, após 73 anos da data do primeiro enterro, com as 955 (até 15 de Maio de 1952), sepulturas já aí efectuadas, encontra-se por sua vez, em  $\frac{3}{4}$  partes cheio, facto que já leva os dirigentes da Comunidade a preverem a necessidade de um novo cemitério.

Desejamos, no entanto que o cemitério da Calçada das Lages ainda possa chegar para muitos anos e que os judeus de Lisboa não precisem tão depressa de um novo e terceiro cemitério judaico.

Oxalá!

## INSTITUIÇÕES DE BENEFICÊNCIA

Já nos temos referido à situação difícil em que se encontrava a Comunidade Israelita de Lisboa por causa da falta de reconhecimento e de estatuto legal. Ainda que gozasse da maior simpatia por parte das autoridades e que a sua existência fosse perfeitamente conhecida e admitida, a Comunidade Israelita de Lisboa não conseguiu, contudo, obter o seu reconhecimento oficial...

Nessas condições, não podia figurar directamente em quaisquer escrituras públicas, nem sequer depositar ou levantar valores nos bancos, situação deveras aflitiva para uma Comunidade laboriosa e em constante desenvolvimento.

Já vimos como os notários tinham de recorrer a subterfúgios jurídicos para poderem lavrar as escrituras de compra de terrenos para os cemitérios ou para a Sinagoga...

Estes subterfúgios, aliás, nem sempre surtiam os efeitos desejados e, no caso do Cemitério da Calçada das Lages, como vimos, de nada serviu, visto não terem podido utilizar o terreno comprado para cemitério judaico, sem prévia autorização do Governo, autorização que foi conseguida três anos depois...

Essa autorização, apesar de não ter sido dada, a favor da Comunidade Israelita, mas apenas a favor dos «Judeus de Lisboa» para poderem «instalar um cemitério para a inumação dos seus correligionários», foi, contudo, considerada como um grande triunfo, pelo facto de ter permitido a esperança de constituir meio caminho andado para a obtenção do reconhecimento definitivo da própria Comunidade.

Apesar de não se ter podido obter, durante o regime monárquico, a legalização da própria Comunidade Israelita,

não houve, contudo, dificuldade em se obter a legalização das instituições de beneficência, criadas pela Comunidade.

Foi, pois, este o caminho adoptado e seguido pela Comunidade, para obviar aos inconvenientes da sua própria situação ilegal, pedindo e obtendo a legalização das obras de beneficência que ia criando, organizando-as sob forma de Associações autónomas, cujos estatutos eram submetidos à aprovação do Governo Civil, ou sob forma de fundações privadas, geralmente dirigidas por senhoras, que não careciam de legalização.

Passaremos pois em revista algumas dessas Associações e obras de caridade.

#### SOMEJ - NOPHLIM

A primeira e certamente a mais importante Instituição de beneficência, organizada pela Comunidade Israelita, sob o impulso do incansável Simão Anahory, que tanto contribuiu para a organização e unificação da Comunidade, foi a Associação de beneficência «Somej-Nophlim» (Amparo dos Pobres), cujos Estatutos, aprovados por Assembleia geral em 15 de Abril de 1876, obtiveram o beneplácito do Governo Civil em 27 de Junho do mesmo ano.

Os fins da Associação, conforme reza o artigo 6.º dos seus Estatutos, eram:

1.º — Socorrer israelitas indigentes domiciliados em Lisboa.

2.º — Fundar escolas para crianças de ambos os sexos.

3.º — Fundar um hospital.

4.º — Fundar um asilo.

5.º — Estabelecer dotes para orfãs.

6.º — Estabelecer uma Biblioteca.

Semelhante programa era talvez ambicioso demais para uma relativamente pequena Comunidade em formação. Durante alguns anos essa Associação teve realmente a seu cargo a obra de socorros a israelitas indigentes, cargo bastante importante, devido à afluência de judeus pobres vin-

dos de Marrocos. Esta obra porém, passou a ser desempenhada, mais tarde, pelo próprio Comité da Comunidade, pela sua secção de «Anyim» (Pobres).

Fundou-se o hospital que, sob a denominação de Albergue Israelita, foi inaugurado em 26 de Março de 1916, passando mais tarde, a denominar-se, Hospital Israelita, situado na Travessa de Noronha, n.º 21.

Embora se trate de um hospital relativamente pequeno, é, no entanto, uma casa de saúde modelar, que sob o devotado impulso da sua primeira Presidente, D. Donna Benolial de Levy (Q. D. T.), e das suas filhas D. Miriam e Ester Levy, tem desempenhado um papel altamente benéfico a favor de doentes judeus e não judeus.

D. Miriam Levy é a dedicada e infatigável directora do Hospital Israelita, desde o dia da sua inauguração em 1916, consagrando-se D. Ester Levy à Cozinha Económica Israelita, obra, igualmente meritória, de que adiante falaremos.

A Associação de «Somej-Nophlim», que continua a ser uma organização autónoma, publica anualmente — desde 1866 — um Relatório de Contas e os seus Estatutos, graças à grande experiência adquirida, foram algo modificados em 5 de Junho de 1922, com a aprovação do Governo Civil dada em 14 de Julho do mesmo ano.

Estabeleceu uma Biblioteca para os doentes, sem esquecer também o cumprimento da sua função de Asilo, que funciona no próprio Hospital.

Durante a última guerra mundial (1939-45), em que milhares de refugiados pobres e doentes passaram por Lisboa, o Hospital Israelita pôde desempenhar uma verdadeira obra de salvação, como casa de Saúde e Maternidade.

#### GUEMILUT HASSADIM

A outra organização autónoma, criada pela Comunidade Israelita é a Associação «Guemilut Hassadim» (Irmandade Israelita de Socorros na Hora Extrema e Funerais), também conhecida pelo nome de «Hebrá» (Irmandade), que, como o



seu nome indica, ministra aos doentes *in extremis*, quando chamada, o conforto religioso e, em caso de falecimento, trata da mortalha e dos funerais, conforme o ritual judaico.

Os Estatutos da dita Irmandade datam de 27 de Março de 1892, tendo sido aprovados pelo Governo Civil por Alvará de 30 de Junho do mesmo ano.

Conforme rezam os seus Estatutos, publicados em 1892, os fins da dita Associação são os seguintes:

Art. 2.º — Administrar os socorros espirituais, que sejam reclamados a todo e qualquer israelita enfermo.

Art. 3.º — Cuidar dos enterros dos israelitas falecidos nesta cidade conforme os preceitos da religião judaica e uso dos israelitas portugueses.

Art. 4.º — Da mesma forma, sempre que haja notícia e sendo possível, cuidar dos enterros, e, caso necessário, até da transladação, dos correlegionários falecidos em viagem ou no continente, quando na localidade não haja cemitério israelita.

Art. 5.º — Prestar os sufrágios segundo o rito judaico português, sempre que a família do falecido o solicite.

Art. 6.º — Aceitar donativos para os pobres...

Art. 7.º — Como até aqui, continuarão sob a guarda e administração de «Guemilut Hassadim», os dois cemitérios da Congregação Israelita de Lisboa, e os respectivos registos de óbitos.

Trata-se de uma das Instituições mais prestimosas da Comunidade Israelita. Constituída por gente moça, de ambos os sexos, a «Hebrá» (Irmandade) é seleccionada entre os que se prontificam a consagrar a esta difícil tarefa toda a extremosa dedicação e abnegação que semelhante missão exige. De dia e de noite, a qualquer hora a que sejam chamados, um grupo de homens e de senhoras está

sempre pronto a acudir à casa da pessoa doente ou falecida para lhe ministrar os serviços rituais, oferecendo também às famílias os seus préstimos e consolos. Em caso de falecimento, ajudam a família enlutada na obtenção de todas as formalidades administrativas necessárias para o enterro. Finalmente, são eles que amortalam os defuntos, organizam os funerais e procedem à inumação.

Os funerais judaicos estão desprovidos de quaisquer exhibicionismos, como adornos, flores ou coroas e a «Hebrá» organiza-os da mesma maneira, quer se trate de pessoa rica ou pobre. Dentro do próprio cemitério israelita, onde não se consentem jazigos, as sepulturas razas, de ricos ou de pobres, também pouco ou nada diferem.

É também digno de louvor o sistema usado na comunidade judaica de Lisboa de se efectuarem todas as despesas de funerais e da inumação por conta da Comunidade. Conforme o rito judaico a campa fica sendo eterna, não podendo servir para mais ninguém. Se a família do defunto for pobre, nada pagará à Comunidade. Se for remediada ou rica, a indemnização a pagar é voluntária, em conformidade com as suas posses. Sucede, porém, que as famílias agradecidas pagam à Comunidade voluntariamente muito mais do que pagariam pelo sistema de acordo prévio, usado noutras Comunidades israelitas.

Não podemos acabar as nossas rápidas considerações acerca da organização de «Guemilut Hassadim», sem prestar homenagem às memórias do seu fundador Moses Anahory e do seu filho Elias Anahory, já ambos falecidos, que, durante toda a sua vida, consagraram à *Hebrá* uma dedicação apaixonada, cujo exemplo proliferou e perdura no seio dessa meritória e altruista organização.

#### COZINHA ECONÓMICA

Grande obra de beneficência de índole privativa, criada em 1899 e instalada inicialmente num anexo à sede do Comité da Comunidade, situado então na Praça de S. Paulo

n.º 19, e que funciona, desde 1916, num prédio pertencente à Comunidade Israelita, na Travessa de Noronha, junto do Hospital Israelita.

O fim dessa benemérita instituição era, no princípio, a distribuição gratuita de jantares aos indigentes israelitas. Mais tarde porém, essas refeições passaram a ser fornecidas contra pagamento de uma quantia módica, então de 50 reis, actualmente de 2\$00, ou contra senhas desse valor. Essa modificação visava tirar à obra o carácter de esmola, sempre deprimente para a dignidade pessoal dos necessitados...

A obra é dirigida por um grupo de senhoras de escol da Comunidade Judaica de Lisboa, que, com generosa dedicação recolhe donativos, e superintende e administra essa benéfica obra.

Durante a última guerra mundial, que fez convergir a Lisboa milhares de refugiados pobres, a Cozinha Económica Israelita pôde, felizmente, desempenhar um papel de verdadeira salvação pública. Graças à generosa afluência de donativos, em dinheiro e em mantimentos, e à inexcedível dedicação das suas dirigentes, puderam ser fornecidas, por um preço insignificante, refeições abundantes, de qualidade esmerada, servidas no próprio local da cozinha, ou levadas pelos refugiados para as suas casas, salvando assim da fome e da morte muitíssimas famílias dos refugiados, que tiveram a felicidade de encontrar em Lisboa uma Cozinha Económica e um Hospital Israelita.

#### AULA DE COSTURA

Essa relativamente modesta, mas nem por isso menos útil obra, foi fundada em 1909, pela caridosa e generosa alma judia que foi D. Hannah Sequerra (Q. D. T.).

Hannah Sequerra dedicava-se também, além da Aula de Costura que fundara, a todas as obras de beneficência judaica de Lisboa, tanto à Cozinha Económica como ao Hospital (¹).

---

(¹) Do livro *In Memoriam, Hannah Sequerra (1871-1935)*, editado pela Associação da Juventude Israelita «Hehaber», Lisboa

O fim da Aula era ministrar às meninas de famílias pouco abastadas conhecimentos práticos de costura, bordados, corte, etc. A Aula funcionava duas vezes por semana durante as quais, as alunas depois de uma refeição que lhes era oferecida, trabalhavam durante três horas debaixo da direcção de uma mestra e sob a vigilância de uma das senhoras fundadoras.

No inverno, as alunas eram reunidas, uma vez por mês na casa de uma das fundadoras, onde ouviam música, brincavam e se divertiam. O trabalho dessas alunas foi-se aperfeiçoando a ponto de ficarem aptas de executarem trabalhos para fora.

---

1936, tirámos com a devida vénia, algumas referências acerca de Hannah Sequerra.

Do discurso do Dr. Augusto Ezaguy:

«O *Hehaber* resolveu numa das suas últimas reuniões, realizar uma sessão pública de homenagem à memória de uma senhora, cuja presença na Comunidade Israelita de Lisboa foi amparo dos pobres, companheira e conselheira dos ricos, palavra consoladora dos oprimidos e infelizes; momento de calma junto daqueles que, sofrendo, necessitavam de palavras envolvidas de carinho ou de amparo, ou de atitudes serenas. Essa Senhora, cuja memória todos nós, os que um dia necessitámos dela veneramos, é a Sr.<sup>a</sup> D. Hannah Sequerra».

Do discurso do Dr. Elias Baruel:

«A caridade de Hannah Sequerra era cheia de nobreza, nunca humilhava. Era como uma irmã, se encontrava sempre nos momentos de dor, a amparar quem sofria. Mas os pobres não a encontravam unicamente nas suas aflições, porque Hannah Sequerra também se preocupava com as suas alegrias preparando-lhes as bodas, os Baptizados, os *Tefilim*, para que eles tivessem brilho nas festas e alegria nas almas...

O tacto, a maneira como ela exercia a filantropia, a forma como ela ia ao encontro do infortúnio, sem esperar que o infortúnio se dirigisse a ela, eram qualidades que distinguiam esta alma de elite...

Era principalmente no que se convencionou chamar a pobreza envergonhada que ela exercia a sua bondosa acção com mais actividade e com grande delicadeza e precaução. Paz à sua alma».

Por razões diversas, já há uns anos, que essa interessante instituição deixou de funcionar.

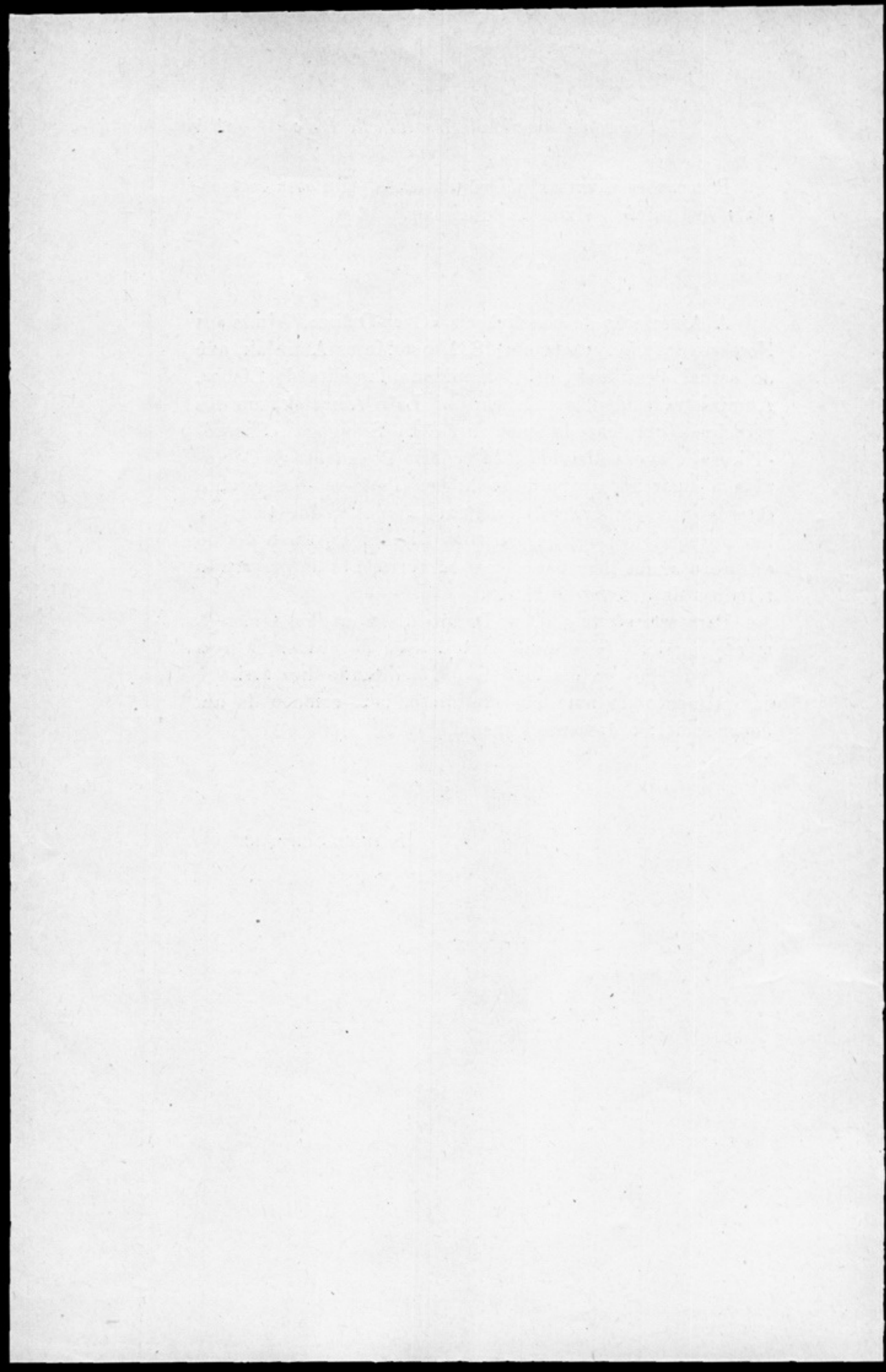
OZER-DALIM

A Associação de beneficência «Ozer-Dalim» (Ajuda aos Necessitados) foi criada em 1882, por Moses Amzalak, avô do actual Presidente da Comunidade Israelita de Lisboa. Administrada, depois pelo seu pai, Leão Amzalak, um dos principais obreiros da construção da Sinagoga «Shaaré-Tikvá», é agora dirigida pelo próprio Presidente da Comunidade e por um grupo de senhoras. Trata-se de uma obra interessante, embora relativamente modesta, que tem por fim proporcionar aos necessitados alimentos para o dia de sábado e assim lhes permitir o cumprimento da prescrição religiosa de descanso sabático.

Para este efeito o «Ozer-Dalim» distribui-lhes semanalmente na sexta-feira, uma contribuição de alimentos para o seu sustento no dia de sábado, facilitando-lhes assim o cumprimento de um dever religioso, bem como o de um dever social: o descanso semanal.

*(Continua)*

SAMUEL SCHWARZ



## ÍNDICE POR ARTIGOS

---

|   | Págs. |
|---|-------|
| <i>As nuvens nas paisagens de Júlio Dinis</i> (continuado do vol. 115.º), por FERRAND PIMENTEL DE ALMEIDA . . . . . | 71    |
| <i>Crónica do Real Mosteiro de Santa Cruz</i> (continuado do vol. 118.º), por D. TIMÓTEO DOS MÁRTIRES. . . . .      | 1     |
| <i>História da moderna Comunidade Israelita de Lisboa</i> , por SAMUEL SCHWARZ . . . . .                            | 161   |
| <i>O Bispo-Conde Dom José Manuel de Lemos</i> , por JOÃO AFONSO CÔRTE-REAL . . . . .                                | 103   |
| <i>Rationalisme pictural et neo-classicisme en passant par fra Angelico</i> , por EMILE SCHAUB-KOEH . . . . .       | 42    |
| <i>Teixeira de Pascoais e a fraternidade luso-galaica</i> , por JOSÉ CRESPO . . . . .                               | 152   |

## ÍNDICE POR AUTORES

---

|  | Págs. |
|--|-------|
| EMILE SCHAUB-KOCH — <i>Rationalisme pictural et neo-classicisme en passant par fra Angelico</i> . . . . .        | 42    |
| FERRAND PIMENTEL DE ALMEIDA — <i>As nuvens nas paisagens de Júlio Dinis</i> (continuado do vol. 115.º) . . . . . | 71    |
| JOÃO AFONSO CÔRTE-REAL — <i>O Bispo-Conde Dom José Manuel de Lemos</i> . . . . .                                 | 103   |
| JOSÉ CRESPO — <i>Teixeira de Pascoais e a fraternidade luso-galaica</i> . . . . .                                | 152   |
| SAMUEL SCHWARZ — <i>História da moderna Comunidade Israelita de Lisboa</i> . . . . .                             | 161   |
| TIMÓTEO DOS MÁRTIRES (D.) — <i>Crónica do Real Mosteiro de Santa Cruz</i> (continuado do vol. 118.º) . . . . .   | 1     |



